



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

RELATÓRIO DE GESTÃO



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

SECRETARIA DE PORTOS

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Santos, Maio de 2014



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

SECRETARIA DE PORTOS

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de gestão do exercício 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº63/2010 e 72/2013, das Decisões Normativas TCU nº127/2013 e 132/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

Santos, Maio de 2014

DISCRIMINAÇÃO		
INTRODUÇÃO		6
1	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	10
	1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
	1.2 Finalidade e competências institucionais da Unidade	12
	1.3 Organograma funcional	13
	1.4 Macroprocessos finalísticos	76
	1.5 Macroprocessos de apoio	91
	1.6 Principais parceiros	92
2	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	96
	2.1 Planejamento da Unidade	97
	2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	122
	2.2.1 Ações	133
	2.3 Outros resultados da gestão	148
	Indicadores de desempenho de gestão	148
3	ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	149
	3.1 Estrutura de Governança	150
	3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos	152
	3.3 Remuneração paga a administradores	154
	3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	154
	3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal dos Membros de Conselhos	156
	3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros da Diretoria e de Conselhos	157
	3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	159
	3.4 Sistema de Correição	160
	3.5 Cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1.1043/2007 da CGU	160
	3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controle internos	161

4	PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	165
	4.1 Execução das despesas	166
	4.1.1 Programação	166
	4.1.2 Realização da Despesa	167
	4.2 Transferências de recursos mediante convênios	169
5	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	170
	5.1 Estrutura de pessoal da Unidade	171
	5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	171
	5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	173
	5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	175
	5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	176
	5.1.5 Cadastramento no Sisac	177
	5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	179
	5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	179
	5.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	179
	5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	181
	5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	181
	5.2.2 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	181
	5.2.3 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	182
	5.2.4 Análise Crítica dos itens 5.2.2 e 5.2.3	182
	5.2.5 Composição do Quadro de Estagiários	183
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	184
	6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros	185
	6.2 Gestão do patrimônio imobiliário	193
	6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso	193

	Especial	
	6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	194
	6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	216
	6.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros	259
7	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	260
	7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	261
8	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	264
	8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis	265
	8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados	266
	8.3 Consumo de papel, energia elétrica e água	266
9	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	267
	9.1 Deliberações do TCU	268
	9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	268
	9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento	285
	9.2 Recomendações do OCI	286
	9.2.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício	286
	9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento	315
	9.3 Informações sobre a Auditoria Interna	327
	9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	344
	9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	344
	9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	344
	9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	345
10	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	346
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	353
	11.1 Demonstrações contábeis e notas explicativas exigida pela Lei n 6.404/76	354
	11.2 Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação	373
	11.2.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida	374

	11.3 Parecer da Auditoria Independente	375
12	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	378
	12.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ	379
	Pareceres do Conselho de Administração e Conselho Fiscal	379
	Nota técnica da Auditoria Interna	386
13	DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	388
14	INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	391
15	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	394
16	GRUPO DE TRABALHO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO	397

INTRODUÇÃO

O presente Relatório foi elaborado de acordo com as normas de organização e apresentação de processos de Tomada e Prestação de Contas, estabelecidas pelas: Instruções Normativas TCU nºs 63/2010, de 01/09/2010, 72/2013, de 15/05/2013, Decisões Normativas TCU nºs 127/2013, de 15/05/2013, 132/2013, de 02/10/2013, Portaria TCU nº 175/2013, de 09/07/2013.

Os itens do “Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, de 15/05/2013, listados abaixo, não se aplicam à realidade da Unidade Jurisdicionada em razão de ser uma empresa de economia mista com recursos próprios, que não recebe verba para despesas de custeio, somente para aumento de capital, para serem aplicados em investimentos, enquadrando-se a unidade no artigo 6º, parágrafo 1º, III.a, da Lei 11.768/08.

É uma empresa com auditoria independente contratada, possuindo Conselhos de Administração e Fiscal que apresentam pareceres, entre outros, sobre as demonstrações contábeis, estando a sua contabilidade sob o regime da Lei 6404/76. Por essas razões, as demonstrações financeiras não estão no SIAFI. Por não estar no SIAFI, a Codesp não tem passivos a reconhecer por insuficiência de créditos ou recursos.

A empresa pela sua natureza jurídica não possui autoridade para conceder renúncias fiscais. A renúncia tributária somente é feita por órgãos da administração direta.

A Companhia utiliza o sistema COMPRASNET, para realização de pregões, não tendo efetuado adesão para utilização do sistema de contratos. Dessa forma, os contratos e convênios não são registrados no Sistema SIASG e SICONV.

A empresa não tem investimento permanente em outras sociedades.

PARTE “A”

Item 4.6 – Renúncias sob a Gestão da Unidade Jurisdicionada

Item 5.2.2 – Autorizações expedidas pelo MPOG para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

Item 9.6 – Alimentação SIASG e SICONV.

Item 11.1 – Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas no Setor Público.

Item 11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº1.133/2008.

Item 11.5.2 – Composição Acionária da UJ como Investidora.

Por não serem aplicados à realidade da Unidade Jurisdicionada, os itens abaixo foram adaptados:

Item 2.2 – Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Item 4.1 – Execução das despesas

Item 4.4 – Transferências de Recursos

Síntese das principais realizações:

O ano de 2013 foi próspero para a Codesp e para o Porto de Santos, atingindo resultados expressivos, apesar da instabilidade econômica global. Uma gestão financeira disciplinada, aliada ao desempenho operacional do porto, promoveu resultados recordes,

que proporcionaram um lucro contábil à Codesp de R\$ 142,3 milhões. Quanto ao desempenho operacional do Porto, a expectativa inicial era movimentar cerca de 109 milhões de toneladas, marca amplamente suplantada por mais um recorde anual de 114 milhões de toneladas.

Os resultados financeiro e de movimentação de cargas ressaltam a eficácia da gestão da Codesp e dos terminais portuários, que propiciaram consecutivas quebras de recordes e intensa movimentação de cargas, principalmente, granéis sólidos de exportação. Acreditamos que este acelerado crescimento deve perdurar por alguns anos, dadas as projeções apontadas no estudo de expansão realizado em 2008. De acordo com esse estudo, em 2024 o Porto deverá movimentar em torno de 230 milhões de toneladas.

Esse cenário trouxe situações desafiadoras para o Porto de Santos e para a Codesp. A principal delas foi aperfeiçoar a gestão de tráfego de caminhões no Porto, objetivando contribuir para o aprimoramento da logística que envolve este complexo portuário. Através de investimentos em novas tecnologias, encontramos meios para minimizar os problemas de acessibilidade e de falta de capacidade de armazenagem na origem, verificados durante o escoamento das safras agrícolas. A predominância do transporte dessas cargas pelo modal rodoviário trouxe sérios reflexos negativos para o tráfego de veículos na Baixada Santista e, mais especificamente, para o Porto de Santos. Os problemas de acesso concentraram-se, principalmente, fora da área portuária.

Essa conjuntura estabeleceu-se em função do Brasil se destacar no cenário internacional do agronegócio, principalmente pela oferta de terra, água e produtividade, fator que se converte em aumentos expressivos dos volumes de embarques de importantes safras como soja, milho e açúcar, que crescem a cada ano, exigindo investimentos e alternativas eficazes para a acessibilidade ao Porto de Santos.

Cabe ressaltar que, apesar dos problemas no tráfego verificados nos primeiros seis meses do ano, o segundo semestre transcorreu sem transtornos, em que pesem as excelentes performances mensais verificadas na movimentação de cargas, com destaque para o mês de agosto que atingiu a marca recorde absoluta de 11,5 milhões de toneladas. Nesse mês, a movimentação de caminhões somou 320.839 veículos, ficando cerca de 17% acima da média mensal verificada em 2013 (274.266). No mês de agosto o porto operou 52.868 caminhões a mais que a média mensal apurada nos meses de fevereiro a abril (267.971), sem que tenham ocorrido problemas de congestionamento. Onze meses do ano traduziram-se em recordes, fato inédito no Porto de Santos. O desempenho operacional foi impulsionado, principalmente, pelos embarques de granéis sólidos. Para atender todas essas demandas geradas pela indústria e o agronegócio brasileiros, foi necessário trabalhar com afinco e dedicação, buscando alternativas a curto e médio prazos.

A Diretoria Executiva da Codesp acredita que 2014 será, novamente, um ano desafiador. Entretanto, espera minimizar a ocorrência dos problemas verificados durante o escoamento das safras agrícolas neste ano com as obras de infraestrutura, viabilizadas com recursos do Governo Federal, através da Secretaria de Portos (SEP), a implantação da gestão de tráfego e outros procedimentos apontados pelo grupo interministerial – integrado pela SEP e pelos Ministérios dos Transportes e da Agricultura –, que esteve em Santos no mês de novembro debatendo alternativas.

Neste exercício, o Porto de Santos contou, também, com expressivos investimentos privados que passaram a ampliar a oferta de infraestrutura e equipamentos para

movimentação de cargas, destacando-se os terminais da Embraport e da Brasil Terminal Portuário (BTP), que tiveram suas operações iniciadas no primeiro semestre deste ano.

Enfatizamos as mudanças de gestão já iniciadas que mostrarão seus resultados nos próximos exercícios, de forma consistente. Comemoramos a implementação de ações estratégicas como o ERP (Enterprise Resource Planning) – Sistema Integrado de Gestão Empresarial –, da SAP, que requer o envolvimento de todos os colaboradores para atingir sua eficácia. Ao final deste exercício estará na fase de realização, onde há a passagem do conhecimento, através de treinamentos ministrados aos usuários chaves do sistema e analistas. Levando-se em conta a decisão do Governo Federal de mudar o modelo de gestão das Companhias Docas, a Codesp, com a implementação do ERP, contará com uma importante ferramenta de gestão, alinhando-se às metas de planejamento.

Ainda para modernização da gestão das Companhias Docas, a Secretaria de Portos anunciou que está adotando providências para contratar uma empresa de consultoria para desenvolver um novo modelo de gestão a ser implementado, inicialmente, em três portos, dentre eles o de Santos. O objetivo é estabelecer metas corporativas e financeiras para as administrações portuárias, visando sua eficiência e eficácia. Além disso, a partir da promulgação da Lei nº 12.815/13, a SEP vem desenvolvendo estudos no sentido de regulamentar o artigo 63 desse diploma legal, objetivando agilizar a contratação de serviços e a aquisição de bens pelas Companhias Docas, nos mesmos moldes já adotados por outras empresas da União, respeitados os regramentos e exigências legais existentes.

Nesse sentido, a Codesp contratou a Fundação Dom Cabral para desenvolver um projeto de treinamento de gestores, compreendendo capacitação, monitorias para assuntos específicos, intercâmbio entre as empresas participantes, bem como treinamento específico para os seus dirigentes, trabalho já iniciado pelo Comitê Gestor do SIG (Sistema Integrado de Gestão) com o Mapa Estratégico, bem como, a criação de frentes de trabalho para tratar de temas específicos, a exemplo do grupo criado para a implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos – PMO.

Destacamos, também, a promulgação, neste ano, da Lei nº 12.815/13, novo marco regulatório do setor portuário, que trouxe mudanças substanciais à forma de atuação das Companhias Docas. Ela insere alterações significativas nas relações de capital-trabalho e algumas delas vêm exigindo esforços das partes envolvidas para estabelecer um consenso. Por outro lado, o novo marco busca a qualificação do trabalhador portuário, criando regras para sua formação adequada ao novo momento do setor.

A nova Lei estabelece, ainda, novas regras para os arrendamentos de áreas nos portos, objetivando alavancar investimentos privados para a modernização das suas infraestruturas. O forte crescimento do agronegócio, com exportações recordes em 2013, evidenciou a urgência desses investimentos. Com esse propósito, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou no dia 30 de agosto, nas instalações da Codesp, a primeira audiência pública visando o arrendamento de onze áreas no Porto de Santos. Na ocasião foram discutidas as minutas jurídicas (editais e contratos) para os certames licitatórios. A expectativa do Governo Federal é atrair investimentos da ordem de R\$ 1,39 bilhão, que produzirão aumentos de capacidade de 77% para grãos, 28% para fertilizantes, 74% para líquidos a granel e 194% para celulose.

A SEP autorizou, também, a concessão de dois novos Terminais de Uso Privado (TUPs) na Baixada Santista. Um localiza-se em Santos e deverá receber investimentos de

R\$ 2,2 bilhões para movimentação de 12,1 milhões t/ano de graneis sólidos. O segundo, situado em Guarujá, terá investimentos de R\$ 17 milhões, para operação de 112 mil t/ano de cargas gerais.

Outro destaque refere-se ao novo Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS), implementado em 1º de agosto. Ele inseriu mudanças com a aglutinação de categorias em carreiras únicas, de forma a aperfeiçoar a gestão do trabalho na Autoridade Portuária, e reposicionou o nível salarial da empresa, com expressiva valorização dos empregados.



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Relatório de Gestão Consolidado			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Secretaria de Portos		Código SIORG: 92.748	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Companhia Docas do Estado de São Paulo			
Denominação abreviada: CODESP			
Código SIORG: 959	Código LOA: 20.208		Código SIAFI: 396.006
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		CNPJ: 44.837.524/0001-07	
Principal Atividade: Autoridade e Administradora Portuária		Código CNAE: não tem	
Telefones/Fax de contato:	(13) 3202 – 6423	(13) 3202-6419	
Endereço Eletrônico: audsuper@portodesantos.com.br			
Página da Internet: http://www.portodesantos.com.br			
Endereço Postal: Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, s/ nº, Macuco, CEP 11.015-900, Santos, SP			
Identificação de Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome		CNPJ	CÓDIGO SIAFI
Administração do Porto Pesqueiro de Laguna – APPL/SC			Ativa
			Código SIORG 71.656
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração da Unidades Jurisdicionadas			
Sucedendo a Companhia Docas de Santos, a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP foi criada em 1980 pela Escritura Pública de Constituição lavrada no 2º Ofício de Notas, em Brasília, tendo por finalidade social realizar, em harmonia com os planos e programas da então Portobrás, a administração e exploração comercial do Porto de Santos e demais instalações portuárias localizadas no Estado de São Paulo, que lhe forem incorporadas. A Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei nº 6.404/76, no que lhe for aplicável, e pelo seu Estatuto. Está vinculada à Secretaria de Portos (SEP/PR), através da Lei nº 11.518/07. Além do Porto de Santos, a CODESP, por conta do 4º Termo Aditivo ao Convênio de Descentralização de Serviços Portuários nº SEP/002/2007-DC, celebrado com a SEP, continuou administrando o Terminal Pesqueiro de Laguna (APPL/SC) por mais 12 (doze) meses, a partir de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2013.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Estatuto Regulamento de Exploração do Porto de Santos Resoluções 55/2002, 858/2007 e 1660/2010, da ANTAQ Lei nº12.815/13, Decreto nº 8.033/13			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Manual para Cadastramento de Operador Portuário Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos – PDZ – PS Tarifa do Porto de Santos Relatório da Administração e Relatório de Gestão			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Não tem	Administração do Porto Pesqueiro de Laguna – APPL/SC		

1.2 Finalidade e competências institucionais da Unidade

A CODESP, vinculada à Secretaria de Portos, é uma sociedade de economia mista, com capital autorizado, regendo-se pela legislação das sociedades por ações, no que lhe for aplicável, e pelo seu Estatuto, tendo por objeto social realizar, em harmonia com os planos e programas da Secretaria de Portos da Presidência da República, a administração do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporados ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante Convênio.

Por conta do 4º Termo Aditivo ao Convênio de Descentralização de Serviços Portuários nº SEP/002/2007-DC, celebrado com a SEP, a CODESP continuou administrando o Terminal Pesqueiro de Laguna (APPL/SC) por mais 12 (doze) meses, a partir de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2013. O capital social da CODESP é de R\$1.081.402.640,97 (um bilhão, oitenta e um milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e sete centavos), correspondentes a 257.315.565.609 (duzentos e cinquenta e sete bilhões, trezentos e quinze milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e seiscentas e nove) ações (ordinárias: 128.657.782.807 e preferenciais: 128.657.782.802), autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/06/2013 e homologado na AGE de 02/10/2013, sendo a União Federal a acionista majoritária, com 99,97% das ações.

O Porto de Santos tem uma extensão de cais de 15.960 metros e área útil total de 7,8 milhões de metros quadrados. Conta com 65 berços de atracação, dos quais 14 são de terminais privados (Cutrale, Dow Química, Usiminas, Valefértil e Embraport). Destacam-se os terminais especializados, localizados nas duas margens do estuário, nos quais se pode verificar a seguinte disponibilização de berços: 1 para veículos; 17 para contêineres; 5 para fertilizantes/adubos; 6 para produtos químicos; 2 para cítricos; 8 para sólidos de origem vegetal; 1 para sal; 2 para passageiros; 1 para produtos de origem florestal; 1 para derivados de petróleo; 4 para trigo, 5 para produtos siderúrgicos; 10 para carga geral e 2 de multiuso (suco cítrico a granel, roll-on/roll-off e contêiner). O canal de navegação foi aprofundado para -15 metros (DHN) e alargado, em seu trecho mais estreito, para 220 metros.

1.3 Organograma funcional

CAPÍTULO I – DA ESTRUTURA BÁSICA

- I. ASSEMBLEIA GERAL**
- II. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
- III. DIRETORIA EXECUTIVA**
- IV. CONSELHO FISCAL**
- V. AUDITORIA INTERNA**

CAPÍTULO II – DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

CAPÍTULO III – DAS RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA BÁSICA

I. ASSEMBLEIA GERAL E OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

As competências da Assembleia Geral e dos Órgãos da Administração Superior da Companhia Docas do Estado de São Paulo, conforme definidas no ESTATUTO, estão adiante enumeradas:

“Art. 9º do Estatuto da CODESP - À Assembleia Geral compete, sem exclusão de outras atribuições previstas em Lei:

- ✓ reformar o Estatuto;
- ✓ tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinando, discutindo e votando as demonstrações financeiras;
- ✓ autorizar a abertura do Capital Social, a alteração do Capital Social, a renúncia a direitos de subscrição, o lançamento de debêntures conversíveis em ações ou ainda, a emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior, fixando-lhes, em qualquer caso, o preço e as condições da emissão, colocação, subscrição e integralização de ações;
- ✓ aprovar operações de cisão, fusão ou incorporação da Companhia;
- ✓ permutar ações ou outros valores imobiliários;
- ✓ eleger ou destituir quaisquer dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, na forma da legislação vigente;
- ✓ avaliar desempenho da Diretoria e do Conselho de Administração, ao menos uma vez por ano, conforme critérios fixados em seu regimento interno;
- ✓ fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração da Diretoria-Executiva e do Conselho Fiscal;
- ✓ deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para o Capital Social;
- ✓ deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- ✓ deliberar sobre a criação e utilização de reservas;

- ✓ deliberar sobre outros assuntos que lhe forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, até 30 (trinta) de abril e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação do Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor-Presidente da CODESP, ou seu substituto legal, auxiliado por um secretário por ele designado”.

II. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“Art.13 - Ao Conselho de Administração, sem exclusão de outras atribuições previstas em Lei, compete:

- ✓ fixar a orientação geral dos negócios da CODESP;
- ✓ convocar a Assembleia Geral, no caso do art. 132º da Lei nº 6.404/76, ou quando necessário;
- ✓ eleger e destituir os Diretores, atribuindo-lhes as respectivas áreas de atuação, observado o que a respeito dispuser o Estatuto;
- ✓ homologar a designação do substituto do Diretor-Presidente em suas ausências ou impedimentos eventuais;
- ✓ criar comitê de suporte ao Conselho de Administração, sempre que se fizer necessário, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos de forma a garantir que a decisão a ser tomada seja tecnicamente bem fundamentada.

Os comitês referidos serão presididos por um conselheiro de administração.

- ✓ fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar os livros e papéis da Empresa, solicitar informações sobre editais de licitação, contratos celebrados e aditivos contratuais, bem como, sobre providências adotadas pela Administração para regularizar pendências junto à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União;
- ✓ designar e destituir o titular da Auditoria Interna, por proposta da Diretoria, a ser aprovada pela Controladoria Geral da União;
- ✓ apreciar os resultados mensais das operações da CODESP;
- ✓ estabelecer as diretrizes para a elaboração do Plano Anual de Atividades de

Auditoria e aprová-lo;

- ✓ eleger, pelo menos uma vez no ano, uma sessão executiva, sem a presença do Presidente da Companhia, para aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT);
- ✓ aprovar a contratação ou a rescisão de contratos celebrados com auditores independentes;
- ✓ convocar os auditores independentes e a Chefia da Auditoria Interna para, em Reunião do Conselho, pronunciarem-se sobre os Relatórios, as contas da Diretoria-Executiva e os balanços consolidados;
- ✓ aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria-Executiva e os Balanços consolidados, que deverão ser submetidos à apreciação do Conselho, dentro de dois meses contados do término do exercício social;
- ✓ propor à Assembleia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- ✓ estabelecer a política de aplicação de incentivos fiscais;
- ✓ examinar e apurar a transferência de recursos, na forma das disposições legais e regulamentares vigentes, para o fundo de previdência privada, fundações e pessoas jurídicas de direito público;
- ✓ deliberar sobre a abertura de créditos, tomadas de financiamentos, bem como, sobre a transferência ou cessão de ações, créditos e direitos;
- ✓ aprovar os Programas de Dispendios Globais - PDG, Orçamentos Plurianuais, os projetos de expansão e programas de investimento, bem assim, acompanhar a sua execução e desempenho;
- ✓ aprovar normas e editais de licitação para contratações e aquisições de bens e serviços de valor superior 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido registrado no último Balanço Patrimonial;
- ✓ propor a constituição de subsidiárias e a participação da CODESP no capital de outras sociedades, bem assim, deliberar sobre dissolução, fusão, cisão e transformação de empresas controladas;
- ✓ estabelecer a alçada da Diretoria-Executiva e aprovar as normas para contrair obrigações em nome da Companhia;
- ✓ autorizar a Companhia a prestar e obter garantias;
- ✓ propor à Assembleia Geral, o aumento de Capital Social, preço e condições de

emissão, colocação, subscrição e integralização de ações;

- ✓ estabelecer a política de recursos humanos, inclusive no que se refere a critérios de remuneração, direitos e vantagens;
- ✓ autorizar a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da CODESP;
- ✓ determinar a realização de inspeções, auditorias ou tomada de contas nas empresas controladas pela CODESP, bem como, em fundações de que a Companhia participe;
- ✓ manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- ✓ apreciar os vetos ao Diretor-Presidente, relativamente a decisões da Diretoria-Executiva;
- ✓ aprovar a indicação do Secretário-Geral do Conselho e do seu substituto eventual, dentre os empregados da Empresa, por proposta da Diretoria-Executiva;
- ✓ aprovar os preços dos produtos ou serviços produzidos ou prestados pela Companhia, por proposta da Diretoria-Executiva, observada a orientação governamental;
- ✓ homologar convênios, contratos de cessão, comodato, permuta, locação e arrendamento de bens móveis e imóveis e sobre a constituição de ônus reais sobre os mesmos;
- ✓ homologar contratos operacionais, praticando preços que viabilizem a agregação de novas receitas;
- ✓ deliberar sobre a estrutura organizacional da CODESP;
- ✓ deliberar sobre o seu próprio Regimento Interno e o da CODESP;
- ✓ deliberar sobre o Plano de Cargos e Salários e o Quadro de Pessoal;
- ✓ deliberar sobre a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais;
- ✓ deliberar sobre a emissão de Bônus de Subscrição;
- ✓ deliberar sobre a aceitação de doações, com ou sem encargos;
- ✓ deliberar sobre o afastamento de qualquer de seus membros ou da Diretoria-Executiva, estes quando por prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

- ✓ deliberar sobre a alienação ou onerosidade de bens imóveis e de bens móveis, estes últimos quando de valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido registrado no último Balanço Patrimonial;
- ✓ autorizar, em caráter temporário, índices diferentes dos estabelecidos no artigo 34º do Estatuto, para a aplicação da Receita da Companhia, fixando os respectivos prazos de vigência;
- ✓ autorizar a realização de licitação e respectiva adjudicação para a compra de equipamentos e execução de obras e serviços, na modalidade de Concorrência;
- ✓ decidir os casos omissos do Estatuto”.

III. DIRETORIA-EXECUTIVA

“Art.17 - À Diretoria-Executiva, sem exclusão de outras atribuições previstas em Lei, compete:

- ✓ manifestar-se previamente sobre os assuntos a serem submetidos ao Conselho de Administração;
- ✓ aprovar as normas gerais de caráter técnico, operacional, administrativo e financeiro;
- ✓ aprovar o Quadro de Lotação;
- ✓ autorizar a alienação ou onerosidade de bens móveis do Ativo Permanente de valor igual ou inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do Capital Social registrado no último Balanço Patrimonial;
- ✓ autorizar o afastamento de seus membros até 30 (trinta) dias consecutivos;
- ✓ encaminhar ao conhecimento do Conselho de Administração as adjudicações de obras, serviços e aquisições realizadas sem prévia licitação, com as respectivas justificativas, excetuados os casos previstos nos incisos I e II do artigo 24º da Lei nº 8.666/93;
- ✓ aprovar convênios, contratos de cessão, comodato, permuta, locação e arrendamento de bens móveis e imóveis e sobre a constituição de ônus reais sobre os mesmos;
- ✓ autorizar a realização de licitação e respectiva adjudicação para as contratações e aquisições de valor igual ou inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido registrado no último Balanço Patrimonial;
- ✓ aprovar Contratos Operacionais, praticando preços que viabilizem a agregação de

novas receitas;

- ✓ deliberar sobre a estrutura do Plano de Contas;
- ✓ autorizar a execução de obras ou serviços de interesse de terceiros que, por sua natureza, possam afetar os portos ou vias navegáveis interiores sob a sua jurisdição;
- ✓ propor ao Conselho de Administração, os preços para os produtos ou serviços produzidos ou prestados pela CODESP”.

IV. CONSELHO FISCAL

“Art. 22 - Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em Lei, compete:

- ✓ fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- ✓ opinar sobre o relatório anual da Administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- ✓ opinar sobre as propostas dos órgãos da Administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, à emissão de debêntures ou bônus de subscrição, aos planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- ✓ denunciar aos órgãos de Administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;
- ✓ convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da Administração retardarem mais de um mês essa convocação, e Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- ✓ analisar, no mínimo, trimestralmente, por ocasião das reuniões ordinárias, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- ✓ examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- ✓ assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria-Executiva em que se deliberar sobre assuntos em que deva opinar;
- ✓ fornecer ao acionista, ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo, 5%

(cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência;

- ✓ elaborar e aprovar o seu Regimento Interno”.

V. AUDITORIA INTERNA

“Vinculada ao Conselho de Administração (*Art.11, Parágrafo 6º do Estatuto*), à Auditoria Interna da CODESP compete:

- ✓ assessorar os Presidentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e da Companhia, e demais autoridades públicas competentes, em assuntos referentes à adequação dos procedimentos financeiros, contábeis, administrativos, patrimonial, operacional e de engenharia da CODESP;
- ✓ executar monitoramentos e auditoria de naturezas contábeis, financeiras, orçamentárias, administrativas, patrimoniais, operacionais e de engenharia, no âmbito da Companhia;
- ✓ fornecer aos órgãos da Administração Superior informações sobre o desempenho e a eficácia de suas atividades;
- ✓ propor medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;
- ✓ relacionar-se com os órgãos afins da Administração Pública envolvida com as atividades da Companhia;
- ✓ elaborar o PAAAI - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, submetendo-o à aprovação do Conselho, e proceder à sua execução;
- ✓ executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições institucionais;
- ✓ cumprir as normas constantes do Regimento Interno de Auditoria”.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

DO DIRETOR-PRESIDENTE

“Art.18 - Ao Diretor-Presidente, além das atribuições próprias da qualidade de membro da Diretoria-Executiva, compete:

- ✓ dirigir, coordenar e controlar as atividades da CODESP;
- ✓ cumprir e fazer cumprir as determinações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva;
- ✓ representar a CODESP, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- ✓ convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria-Executiva;
- ✓ instalar e presidir as Assembleias Gerais de Acionistas;
- ✓ designar, "*ad referendum*" do Conselho de Administração, o Diretor que o substituirá em suas ausências ou impedimentos eventuais;
- ✓ baixar os atos que consubstanciem as resoluções da Diretoria-Executiva;
- ✓ admitir, promover, transferir, punir e dispensar empregados e ocupantes de cargos comissionados e de livre provimento e exoneração, facultada a outorga de tais poderes a Diretores e titulares de órgãos da CODESP;
- ✓ executar atos de urgência, "*ad referendum*" do Conselho de Administração ou da Diretoria-Executiva, apresentando suas justificativas na primeira reunião;
- ✓ fazer publicar o Relatório Anual da Administração;
- ✓ determinar a realização de inspeções técnicas, sindicâncias ou inquéritos;
- ✓ ordenar despesas e, juntamente com outro Diretor, movimentar recursos financeiros e assinar títulos de crédito, ações e demais valores mobiliários;
- ✓ propiciar e manter o desenvolvimento de programas relacionados com a melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços prestados pela CODESP, evidenciando o seu comprometimento com a implantação do Gerenciamento da Qualidade em todas as áreas da Empresa”.

DOS DIRETORES

“Art.19 - Aos Diretores, além das atribuições e responsabilidades próprias da qualidade de membros da Diretoria-Executiva, competem aquelas que lhes forem fixadas no Regimento Interno e as que lhes forem, especialmente, atribuídas pelo Conselho de Administração e as delegadas pelo Diretor-Presidente.

Parágrafo 1º - Compete a qualquer um dos Diretores, em conjunto com o Diretor-Presidente e, na ausência deste, em conjunto com outro Diretor, movimentar os recursos financeiros e assinar títulos de crédito, ações e demais títulos mobiliários.

Parágrafo 2º - Aprovar a realização de licitação e respectiva adjudicação para as aquisições e execução de obras e serviços no âmbito de sua área de atuação, na modalidade de Convite.

Art.20º - O Diretor-Presidente, em nome da CODESP, e os demais Diretores, em suas respectivas áreas de atuação, poderão constituir mandatários ou procuradores.

Parágrafo 1º - O instrumento de mandato ou de delegação de competência deverá especificar os atos ou operações que poderão ser praticados e o prazo de sua validade.

Parágrafo 2º - Somente no caso de outorga de mandato judicial o prazo de validade do instrumento poderá ser indeterminado“.

CAPÍTULO III
DAS RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

PRESIDÊNCIA

GABINETE E SECRETARIA GERAL – SPG

Descrição sumária das atribuições:

- Secretariar as reuniões dos Órgãos Colegiados;
- Organizar a Pauta e a documentação elaborada pelas Diretorias, que será apreciada em reuniões dos Órgãos Colegiados;
- Elaborar as Atas das reuniões e os instrumentos decisórios resultantes, providenciar a sua assinatura e divulgação;
- Organizar e arquivar decisões e atas das reuniões colegiadas;
- Secretariar o Diretor - Presidente, exercendo as atividades de agenda, recepção de autoridades, produção de documentos, secretaria de reuniões e outras de mesma natureza;
- Gerenciar as atividades operacionais e os eventos culturais e sociais do Museu do Porto;
- Desenvolver outras atividades que lhe forem conferidas pelo Diretor-Presidente;
- Articular e coordenar o relacionamento da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS com a comunidade local;
- Assessorar o Diretor - Presidente e demais Diretores da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS no seu relacionamento com a comunidade local;
- Assessorar o Diretor - Presidente e demais Diretores nas ações de caráter sócio-comunitárias e sócio-políticas de interesse da CODESP, analisando as interfaces públicas externas e internas;
- Analisar os aspectos sociopolíticos regionais e suas influências na administração da companhia seja de caráter positivo ou negativo;

- Prestar assessoramento ao Diretor Presidente e demais Diretorias quanto aos aspectos sociais e políticos vigentes na sociedade local que possam influir na gestão empresarial da companhia;
- Assessorar o Diretor Presidente e demais Diretores nas ações de interface com a comunidade empresarial local, sindical e política visando à participação da companhia em atos e eventos que produzam resultado positivo para a CODESP.

GERÊNCIA DO COMPLEXO CULTURAL DO PORTO – GPP

Descrição sumária das atribuições:

- Conservar e expor, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;
- Estimular a constituição de associações de amigos do museu, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público;
- Garantir a conservação e a segurança de todos os acervos, observando as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração em conformidade com a legislação vigente;
- Promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes;
- Fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público;
- Regulamentar o acesso público aos bens culturais, levando em consideração as condições de conservação e segurança;
- Elaborar e implementar programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico;
- Produzir publicações sobre temas vinculados a seus bens culturais e peças publicitárias sobre seu acervo e suas atividades;
- Manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários;

- Garantir a proteção dos bens culturais que constituem seus acervos, tanto em relação à qualidade das imagens e reproduções quanto à fidelidade aos sentidos educacional e de divulgação que lhes são próprios, na forma da legislação vigente.

SPL - SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA INTEGRADA e CTP/CENEP

Descrição sumária das atribuições:

- Formar e aperfeiçoar a mão de obra para o desempenho de cargos e o exercício de funções e ocupações peculiares às operações portuárias e suas atividades correlatas;
- Desenvolver programas de formação, de qualificação e de atualização profissional para os trabalhadores portuários, em todos os níveis pertinentes às operações portuárias ou de apoio a estas atividades;
- Promover a valorização da mão de obra portuária;
- Primar pela eficiência na formação de mão de obra portuária, a se constituírem como centros de excelência portuária;
- Ser a instituição responsável pelo ensino técnico ao trabalhador portuário;
- Padronizar o trabalho no cais, permitindo a otimização da operação e a redução dos custos por meio da qualificação;
- Articular ações entre operadores e trabalhadores, aproximando-os na solução de divergências e na exposição das necessidades de serviços;
- Fortalecer a pesquisa acadêmica para a definição dos melhores padrões operacionais no porto, visando ampliar a base de conhecimento sobre os procedimentos no porto e facilitar o acesso a esse conhecimento;
- Dotar o CENEP de equipamentos necessários ao desenvolvimento de cursos.

SUPERINTENDÊNCIA DE OUVIDORIA – SPO

Descrição sumária das atribuições:

- Facilitar o contato direto entre os interessados e a CODESP de forma que acionistas, empregados, prestadores de serviço, fornecedores e comunidades tenham a oportunidade de expressar opiniões, fazer reclamações, denúncias e sugerir melhorias relacionadas a todas as atividades da CODESP;
- Atender os requerimentos recebidos (formuladas por escrito e somente pelo interessado diretamente afetado) no tocante às decisões, omissões, atos e

recomendações da CODESP ou por pessoas físicas ou jurídicas que exerçam funções dentro do Porto de Santos, cujo teor refira-se a:

- Não realização do serviço no prazo estipulado;
 - Serviço realizado de forma irregular, defeituosa ou de má qualidade;
 - Decisão, ato ou recomendação contrário à Lei;
 - Decisão, ato ou recomendação, que apesar de legal, seja injusto, arbitrário, discriminatório, negligente, abusivo ou opressivo;
 - Recusa em dar explicações sobre a sua decisão, ato ou recomendação;
 - Recusa em responder ou acatar sugestões;
- Opiniões e melhorias relacionadas a todas as atividades da CODESP;
- Encaminhar o interessado, cujas reclamações não couberem à Ouvidoria, a encaminhar-se aos Órgãos afetos à matéria;
- Lavrar ata da reclamação ou denúncia, no caso de ser o reclamante analfabeto, observado o seguinte procedimento:
- Leitura da ata diante do reclamante e de uma testemunha, que não poderá ser analfabeta;
 - Aposição da impressão digital do reclamante;
 - Assinatura da testemunha confirmando a realização e a exatidão da leitura feita diante do reclamante.
- Analisar as reclamações e, levando em conta os compromissos de atendimento assumidos:
- Acolher a reclamação;
 - Encaminhar a reclamação ao responsável, obedecendo preferencialmente a ordem de entrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
 - Aguardar resposta da CODESP (responsável);
 - Avaliar a resposta do responsável e comunicar ao interessado o resultado de seus estudos, investigações e sugestões no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da resposta;
 - Comunicar à CODESP que realizará inspeções nas áreas e/ou ações complementares para melhor posicionamento nos casos em que não considerar a resposta satisfatória;
 - Comunicar à CODESP e ao interessado o resultado de suas inspeções e/ou ações complementares;
 - Indicar pontos de melhoria a serem encaminhados à CODESP quando forem detectadas falhas sistemáticas em determinado serviço.

- Encaminhar a reclamação diretamente ao chefe da unidade responsável pela prestação do serviço;
- Dar início ou prosseguimento, de ofício ou mediante petição do interessado, às reclamações e investigações visando o esclarecimento ou reparo no serviço prestado;
- Prestar contas anualmente à CODESP através de relatório contendo informações sobre suas atividades e sobre a execução orçamentária e financeira do órgão, devendo o relatório ser publicado em órgão oficial e ter ampla divulgação nos demais órgãos de comunicação;
- Enviar trimestralmente à CODESP os balancetes contendo a prestação de contas e atribuições;
- Cumprir e fazer cumprir os procedimentos, orientações e determinações da empresa referentes aos aspectos de segurança no trabalho, saúde ocupacional, e meio ambiente;
- Desenvolver e monitorar programa de dispêndios de sua área, que irão compor o PDG da empresa, incluindo serviços previstos e propostas de projetos contendo os respectivos cronogramas físicos financeiros das atividades assim compreendidas;
- Responder pela otimização de performance da empresa, atuando de maneira eficaz na melhoria do Sistema de Indicadores de Gestão estabelecidos para sua área;
- Responder pela gestão de clientes internos e externos, estreitando o relacionamento para garantir o atendimento de expectativas e satisfação quanto aos serviços prestados;
- Estruturar e administrar as relações com fornecedores, acompanhando os prazos de contratos, avaliando serviços e monitorando o desempenho dos mesmos;
- Gerenciar recursos terceirizados em sua área de atuação;

ASSESSORIA TÉCNICA - DP

Descrição sumária das atribuições:

- Assessorar o Diretor-Presidente, em matéria da sua alçada decisória, providenciando estudos técnicos, pareceres e outros que se façam necessários e convenientes;
- Acompanhar e manter dados consolidados sobre o desempenho econômico-financeiro da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS;

- Apoiar as demais áreas da Companhia em estudos de Desenvolvimento Empresarial e Organizacional;
- Articular o desenvolvimento e consolidar os Planos e Programas de Metas da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS;
- Estruturar sistema de informações de controle e gestão e desempenho empresarial para todas as áreas da Empresa;
- Acompanhar e avaliar o cumprimento dos parâmetros operacionais e comerciais previstos nos contratos de arrendamento, estudar e propor medidas de ajustes necessários;
- Propor ao Presidente a aplicação das penalidades previstas quando do descumprimento de compromissos contratuais, na forma prevista em cada instrumento;
- Coordenar as ações de desmobilização de ativos e desativação de atividades remanescentes, em articulação com as demais áreas envolvidas, propondo à Diretoria o calendário de execução e providenciando junto às áreas, a modelagem e demais requisitos técnicos.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL - DPC

Descrição sumária das atribuições:

- Articular e coordenar o relacionamento da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS com os meios de comunicação;
- Assessorar o Presidente e demais Diretores da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS no seu relacionamento com os meios de comunicação;
- Elaborar informes e divulgar, sistematicamente, as realizações e outras informações sobre a AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS, para os públicos externam e interno;
- Contratar e controlar os fornecimentos de material promocional e institucional da CODESP;
- Assessorar o Presidente nas ações de caráter sócio-comunitárias e socioambientais de interesse da CODESP, analisando o material a ser divulgado ao público externo e interno;

SUPERINTENDÊNCIA DA GUARDA PORTUÁRIA - SPP

Descrição sumária das atribuições:

- Planejar, coordenar e orientar o controle de acesso e circulação de pessoas e cargas na área do Porto Organizado, de acordo com as normas e regulamentos em vigor;
- Planejar, elaborar e desenvolver programa de treinamento e aperfeiçoamento do efetivo da Guarda Portuária e os demais empregados;
- Planejar as atividades e o efetivo da vigilância patrimonial de forma a prover as instalações Portuárias da segurança adequada às necessidades da Autoridade Portuária;
- Planejar, coordenar e orientar a articulação com a Polícia Federal, a Polícia Marítima e as demais Autoridades que atuam em segurança, na área do Porto Organizado, com o objetivo de harmonizar os procedimentos de segurança portuária das suas respectivas responsabilidades;
- Preparar os devidos Termos de Referência para contratação dos serviços e aquisições que se fizerem necessários a realização das atividades de sua área de atuação;
- Responder pelas atividades de inteligência e de informações todo o Sistema de monitoramento de segurança ISPS-CODE; e,
- Representar a companhia nos assuntos referente à Segurança Portuária e Patrimonial que envolva a Autoridade Portuária, mantendo-se atualizado da legislação e dos equipamentos e técnicas de segurança.

GERÊNCIA DE ISPS-CODE E INTELIGÊNCIA – GPI

Descrição sumária das atribuições:

- Responder Planejamento, coordenação e articulação das atividades de inteligência e de informações todo o Sistema de monitoramento de segurança ISPS-CODE, bem como a troca de informações com os demais órgãos de Segurança a nível Federal, Estadual, Municipal e Internacional, buscando a manutenção do maior nível de eficiência da Segurança Portuária;
- Gerenciar as atividades e o pessoal do CCCOM – Centro de Controle e de Comunicação do Sistema ISPS-CODE da companhia;
- Gerenciar a manutenção dos equipamentos e materiais necessários a perfeita operação do Sistema do ISPS-CODE;

- Controlar o acesso e circulação de pessoas nas instalações da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS, fazendo uso da tecnologia disponível, monitorando a Guarda Portuária das ocorrências captadas pelos equipamentos;
- Articular-se com a Polícia Federal, a Polícia Marítima e as demais Autoridades que atuam em segurança, na área do Porto Organizado, com o objetivo de harmonizar os procedimentos de segurança portuária, bem como a troca de informações, dentro de suas respectivas responsabilidades;
- Prover a emissão dos crachás destinados ao acesso às áreas restritas do Porto, sob sua responsabilidade exclusiva;
- Promover o cumprimento da política de segurança, tanto dos trabalhadores como das embarcações, além das exigências do ISPS-Code.

GERÊNCIA DA GUARDA PORTUÁRIA – GPG

Descrição sumária das atribuições:

- Controlar o acesso e circulação de pessoas e cargas na área do Porto Organizado, de acordo com as normas e regulamentos em vigor;
- Executar os programas de treinamento e aperfeiçoamento do efetivo da Guarda Portuária, definidos pela superintendência;
- Controlar o acesso e circulação de pessoas nas instalações da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS;
- Prover vigilância patrimonial nas instalações e próprios da Autoridade Portuária;
- Orientar e controlar o tráfego de veículos nas áreas de uso público dentro do Porto Organizado;
- Implantar e reciclar procedimentos de combate a incêndio; e,
- Promover o cumprimento da política de segurança, tanto dos trabalhadores como das embarcações, além das exigências do ISPS-Code.

SUPERINTENDENCIA JURÍDICA - SPJ

Descrição sumária das atribuições:

- Assessorar a Diretoria da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS fornecendo suporte jurídico à tomada de decisões empresariais;

- Planejar, coordenar e orientar os Advogados sob sua subordinação quanto à linha de atuação nos processos judiciais da companhia;
- Representar a empresa junto aos órgãos e autoridades reguladoras e normatizadoras em que a companhia tenha que prestar esclarecimentos e observar as regras reguladoras dos processos administrativos e judiciais;
- Emitir pareceres jurídicos sobre matéria da competência da APS, de forma a orientar as ações das diversas áreas da Companhia no seu relacionamento com as demais entidades atuantes na área do porto organizado;
- Emitir parecer e responder a consultas em matéria trabalhista e civil para a orientação da administração da companhia;
- Orientar e definir a linha de conduta para a preparação de defesas e definir a escalação dos advogados que vão representar a empresa em processos judiciais em todas as instâncias;
- Coordenar o contencioso trabalhista e civil em todas as instâncias;
- Analisar os aspectos jurídicos de contratos, convênios, acordos e outros atos dessa natureza a serem praticados pela AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS;
- Participar (dar parecer) da elaboração de editais e do processo de licitações de arrendamentos e de contratação de bens e serviços, e alienação de ativos;
- Preparar os devidos Termos de Referência para contratação dos escritórios de advocacia trabalhista e civil e dos outros serviços e aquisições que se fizerem necessários a realização das atividades de sua área de atuação.

GERÊNCIA DE CONTENCIOSO TRABALHISTA – GPT

Descrição sumária das atribuições:

- Assessorar a Superintendência Jurídica da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS fornecendo suporte jurídico ao assessoramento à Diretoria Executiva e aos órgãos de apoio a tomada de decisões empresariais, nos assuntos de fundamentação Trabalhista;
- Assessorar a área de Recursos Humanos na elaboração de Normas, Procedimentos, Instruções Internas, Plano de Cargos e Salários e Acordos Coletivos;
- Acompanhar os processos trabalhistas judiciais em curso, mantendo reuniões com os escritórios de Advocacia contratados, visando à avaliação do seu desenvolvimento de forma a propor a adoção da medida mais eficaz e vantajosa para a companhia;

- Proceder ao controle dos processos judiciais em curso, exigindo dos escritórios contratados Relatórios Atualizados do andamento das ações, contendo o grau de risco e sucesso por ação;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão;
- Atuar de forma harmônica e pró-ativa com as demais áreas da companhia de forma a identificar as necessidades de suporte técnico-jurídico afim de melhor ordenar as operações, contratações e decisões.

GERÊNCIA DE CONTENCIOSO CIVIL – GPC

Descrição sumária das atribuições:

- Acompanhar os processos civis judiciais em curso, mantendo reuniões com os escritórios de Advocacia contratados, visando à avaliação do seu desenvolvimento de forma a propor a adoção da medida mais eficaz e vantajosa para a companhia;
- Proceder ao controle dos processos judiciais em curso, exigindo dos escritórios contratados “Relatórios Atualizados” do andamento das ações, contendo o grau de risco e sucesso por ação;
- Emitir parecer jurídico civil quanto aos processos em cursos na companhia, assessorando as diversas áreas em suas tomadas de decisão, principalmente as que dizem respeito aos aspectos da Lei nº 8.666/93;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão, e,
- Atuar de forma harmônica e pró-ativa com as demais áreas da companhia de forma a identificar as necessidades de suporte técnico-jurídico afim de melhor ordenar as operações, contratações e decisões.
- Assessorar o Presidente nas ações de caráter sócio-comunitárias e socioambientais de interesse da CODESP, analisando o material a ser divulgado ao público externo e interno;

SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE – SPM.

Descrição sumária das atribuições:

- Elaborar normas a serem observadas nas operações portuárias realizadas no Porto, voltadas à segurança e eficiência na utilização da infraestrutura portuária, na movimentação de cargas e segurança ambiental;

- Formular política e diretrizes para desenvolvimento permanente de qualidade nas operações portuárias no Porto de Santos;
- Implantar procedimentos de Qualidade Total nas operações portuárias em Santos: TQC, série ISO's, entre outras;
- Formular política de desenvolvimento ambiental no Porto de Santos, consistente com as políticas nacionais, estaduais e locais;
- Desenvolver estudos e articulação com entidades nacionais e internacionais em questões de tecnologias, regras e códigos ambientais em áreas portuárias;
- Elaborar normas estabelecendo procedimentos e padrões de controle ambiental, a serem observados na movimentação de cargas no Porto de Santos;
- Efetuar gestões junto aos órgãos de controle ambiental para obtenção das devidas licenças ambientais;
- Propiciar atuação de forma harmônica e pró-ativa com os Ministérios Públicos Federal e Estadual, órgãos de controle ambiental e de defesa do patrimônio histórico e cultural;
- Realizar articulação dos aspectos ambientais nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, evitando assim qualquer situação que venha a provocar solução de continuidade em sua execução;
- Monitorar, em articulação com as demais áreas da empresa e entidades técnicas do segmento, as condições ambientais no Porto de Santos;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão; e,
- Promover o cumprimento da política de segurança do trabalho e das exigências estabelecidas pelo ISPS-Code.

GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE – GPM

Descrição sumária das atribuições:

- Educar, capacitar e comprometer os trabalhadores com as questões de meio ambiente, envolvendo as entidades representativas dos trabalhadores, arrendatários, operadores portuários, órgãos competentes, fornecedores, comunidades, e demais partes interessadas;
- Estimular o registro e tratamento das questões ambientais e considerar, nos sistemas de consequência e reconhecimento, o desempenho em impactos ambientais;

- Realizar os estudos ambientais (EIA–RIMA) necessários à realização de novas obras;
- Atuar na promoção da proteção do meio ambiente mediante identificação, controle e monitoramento de riscos, adequando a segurança de processos às melhores práticas mundiais e mantendo-se preparada para as emergências, exigindo dos demais usuários do Porto as mesmas práticas ambientais;
- Assegurar a sustentabilidade de projetos, empreendimentos e produtos ao longo do seu ciclo de vida, considerando os impactos e benefícios nas dimensões econômica, ambiental e social, responsabilizando e fiscalizando todos os usuários das dependências e instalações portuárias;
- Considerar a eco-eficiência das operações do Porto, minimizando os impactos adversos inerentes às atividades operacionais;
- Orientar, avaliar e integrar as atividades relativas aos aspectos ambientais de forma harmônica e eficiente nas dependências da área interna e externa do Porto de Santos;
- Realizar o monitoramento ambiental da dragagem de manutenção, bem como, da dragagem de aprofundamento, por ocasião de sua execução;
- Preparar os devidos Termos de Referência para contratação dos serviços que se fizerem necessários para atendimento da gestão ambiental do Porto de Santos;
- Monitorar e comunicar continuamente o desempenho das atividades ambientais, e
- Articular com as partes interessadas -- internas e externas -- o fomento e agilização da implementação de ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, integrando-as aos resultados financeiros.
- Promover o cumprimento da política de segurança do trabalho e das exigências estabelecidas pelo ISPS-Code.
- Elaborar normas a serem observadas nas operações portuárias realizadas no Porto, voltadas à segurança e eficiência na utilização da infraestrutura portuária na movimentação de cargas e segurança ambiental;
- Formular política e diretrizes para o desenvolvimento permanente de qualidade nas operações portuárias no Porto de Santos;
- Implantar procedimentos de Qualidade Total nas operações portuárias em Santos: TQC, série ISO, entre outras;
- Formular política de desenvolvimento ambiental do Porto de Santos, consistente com as políticas nacionais, estaduais e locais;

- Desenvolver estudos e articulação com entidades nacionais e internacionais em questões de tecnologia, regras e códigos ambientais em áreas portuárias;
- Elaborar normas estabelecendo procedimentos e padrões de controle ambiental a ser observados na movimentação de cargas no Porto de Santos;
- Monitorizar, em articulação com as demais áreas da empresa e entidades técnicas do segmento, as condições ambientais no Porto de Santos; e,
- Proceder a fiscalização do cumprimento das normas e operações portuárias de forma a efetiva realização das políticas e diretrizes da companhia e dos órgãos ambientais.

GERÊNCIA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO – GPS

Descrição sumária das atribuições:

- Educar, capacitar e comprometer os trabalhadores com as questões de Qualidade, Saúde e Segurança do Trabalho, envolvendo entidades representativas dos trabalhadores, arrendatários, órgãos competentes, fornecedores, comunidades e demais partes interessadas;
- Estimular o registro e tratamento das questões de qualidade, saúde e segurança do trabalho, bem como, considerar, nos sistemas de consequência e reconhecimento, o desempenho dos usuários do Porto no que tange às normas e procedimentos da qualidade operacional em seus aspectos ambientais, de saúde e segurança, em todas as atividades na área portuária interna ou externa;
- Divulgar os programas de qualidade na promoção da saúde, na proteção do ser humano e do meio ambiente, na identificação, no controle e monitoramento de riscos, adequando a segurança de processos às melhores práticas mundiais;
- Estabelecer normas e procedimentos que assegure a sustentabilidade dos projetos, considerando os impactos e benefícios nas dimensões econômica, ambiental e social;
- Atuar na promoção da saúde, na proteção do ser humano e do meio ambiente mediante a identificação, o controle e o monitoramento de riscos, adequando a segurança dos processos às melhores práticas e mantendo-se preparada para atendimento às situações de emergência, exigindo de todos os usuários do Porto as mesmas atitudes;
- Assegurar a sustentabilidade dos projetos, empreendimentos e operações ao longo do seu ciclo de vida, considerando os impactos e benefícios nas dimensões econômica, ambiental e social;

- Considerar a eco-eficiência das operações, minimizando os impactos adversos inerentes às atividades da operação portuária;
- Orientar, avaliar e integrar as atividades relativas à Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho;
- Monitorar e comunicar continuamente o desempenho da função Saúde e Segurança do Trabalho, e
- Articular com as partes interessadas -- internas e externas -- e fomentar e agilizar a implementação de ações relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável, integrando-as aos resultados financeiros.

GERÊNCIA DE CONTROLE AMBIENTAL – GPA

Descrição sumária das atribuições:

- Elaborar normas a serem observadas nas operações portuárias realizadas no Porto, voltadas à segurança e eficiência na utilização da infraestrutura portuária na movimentação de cargas e segurança ambiental;
- Formular política e diretrizes para o desenvolvimento permanente de qualidade nas operações portuárias no Porto de Santos;
- Implantar procedimentos de Qualidade Total nas operações portuárias em Santos: TQC, série ISO, entre outras;
- Formular política de desenvolvimento ambiental do Porto de Santos, consistente com as políticas nacionais, estaduais e locais;
- Desenvolver estudos e articulação com entidades nacionais e internacionais em questões de tecnologia, regras e códigos ambientais em áreas portuárias;
- Elaborar normas estabelecendo procedimentos e padrões de controle ambiental a ser observados na movimentação de cargas no Porto de Santos;
- Monitorizar, em articulação com as demais áreas da empresa e entidades técnicas do segmento, as condições ambientais no Porto de Santos; e,
- Proceder a fiscalização do cumprimento das normas e operações portuárias de forma a efetiva realização das políticas e diretrizes da companhia e dos órgãos ambientais.

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E EXECUÇÃO DE OBRAS

SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO DE OBRAS - SIO

Descrição sumária das atribuições:

- Assegurar, permanentemente, adequadas condições de uso das vias públicas rodoviárias e ferroviárias na área do Porto: pavimentação, manutenção de trilhos, dormentes, calçadas, etc.;
- Manter instalações prediais de propriedade da Autoridade Portuária, a serviço das atividades portuárias, como guaritas de controle de acesso de pessoas e veículos, postos-fiscais, grades, muradas, vestiários e sanitários, entre outros;
- Articular a manutenção com a programação da atracação, de forma a manter sempre disponibilidade de cais e demais requisitos de infraestrutura adequados à atracação de navios.

GERÊNCIA DE OBRAS TERRESTRES – GIT

Descrição sumária das atribuições:

- Coordenar as atividades de engenharia nas obras, planejando, orientando e supervisionando as atividades, para assegurar regularidade no desenvolvimento das obras terrestres;
- Programar / contratar a execução dos serviços de manutenção da infraestrutura terrestre e de acostagem;
- Fiscalizar a execução de obras e serviços contratados pela CODESP;
- Realizar gestões permanentes com todos os órgãos envolvidos na execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, evitando assim qualquer anormalidade na cadência das obras ou que venha a provocar solução de continuidade em sua realização, mantendo cronogramas atualizados das várias frentes de trabalho em andamento, bem como, daquelas a serem ainda executadas, para permitir seu acompanhamento pelo Governo Federal;
- Programar e executar os serviços de topografia necessários e manter atualizado o cadastro das obras realizadas;
- Administrar com eficácia os recursos de equipamentos, materiais e de pessoal, controlando os programas e a sua execução de acordo com a política fixada,

objetivando atender aos prazos e à qualidade esperada, reduzir custos e, consequentemente, aumentar o resultado dos projetos;

- Atender às políticas governamentais, adequando o andamento das obras às exigências dos órgãos de controle, e
- Promover o cumprimento da política de segurança do trabalho, bem como, das exigências estabelecidas pelo ISPS-Code.

GERÊNCIA DE PROJETOS E ORÇAMENTOS – GIP

Descrição sumária das atribuições:

- Desenvolver estudos e projetos aquaviários, sempre em consonância com as necessidades dos usuários do Porto e das normas e procedimentos estabelecidos pela Capitania dos Portos e dos organismos ambientais;
- Coordenar a área de estudos, projetos, aquisições e implantações de natureza técnica no campo da engenharia, utilizando novas tecnologias disponíveis para os processos aquaviários e de acostagem/defensas;
- Coordenar a área de estudos, projetos, aquisições e implantações de natureza técnica no campo da engenharia, utilizando novas tecnologias disponíveis para os processos rodoferroviários;
- Analisar, avaliar e coordenar os projetos de infraestrutura terrestre em desenvolvimento e em implantação;
- Acompanhar a elaboração dos projetos, identificando os ajustes e correções que se fizerem necessários à sua execução;
- Realizar o acompanhamento de campo da implantação da infraestrutura e demais investimentos previstos para as áreas arrendadas, informando às áreas de gestão competentes;
- Preparar os devidos Termos de Referência para contratação das obras ou serviços que se fizerem necessários para ampliação ou melhoria da infraestrutura portuária terrestre e de acostagem;
- Avaliar os projetos básicos e executivos das instalações de áreas arrendadas e de melhorias das instalações portuárias e operacionais, de conformidade com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos - PDZ;
- Manter um banco de estudos e projetos, contendo todos os elementos devidos (Termos de Referência), e legalmente exigíveis (Projeto Básico/Executivo e Licenças Ambientais), que permitam a pronta contratação de obras ou serviços que

sejam julgados necessários ao desenvolvimento da infraestrutura terrestre ou aquaviária, além dos serviços de apoio, de suprimentos de energia elétrica, de utilidades e serviços gerais;

- Focar os projetos de infraestrutura terrestre no atendimento aos usuários do Porto, aos aspectos ambientais, à segurança dos usuários e dos trabalhadores, bem como, nas exigências estabelecidas pelo ISPS-Code;
- Atender às políticas governamentais, adequando os projetos e as instalações para o controle e redução nos níveis de poluição.
- Promover o cumprimento da política de segurança do trabalho e das exigências estabelecidas pelo ISPS-Code.
- Elaborar a composição dos preços unitários para itens com pagamento global, obedecendo aos aspectos legais pertinentes;
- Manter um banco de dados contendo os Termos de Referência e as Planilhas de Preços das obras ou serviços que venham a ser elaborados pelas diversas unidades da Diretoria de Infraestrutura e Desenvolvimento, permitindo a padronização de critérios na elaboração de novos orçamentos e Termos de Referência;
- Acompanhar a liberação de verbas orçamentárias, tanto as emanadas do Tesouro Nacional (Investimento), quanto às de Recurso Próprio (Custeio e Investimento);
- Elaborar fluxo de caixa e controlar a sua execução;
- Elaborar os relatórios gerenciais de desempenho dos resultados; e
- Assessorar a superintendência em assuntos de natureza orçamentária.

GERÊNCIA DE MEDIÇÕES E FISCALIZAÇÃO – GIM

Descrição sumária das atribuições:

- Fixar os critérios de medição e as planilhas de preços estimados para composição dos Elementos Técnicos referentes às obras de infraestrutura terrestre;
- Acompanhar a execução das obras, procedendo às medições dos serviços realizados para a aferição das realizações;
- Emitir laudo de aceitação do serviço executado, anexando os mapas de fiscalização e as medições efetuadas;
- Proceder à liberação das faturas para posterior aceitação dos responsáveis pela gestão do contrato;

- Aprimorar os critérios de medição de obras, permitindo manter atualizada a melhor técnica para apuração dos serviços realizados.

GERÊNCIA DE OBRAS CIVIS E LINHAS FERREAS – GIF

Descrição sumária das atribuições:

- Assegurar, permanentemente, adequadas condições de uso das vias públicas rodoviárias na área do Porto, programando e executando, ou contratando, os serviços de conservação da pavimentação e calçadas, entre outros;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção das instalações prediais de propriedade da Autoridade Portuária, a serviço das atividades portuárias, como guaritas de controle de acesso de pessoas e veículos, postos-fiscais, grades, muradas, vestiários e sanitários, entre outros;
- Fiscalizar a execução dos serviços de operação e manutenção da malha ferroviária do Porto, acompanhando inclusive a aplicação dos investimentos realizados pela empresa arrendatária do sistema;
- Preparar os devidos Termos de Referência para contratação de materiais, equipamentos e dos serviços que se fizerem necessários as atividades atinentes a sua área de atuação; e,
- Promover o cumprimento da política de segurança do trabalho e das exigências estabelecidas pelo ISPS-Code.

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E UTILIDADES – SIN

Descrição sumária das atribuições:

- Avaliar e projetar as necessidades futuras de infraestrutura terrestre do Porto, propondo a ampliação e melhoria dos serviços de infraestrutura portuária terrestre e operacional aos usuários do Porto de Santos;
- Avaliar e projetar as necessidades futuras de infraestrutura aquaviária, propondo a ampliação e melhoria dos serviços de infraestrutura aquaviária e operacional aos usuários do Porto de Santos;
- Avaliar as condições de acesso, ouvir solicitações dos clientes e projetar, em articulação com as demais áreas envolvidas, a melhoria das condições de acostagem no Porto;
- Desenvolver estudos e projetos de infraestrutura terrestre, sempre em consonância com as necessidades dos usuários do Porto;

- Participar da avaliação dos projetos conceituais de instalações portuárias em áreas arrendadas, analisando as necessidades de infraestrutura terrestre que se demandarão;
- Aprovar projetos básicos e executivos das instalações de áreas arrendadas e de melhorias das instalações portuárias e operacionais, de conformidade com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos - PDZ;
- Acompanhar as obras, fiscalizando sua execução;
- Avaliar os programas de melhorias no tráfego e trânsito nas áreas portuárias, integrando a logística de movimentação interna à cadeia logística do trânsito de mercadorias através do Porto de Santos;
- Participar das atualizações e reformulações do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos - PDZ, em articulação com as demais áreas envolvidas;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão; e,
- Promover o cumprimento da política de segurança do trabalho e das exigências estabelecidas pelo ISPS-Code.

GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AQUAVIÁRIA – GIA

Descrição sumária das atribuições:

- Coordenar as atividades de engenharia nas obras de dragagem e derrocamento, planejando, orientando e supervisionando as atividades, para assegurar a regularidade no desenvolvimento das obras;
- Realizar gestões permanentes com todos os órgãos envolvidos na execução da dragagem de aprofundamento e no derrocamento de pedras, constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, evitando assim qualquer anormalidade na cadência dos serviços ou que venha a provocar solução de continuidade em sua realização, mantendo cronogramas atualizados das várias frentes de trabalho em andamento, bem como, daquelas a serem ainda executadas, para permitir seu acompanhamento pelo Governo Federal;
- Programar e executar, ou contratar, a execução de serviços de dragagem e derrocamento no canal de acesso, bacias de evolução e berços de acostagem, bem como, controlar medições e qualidade;

- Assegurar condições seguras ao Tráfego Marítimo, realizando e mantendo o balizamento e a sinalização náutica do canal de acesso, bacias de evolução e áreas de fundeio;
- Articular a dragagem, bem como, a manutenção/reparos do sistema de defensas com a programação da atracação, de forma a manter sempre disponibilidade de cais e demais requisitos de infraestrutura adequados à atracação de navios;
- Gerenciar as atividades de engenharia nas obras, planejando, orientando e supervisionando as atividades, para assegurar a regularidade no desenvolvimento das obras aquaviárias;
- Programar / contratar a execução dos serviços de manutenção da infraestrutura aquaviária;
- Administrar com eficácia os recursos de equipamentos, materiais e de pessoal, controlando os programas e a sua execução de acordo com a política fixada, objetivando a atender aos prazos e à qualidade esperada, reduzir custos e, consequentemente, aumentar o resultado dos projetos aquaviários;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão; e,
- Analisar, avaliar e coordenar os projetos aquaviários em desenvolvimento e em implantação;
- Fiscalizar a execução dos serviços de batimetria contratados;
- Realizar e manter, ou contratar, o balizamento e a sinalização náutica do canal de acesso, bacias de evolução e áreas de fundeio;
- Acompanhar a elaboração dos projetos, identificando os ajustes e correções que se fizerem necessários à sua execução;
- Preparar os devidos Termos de Referência para contratação dos serviços que se fizerem necessários para ampliação ou melhoria da infraestrutura aquaviária, bem como, para os serviços de apoio (lanchas);
- Aprimorar e facilitar a manutenção das instalações aquaviárias de forma a permitir o melhor acesso e com a máxima segurança;
- Atender às políticas governamentais, adequando os projetos e as instalações para o controle e redução nos níveis de poluição;
- Focar os projetos aquaviários no atendimento aos usuários do Porto, nos aspectos ambientais, na segurança dos trabalhadores e no atendimento às exigências do ISPS-Code, e

- Promover o cumprimento da política de segurança, tanto dos trabalhadores como das embarcações, além das exigências do ISPS-Code.

GERÊNCIA DE ENERGIA E DISTRIBUIÇÃO – GID

Descrição sumária das atribuições:

- Planejar, organizar e controlar o fornecimento de energia elétrica aos usuários do Porto;
- Planejar, organizar e controlar a geração de energia elétrica da Usina de Itatinga;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção das instalações da Usina e da Vila de Itatinga;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção das linhas de transmissão de energia elétrica e do suprimento de energia complementar para atender aos níveis de demanda exigidos pelos usuários do Porto;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção das instalações responsáveis pela distribuição de energia elétrica aos usuários do Porto, bem como, à própria Autoridade Portuária;
- Providenciar a ligação elétrica para os terminais instalados na área portuária, bem como, para os usuários que requisitarem energia elétrica;
- Preparar medição de consumo dos serviços utilizados, para fins de faturamento;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção das instalações elétricas prediais, do sistema de iluminação externa e da sinalização semafórica;
- Preparar os devidos Termos de Referência para contratação dos serviços que se fizerem necessários para manutenção dos sistemas atinentes à energia elétrica, e
- Promover o cumprimento da política de segurança do trabalho e das exigências estabelecidas pelo ISPS-Code.

GERÊNCIA DE UTILIDADES E SERVIÇOS E MANUTENÇÃO – GIU

Descrição sumária das atribuições:

- Fiscalizar a execução dos serviços de apoio que tiverem sido contratados pela CODESP;

- Preparar os devidos Termos de Referência para contratação dos serviços de apoio necessários;
- Planejar, organizar e controlar o suprimento dos materiais necessários ao atendimento das demandas de manutenção da infraestrutura terrestre;
- Realizar a gestão do contrato que tem por objeto o abastecimento de água e afastamento e tratamento do esgoto sanitário, bem como, a manutenção desses sistemas, providenciando para que sejam atendidas as requisições dos terminais ou outros usuários requisitantes desses serviços;
- Realizar a gestão do contrato celebrado para a coleta do lixo doméstico do Porto, retirada da taifa dos navios e também dos serviços de limpeza e varrição, providenciando para que sejam atendidas as requisições dos terminais, operadores portuários ou outros usuários requisitantes desses serviços;
- Disponibilizar os serviços de telefonia, informática e telecomunicações aos clientes do Porto, providenciando as ligações e atendimento de requisições de navios, de operadores portuários e demais usuários;
- Preparar medições de consumo desses serviços utilizados pelos usuários, para efeito de faturamento;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção de bebedouros e aparelhos de ar condicionado utilizados nas instalações administrativas da CODESP;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção dos elevadores instalados nas dependências da CODESP;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção das instalações de combate a incêndios na área do Porto, como tanques, dutos, mangueiras, hidrantes e outros;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção e recarga dos extintores utilizados nas instalações da CODESP;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção de equipamentos eletrônicos em geral;
- Programar e realizar a fiscalização das instalações ou equipamentos eletromecânicos que integram o patrimônio do Porto, e estejam arrendados a terceiros, bem como, dos equipamentos de terminais portuários, necessários aos serviços operacionais e que se encontram em áreas públicas, para verificação da conformidade com seus planos de manutenção;
- Programar e executar, ou contratar, os serviços de manutenção eletromecânica dos "gates" e demais instalações do sistema de segurança portuária / ISPS-Code;

- Planejar, organizar, controlar e responder pelo atendimento aos demais serviços demandados às atividades operacionais e administrativas do Porto de Santos;
- Preparar os devidos Termos de Referência para contratação dos serviços que se fizerem necessários para a manutenção eletromecânica e os demais serviços gerais;
- Manter estoques de materiais, necessários ao atendimento desses serviços gerais solicitados pelas diversas áreas da empresa;
- Atender às políticas governamentais, adequando os projetos e as instalações para o controle e redução dos níveis de poluição;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção e desobstrução da rede de esgotamento pluvial;
- Programar e executar, ou contratar, serviços para erradicação de pombos e extermínio de roedores das instalações portuárias;
- Preparar os devidos Termos de Referência para contratação dos serviços que se fizerem necessários para manutenção dessas redes de utilidades;
- Promover o cumprimento da política de segurança do trabalho e das exigências estabelecidas pelo ISPS-Code; e,
- Atuar de forma harmônica e pró-ativa com as áreas de estudos e projetos e de execução de obras de infraestrutura aquaviárias e terrestres, de forma a identificar as necessidades do suprimento dessas utilidades.

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL

SUPERINTENDÊNCIA DE MERCADOS E NOVOS NEGÓCIOS - SCM

Descrição sumária das atribuições:

- Avaliar os anteprojetos de Instalações Portuárias de áreas arrendadas e de melhorias de instalações portuárias e operacionais, à luz do PDZ;
- Elaborar a regulamentação do funcionamento do Porto - definição de horários, tráfego terrestre, entre outros, e demais normas a ser homologadas pelo CAP;
- Aprovar os anteprojetos, ouvida a área de infraestrutura;
- Desenvolver estudos de mercado, análise de custo/benefício de investimentos no Porto de Santos, custo da cadeia logística, oportunidade de integração de negócios na área de influência do Porto e outros necessários à formulação de estratégias que assegurem o crescimento competitivo do Porto de Santos;
- Desenvolver e manter relacionamento institucional com empresários, entidades governamentais e de promoção do desenvolvimento, tendo em vista articular e promover iniciativas e novos negócios para a ampliação da movimentação de cargas no Porto de Santos;
- Estabelecer o relacionamento com universidades e institutos de pesquisas e de desenvolvimento tecnológico do interesse do Porto de Santos;
- Participar de eventos de promoção do Porto de Santos, missões técnicas e comerciais;
- Desenvolver estudos econômicos de análise de custo/benefício de investimentos no porto, custos da cadeia logística do Porto de Santos, tarifas, preços e outros necessários a formulações de estratégias para assegurar a competitividade do Porto;
- Avaliar o modelo tarifário, acompanhar e propor tarifas para a aprovação da Diretoria e homologação do CAP;
- Produzir e consolidar estatísticas portuárias para a informação pública;
- Atender aos interessados, providenciar o registro e administrar o processamento das requisições de áreas e instalações para o arrendamento, na forma da Lei nº 8.630/93.
- Estudar e modelar o arrendamento de áreas e instalações para ser exploradas.

- Preparar editais, audiências públicas, encaminhando e monitorando o processo de licitação de arrendamentos.
- Realizar procedimentos licitatórios para todas as áreas sob guarda e uso da Companhia.
- Elaborar as normas a ser observadas nos arrendamentos, de modo a assegurar o ambiente competitivo no Porto de Santos;
- Elaborar os contratos;
- Verificar, providenciar e manter atualizados os registros e demais documentos e requisitos legais relativamente às áreas territoriais da União no Porto Organizado de Santos.
- Providenciar e manter atualizadas as plantas físicas de ocupação da área do porto organizado.
- Ter atualizados os valores das áreas do Porto para os arrendamentos;
- Administrar as áreas disponíveis para os arrendamentos;
- Propor medidas de recuperação, (re)ocupação e valorização das áreas territoriais do Porto de Santos; e,
- Relacionar-se com os organismos federais de controle do Patrimônio da União.

GERENCIA DE MERCADO, ESTUDOS E ESTATÍSTICA - GCE

Descrição sumária das atribuições:

- Elaborar planos e programas de marketing, propondo estratégias para manter e fortalecer a imagem da empresa e aumentar o volume de comércio no Porto de Santos;
- Gerenciar as atividades de identificação de novas oportunidades de negócio com o objetivo de posicionar a Companhia de forma harmonizadora com a relação entre os usuários da infraestrutura do Porto de Santos;
- Produzir estudos de viabilidade de mercado, contatando as autoridades governamentais e as partes relevantes em busca do desenvolvimento das atividades portuárias;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão;
- Elaborar os estudos necessários à determinação das tarifas a ser praticadas no Porto de Santos;

- Definir os critérios de atualização e de aplicação das tarifas do Porto de Santos;
- Demonstrar, defender e aprovar as tarifas junto ao Conselho de Autoridade Portuária – CAP;
- Manter os estudos tarifários atualizados e disponíveis para eventuais consultas e/ou atualizações que se fizerem necessárias;
- Atuar de forma conjunta com as áreas de infraestrutura e financeira, de forma a manter as tarifas atualizadas pelos serviços colocados à disposição dos usuários, bem como da atualização monetária dos custos envolvidos;
- Atuar de forma pró-ativa, visando a proporcionar aos usuários e à empresa, de que as tarifas cobradas no Porto de Santos sejam justas e adequadas aos serviços utilizados;
- Relacionar-se com os organismos federais de controle do Patrimônio da União;
- Representar a empresa no que couber nas reuniões do Conselho de Autoridade Portuária – CAP.

GERENCIA DE PROMOÇÃO - GCP

Descrição sumária das atribuições:

- Gerenciar os serviços de elaboração da estratégia e programas de promoção, feiras, eventos e seminários que divulguem institucionalmente o Porto de Santos, explorando as suas vantagens e as condições proporcionadas aos seus usuários;
- Manter relacionamento com os órgãos internos e externos, disseminadores de opinião, de forma a marcar a importância do Porto de Santos no mercado nacional e internacional no Comércio Exterior;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão;
- Planejar, organizar e acompanhar os eventos a serem realizados, bem como os patrocinados por terceiros, a nível nacional e internacional, nos quais se faça importante a participação do Porto de Santos.

GERENCIA DE ARRENDAMENTOS - GCA

Descrição sumária das atribuições:

- Planejar, organizar e controlar a ocupação das áreas arrendadas;

- Fiscalizar quanto à adoção e ao cumprimento das medidas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde;
- Fiscalizar se as Normas e Procedimentos estabelecidos pela Autoridade Portuária e pelo Conselho de Autoridade Portuária estão sendo cumpridas;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão;
- Lavrar autos de fiscalização.
- Gerenciar as atividades relacionadas aos arrendamentos de áreas, negociações dos Sítios-Patrão, planejando, organizando e controlando o desempenho dos Terminais, avaliando resultados, segundo os aspectos contratados, e as políticas específicas e comerciais;
- Gerenciar, organizar e acompanhar a execução das medidas de recuperação, reocupação, ocupação e valorização das áreas territoriais do Porto de Santos;
- Gerenciar e acompanhar a execução do Plano de Expansão do Porto de Santos, fiscalizando a sua ocupação e o seu ordenamento;
- Preparar editais, audiências públicas, encaminhando e monitorando o processo de licitação de arrendamentos.
- Realizar procedimentos licitatórios para todas as áreas sob a guarda e uso da Companhia.
- Elaborar as normas a ser observadas nos arrendamentos, de modo a assegurar o ambiente competitivo no Porto de Santos.
- Elaborar os contratos.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PORTUÁRIA - SCP

Descrição sumária das atribuições:

- Planejar e organizar o fornecimento de informações de apoio, e gerenciar o acesso de navios ao Porto de Santos.
- Planejar, organizar, programar, controlar e gerenciar a atracação e permanência de navios no cais.
- Planejar, organizar e gerenciar o fornecimento de apoio aos procedimentos operacionais de atracação.
- Planejar, organizar e gerenciar as medições para o faturamento da utilização da Infraestrutura Portuária.

- Determinar e propor, à Diretoria Executiva, as normas reguladoras do tráfego marítimo e atracação no Porto de Santos, de responsabilidade da Autoridade Portuária;
- Planejar, organizar e gerenciar a disponibilização da infraestrutura, 24 horas por dia, facilidades como água, energia elétrica, sistema de telecomunicações aos clientes do Porto, providenciando as ligações e o atendimento de requisições de navio, de operadores portuários e demais usuários do Porto;
- Analisar e gerenciar as medições dos serviços utilizados pelos usuários para o efeito de faturamento, através dos relatórios emitidos pela Gerencia de Tráfego e Atracação;
- Planejar, organizar e gerenciar a Fiscalização do cumprimento das normas reguladoras das operações portuárias nas Instalações de Uso Públicas, para garantir produtividade, segurança e preservação ambiental, nas operações realizadas por Operadores e Trabalhadores Portuários.
- Verificar a fidedignidade e recolher, ao término das operações, a documentação com os registros de movimentações e demais informações pertinentes ao faturamento e estatísticas portuárias.
- Coordenar o recebimento da documentação comprobatória das operações realizadas no cais público e dar sequência para os efeitos de estatística, controles e faturamento.
- Gerenciar a Fiscalização sobre as condições do cais, uma vez concluídas as operações dos navios, e determinar ao operador o cumprimento das regras de limpeza pertinentes.
- Verificar, periodicamente, o cumprimento das normas operacionais, ambientais, de segurança e preservação das instalações portuárias na faixa de cais.
- Autuar e aplicar as penalidades previstas no regulamento e demais instrumentos legais quando da verificação do descumprimento das normas reguladoras de operações no Porto de Santos.
- Monitorar e preparar a medição das operações e dos fatos geradores das parcelas de remuneração previstas nos contratos de áreas de arrendamentos para os serviços de operação portuária, para o efeito de faturamento, estatístico e custos.
- Acompanhar a execução contratual e preparar as medições de arrendamentos de terrenos e instalações portuárias localizadas na área do Porto para a utilização não afeta às operações portuárias, para efeito de faturamento e custos.

- Acompanhamento de campo da implantação da infraestrutura e demais investimentos previstos para as áreas arrendadas, preparando relatórios para as áreas de gestão competentes;
- Fiscalização das operações executadas nas áreas de atracação e acostamento, tendo em vista os padrões e as regras de operação, controle ambiental e segurança no trabalho, elaborando relatórios de acompanhamento para as áreas de gestão competentes.
- Planejar, gerenciar, organizar e controlar os Contratos das áreas arrendadas;
- Fiscalizar as áreas arrendadas, verificando se estão nos padrões propostos na licitação e em conformidade com o contrato;
- Analisar as solicitações dos Arrendatários, verificando se estão nos padrões propostos na licitação e em conformidade com o contrato;
- Aprovar às medidas cabíveis, contratualmente, no sentido fazer cumprir e sanar as anotações e penalidades constantes dos Laudos de Fiscalização emitidos pela Gerência de Gestão de Áreas;
- Manter as Normas e Procedimentos atualizados, e em conformidade com a legislação vigente, visando à delegação de Autoridade Portuária definida em Lei, fazendo com que seja cumprida por todos os arrendatários;
- Proceder ao acompanhamento da performance de operação dos Contratos, identificando se estão em conformidade com o estabelecido em contrato, bem como a adimplência dos pagamentos das faturas emitidas contra os arrendatários;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão; e,
- Analisar os relatórios, indicadores de performance de cada contrato, inclusive os fatos e atos apontados pela Fiscalização da Gerência de Gestão de Área, bem como os procedimentos adotados para sanar as inconformidades encontradas, e nos casos de inadimplência do arrendatário qual a ação tomada.

GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS E ÁREAS ARRENDADAS - GCC

Descrição sumária das atribuições:

- Gerenciar, organizar e controlar os Contratos das áreas arrendadas;
- Proceder a fiscalização, em campo, das áreas arrendadas, verificando se estão nos padrões propostos na licitação e em conformidade com o contrato;

- Analisar as solicitações dos Arrendatários, verificando se estão nos padrões propostos na licitação e em conformidade com o contrato;
- Proceder às medidas cabíveis, contratualmente, no sentido fazer cumprir e sanar as anotações constantes dos Laudos de Fiscalização emitidos pela Gerencia de Gestão de Áreas;
- Manter as Normas e Procedimentos atualizados, e em conformidade com a legislação vigente, visando à delegação de Autoridade Portuária definida em Lei, fazendo com que seja cumprida por todos os arrendatários;
- Proceder ao acompanhamento da performance de operação dos Contratos, identificando se estão em conformidade com o estabelecido em contrato, bem como a adimplência dos pagamentos das faturas emitidas contra os arrendatários;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão; e,
- Emitir relatórios, indicando a performance de cada contrato, inclusive os fatos e atos apontados pela Fiscalização da Gerência de Gestão de Área, bem como os procedimentos adotados para sanar as inconformidades encontradas, e nos casos de inadimplência do arrendatário qual a ação tomada.

GERÊNCIA DE TRÁFEGO E ATRACAÇÃO - GCT

Descrição sumária das atribuições:

- Monitorar as embarcações, por meio de informações de apoio, e gerenciar o acesso ao Porto de Santos;
- Programar, controlar e gerenciar a atracação e a permanência de navios no cais;
- Fornecer apoio aos procedimentos operacionais de atracação, verificando se estão sendo realizados de forma adequada e segura, para os trabalhadores, instalações e embarcações;
- Proceder às medições para o faturamento da utilização da Infraestrutura Portuária;
- Elaborar as normas reguladoras do tráfego marítimo e atracação no Porto de Santos, de responsabilidade da Autoridade Portuária;
- Disponibilizar, 24 horas por dia, facilidades como água, energia elétrica, sistema de telecomunicações aos clientes do Porto, providenciando as ligações e o atendimento de requisições de navio, de operadores portuários e demais usuários do Porto;
- Preparar a medição dos serviços utilizados pelos usuários para efeito de faturamento;

- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão;
- Operar a infraestrutura comum de carregamento e descarga de granéis líquidos;
- Fiscalizar as condições do cais, uma vez concluídas as operações de navio, e determinar ao operador o cumprimento das regras de limpeza pertinentes;
- Fiscalizar, periodicamente, o cumprimento das normas operacionais, ambientais, de segurança e preservação das instalações portuárias na faixa de cais;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão;
- Alimentar o Sistema Super Via das informações necessárias ao faturamento da empresa, bem como dos dados necessários ao controle e acompanhamento estatístico do desempenho do Porto de Santos;
- Elaborar relatórios de acompanhamento e performance operacional das Atracações e do Tráfego de embarcações no Porto de Santos;
- Analisar as operações de Tráfego e Atracações realizadas no Porto de Santos, indicando ajustes ou mudanças que venham a proporcionar a elevação do desempenho do Porto de Santos, sem que ocorra perda de eficácia e eficiência das operações;
- Prover a Diretoria Executiva de informações e sugestões que indiquem a situação operacional do Porto e as correções a serem promovidas, visando ao incremento do desempenho operacional e de receita do Porto de Santos.

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES - GCO

Descrição Sumária das Atividades:

- Atividades dos TOP's na Fiscalização de Operações, exceto nos Terminais de Granéis Líquidos, na Alemoa e Ilha do Barnabé:
 - ✓ fiscalizar o cumprimento da Lei 8630/93 e das normas reguladoras das operações portuárias, para garantir regularidade, produtividade, segurança e preservação ambiental, nos trabalhos realizados por Operadores Portuários;
 - ✓ fiscalizar as condições do cais, concluídas as operações de navio, e determinar ao Operador Portuário o cumprimento às regras de limpeza pertinentes;
 - ✓ receber, pela Supervia Eletrônica de Dados – SED, os registros das movimentações de navios e demais informações pertinentes, verificar sua fidedignidade, e dar sequência para fins de faturamento, custos e estatísticas portuárias;
 - ✓ todas as demais atividades inerentes à fiscalização das operações portuárias.

- Atividades dos TMP's na Fiscalização de Operações nos Terminais de Granéis Líquidos, na Alemoa e Ilha do Barnabé:
 - ✓ fiscalizar o cumprimento da Lei 8630/93 e das normas reguladoras das operações portuárias nas atividades dos Terminais de Granéis Líquidos, na Alemoa e Ilha do Barnabé, inerentes às operações, inclusive os serviços de bombeamento, braços de carregamento e mangotes, para garantir regularidade, produtividade, segurança e preservação ambiental;
 - ✓ fiscalizar as condições do cais, concluídas as operações de navio, e determinar ao responsável o cumprimento às regras de limpeza pertinentes;
 - ✓ operar e manter as instalações de combate a incêndio, na Alemoa e Ilha do Barnabé;
 - ✓ receber, pela Supervia Eletrônica de Dados – SED, os registros das movimentações de navios e demais informações pertinentes, verificar sua fidedignidade, e dar sequência para fins de faturamento, custos e estatísticas portuárias e;
 - ✓ todas as demais atividades inerentes à fiscalização das operações portuárias.
- Atividades dos TOP's na Fiscalização de Áreas Arrendadas:
 - ✓ executar a quantificação da tonelage ou volumes movimentados e dos fatos geradores das parcelas de remuneração previstas nos contratos de áreas arrendadas para serviços de operação portuária, consolidando informações recebidas pela Supervia Eletrônica de Dados – SED, elaborando relatórios para as áreas de gestão competentes para efeito de faturamento, estatísticas e custos;
 - ✓ fiscalizar o cumprimento das normas reguladoras e contratuais nas áreas arrendadas destinadas às operações portuárias, para garantir regularidade, produtividade, segurança e preservação ambiental, nas operações realizadas pelos arrendatários, solicitando, quando necessário, o concurso das demais áreas da CODESP, para verificação de anomalias em instalações e equipamentos, elaborando relatórios de acompanhamento para as áreas de gestão competentes;
 - ✓ fiscalizar e acompanhar a execução contratual em terrenos e instalações portuárias, localizadas na área do Porto de Santos, para utilização não afeta às operações portuárias, preparando as medições de arrendamento e elaborando relatórios de acompanhamento para as áreas de gestão competentes para efeito de faturamento e custos;
 - ✓ comunicar às áreas de gestão competentes a constatação “in loco” de qualquer obra, instalação ou equipamento que não estejam previstos no projeto completo “as built” recebido para servir de referência, após a conclusão das obras fiscalizadas e aprovadas pelas áreas de gestão competentes; e,
 - ✓ todas as demais atividades inerentes à fiscalização das áreas arrendadas.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SUPERINTENDÊNCIA DE FINANÇAS – SFF

Descrição sumária das atribuições

- Coordenar as áreas sob a sua subordinação, fazendo cumprir as metas e normas definidas pela Diretoria Financeira.
- Proceder às gestões diretas, constantes e determinadas sobre o “Fluxo de Caixa” da empresa, buscando sempre a sua maior eficiência, sem, no entanto, causar entraves ao setor produtivo da Companhia.
- Exigir das demais áreas e/ou setores o cumprimento das Normas e Procedimentos da empresa.
- Atuar de forma pró-ativa, principalmente nos assuntos relacionados com o setor de financeiro, visando à valorização da pontualidade, justiça e credibilidade.
- Promover, sistematicamente, no mínimo uma vez por mês, reuniões com os seus subordinados, visando a melhorar o desempenho da área, e conseqüentemente da empresa.
- Participar das reuniões convocadas pela Direção, dando a sua colaboração sempre de forma pró-ativa.
- Preparar relatório mensal de atividade para a Diretoria e/ou Presidente.
- Monitorar a Diretoria, diariamente sobre o desempenho do “Fluxo de Caixa”.
- Responsabilizar-se, juntamente com a Diretoria Financeira, pelo acompanhamento e execução do “Fluxo de Caixa”.
- Prover a empresa dos recursos financeiros que se fizerem necessários às suas operações, equilibrando o seu fluxo de recursos seja com recursos próprios ou através da captação junto à terceiros (instituições financeiras).
- Preparar e realizar pagamentos.
- Controlar as contas a receber e a pagar.
- Receber e controlar os recursos financeiros e fazer a conciliação bancária.
- Gerenciamento de riscos, contratação e administração de seguros.
- Administrar o patrimônio da APS e da União sob a sua guarda.

- Articular-se com as áreas da empresa responsáveis pelas medições
- de serviços e informações para a cobrança de tarifas.
- Analisar as medições vis-à-vis os contratos e tarifas vigentes e proceder à sua consolidação.
- Emitir e entregar as faturas de serviços, tarifas e contratos de arrendamentos;
- Manter relacionamento com as instituições financeiras conceituadas no mercado nacional;
- Criar sistemas de controle que permitam a maior transparência dos processos de Licitação, Compras e Desmobilização, visando ao atendimento às informações dos órgãos controladores (TCU, AGU, CGU, Ciset, SEP, etc) e ao Público em geral.

GERÊNCIA DE TESOUREARIA - GFT

Descrição sumária das atribuições:

- Planejar, gerenciar, organizar e controlar os serviços de Tesouraria, bem como os de Fluxo de Pagamentos e Recebimentos, através do registro de entrada e saída de dinheiro, cheques, duplicatas, notas fiscais e outros, assegurando a regularidade das variações financeiras, de acordo com a política da Diretoria Financeira;
- Manter contatos com Bancos e Fornecedores;
- Manter a Diretoria Executiva informada, diariamente, do desempenho do caixa da CODESP;
- Supervisionar as operações financeiras realizadas, bem como as relacionadas à previsão de recebimento, financiamento e de pagamentos;
- Atuar de forma pró-ativa no desenvolvimento de suas atribuições;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão.
- Receber e registrar no sistema de contas a pagar as faturas e notas fiscais de materiais e serviços recebidas dos gestores dos respectivos contratos devidamente conferidas e visadas para pagamento;
- Conferir as retenções de impostos e contribuições consideradas nas notas fiscais dos fornecedores de prestadores de serviços, com vistas ao atendimento ao que determina a legislação vigente, que considera a CODESP como solidariamente responsável.

- Elaborar planilhas para recolhimentos dos valores retidos conforme item anterior;
- Emitir relações diárias das notas fiscais a serem pagas, obedecendo-se a ordem cronológica de vencimentos; e
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão.

GERÊNCIA DE FATURAMENTO – GFF

Descrição sumária das atribuições:

- Planejar, gerenciar, organizar, supervisionar e controlar as atividades do setor de faturamento e Contas a Pagar;
- Calcular diariamente as provisões dos navios programados para atracar no Porto, encaminhando em seguida à FFA, para cobrança;
- Enquadrar os serviços realizados, de acordo com a Tarifa do Porto, alimentando o Sistema SUFAN com todas as informações de movimentação dos navios;
- Analisar cada Contrato de Arrendamento e Termos de Permissão de Uso, para fins de Faturamento;
- Alimentar o Sistema de Locação com todas as informações dos Contratos de Arrendamento, Termos de Permissão de Uso;
- Emitir diariamente o faturamento e respectivos boletos bancários referentes às operações dos navios, com base nas informações da Supervia Eletrônica de Dados – SED, encaminhando em seguida à FFA, para cobrança;
- Emitir o Faturamento correspondente aos Contratos de Arrendamento e Termos de Permissão de Uso, e respectivos boletos bancários encaminhando em seguida à FFA, para cobrança;
- Emitir o Faturamento correspondente ao consumo de água, energia elétrica e aluguel de telefones, das áreas arrendadas e usuários do Porto, cujos dados são recebidos das áreas técnicas e devidamente atestados, e respectivos boletos bancários encaminhando em seguida à FFA, para cobrança;
- Emitir o faturamento correspondente aos demais serviços constantes da Tarifa do Porto, bem como a utilização de mão de obra da CODESP, mais especificamente de Guardas Portuários utilizados em escolta no Porto, acidentes ambientais, ressarcimentos, entre outros, encaminhando em seguida à FFA juntamente com os boletos bancários, para cobrança;

- Realizar a conferência do faturamento diário da CODESP, analisando os dados de cliente, itens, preços de tarifas, codificação dos serviços, verificar os impostos incidentes;
- Desenvolver Normas e Procedimentos que possibilitem o controle das operações e dos programas e aplicativos de informática, avaliando os resultados para assegurar o processamento regular das atividades para o bom andamento das operações processadas;
- Controlar o recebimento dos valores faturados, emitindo as cobranças dos valores não recebidos nos vencimentos estipulados;
- Manter a Diretoria Executiva informada, diariamente, do desempenho do faturamento da CODESP;
- Atuar de forma pró-ativa no desenvolvimento das suas atribuições;
- Receber as faturas emitidas pela Gerência de Faturamento e endereçá-las aos arrendatários e usuários do Porto;
- Baixar diariamente no sistema de Contas a Receber as faturas pagas no dia anterior, com base nas informações recebidas dos Bancos;
- Emitir cartas de cobrança, obedecidos aos prazos da rotina existente, na falta de pagamento pelos usuários e arrendatários, bem como preparar planilhas com os débitos atualizados, considerando-se a aplicação dos encargos financeiros decorrentes;
- Encaminhar ao Cartório de Protestos as faturas não pagas nos prazos estabelecidos;
- Acompanhar os pagamentos das prestações relativas aos Parcelamentos concedidos aos arrendatários e usuários, encaminhando-se ao jurídico para as providências cabíveis, nos casos de inadimplência;
- Controlar diariamente os pagamentos de provisões efetuadas pelos usuários, com base em documentos emitidos pela Gerência de Faturamento, com vistas à liberação de atracação de navios, através da Gerência de Atracação e Serviços – SAA;
- Receber, conferir e controlar as fianças bancárias ou outros tipos de garantias apresentadas, com vistas à liberação de atracação de navios ou de outros serviços requisitados;
- Preparação de relatórios e planilhas relativos aos débitos de empresas inadimplentes objetivando prestar informações à Diretoria e oferecer respostas às solicitações de esclarecimentos dos Órgãos Colegiados e fiscalizadores da CODESP; e
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão.

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE - GFC

Descrição Sumária das Atividades:

- Gerenciar os serviços da área de Contabilidade Geral da empresa, bem como aos relacionados ao sistema de registro e operações, atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário;
- Responsabilizar-se pela supervisão e orientação dos subordinados quanto a escrituração contábil, pela conciliação das contas patrimoniais e de resultado, verificação dos lançamentos contábeis;
- Organizar, elaborar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contas aplicando as normas contábeis;
- Preparar a declaração do Imposto de Renda e as informações adicionais e assessorias aos órgãos de fiscalização Federal, Estadual e Municipal;
- Elaborar as guias de recolhimento mensais de tributos, exceto os de competência da área de Recursos Humanos; e,
- Acompanhar a situação patrimonial, elaborando relatórios de situação.

GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO E DESMOBILIZAÇÃO - GFD

Descrição Sumária das atribuições:

- Registrar, identificar física e contabilmente, bem como controlar os bens patrimoniais do Ativo Imobilizado da CODESP,
- Registrar e controlar os bens da União Federal sob o uso e guarda da CODESP, oferecendo suporte ao Serviço de Patrimônio da União - SPU, sempre que solicitado.
- Acompanhar a movimentação física dos bens, envolvendo as transferências e baixas, de acordo com as rotinas vigentes.
- Controlar de bens baixados, passíveis de alienação, e de sucatas recolhidas.
- Elaborar procedimentos e condições de venda através de leilão ou convite, bem como apurar posteriormente o resultado providenciando o fechamento contábil de cada leilão realizado.
- Controlar as Apólices de Seguro de Bens da CODESP e da União Federal sob seu uso e guarda, bem como a Apólice de Seguro de Vida em Grupo dos funcionários

da CODESP e dos membros dos Órgãos Colegiada, acompanhar os pagamentos de prêmios, sinistros, recebimentos de indenizações, endossos (alterações) e elaborar os elementos técnicos para licitações.

- Analisar as Apólices de Seguro encaminhadas pelos arrendatários, através do órgão gestor (DPT), e emitir pareceres atestando quanto ao atendimento às exigências contratuais no que diz respeito à efetiva garantia securitária dos bens arrendados.

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO – SFA

Descrição sumária das atribuições:

- Coordenar as áreas sob sua subordinação, fazendo cumprir as metas e normas definidas pela Diretoria de Administração e Finanças.
- Planejar o quadro de pessoal da Autoridade Portuária de Santos sob os aspectos de quantidade e qualificação, por área.
- Executar rotinas trabalhistas de administração de pessoal, como: contratação, registro, controle de frequência, pagamento, programação e controle de férias, demissão, aplicação de penalidades e saúde do trabalhador.
- Administrar a concessão de benefícios.
- Administrar o Plano de Cargos e Salários – progressões e promoções.
- Formular, para aprovação da Diretoria, a Política de Recursos Humanos na transição CODESP/Autoridade Portuária de Santos.
- Conduzir as negociações trabalhistas e administrar o relacionamento com os sindicatos representativos dos trabalhadores e autoridades trabalhistas em Santos.
- Estruturar o programa de desenvolvimento continuado do pessoal na transição CODESP/Autoridade Portuária de Santos.
- Programar o treinamento e a sua execução, diretamente ou através de terceiros.
- Elaborar e gerir o orçamento de treinamento.
- Planejar, Gerenciar e Coordenar as atividades pertinentes a Gerência de Licitações, Compras e Desmobilização, de forma a atender de forma adequada e em conformidade com as diretrizes da companhia.

GERÊNCIA DE RELAÇÕES HUMANAS E TREINAMENTO – GFH

Descrição sumária das atribuições:

- Elaborar e desenvolver os programas de assistência social.
- Preparar e executar a programação de integração de novos empregados, estagiários e aprendizes.
- Acompanhar e instruir processos de auxílio doença, acidente do trabalho e frequência irregular.
- Controlar os processos relativos ao seguro de vida, orientando os beneficiários.
- Organizar e conduzir os processos de Reabilitação e Recuperação Profissional.
- Realizar exames médicos periódicos e solicitar, para análise e controle, exames laboratoriais junto a Laboratório credenciado.
- Realizar os exames médicos necessários em casos de admissão de novos empregados; no desligamento de pessoal; e nos casos de retorno ao trabalho de empregados afastados, por um longo período, para tratamento de saúde.
- Participar de Órgãos e Programas Públicos Sociais, tais como: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos- CMDCA e Conselho Municipal Antidrogas de Santos - COMAD.
- Efetuar visitas domiciliares a empregados afastados.
- Promover práticas e processos de gestão, visando melhor qualidade de vida.
- Criar e rever políticas que busquem inovações no mercado para melhor qualificação dos empregados.
- Administrar processos de estágios curriculares.
- Gerenciar o Centro de Treinamento.
- Efetuar levantamento das necessidades de treinamento.
- Planejar, gerenciar, organizar e controlar as atividades de programação, execução e avaliação de treinamento e desenvolvimento de pessoal.
- Propor estratégias e metodologias a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos de capacitação e desenvolvimento social dos empregados.

- Acompanhar e orientar as realizações de cursos e seminários de acordo com os objetivos e prioridades fixadas para atender a cada função exigida pela CODESP nas suas operações e atividades administrativas.
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão.
- Coordenar, promover, controlar e executar as atividades de estudos e elaboração de normas, acordos e contratos de trabalho, acompanhando seu cumprimento.
- Administrar as atividades de cargos e salários, sua organização execução, controle e avaliação.
- Atuar no controle das promoções e transferências.
- Estabelecer critério e avaliar o desempenho dos empregados.
- Participar e desenvolver pesquisas salariais.
- Acompanhar a evolução salarial, através dos indicadores econômicos e orientar aos dirigentes da empresa nas negociações sindicais.
- Instruir processos de aposentadorias e ações trabalhistas.
- Elaborar estudos e normas de relações trabalhistas.
- Participar das negociações trabalhistas, administrando e organizando as reuniões com representantes sindicais e autoridades trabalhistas, objetivando a elaboração de acordos coletivos de trabalho e outros.
- Atuar como preposto da empresa junto ao Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho e Ministério do Planejamento e Gestão (DEST).
- Atender e orientar o público em assunto de relações do trabalho.
- Elaborar estudos para proposição de política salarial.
- Elaborar, preencher e encaminhar requerimentos.
- Orientar os empregados nos processos de aposentadoria.
- Organizar e administrar o protocolo e arquivo de pessoal.
- Registrar e encaminhar documentos relativos a empregados e ex-empregados.
- Instaurar e instruir inquéritos administrativos, exceto os de competência da Guarda Portuária.

- Efetuar levantamento das necessidades de pessoal e propor a realização de concurso público.
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão.
- Realizar outros serviços correlatos às atividades de relações de trabalho.
- Planejar, gerenciar, organizar e controlar as atividades de programação, execução e avaliação de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos;
- Prover e executar os programas de formação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos;
- Planejar, promover e coordenar a execução de estudos e pesquisas na área de inovações tecnológicas portuárias;
- Firmar acordos de cooperação técnica e parcerias com entidades nacionais e estrangeiras, órgãos governamentais, instituições de ensino público e privado e outras instituições de reconhecimento tecnológico que possam contribuir para o desenvolvimento do pessoal portuário;
- Propor estratégias e metodologias a ser adotadas no desenvolvimento dos trabalhos de capacitação e desenvolvimento social dos empregados;
- Promover ações de cunho social e de lazer para os empregados, visando a socialização das famílias e empregados;
- Acompanhar e orientar as realizações de cursos, seminários de acordo com os objetivos e prioridades fixadas para atender a cada função exigida pela CODESP nas suas operações e atividades administrativas;
- Buscar o treinamento voltado à especialização e ao desenvolvimento profissional dos empregados da CODESP; e
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão.

GERÊNCIA DE RELAÇÕES HUMANAS E SINDICAIS – GFR

Descrição sumária das atribuições:

- Planejar, gerenciar, organizar as atividades relacionadas com o atendimento dos representantes das classes sindicais;
- Propor estratégias e metodologias a serem adotadas no relacionamento com as representações sindicais e de classe;

- Promover ações de cunho social e de lazer para os empregados, visando à socialização das famílias e empregados e a integração com as entidades sindicais e de classe;
- Atuar como representante da empresa junto ao Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho e Ministério do Planejamento e Gestão (DEST);
- Gerenciar os serviços de Cargos e Salários e Benefícios da empresa, bem como os relacionados à administração e orientação da política de cargos e salários, descrições e classificações de cargos, avaliação de desempenho, sistemas de promoções e desenvolvimento de pesquisas salariais;
- Acompanhar a evolução salarial, através dos indicadores econômicos e orientar aos dirigentes da empresa nas negociações sindicais;
- Gerenciar as atividades relativas aos planos de benefícios oferecidos pela empresa;
- Gerenciar os serviços da área de Recursos Humanos relacionados aos concursos públicos;
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão;

GERÊNCIA DE CONTROLE E PAGAMENTO DE PESSOAL – GFP

Descrição sumária das atribuições:

- Executar as atividades de registros e controle das rotinas trabalhistas de administração de pessoal:
- Realizar as anotações funcionais em fichários individuais e Carteiras Profissionais.
- Instruir processos de aposentadorias, benefícios e trabalhistas.
- Elaborar e fornecer atestados diversos.
- Atender público em geral.
- Atuar na gestão e controle do plano de saúde; do vale refeição/alimentação; do vale transporte; e da complementação de aposentadoria.
- Executar as atividades de registro e controle financeiro.
- Analisar, conferir e elaborar de cálculos de processos trabalhistas.
- Elaborar e preencher guias para recolhimentos fundiários, previdenciários e fiscais, bem como contribuições sindicais e confederativas.

- Elaborar recibos extrafolha.
- Atuar no controle e pagamento de ações reparatorias.
- Atuar no controle e pagamento dos descontos efetuados a título de pensão alimentícia.
- Elaborar relações dos descontos a serem efetuados no pagamento de pessoal.
- Elaborar os procedimentos necessários às rescisões do contrato de trabalho.
- Atuar na elaboração e controle do pagamento da DIREXE, CONFIS e CONSAD e Sindicalistas.
- Elaborar informação para ressarcimento de pessoal cedido.
- Executar atividades para fins de: pagamento de horas trabalhadas e respectivas vantagens.
- Controlar o ponto de pessoal, para fins de pagamento e respectivas vantagens.
- Registrar e controlar as substituições, interinidades e transferências.
- Atuar na gestão e controle dos contratos de prestação de serviços dos patrulheiros e aprendizes.
- Propor estratégias e metodologias a serem adotadas para prover a Folha de Pagamento dos dados mais fidedignos com a situação da empresa.
- Elaborar e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, aposentados complementados e estagiários.
- Elaborar relatórios, informes de rendimentos, resumos e cadastros referentes a pagamentos, descontos e benefícios.
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão.
- Realizar outros serviços correlatos às atividades de controle e administração de pessoal.

GERÊNCIA DE CONTRATAÇÕES E LICITAÇÕES - GFL

Descrição sumária das atribuições:

- Gerenciar, organizar e elaborar os Termos de Referência que dão suporte aos Editais de licitação de Materiais e Serviços da empresa;

- Acompanhar o processo licitatório das contratações da empresa;
- Desenvolver Normas e Procedimentos de acompanhamento e controle da execução dos contratos e do recebimento dos materiais licitados;
- Responder pela fidelidade do processo licitatório, juntamente com a Comissão de Licitação;
- Manter controle de vencimento dos contratos de forma a possibilitar a realização de nova licitação antes do término dos Contratos;
- Cumprir e fazer cumprir as regras e determinações definidas na Lei nº 8.666/93 e as suas alterações;
- Elaborar os contratos, observando as características e definições estabelecidas no Edital e em conformidade com as normas jurídicas vigentes; e,
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão.

GERÊNCIA DE COMPRAS E SERVIÇOS - GFS

Descrição sumária das atribuições:

- Planejar, gerenciar, organizar e controlar os serviços de terceiros contratados e que estejam sob a sua gestão;
- Planejar, gerenciar, organizar e controlar o recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais adquiridos pela empresa em tempo a atender às necessidades das demais áreas da CODESP;
- Desenvolver Normas e Procedimentos capazes de promover o adequado funcionamento e controle das atividades de contratação de serviço, de materiais, de armazenamento, de recebimento e de distribuição dos materiais adquiridos;
- Organizar e gerenciar cadastro de fornecedores de materiais e serviços de uso da administração da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS;
- Promover e publicar os Editais de Licitações de conformidade com as especificações contidas nos Termos de Referência e nos moldes estabelecidos na legislação vigente;
- Fiscalizar os serviços gerais contratados para a empresa.
- Desenvolver relatórios que produzam as informações necessárias ao controle das operações, atendimento as Auditorias Interna e Externa, e as respostas emanadas da Diretoria Executiva; e,
- Acompanhar e buscar o alcance das metas estabelecidas nos Indicadores de Gestão.

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E CONTROLE

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – SEE

Descrição sumária das atribuições:

- Elaborar e atualizar o “Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos” – PDZ, em articulação com as demais áreas da empresa;
- Planejar a identificação do inter-relacionamento organizacional, levantamento dos dados, análise e aplicação dos conhecimentos do “modus operandi” e funcionamento geral, diagnóstico, elaboração do diagrama de funcionamento geral;
- Gerenciar e supervisionar a elaboração da nova estrutura organizacional, modelo do macro funcionamento geral;
- Planejar, organizar e supervisionar a implantação da nova estrutura organizacional e elaboração do regimento interno, definição de rotinas, instruções e atos normativos de procedimentos e controles operacionais;
- Implantar a nova realidade empresarial, tendo como meta a Governança Corporativa e a Gestão por Resultado, bem como a adequação do Estatuto e do Código de Ética a ser implantado;
- Elaborar o Regimento Interno da Companhia, com a participação das áreas de negócio e funcionais e avaliar a sua implantação, procedendo às revisões, quando demandadas;
- Supervisionar a elaboração de normas e procedimentos administrativos, cuidando pela sua compatibilidade com a estrutura operacional integrada ao Regimento Interno; e,
- Proceder à revisão da Estrutura Operacional da Companhia visando sua integração com o Regimento Interno.
- Desenvolver e orientar o estabelecimento dos princípios de controle, práticas e métodos a serem adotados para o acompanhamento dos projetos da empresa;
- Desenvolver programas de metas de planejamento financeiro para a elaboração dos Termos de Referência das obras e serviços a ser licitados;
- Desenvolver programa de aferição de custos das obras e serviços a ser licitados, bem como o acompanhamento, aferindo o desempenho do custo orçado com o realizado;

- Desenvolver metodologia de acompanhamento da performance do Projeto de Expansão da área portuária e do reordenamento do Porto de Santos;
- Planejar e proceder ao acompanhamento dos projetos em andamento no Porto de Santos;
- Controlar os cronogramas das obras e serviços contratados pela empresa, emitindo relatórios periódicos onde seja identificado o cumprimento de prazos e custos de cada evento em curso na empresa, dando ênfase aos projetos cujos recursos sejam originários de aporte da União; e,
- Assessorar a Diretoria em assuntos de natureza financeira, orçamentária, de execução das obras e desempenho dos serviços contratados e/ou administrados diretamente.

GERÊNCIA DE INDICADORES DE GESTÃO – GEI

Descrição sumária das atribuições:

- Gerenciar os serviços pertinentes ao acompanhamento dos indicadores e metas estabelecidos pela empresa;
- Analisar os indicadores informados pelos diversos atores do processo e, tecer os comentários a respeito, sugerindo e/ou promovendo mudanças no processo de forma a adequá-lo a realidade da empresa;
- Promover a adequação das informações de forma a preservar a realidade da empresa, bem como da justa pontuação do atingimento das metas previstas;
- Buscar de forma pró-ativa a participação de todos os atores do contexto da Gestão de Metas, orientando e conduzindo de forma a obter as metas propostas;
- Assessorar a superintendência quanto às ações de planejamento e acompanhamento das metas, bem como nas apresentações a Diretoria Executiva;
- Elaborar os relatórios para a apresentação na Diretoria Executiva; e,
- Alertar sobre as situações relativas ao processo de Gestão de Metas Corporativas da empresa.

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS – GEP

Descrição sumária das atribuições:

- Gerenciar os serviços da área de Planejamento e Controle dos Projetos e andamento na empresa;

- Proceder ao acompanhamento dos projetos ao nível de campo, realizando medições que possibilitem à correta aferição do andamento das obras e serviços;
- Coordenar o levantamento dos custos e despesas relacionados aos projetos em desenvolvimento, antes de se proceder ao Termo de Referência para a licitação da obra e/ou serviço;
- Analisar as planilhas de custo que embasam os Termos de Referência, antes do lançamento do Edital de Licitação;
- Manter-se atualizado sobre inovações tecnológicas, relativas aos produtos existentes no mercado;
- Assessorar a superintendência quanto à aquisição de equipamentos e/ou utilização de novas tecnologias, de novos equipamentos, contratação de fornecedores e de serviços especializados.

GERÊNCIA DE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO – GEE

Descrição sumária das atribuições:

- Planejar e controlar projetos de obras dentro da CODESP, otimizando o uso de recursos e reduzindo riscos;
- Elaborar e atualizar o “Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos” – PDZ, atuando em articulação com as demais áreas da empresa;
- Avaliar projetos de implantação e/ou melhorias em instalações portuárias arrendadas, ouvindo as áreas da empresa envolvidas, e emitindo parecer;
- Desenvolver e analisar projetos básicos de engenharia para as obras de expansão e de melhorias do porto de Santos, ouvindo as áreas da empresa envolvidas;
- Realizar o levantamento dos custos e despesas relacionados aos projetos a desenvolver, para compor os documentos de licitação da obra e/ou serviço;
- Desenvolver os desenhos das áreas a serem arrendadas, para compor os documentos de licitação;
- Manter cadastro dos desenhos as-built das áreas e instalações arrendadas, compreendendo descritivo das respectivas instalações;
- Manter cadastro da planta de ocupação física das áreas do porto organizado;
- Manter atualizado os valores das áreas do porto organizado, para fins de arrendamento;

- Gerenciar o serviço de desenho da empresa, verificando sua adequabilidade e padronização na elaboração;
- Manter o cadastro dos desenhos desenvolvidos na CODESP;
- Manter atualizado o cadastro de áreas da União, sob gestão da CODESP, propondo medidas de sua recuperação, reocupação e valorização;
- Desenvolver/analisar estudos de viabilidade técnico-econômica para os projetos, ou por solicitação de organismos de controle;
- Consolidar os cronogramas das obras e serviços contratados pela empresa, emitindo relatórios periódicos onde seja identificado o cumprimento de prazos e custos de cada evento em curso na empresa, dando ênfase aos projetos cujos recursos sejam originários de aporte da União, com apoio das gerências de Medição e Controle;
- Manter-se atualizado sobre inovações tecnológicas relativas aos produtos existentes nos mercados relacionados ao negócio da CODESP.

GERÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO - GEN

Descrição Sumária das Atividades:

- Elaborar e atualizar o “Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos” – PDZ, em articulação com as demais áreas da empresa;
- Planejar a identificação do inter-relacionamento organizacional, levantamento dos dados, análise e aplicação dos conhecimentos do “modus operandi” e funcionamento geral, diagnóstico, elaboração do diagrama de funcionamento geral;
- Gerenciar e supervisionar a elaboração da nova estrutura organizacional, modelo do macro funcionamento geral;
- Planejar, organizar e supervisionar a implantação da nova estrutura organizacional e elaboração do regimento interno, definição de rotinas, instruções e atos normativos de procedimentos e controles operacionais;
- Implantar a nova realidade empresarial, tendo como meta a Governança Corporativa e a Gestão por Resultado, bem como a adequação do Estatuto e do Código de Ética a ser implantado;
- Elaborar o Regimento Interno da Companhia, com a participação das áreas de negócio e funcionais e avaliar a sua implantação, procedendo às revisões, quando demandadas;

- Supervisionar a elaboração de normas e procedimentos administrativos, cuidando pela sua compatibilidade com a estrutura operacional integrada ao Regimento Interno; e,
- Proceder à revisão da Estrutura Operacional da Companhia visando sua integração com o Regimento Interno.
- Responder pela elaboração das normas e procedimentos da companhia que explicitam o funcionamento da organização, de forma a facilitar a integração das suas estruturas básica e operacional;
- Responder pela atualização da Estrutura Básica em funcionamento divulgando as mudanças internas ocorridas e aprovadas em DIREXE;
- Manter os Manuais Operacionais e o Regimento Interno sempre atualizado bem como as Normas e Procedimentos sempre em conformidade com as diretrizes e legislações emanadas dos Poderes Federal, Estadual, Municipal e dos órgãos normatizadores tais como: Secretaria Especial de Portos (SEP), Tribunal de Contas da União (TCU), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Conselho de Autoridade Portuária (CAP) e Departamento de Controle de Empresas Estatais (DEST).

GERÊNCIA DE CUSTOS E ORÇAMENTO - GEO

Descrição sumária das atribuições:

- Gerenciar e supervisionar todos os trabalhos de preparação orçamentária, interagindo com as demais áreas da empresa, desenvolvendo procedimentos sobre prazos e critérios, definindo parâmetros econômico-financeiros, fornecendo subsídios de análise necessários à elaboração do orçamento anual;
- Elaborar o Orçamento de custeio e investimentos e acompanhar a execução orçamentária;
- Gerenciar a execução dos programas de controles internos;
- Proceder ao acompanhamento do planejamento financeiro de curto, médio e longo prazo;
- Acompanhar a liberação de verbas orçamentárias, tanto as emanadas do Tesouro Nacional (Investimento), quanto às de Recurso Próprio (Custeio e Investimento);
- Elaborar fluxo de caixa e controlar a sua execução;
- Elaborar os relatórios gerenciais de desempenho dos resultados;
- Assessorar a superintendência em assuntos de natureza orçamentária.

GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – GET

Descrição sumária das atribuições:

- Planejar, organizar, supervisionar e orientar as atividades de desenvolvimento de sistemas;
- Responsabilizar-se pela manutenção de sistemas já em uso e os que vierem e ser implantados;
- Desenvolver normas e procedimentos a ser adotados, visando à eficácia, a eficiência e a segurança dos sistemas de informação da empresa;
- Gerenciar, técnica e administrativamente, todas as atividades de informática da empresa;
- Dirigir a execução dos serviços de processamento de dados, o seu desenvolvimento e produção, e responder pelos equipamentos, suporte técnico, análise de sistemas e operações;
- Planejar, organizar, supervisionar e orientar as atividades de suporte e manutenção dos softwares utilizados na empresa, abrangendo sistema operacional, sistema de rede, sistema de bancos de dados, bem como outros de apoio à operação dos computadores, com o objetivo de viabilizar ao máximo a utilização dos recursos e equipamentos de informática disponíveis na empresa;
- Manter ligações com os departamentos usuários, fornecendo-lhes o suporte necessário para melhorar as atividades da organização através de métodos e técnicas mais avançadas ou através da melhor utilização dos recursos disponíveis;
- Integrar os sistemas disponíveis nos atores externos (Aduana / Receita Federal / Ecovias / Capitania dos Portos / SISCOMEX e etc...) com os sistemas internos de forma a facilitar à utilização integrada dos usuários do sistema portuário;
- Gerenciar a equipe de técnicos de suporte às atividades de análise, seleção, aquisição, instalação, programação e manutenção de software e hardware, compatibilizando sistemas operacionais e aplicativos;
- Responder por todas as atividades técnicas e administrativas do seu grupo, monitorando orçamentos e prazos, planejando e controlando as atividades de forma a tomar as decisões corretivas e preventivas de modo a atingir a maior satisfação dos usuários;
- Gerenciar a equipe de técnicos de suporte às atividades de análise, seleção, aquisição, instalação, programação e manutenção de equipamentos, software e hardware, da Central Telefônica em uso;

- Responder por todas as atividades técnicas e administrativas do seu grupo, monitorando orçamentos e prazos, planejando e controlando as atividades de forma a tomar as decisões corretivas e preventivas de modo a atingir a maior satisfação dos usuários;
- Manter ligações com os departamentos usuários, fornecendo-lhes o suporte necessário para melhorar as atividades da organização através de métodos e técnicas mais avançadas ou através da melhor utilização dos recursos disponíveis;
- Planejar, organizar, supervisionar e orientar as atividades de desenvolvimento de sistemas e equipamentos de Telecomunicações;
- Programar e executar, ou contratar, a manutenção das redes de telefonia, informática e telecomunicações;
- Preparar o necessário Termo de Referência para locação de rádios transceptores portátil e de aparelhos de telefonia celular, visando atender às necessidades de comunicação;
- Desenvolver normas e procedimentos a ser adotados, visando à eficácia, a eficiência e a segurança dos sistemas de telecomunicações da empresa; e,
- Manter a equipe, como um todo, atualizada das normas vigentes, bem como das inovações chegadas ao mercado.

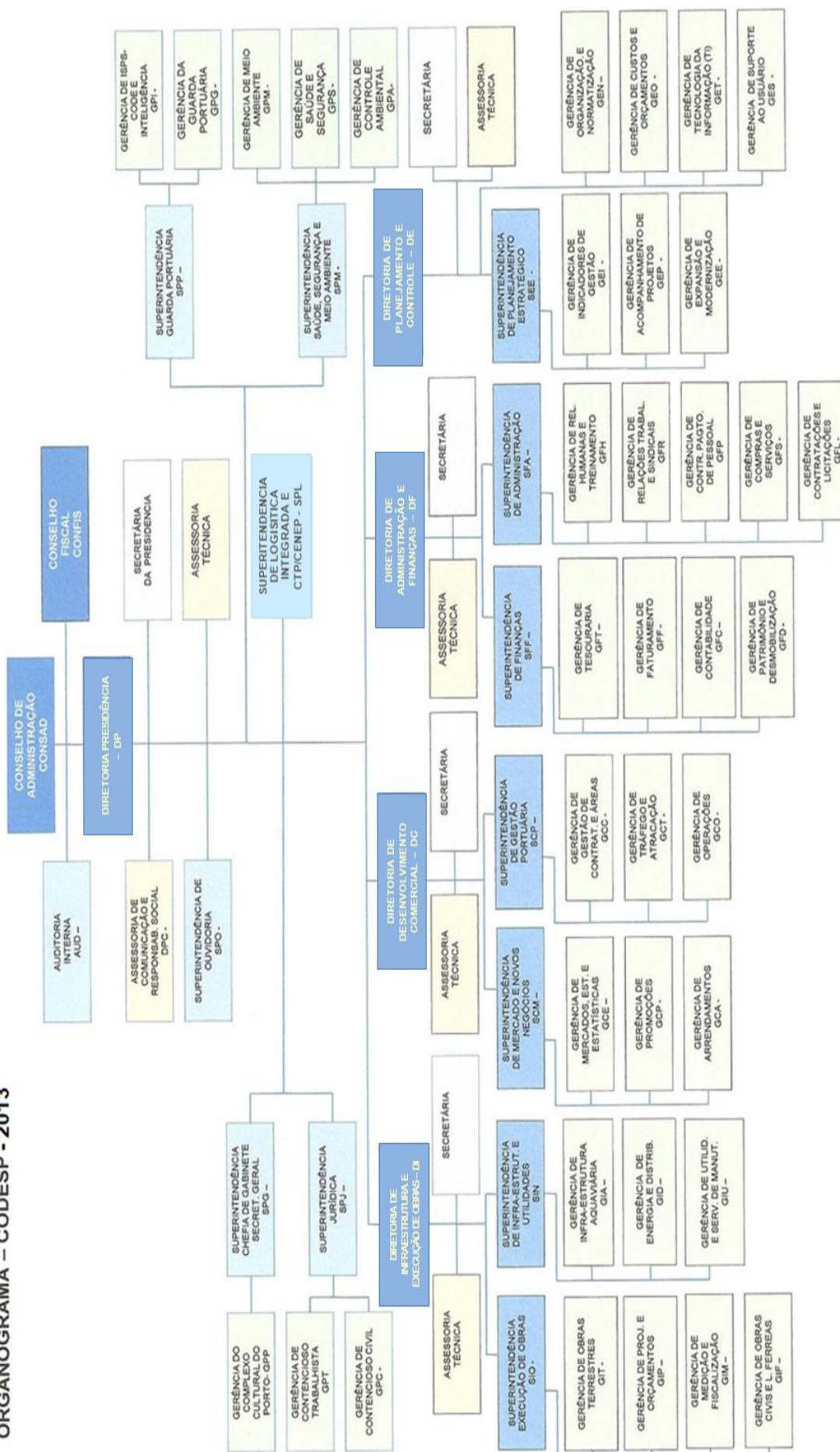
GERÊNCIA DE SUPORTE AOS USUÁRIOS – GES

Descrição sumária das atribuições:

- Prover atendimento aos usuários (Help Desk) e também por processos referentes à Infraestrutura e Telecomunicações;
- Acompanhar a situação dos ambientes operacionais e serviços de tecnologia;
- Propor e aplicar soluções de contorno nos ambientes operacionais;
- Programar e executar atividades rotineiras que garantam a operação do ambiente de TI;
- Identificar e tratar incidentes, provendo atendimento aos usuários (Help Desk);
- Realizar a manutenção corretiva e prevenir a ocorrência de problemas;
- Realizar a preparação física e lógica;
- Gerir a manutenção e atualização das soluções de infraestrutura de TI implementadas;

- Assegurar que o ambiente ou a solução estejam de acordo com as exigências definidas;
- Planejar a mudança de infraestrutura e de aplicativo, analisando os riscos da mudança;
- Implementar soluções de infraestrutura de TI convergentes com as estratégias de negócio da corporação;
- Determinar recursos necessários de alteração solicitada e realizar as atualizações de configuração de sistemas, identificando os itens de configuração a serem monitorados.

ORGANOGRAMA – CODESP - 2013



1.4 Macroprocessos finalísticos

A CODESP tem por objeto social realizar, em harmonia com os planos e programas da Secretaria dos Portos da Presidência da República, a administração do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporados ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio, cujas suas principais atribuições destacamos a seguir:

Administração – Autoridade Portuária

Sua missão tem sido gerir, facilitar, regular, administrar, fiscalizar, podendo desenvolver atividades comerciais no Porto de Santos, dando suporte às atividades portuárias, criando condições para o seu crescimento, com responsabilidade socioeconômica e ambiental.

Autoridade e administradora portuária, modelo na gestão do Porto Organizado de Santos, atua com sustentabilidade, eficiência, eficácia e comprometimento, sendo referência socioambiental e na qualidade dos serviços prestados.

Desempenho Comercial

O desempenho comercial e operacional da Codesp e do Porto de Santos foi marcado com o prêmio Guia Marítimo, como o melhor porto organizado do Brasil no ano de 2012, com base em pesquisa junto aos usuários dos portos nacionais, reconhecendo Santos como o porto mais bem aparelhado e o de melhor nível de prestação de serviços no setor portuário nacional.

Os resultados obtidos neste exercício confirmam essa performance. O Porto de Santos completa 121 anos celebrando o melhor desempenho comercial de sua história, atingindo a marca recorde anual de movimentação de cargas de 114 milhões de toneladas, 9,1% acima do total apurado no ano passado (104,5 milhões t). O complexo tem recebido navios cada vez maiores, reflexo do aprofundamento e alargamento do canal de navegação. Até 2011, embarcações com comprimento superior a 335 metros chegavam ao porto com uma frequência mensal e hoje atracam a cada dez dias. As consequências dessa performance são a redução de custos no transporte de mercadorias.

Entretanto, apesar do excelente desempenho, o Porto enfrentou problemas, que exigiram muito empenho da Autoridade Portuária para minimizá-los. Destacamos os transtornos verificados no sistema viário, durante o escoamento das safras agrícolas, e o incêndio que destruiu o terminal açucareiro operado pela Copersucar.

A Codesp adotou ações para minimizar os impactos gerados pelo grande fluxo de veículos, verificados dentro e fora do Porto Organizado, no primeiro semestre deste ano. Dentre elas destacamos o pleito junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para transferência de áreas da União, localizadas na região, para a Codesp.

O ato de transferência das áreas da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), com 226,7 mil m², e da área da Avenida Mário Covas (ex Lloydbratti), com 20 mil m², concretizado em 4 de abril, objetivou disponibilizar espaços para estacionamento de caminhões que transportam cargas com destino ao Porto de Santos. Para utilização do terreno da RFFSA

foi desenvolvido projeto básico para viabilizar a infraestrutura necessária para seu funcionamento. A área da Lloydbratti, que se encontra preparada para uso, passou por processo judicial visando sua desocupação pela empresa Terminal Retroportuário de Cubatão S.A. (Brasil Terminal Retroportuário), que alegava possuir Termo de Autorização de Uso emitido pela SPU, concretizando-se, no dia 10 de dezembro, a entrega da área à Codesp para funcionamento como zona de estacionamento rotativo de caminhões que se destinam aos terminais portuários.

Além disso, a Codesp estabeleceu regras para o tráfego de caminhões na área do Porto Organizado, através da Resolução DP nº 136/2013, que determina a obrigatoriedade de todos os terminais portuários interligarem seus sistemas logísticos, *on line*, ao Sistema de Gestão de Tráfego de Caminhões (SGTC) da Codesp, além de informar seus clientes da obrigatoriedade do cumprimento da resolução.

A referida Resolução determina, também, que os terminais portuários que se utilizarem dos pátios reguladores deverão considerar o agendamento, desde a origem, para entrada naqueles locais, podendo os veículos se dirigirem ao terminal portuário de destino quando existirem vagas no estacionamento rotativo a ele designado. A nova medida determina que os terminais somente podem autorizar a expedição da documentação fiscal em seu nome, após o prévio agendamento do respectivo veículo que transportará a carga. Na documentação fiscal deverá constar o número do agendamento que será fornecido pelo terminal ao seu cliente.

Fica proibido, ainda, o recebimento de qualquer veículo sem o prévio agendamento e, no caso de sua chegada sem cumprir tal procedimento, é obrigação do terminal comunicar o fato à Codesp.

Há cerca de dois anos, a Codesp vem trabalhando no desenvolvimento de um sistema capaz de monitorar a programação de agendamento dos terminais, comparando dados enviados pelos operadores/terminais do número de veículos agendados, à taxa de ocupação de pátios e armazéns e o atendimento ao navio. Para tanto, a empresa investiu na elaboração de softwares e na instalação de OCR – equipamento de leitura capaz de identificar a placa dos veículos que trafegam nas vias (na margem direita), em fase de adaptação.

Hoje, o software está plenamente desenvolvido e cerca de 95% dos terminais estão com seus sistemas logísticos integrados ao SGTC da Codesp. Todos os terminais integram o seu agendamento e a entrada e saída de caminhões de suas instalações ao sistema e aqueles que operam graneis sólidos de origem vegetal disponibilizam, também, as informações sobre a entrada e saída de caminhões dos pátios reguladores.

Ainda com o propósito de evitar a formação de filas de caminhões na cidade e nos acessos rodoviários ao Porto, no período de pico do escoamento da safra agrícola de 2014, a SEP está desenvolvendo o sistema Portolog – Cadeia Logística Portuária Inteligente. Ele visa sincronizar as datas de chegada dos navios e das cargas nos terminais, a programação e o credenciamento de veículos para uso racional e utilização da plena capacidade de acesso ao porto.

Hoje, os terminais portuários utilizam dois pátios reguladores privados, localizados no município de Cubatão, para agendar o tráfego de caminhões. O agendamento é feito a partir da origem da carga. Os veículos só poderão se dirigir ao terminal portuário quando

existirem vagas nos estacionamentos rotativos. É proibido o recebimento de qualquer veículo sem o prévio agendamento.

Serão criadas áreas no planalto paulista para a construção de novos pátios reguladores, que deverão estar em funcionamento ainda no 1º semestre de 2014. A SEP está negociando junto à Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, as áreas para a construção de novos pátios reguladores. Duas áreas públicas estão sendo avaliadas: uma na Via Anhanguera, com 180 mil m², e outra na região de Ribeirão Pires, com 150 mil m². A Codesp também divulgou, em dezembro, convocação de interessados em explorar áreas privadas no planalto para estacionamento de caminhões com destino ao Porto de Santos.

Pela nova sistemática, antes de chegar ao porto, os caminhões serão direcionados para pátios de triagem localizados no planalto e na Baixada Santista. Eles ficarão retidos nos pátios do planalto para serem cadastrados/agendados no sistema Portolog. O objetivo é transferir filas ao longo da estrada, sem infraestrutura, para um lugar seguro nas áreas da União. Após análise de vagas nas proximidades do porto, os caminhões agendados serão encaminhados para os pátios na Baixada, onde serão recepcionados automaticamente (por meio de antenas de RFID), sendo informados (através de sistemas sonoros) do horário de saída para se encaminharem aos terminais portuários.

Trata-se de uma ação planejada para mitigar quaisquer transtornos nas entradas das cidades e nas estradas de acesso ao porto. Esse sistema tem potencial de evitar os problemas enfrentados no passado durante o escoamento da safra.

Santos será o primeiro a receber o sistema, por ser o porto que recebe mais de 50% da safra agrícola a ser exportada, principalmente os produtos do complexo soja e milho.

Em fevereiro do próximo ano, quando a safra começar a crescer de forma mais pronunciada, as regras estarão em plena operação. Ao longo do mês de janeiro a Secretaria de Portos irá discutir as regras de agendamento, detalhadamente, e definir quais serão as penalidades para quem não cumprir os cronogramas. Todo esse esforço de sincronização também passa pelas transportadoras e pelos produtores de grãos.

Seguindo as determinações da SEP, o terminal portuário deverá informar ao Portolog, com sete dias de antecedência, a quantidade de veículos que espera receber. O sistema compatibilizará os pedidos e informará a cada terminal a cota que será atendida.

Abaixo, quadros mostrando os fluxos dos modais ferroviário e rodoviário nos anos de 2012 e 2013. Percebe-se um aumento em torno de 9,0% na média diária do fluxo de vagões em 2013, se comparado ao verificado no ano passado. Já a média diária do tráfego de caminhões aumentou 9,6%, saindo de uma média diária de 8.222, em 2012, para 9.013 neste ano. Cabe destacar o incremento verificado na média diária de caminhões transportando grãos de origem vegetal (18,7%) e contêineres (5,5%).

VAGÕES EM OPERAÇÃO NO PORTO DE SANTOS				
Produto	2012		2013	
	Movimento de Vagões	Média Diária	Movimento de Vagões	Média Diária
	JAN/DEZ	JAN/DEZ	JAN/DEZ	JAN/DEZ
Granel Origem Vegetal	279.001	775	286.163	783
Granel Origem Mineral	11.011	30	9.103	25
Carga Geral e Veículos	19.811	55	25.615	70
Contêineres	13.260	37	36.723	100
Total	323.083	224	357.604	244

CAMINHÕES EM OPERAÇÃO NO PORTO DE SANTOS				
Produto	2012		2013	
	Movimento de Caminhões	Média Diária	Movimento de Caminhões	Média Diária
	JAN/DEZ	JAN/DEZ	JAN/DEZ	JAN/DEZ
Granel Origem Vegetal	562.636	1.563	677.479	1.856
Granel Origem Mineral	191.767	533	255.765	699
Carga Geral e Veículos	50.248	139	51.114	139
Contêineres	2.155.336	5.987	2.306.763	6.319
Total	2.959.987	8.222	3.291.121	9.013

Para melhor informar ao cidadão e autoridades em geral sobre a situação do trânsito nas duas margens do Porto, a Codesp disponibiliza em seu website imagens em tempo real captadas por câmeras instaladas na rotatória da Avenida Engenheiro Augusto Barata, entrada da Alemoa, em Santos, e na Rua Idalino Pinez (Rua do Adubo), em Guarujá.

A Codesp disponibilizou em 19 de abril, aos usuários do Porto, uma sala para atendimento ininterrupto, 24 horas, aos serviços relativos ao Porto Sem Papel e protocolo em geral, atendendo ao estabelecido no programa Porto 24 horas.

Quanto à aquisição e implantação do Vessel Traffic Managment Information System (VTMIS), sistema de gerenciamento de tráfego de navios, a Codesp suspendeu o certame licitatório em setembro, objetivando aprimorar o edital para garantir uma boa contratação, por se tratar de uma solução tecnológica inovadora e sem referências no Brasil. Em dezembro, a empresa retomou os trabalhos, marcando a abertura das propostas para o dia 1º de abril de 2014.

A Gerência de Tráfego e Atracação conta com 12 Controladores de Tráfego Marítimo, que estão conhecendo as rotinas operacionais do setor, inclusive do sistema Porto Sem Papel, das regras de entrada e saída de navios e do funcionamento do SMD Marine, site que informa o posicionamento de navios.

Outros fatores marcaram, profundamente, este exercício. A mudança no marco regulatório do setor portuário, com a promulgação da Lei nº 12.815/13, no dia 05 de junho, inseriu mudanças nas competências da Codesp, requerendo um novo modelo de gestão para atender, com eficiência, às metas a serem definidas pelo Governo Federal para o Porto de Santos. O texto foi regulamentado por meio do Decreto nº 8.033/13, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho.

O Decreto traz ações conjuntas entre ministérios, como regras para cessão de áreas públicas da União, com objetivo da implantação de instalações portuárias, que ocorrerão entre SEP e Ministério do Planejamento. O complexo santista foi escolhido para o primeiro bloco de arrendamentos por questões estratégicas. Ele movimenta 114 milhões de t por ano e com os novos arrendamentos projeta-se um acréscimo de 27 milhões de toneladas de capacidade em até 5 anos.

Um total de 20 áreas, distribuídas nos trechos do porto, localizadas nos bairros do Macuco, Outeirinhos, Paquetá, Ponta da Praia e Saboó, serão transformadas em 11 terminais a serem licitados, com expectativa de atrair investimentos em torno de R\$ 1,4 bilhão. Os arrendamentos fazem parte do Programa de Investimentos em Logística (PIL), que prevê a integração de vários modais de transportes.

A Codesp realizou aditivos contratuais com as empresas ADM do Brasil Ltda. (ao contrato de arrendamento); Salvador Cichello e Consórcio Camargo Correa/M Martins/Construbase (ambos Termos de Permissão de Uso); Moinho Pacífico Indústria e Comércio Ltda. e Citrosuco S/A Agroindústria (ambos Servidão de Passagem). Além disso, firmou Termo de Cooperação com a Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL) e um instrumento de cessão de uso não onerosa com a Universidade de São Paulo.

No contexto das ações de promoção, cabe destacar o número expressivo de delegações recepcionadas neste ano. O Porto foi visitado por um total de 3.338 pessoas, que integraram 41 delegações empresariais nacionais e 21 internacionais, 17 governamentais nacionais e 34 internacionais, além de 67 entidades de ensino superior e técnico.

A Codesp divulgou, também, o complexo portuário em 9 feiras de negócios. Destacam-se a comitiva do porto de A Corunha, que firmou memorando de entendimento para fomentar a troca de experiências em administração portuária e incrementar o fluxo de cargas entre os portos espanhol e santista; autoridades e empresários da cidade chinesa Linyi, com o propósito de identificar oportunidades de negócios nas áreas portuárias e de terras agricultáveis no Brasil; autoridades do Peru, coordenadas pelo prefeito da cidade de Callao, sede do mais importante porto daquele país, vieram a Santos para trocar experiências sobre a atividade portuária, como parte de uma semana de eventos relacionados ao acordo de irmanação entre os dois municípios que abrigam os mais importantes portos de seus países.

Outro destaque foi a realização do I Seminário Brasil-Letônia, para promoção do comércio exterior e conexões logísticas. O evento, ocorrido na sede da Codesp, foi uma iniciativa promovida pela Secretaria de Portos e pelo Consulado da Letônia em Brasília. O evento objetivou fortalecer as relações comerciais entre os dois países, dada à localização estratégica dos portos da Letônia, posicionados no norte da Europa, caracterizando-se como uma potencial porta para o fluxo comercial com o Brasil, principalmente com o leste da Europa e Ásia Central.

Em nível nacional, é importante ressaltar a visita de uma comitiva de autoridades e empresários da cidade de Salto, localizada a, aproximadamente, 25 minutos do aeroporto de Viracopos e servida pelas rodovias Castelo Branco, Raposo Tavares e pela hidrovía Tietê-Paraná, além de linhas férreas usadas para transporte de grãos sólidos vegetais produzidos na Região Centro-Oeste, que expuseram planos de instalação de um porto seco naquele município, que se caracteriza como uma plataforma de apoio logístico ao Porto de Santos, facilitando o desembarque aduaneiro das cargas que cruzam aquela localidade, com destino ao complexo santista.

Movimentação de Cargas

O ano de 2013 apresentou resultados muito expressivos para o Porto de Santos. Destaca-se a movimentação de cargas que totalizou 114 milhões de toneladas. O movimento recorde foi impulsionado pelo desempenho dos setores sucroalcooleiro, complexo de soja, milho e contêineres. Esse movimento, 9,1% acima do registrado em 2012 (104,5 milhões t) e 4,5% acima do inicialmente projetado pela Autoridade Portuária (109,0 milhões t), deveu-se às exportações, que apresentaram um incremento de 10,5% sobre o desempenho do último ano e representaram 69,7% da movimentação total, mesmo sob os efeitos da crise econômica financeira que afetou as principais economias mundiais, inclusive o Brasil. As importações cresceram 6,2% e representaram 30,3% do volume de cargas movimentadas.

	em t mil					
CORRENTE	2011	△%	2012	△%	2013	△%
Exportação	62.877	(2,0)	71.952	14,4	79.481	10,5
Importação	34.293	7,6	32.592	(5,0)	34.597	6,2
TOTAL	97.170	1,2	104.544	7,6	114.078	9,1

Fonte: Mensário Estatístico (CODESP)

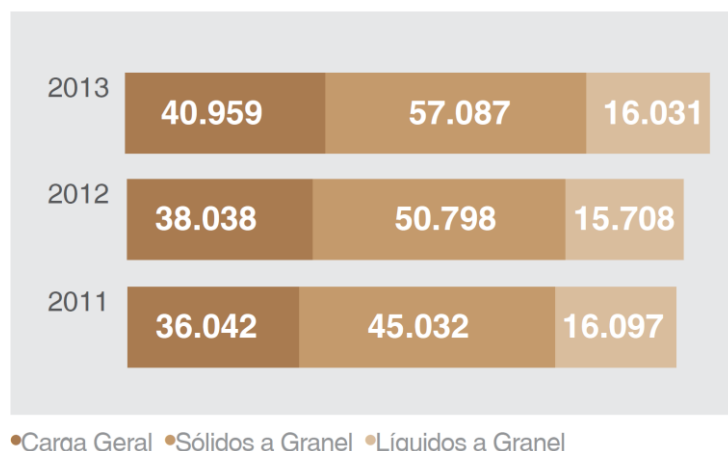


De janeiro a novembro o porto santista bateu sucessivos recordes de movimentações mensais, atingindo em agosto, pela primeira vez em sua história, um volume em um único mês superior a 11 milhões de toneladas (11,4 milhões t).

Movimento do Porto por Natureza da Carga

	em t mil					
Natureza da Carga	2011	△%	2012	△%	2013	△%
Carga Geral	36.042	2,3	38.038	5,5	40.959	7,7
Sólidos a Granel	45.032	(0,0)	50.798	12,8	57.087	12,4
Líquidos a Granel	16.097	2,1	15.708	(2,4)	16.031	2,1
TOTAL	97.170	1,2	104.544	7,6	114.078	9,1

Fonte: Mensário Estatístico (CODESP)



Os sólidos a granel puxaram o excepcional desempenho da movimentação de cargas no Porto de Santos. Com um aumento de 12,4%, registraram um volume de 57,1 milhões t. A carga geral atingiu ao final deste ano o total de 41,0 milhões t, um acréscimo de 7,7% em relação a 2012, com destaque para a carga geral containerizada, com um incremento de 8,7%, totalizando 3,4 milhões teu (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) ou 36,3 milhões t. Já a movimentação de líquidos a granel chegou a 16,0 milhões t, um acréscimo de 2,1% em relação ao último ano. Com esses resultados, a participação dos sólidos a granel avançou mais um ponto percentual, representando 50% do total movimentado, enquanto que as participações da carga geral e dos líquidos a granel recuaram para 35,9% e 14,1%, respectivamente.



Principais cargas movimentadas

	em t mil			
Principais Cargas	2011	2012	2013	△% 2013/2012
Outras Cargas Containerizadas	29.486	31.083	33.894	9,0
- Total das cargas containerizadas	31.605	33.343	36.020	8,0
(-) Açúcar em contêineres	1.914	2.052	1.904	(7,2)
(-) Milho em contêineres	26	64	74	16,4
(-) Suco Cítrico em contêineres	179	144	148	3,0
Açúcar	16.934	16.782	19.314	15,1
- Em contêineres	1.914	2.052	1.904	(7,2)
- Em sacas	691	452	497	9,9
- A granel	14.330	14.278	16.913	18,5
Soja	12.092	13.657	15.827	15,9
- Soja em Grãos	9.767	11.213	13.091	16,7
- Soja peletizada	2.325	2.445	2.736	11,9
Milho	4.570	10.027	11.117	10,9
- Em contêineres	26	64	74	16,4
- A granel	4.543	9.963	11.043	10,8
Carvão	3.900	2.875	1.992	(30,7)
Adubo	3.704	3.447	3.619	5,0
Óleo Combustível	2.785	2.413	2.355	(2,4)
Sucos Cítricos	2.037	1.990	2.030	2,0
- Em contêineres	179	144	148	3,0
- A granel	1.858	1.847	1.882	1,9
Enxofre	2.017	1.890	2.000	5,8
Óleo Diesel	1.650	1.847	2.034	10,1
Trigo	1.289	1.249	1.565	25,3
Gasolina	1.071	1.060	1.319	24,4
Álcool	1.925	2.376	2.134	(10,2)
Café em Grãos	1.388	1.000	1.098	9,8
Sal	1.103	950	1.017	7,0
Nafta	367	199	180	(9,5)
GLP	877	645	849	31,6
Soda Cáustica	901	917	975	6,3
Carnes	822	663	663	(0,0)
Subtotal	88.916	95.072	103.982	9,4
Participação %	91,5	90,9	91,1	0,2
Demais Cargas	8.254	9.472	10.096	6,6
Total do Porto	97.170	104.544	114.078	9,1

Granéis sólidos

Nessa modalidade de carga os destaques ficaram com o açúcar a granel (16,9 milhões t); soja em grãos (13,1 milhões t) e milho (11,1 milhões t). O açúcar embarcado entre 2012 e 2013 ganhou destaque entre as mercadorias exportadas. Mesmo com a desaceleração nos embarques a partir de setembro, o resultado anual dessa carga a granel chegou a 16,9 milhões t, volume 2,6 milhões t superior ao de 2012, representando um salto de 18,5% no período. Trata-se de um novo recorde histórico de movimentação de açúcar a granel em nosso porto, superando a marca anterior de 16,2 milhões t registrada em 2010.

O volume exportado de soja em grãos, segunda mercadoria mais movimentada, também foi recorde histórico. Resultado de mais uma safra recorde da oleaginosa, acumulou 13,1 milhões t, crescimento de 16,8% se comparado a 2012. A soja peletizada também obteve bom desempenho, com movimentação de 2,7 milhões de toneladas (11,9%). O desempenho do complexo de soja totalizou 15,8 milhões t (+15,9%). A exemplo do açúcar e da soja, os embarques de milho também foram recorde, acumulando 11,0 milhões t. Tal desempenho sofreu a influência da quebra da safra norte-americana, da excelente safra de inverno colhida no Brasil e da valorização do dólar frente ao real, que compensou, em parte, a queda nos preços da commodity no mercado internacional.

Entre os granéis sólidos de importação, os destaques ficaram para os volumes desembarcados de trigo e adubo. Problemas climáticos afetaram severamente a produção nacional de trigo na safra 2012/2013, impulsionando a importação do produto, que cresceu 23,9%, saltando de 1,2 milhão t para 1,5 milhão t. A movimentação de adubo, por sua vez, vem se destacando nos últimos anos, acompanhando os sucessivos recordes de produção do agronegócio brasileiro. A descarga do produto no complexo santista foi de 3,6 milhões t, um crescimento de 5,0% sobre 2012.

Granéis Líquidos

Os destaques entre os granéis líquidos ficaram para o óleo combustível (2,6 milhões t), álcool (2,1 milhões t) e óleo diesel e gasóleo (2,0 milhões t), com as variações de -2,4%, -10,2% e +10,1% ante 2012, respectivamente. A taxa de crescimento mais expressiva foi dos xilenos, utilizados nas indústrias químicas, com aumento de 28,8%; enquanto a maior queda foi registrada na movimentação de amônia, matéria-prima utilizada na fabricação de fertilizantes agrícolas. A amônia apresentou uma queda de 13,0% por conta do maior volume importado de adubos e fertilizantes, antecipado em decorrência da queda dos preços internacionais.

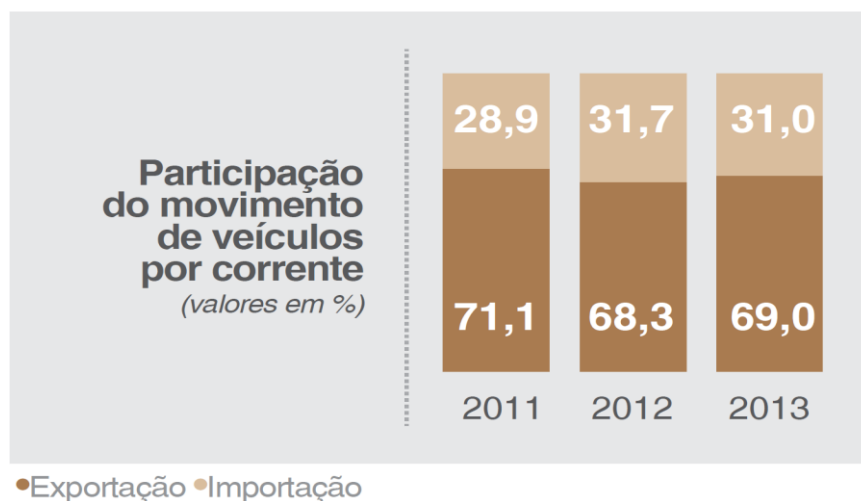
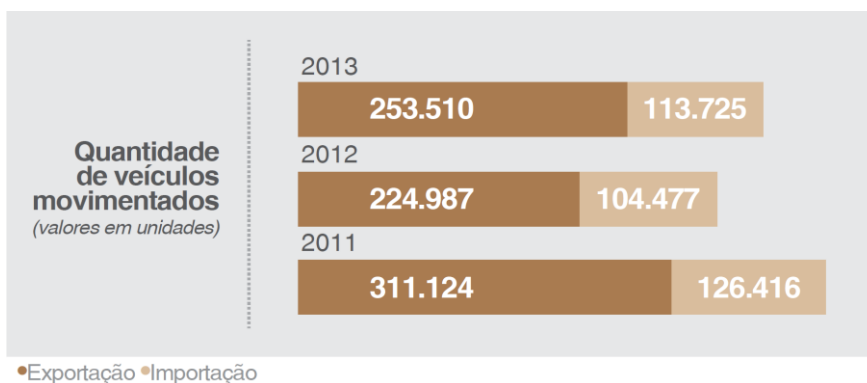
Carga Geral

Representando 87,9% do volume total de carga geral, a carga containerizada superou 36,0 milhões t movimentadas. Entre as cargas soltas, cabe mencionar os embarques de celulose, que somaram 2,3 milhões t, crescimento de 26,3% sobre 2012, refletindo a recuperação econômica dos mercados internacionais e o câmbio mais favorável, além do início dos embarques da Eldorado Brasil.

A movimentação de veículos mostrou forte recuperação neste ano, após a queda brusca observada em 2012, totalizando a operação de 367,2 mil veículos, resultado 11,5% superior ao registrado no ano anterior. Os embarques chegaram a 253,5 mil unidades (+12,7%) e as descargas a 113,7 mil (+8,9%).

em unidades					
Ano	2011	2012	2013	Part.% em 2013	△% 2013/2012
Exportação	311.124	224.987	253.510	69,0	12,7
Importação	126.416	104.477	113.725	31,0	8,9
TOTAL	437.540	329.464	367.235	100,0	11,5

Fonte: Mensário Estatístico (CODESP)



Fluxo de navios

Neste ano, navios ainda maiores atracaram no Porto de Santos, em função das obras de dragagem de aprofundamento do canal de navegação para - 15 metros (DHN) de profundidade e 220 metros de largura em seus trechos mais estreitos. Em março a consignação média atingiu a marca de 22.326 t/navio, superando o recorde anterior de 21.594 t/navio registrado em outubro de 2012. Após sucessivos novos recordes, em agosto o Porto registrou seu atual recorde de consignação média, de 24.963 t/navio.

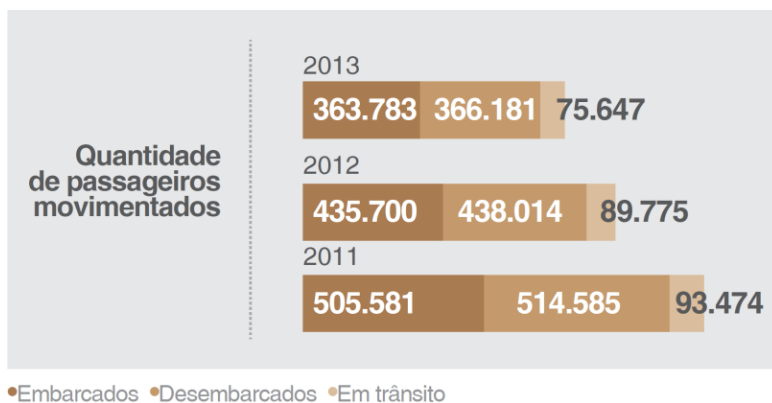
Com a utilização de navios maiores, capazes de transportar mais cargas a cada viagem, 2013 apresentou uma redução de 6,1% no fluxo de navios atracados em comparação a 2012, em que pesem os aumentos consecutivos no volume de cargas operadas.

Atracaram no porto santista 189 navios de passageiros, recuo de 24,7% em relação a 2012 (251 embarcações). Entre passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, circularam pelo Terminal Giusfredo Santini 805.611 turistas, 16,4% abaixo do resultado obtido em 2012.

	2011			2012			2013			△%
Discriminação	LCurso	Cabot.	Total	LCurso	Cabot.	Total	LCurso	Cabot.	Total	2013/2012
Carga Geral	3.028	115	3.143	2.780	217	2.997	2.467	234	2.701	(9,9)
Sólidos a Granel	1.086	51	1.137	1.110	50	1.160	1.124	54	1.178	1,6
Líquidos a Granel	533	348	881	503	335	838	495	339	834	(0,5)
Roll on/off	364	1	365	291	12	303	286	4	290	(4,3)
TOTAL DO PORTO	5.011	515	5.526	4.684	614	5.298	4.372	631	5.003	(5,6)

Obs.: Não foram considerados os navios de passageiros, além de embarcações da Marinha e a serviço do porto.
Fonte: Mensário Estatístico (CODESP)

Passageiros	2011	2012	2013
Embarcados	505.581	435.700	363.783
Desembarcados	514.585	438.014	366.181
Em trânsito	93.474	89.775	75.647
TOTAL	1.113.640	963.489	805.611



Balança Comercial

O complexo santista manteve sua ampla liderança no ranking dos portos nacionais. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2013 o total das mercadorias que passaram pelo Porto de Santos cresceu 2,0% se comparado a 2012, atingindo o patamar de US\$ 122,5 bilhões, que corresponde a 25,4% da corrente de comércio brasileira.

Portos	2011		2012		2013		△% 2013/2012
	US\$ bi	Part.%	US\$ bi	Part.%	US\$ bi	Part.%	
Santos	118,2	24,5	120,1	25,8	122,5	25,4	2,0
Paranaguá	32,4	6,7	33,9	7,3	33,8	7,0	-0,2
Vitória	43,2	9,0	31,8	6,8	28,3	5,9	-11,2
Sepetiba	35,1	7,3	32,0	6,9	26,7	5,5	-16,4
Rio Grande	20,1	4,2	18,6	4,0	21,6	4,5	16,3
São Luis	23,2	4,8	21,1	4,5	21,6	4,5	2,2
Rio de Janeiro	19,6	4,1	20,9	4,5	20,8	4,3	-0,5
Itajaí	16,8	3,5	16,8	3,6	17,3	3,6	2,6
São Sebastião	9,4	1,9	7,8	1,7	14,5	3,0	93,0
São Francisco	10,0	2,1	11,5	2,5	14,0	2,9	22,0
Outros Portos e Aeroportos	154,9	32,0	151,4	32,6	160,7	33,3	6,1
BRASIL	482,3	100,0	465,7	100,0	481,8	100,0	3,4

Fonte: Sistema Alice (MDIC)

Os dados do MDIC mostram que, dentre os volumes exportados, 65,5% foi destinado aos países “em desenvolvimento”, um aumento de 13,9% sobre 2012. Destaque para a China, com 15,9 milhões t (+33,3%); Indonésia, com 2,7 milhões t (+43,7%) e Emirados Árabes Unidos, com 2,2 milhões t (+36,0%). Para os países “desenvolvidos” foram exportadas 22,2 milhões t. A Holanda obteve o maior destaque entre estes países, com o embarque de, aproximadamente, 6,0 milhões t (aumento de 39,1%); seguido pelos Estados Unidos, com 3,6 milhões t (-7,7%) e Coreia do Sul, com 2,6 milhões de toneladas (+42,4%).

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES EFETUADAS PELO PORTO DE SANTOS								
PAÍSES	2011		2012			2013		
	t	PART. %	t	PART. %	Δ% S/2011	t	PART. %	Δ% S/2012
DESENVOLVIDOS								
Holanda	3.801.760	7,1	4.299.520	7,0	13,1	5.979.574	8,7	39,1
Estados Unidos	2.689.561	5,0	3.922.443	6,4	45,8	3.620.531	5,3	(7,7)
Coréia do Sul	459.843	0,9	1.808.985	3,0	293,4	2.576.562	3,7	42,4
Japão	993.658	1,9	2.136.780	3,5	115,0	2.064.535	3,0	(3,4)
Taiwan	911.862	1,7	1.501.874	2,5	64,7	2.007.659	2,9	33,7
Outros	6.813.995	12,8	6.252.491	10,2	(8,2)	5.992.287	8,7	(4,2)
SUBTOTAL	15.670.679	29,4	19.922.093	32,6	27,1	22.241.149	32,3	11,6
EM DESENVOLVIMENTO								
China	10.349.176	19,4	12.000.521	19,7	16,0	15.990.926	23,2	33,3
Indonésia	978.479	1,8	1.893.217	3,6	93,5	2.720.055	3,9	43,7
Emirados Árabes	1.408.344	2,6	1.610.639	3,0	14,4	2.189.915	3,2	36,0
Egito	1.708.958	3,2	2.590.395	4,9	51,6	2.035.781	3,0	(21,4)
Irã	2.319.761	4,4	2.260.569	4,2	(2,6)	2.035.238	3,0	(10,0)
Outros	19.107.680	35,9	19.176.541	31,4	0,4	20.065.625	29,1	4,6
SUBTOTAL	35.872.397	67,3	39.531.883	64,8	10,2	45.037.541	65,4	13,9
OUTROS	1.741.193	3,3	1.592.792	2,6	(8,5)	1.627.560	2,4	2,2
TOTAL EXPORTADO PELO PORTO DE SANTOS	53.284.269	100,0	61.046.769	100,0	14,6	68.906.250	100,0	12,9

Fonte: Sistema Alice do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC

Esse sistema computa as informações do comércio exterior, por isso não considera a carga movimentada por cabotagem e nem a tara dos contêineres. O período de apuração é o do registro no SISCOMEX. Por essas razões, o peso da carga obtida no MDIC é inferior ao apurado pela CODESP que considera a carga por cabotagem, a tara dos contêineres e as cargas de reembarque são registradas duas vezes, uma na descarga e outra no reembarque.

Ainda segundo o MDIC, os desembarques oriundos de países “desenvolvidos” totalizaram 13,2 milhões t (+13,8% em relação a 2012), com destaques para os volumes originários dos portos dos Estados Unidos, com 5,9 milhões t (+14,3%); Canadá, com 1,7 milhões de t (+ 57,1%); e Alemanha, com 1,2 milhões de t (-2,1%). Entre os países “em desenvolvimento”, os destaques foram para as descargas de mercadorias provenientes da China, com 2,9 milhões t (+21,2%); Rússia, com 1,8 milhão t (+1,8%) e Argentina, com 1,3 milhão de toneladas (- 29,3%).

ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES EFETUADAS PELO PORTO DE SANTOS								
PAÍSES	2011		2012			2013		
	t	PART. %	t	PART. %	△% S/2011	t	PART. %	△% S/2012
DESENVOLVIDOS								
Estados Unidos	5.552.127	22,2	5.178.136	22,2	(6,7)	5.916.929	24,2	14,3
Canadá	1.134.303	4,5	1.097.845	4,7	(3,2)	1.724.788	7,1	57,1
Alemanha	1.151.121	4,6	1.175.274	5,0	2,1	1.151.049	4,7	(2,1)
Espanha	497.408	2,0	615.142	2,6	23,7	705.205	2,9	14,6
Coréia do Sul	336.560	1,3	411.522	1,8	22,3	501.252	2,1	21,8
Outros	3.015.668	12,1	3.118.067	13,4	3,4	3.199.725	13,1	2,6
SUBTOTAL	11.687.187	46,7	11.595.986	49,8	(0,8)	13.198.948	54,0	13,8
EM DESENVOLVIMENTO								
China	2.509.590	10,0	2.390.264	10,3	(4,8)	2.896.576	11,9	21,2
Rússia	2.090.853	8,4	1.776.891	7,6	(15,0)	1.808.407	7,4	1,8
Argentina	1.899.896	7,6	1.877.346	8,1	(1,2)	1.327.170	5,4	(29,3)
Chile	567.921	2,3	716.208	3,1	26,1	621.265	2,5	(13,3)
Cazaquistão	400.896	1,6	352.504	1,5	(12,1)	375.806	1,5	6,6
Outros	5.853.946	23,4	4.595.920	19,7	(21,5)	4.205.441	17,2	(8,5)
SUBTOTAL	13.323.101	53,3	11.709.132	50,2	(12,1)	11.234.665	46,0	(4,1)
OUTROS	2.744	0,0	743	0,00	(72,9)	797	0,0	7,4
TOTAL IMPORTADO PELO PORTO DE SANTOS	25.013.032	100,0	23.305.861	100,0	(6,8)	24.434.411	100,0	4,8

Fonte: Sistema Alice do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC (Não considera a cabotagem nem a tara dos contêineres)

1.5 Macroprocessos de apoio

- Desenvolvimento do projeto para a implantação do trecho da Avenida Perimetral da margem direita na região da Alemoa até o início da passagem subterrânea (mergulhão).
- Desenvolvimento do projeto para a construção do mergulhão.
- Desenvolvimento do projeto para as obras de implantação do trecho da Avenida Perimetral da margem direita na região ente o canal 4 e o bairro da ponta da praia.

– Dando cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta com os Ministérios Públicos Estadual e Federal foi concluída a recuperação do prédio tombado do Ministério da Agricultura, no bairro do Paquetá.

– Revitalização da área no entorno da Bacia do Mercado.

– Concluída a primeira etapa da implantação da Avenida Perimetral da margem esquerda, com a entrega do conjunto de viadutos.

– Continuidade das obras de reforma e reforço dos píeres da Alemoa.

– Continuidade dos trabalhos de sondagens geológicas no mar para conclusão do projeto executivo de reforço e recuperação das estruturas de 300 metros de cais, permitindo o aprofundamento para – 15 metros (DHN).

– Homologação do calado para navegação nos trechos 1, 2 e 3 do canal do porto, desde a barra até as proximidades do armazém 6 do cais, cuja profundidade foi ampliada em 2 metros.

– Aprofundamento do trecho 4, cuja homologação deverá acontecer em 2014.

– Continuidade dos serviços de dragagem de aprofundamento/manutenção de acessos a berços para -15 metros (DHN).

– Concluídos os serviços de aprofundamento para acesso a 1.100 metros de cais da Brasil Terminal Portuário (BTP) e a dragagem da chamada área G, em frente ao terminal, mas nas proximidades da margem esquerda, utilizada para manobras de evolução de navios no local.

– Concluída a retirada dos destroços do navio AIS GIORGIS.

– Continuidade dos serviços de dragagem de manutenção/aprofundamento em berços e acessos dos 51 pontos de atracação.

– Concluído em dezembro o processo licitatório para reforma e ampliação da antiga Ponte de Inspeção Naval.

– Continuação dos serviços de modernização do Complexo Hidrelétrico de Itatinga.

– Desenvolvimento de ações visando a regularização ambiental do Porto de Santos.

1.6 Principais parceiros

A parceria entre a Codesp e a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP foi reforçada pela promulgação da Lei 12.815/13, novo marco regulatório do setor portuário, que trouxe mudanças substanciais à forma de atuação das Companhias Docas.

O resultado dessa parceria, aliada ao forte desempenho comercial e operacional da Codesp, também como Autoridade Portuária, garantiu que o Porto de Santos recebesse expressivos investimentos do setor privado em 2013.

Os investimentos privados contemplam infraestrutura e novos equipamentos, visando aumentar a capacidade de atendimento do Porto de Santos. Todos os segmentos de cargas efetuaram melhorias em suas instalações e novos terminais entraram em operação.

Abaixo, alguns destaques.

Brasil Terminal Portuário (BTP)

A Brasil Terminal Portuário (BTP) recebeu seu primeiro navio, o MSC Challenger, no dia 14 de agosto, marcando o início das operações nas suas instalações, oficialmente inauguradas no dia 28 de novembro.

O investimento realizado na BTP até este ano é da ordem de R\$ 2 bilhões. O terminal, que está instalado em área de 490 mil m² e tem capacidade atual para movimentar 1,2 milhão de teu anuais e com previsão de movimentação de 1,4 milhão de toneladas de grãos líquidos, quando implementado em sua fase final. Com o terminal em operação, a BTP espera elevar em cerca de 40% a capacidade de movimentação atual de contêineres no Porto de Santos.

Com a nova profundidade do canal homologada, o terminal estará apto a receber em seu cais até três embarcações da nova geração de navios que está sendo empregada na costa brasileira, com capacidade superior a 9.000 teu.

Cereal Sul – Terminal Marítimo S/A

A Cereal Sul – Terminal Marítimo S/A recebeu grãos de importação da Argentina, Estados Unidos e Canadá. O terminal recebeu trigo dos EUA a partir de julho, possibilitando a vinda de navios com uma maior quantidade, em torno de 33 mil t, aumentando o giro do produto naquelas instalações, levando o terminal a um ritmo de movimentação anual de 545 mil t. Para 2014 a projeção é operar 500 mil t de grãos importados dos EUA.

A Cereal Sul aprovou projeto para a minimização de emissão de material particulado, que foi iniciado em fevereiro e vem sendo acompanhado, através de cronograma de ações e, a cada etapa, é verificada a eficiência das ações, de forma a garantir redução de material particulado já em 2014. O projeto inclui a aquisição de materiais, fabricação e instalação de equipamentos.

Citrosuco

A Citrosuco tem uma projeção de investimentos em conservação e melhoria de equipamentos e edifícios em torno de R\$ 1,4 milhão no período de julho de 2013 a junho de 2014. Na área de saúde e meio ambiente o investimento previsto é de R\$ 347 mil. A empresa operou no porto produtos como suco de laranja, de maçã e polpa cítrica.

Ecoporto

O Ecoporto informou ter investido cerca de R\$ 21,9 milhões em 2013 em suas unidades (Alfandegado, Santos e Transportes). Os investimentos foram aplicados em equipamentos e obras civis. Para 2014 a expectativa é injetar outros R\$ 133,3 milhões. O índice médio de produtividade do terminal foi de 45,5 movimentos/hora/por navio.

Embraport

A Embraport, responsável pelo mais novo terminal portuário privado do Brasil, iniciou dia 03 de julho, oficialmente, as suas operações no Porto de Santos. As atividades no terminal começaram com a escala do navio Mercosul Manaus, a primeira embarcação comercial a atracar, operando transporte marítimo de cargas de cabotagem.

Além do Porto de Santos, o Mercosul Manaus atende aos portos de Manaus, Suape, Paranaguá, Itajaí e Itaguaí. Este serviço operará escalas semanais no novo terminal. A partir de agosto, a empresa passou a receber navios que atendem as rotas entre a América do Sul e o Extremo Oriente.

O investimento total no empreendimento é de R\$ 2,3 bilhões e o início das operações contribuirá para o desenvolvimento e competitividade do país, bem como para a geração de emprego e renda na região.

A Embraport está promovendo melhorias na Estrada Particular da Codesp, na área continental de Santos. As obras, que começaram no início de outubro, contemplam o trecho de, aproximadamente, 1,5 quilômetros, entre a Rodovia Cônego Domênico Rangoni e o trevo de acesso ao Terminal.

A iniciativa, orçada em R\$ 1,6 milhão e aprovada pela Codesp, inclui a melhoria, recapeamento e nova sinalização viária das faixas de rolamento e a implantação de iluminação pública no acesso viário. A previsão do término das obras é janeiro de 2014.

Libra Terminais Santos

A Libra Terminais Santos inaugurou em outubro o T33, sua nova área alfandegada para armazenagem de contêineres. A retroárea tem 15 mil m² e permitirá ao terminal aumentar em 30% a produtividade de suas operações no Porto de Santos.

A Libra operou no mês de junho o “gigante” CMA CGM Carmen, com capacidade para transportar 8.533 teu. O navio de bandeira liberiana tem 334 metros, 12,9 m de calado e operou 1.711 contêineres no terminal santista (T35).

A Libra afirma que a movimentação deste navio demonstra que o terminal está preparado para receber os maiores navios em operação na América do Sul, reforçando que há previsão de receber outros deste porte.

A empresa estima para este ano um crescimento de 30% na produtividade.

Algumas medidas já foram adotadas para essa evolução, como a capacitação de seus operadores, para que padronizem as movimentações a 25 mph cada terno e implementando novos processos e tecnologias no Gate In. A empresa retirou e refez toda a movimentação do Gate Out, para aumentar o fluxo e, com isso, a produtividade, além de implantar o agendamento para melhorar o fluxo.

No dia 25 de novembro a Libra registrou novo recorde de produtividade, com 122 movimentos por hora (mph), na operação do navio Maersk Laberinto, quando foram movimentados 1.079 contêineres no T35.1.

Stolthaven Santos Ltda.

A Stolthaven Santos Ltda. investiu R\$ 6,3 milhões em manutenção, revisão e modernização de sua infraestrutura, projetando outro montante de R\$ 14,8 milhões para o próximo ano em manutenção e automação do seu terminal na Alemoa. Os índices de produtividade atingidos pelo terminal foram de 203,5 t/h na exportação e 177 t/h na importação.

TEG e TEAG

Nos terminais TEG e TEAG foram injetados um total de R\$ 6,7 milhões, sendo R\$ 3,6 milhões no TEG, no sistema de recebimento e embarque de cargas, no pátio externo/manobra, no sistema de segurança, meio ambiente e manutenção, e o restante no Teag, basicamente, nos mesmos itens aplicados no TEG. A previsão para o próximo ano é injetar outros R\$ 19,1 milhões nos dois terminais. A produtividade média no embarque foi de 1.250 t/h no TEG e 844 t/h no Teag.

T-Grão

O terminal T-Grão construiu 8 novos silos metálicos, com capacidade para 82 mil t de grãos, elevando sua capacidade estática para 114 mil t. Investiu, ainda, em 2 tombadores para caminhões e 1 moega rodoferroviária, além da instalação de 6 novas balanças para pesagem de caminhões e vagões, esteiras, redlers e elevadores de canecas para transporte de grãos. Instalou equipamento para controle ambiental e adquiriu máquina varredeira, de última geração, para limpeza da área externa e adjacente ao terminal, bem como outros equipamentos para essa finalidade. Readequou seu sistema de câmeras de vigilância e segurança e implantou um sistema de controle e vigilância eletrônica para movimentação de caminhões e vagões (OCR).

Segundo o T-Grão, esses investimentos totalizaram R\$ 106 milhões e para 2014 estão previstos outros R\$ 40 milhões, a serem aplicados na transferência das esteiras e shiploaders para o novo cais, na construção de 4 novos silos metálicos, ampliando a capacidade estática para 155 mil t e a construção de outros 2 tombadores de caminhões. O índice de produtividade do terminal aumentou de 600 t/h em 2012 para 800 t/h neste ano.

Transpetro

O terminal da Transpetro, localizado na Alemoa, investiu um total de R\$ 48,4 milhões e prevê aplicar outros R\$ 102,7 milhões no próximo exercício. A empresa estima movimentar este ano um total de 6,4 milhões de toneladas de grãos líquidos em seu terminal e outros 6,6 milhões de toneladas em 2014. A média de ocupação do berço Petrobrás (71,5%) manteve-se próxima ao índice registrado em 2012 (72,9%).



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da Unidade

O planejamento das ações da CODESP foi pautado primordialmente em quatro aspectos:

Negócio

Prestar serviços portuários aos usuários do Porto Organizado, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, na sua prestação e modicidade das tarifas.

Missão

Gerir, facilitar, regular, administrar, fiscalizar e explorar comercialmente o Porto de Santos, dando suporte ao desenvolvimento das atividades portuárias, criando condições para o seu crescimento, com responsabilidade socioeconômica e ambiental.

Visão

Ser autoridade e administradora portuária, modelo na gestão do Porto Organizado de Santos, atuando com sustentabilidade, eficiência, eficácia, e comprometimento, sendo referência socioambiental e na qualidade dos serviços prestados.

Valor

Uma empresa que tem como alicerce o tratamento ético e moral, prezando sempre pelos princípios da legalidade, moralidade e igualdade de oportunidade, zelando pela regularidade, eficiência, eficácia, segurança das operações portuárias e respeito ao meio ambiente.

Para colocar em prática esse planejamento, de forma a atingir os seus objetivos, a Diretoria-Executiva estruturou a atuação da Companhia em 2013, em aspectos fundamentais, focados no **Planejamento Estratégico, Sustentabilidade, Infraestrutura e empreendimentos**.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico da empresa, apesar de ter sido aprovado pela Diretoria em 2013, deverá ser revisto à luz da nova Lei, para adequação, e o posicionamento da Autoridade Portuária/Administradora do Porto, será alinhado aos interesses maiores da Secretaria de Portos.

Visando dar celeridade e garantir a execução da estratégia da Codesp, foram criadas algumas frentes de trabalho, a exemplo do grupo formado para a concepção, estruturação e implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos – PMO, cujo objetivo é criar metodologias para a gestão de portfólios, programas e projetos na empresa.

A Codesp está desenvolvendo, também, um projeto visando a sistematização de ações, no período considerado no Plano de Desenvolvimento e Expansão do Porto de Santos (PDEPS) denominado “Porto 2024”, com recursos financeiros da SEP, tendo como

base a integração dos diversos sistemas existentes na empresa, tais como o PDZPS – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (planejamento físico do porto); o Plano Estratégico (planejamento institucional da Codesp); e o PDG - Programa de Dispendios Globais (planejamento orçamentário).

Assim, foi nomeado um Comitê Gestor, sob o patrocínio do Diretor Presidente, para facilitar o desenvolvimento de um sistema que caracterize a grande ferramenta de gestão da empresa: o Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Ao Comitê, não limitativamente, cabe: trabalhar as propostas e levá-las às reuniões da Diretoria Executiva; avaliar e validar as ações do PDZPS e do Planejamento Estratégico, através de metodologia apropriada, buscando seu cumprimento; discutir e validar um sistema de indicadores de gestão, consolidando sua efetiva utilização e conferindo continuidade ao Planejamento Estratégico e garantindo o êxito no desdobramento da estratégia a todos os níveis na empresa; buscar a adesão por parte dos administradores da empresa às melhores práticas de gestão, dentre elas, gerenciamento de projetos, mapeamento de processos, gestão do conhecimento; e buscar o uso de boas práticas de governança corporativa.

O Projeto Porto 2024 também tem como base os demais estudos afetos já desenvolvidos, como o Plano de Investimentos em Logística (PIL), o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), o PDZPS, dentre outros.

O planejamento portuário torna-se, assim, uma tarefa das mais complexas, pelas várias obras de infraestrutura, de longo período de maturação e planejamento de longo prazo, bem como pela dinâmica efervescência do setor portuário, que é capaz de promover, ou requerer, alterações drásticas em pequenos intervalos de tempo. Como consequência, os planos diretores dos portos devem ser revistos constantemente e constituem-se, na verdade, em documentos dinâmicos em permanente atualizações.

O PDZPS representa a revisão contínua de diversos preceitos, com atenção aos fatores de promover reordenamentos espaciais de forma a melhorar as condições de acessos terrestres e corrigir distribuições que se tornaram pouco harmônicas, respeitando-se contratos, normas e decretos vigentes, municiar a SEP e a Antaq de planos de zoneamentos atualizados, para suporte do estabelecimento de diretrizes de desenvolvimento e do Plano Geral de Outorgas, garantindo aos portos suficiente autonomia, dinâmica e rapidez para as soluções preconizadas, deixando que cumpram seus papéis de Autoridade Portuária.

O PDZPS também harmoniza o porto com os grandes projetos de infraestrutura nacional que vão sendo implantados em velocidade e, particularmente, seu crescimento com as obras de acesso em sua região de influência, realçando a importância da busca e do oferecimento de novas áreas de armazenagem e de movimentação.

Convênios

O convênio para o desenvolvimento de estudos e projetos para os acessos rodoviários ao Porto de Santos foi assinado pela SEP, o Governo do Estado de São Paulo, a Prefeitura de Santos e a Codesp. O valor estimado para dar início aos estudos é de R\$ 15 milhões.

O acordo objetiva formalizar esforços e recursos entre o Governo Paulista e o Governo Federal por meio da SEP para elaboração de estudos e projetos visando aprimorar o acesso rodoviário à cidade de Santos, terminais portuários e retroportuários da margem direita do Porto. A necessidade do acordo surgiu após diagnóstico do tráfego de cargas e de veículos leves. De acordo com este levantamento, as vias precisam de reforço para desafogar a circulação no litoral paulista.

Todos os envolvidos terão sua parcela de contribuição para o desenvolvimento do projeto. A Codesp caberá autorizar o Estado a planejar, contratar e gerir os estudos e projetos de engenharia e respectivo detalhamento executivo de dispositivos e vias de tráfego na região da entrada do porto, no Município de Santos, além de aprovar e receber versão final, bem como acompanhar e supervisionar o empreendimento.

O Estado de São Paulo deverá promover, através da administração direta ou indireta, a execução dos estudos de alternativas, projetos de engenharia e detalhamento executivo das intervenções necessárias à realização do objetivo do convênio, bem como priorizar o mesmo dentre as ações para melhorar o acesso ao Porto.

O Município, por sua vez, irá apoiar todos os trabalhos e levantamentos realizados pela Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, elaborar plano de comunicação social nas áreas afetadas e fornecer qualquer tipo de informação necessária sobre toda a região.

Já a SEP, deverá buscar mais recursos no orçamento da União, visando a implementação das obras viárias decorrentes dos projetos elaborados por este convênio, nos limites de sua competência, bem como monitorar o andamento da ação, de forma a garantir que os resultados sejam atingidos no prazo e na forma conveniados.

Ainda com relação às intervenções no sistema viário, a Codesp e a Prefeitura Municipal de Guarujá assinaram Termo de Convênio, que prevê a interveniência dos terminais da margem esquerda para a construção de acesso provisório da Avenida Santos Dumont com a Rodovia Cônego Domênico Rangoni, na mesma faixa de terra prevista para a implantação da segunda etapa da Avenida Perimetral da Margem Esquerda. A obra será custeada na forma de rateio entre os terminais instalados naquela região e a Codesp pagará pela utilização das áreas de terceiros destinadas ao acesso.

O acesso provisório propiciará ao Porto um ganho significativo, principalmente, para os terminais de Exportação do Guarujá; de Exportação de Açúcar do Guarujá; da Cutrale; da Dow Química e outros instalados na área de retroporto, desafogando o único acesso hoje existente (Rua do Adubo) e agilizando o fluxo de tráfego destinado a todos os terminais da margem esquerda, no Guarujá.

Com relação à Rua do Adubo, também fruto de convênio com aquele município, coube à Codesp, já ao longo de 2013, realizar inúmeras intervenções na via como recomposição asfáltica, desobstrução de galerias e limpeza para melhorar o tráfego que demanda ao Porto.

Levantamento hidrográfico do canal de acesso ao Porto

A SEP e a Marinha do Brasil firmaram, dia 09 de julho, um Termo de Cooperação para viabilizar, através da Base de Hidrografia da Marinha, levantamento hidrográfico, atualização de documentos cartográficos e planejamento para a implantação de sinalização náutica do canal de acesso ao Porto de Santos.

Através desse instrumento, a SEP repassará à Marinha recursos financeiros no valor de R\$ 6,6 milhões, para que esses serviços sejam executados em um prazo de 18 meses. Os recursos são oriundos de valores previstos nos “Estudos para o Planejamento do Setor Portuário – PAC – Nacional” e “Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP) no Estado de São Paulo”.

A Codesp ficará responsável pela compatibilização entre os cronogramas dos trabalhos de Levantamento Hidrográfico e dos serviços de dragagem contratados pela empresa. Além disso, caberá à Autoridade Portuária a orientação, supervisão e fiscalização dos trabalhos.

O cronograma dos trabalhos prevê a execução em três etapas semestrais. Para a primeira etapa de vigência do Termo, o reconhecimento da área do Levantamento por equipe técnica; a execução do Levantamento Hidrográfico no canal de acesso ao porto; a manutenção dos bancos de dados Bathy, HPD e Siscol, treinamento e carga de dados oriundos do projeto de levantamento e sinalização náutica do Porto; processamento dos dados do Levantamento Hidrográfico pelo Centro de Hidrografia da Marinha, e confecção e disponibilização de Folha de Bordo com a batimetria atualizada.

Para a segunda etapa estão planejadas a produção da nova edição da Carta Náutica, referente ao trecho levantado, e a elaboração e apresentação do projeto de implantação de sinalização náutica do trecho abrangido no Levantamento Hidrográfico.

Na terceira etapa ocorrerá a distribuição da nova Carta Náutica para os agentes e postos de venda, e o acompanhamento da implantação e inspeção final dos sinais projetados.

Malha Hidroviária da Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS

Foi concluído, pela SEP, o estudo da malha hidroviária da Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS, desenvolvido pela Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia – FDTE/USP, cujos objetivos principais são o aumento da mobilidade do transporte terrestre de carga de, e para o Porto de Santos, pela implantação de retroáreas, integradas às instalações portuárias por meio do sistema hidroviário, trazendo importantes ganhos aos diversos atores da Baixada Santista.

Dentre outros resultados esperados, considera-se: redução da dependência do transporte rodoviário, aliviando o tráfego existente nas vias urbanas; redução dos custos do transporte; agilização das operações portuárias e atração de novas cargas para o Porto de Santos, além de incluir os municípios lindeiros no processo produtivo.

O próximo passo será o desenvolvimento de estudo de viabilidade para a troca de contêineres entre os terminais das margens esquerda e direita. Mesmo nesse cenário de readaptação frente à Lei nº 12.815/13, a Codesp continuou olhando para o futuro, desenvolvendo trabalhos de relevância para o Porto 2024, a saber.

Balanco Energético

O porto, no conceito de terminal de transportes multimodal de carga e passageiros, demanda significativo consumo energético.

Assim, com o objetivo de assegurar o crescimento da movimentação do porto, a Codesp coordenou trabalho que diagnosticou sua matriz energética, compreendendo suas instalações, equipamentos, veículos e navios.

A pesquisa e desenvolvimento (P&D), denominado como Relatório do Balanco Energético de 2012 a 2024 do Porto de Santos, foi promovido pelo Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo – IEE-USP, através do Programa Anual de P&D e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural, com suporte da Comgaz.

Essa matriz, configurada com fontes bibliográficas, observações em campo, entrevistas, foi concluída em novembro, apresentando os seguintes destaques: (i) demonstra que a matriz se concentra na fonte petróleo; (ii) gera informações sobre os subsistemas do modelo elétrico; (iii) identifica dados de consumo associados às questões ambientais; (iv) aponta alternativas energéticas fotovoltaicas, GN e “cold ironing” e outras; (v) cita particularidades de eficiência motriz dos terminais; (vi) destaca forte e crescente demanda energética para o contêiner; e (vii) conclui que a demanda energética do porto poderá dobrar nos próximos 10 anos, dos atuais 220 MW para 530 MW em 2024, e aponta exigências de P&D sucessivos, para a racionalização, eficiência, alternativas e melhorias energéticas dos subsistemas do porto.

Revitalização do Porto Santos-Valongo

A melhoria, modernização e expansão do porto configura-o como um sistema de fenômenos compostos por variáveis dos subsistemas das vias hidráulicas, terrestres e logístico, para promover a harmonização e performance às atividades das operações de cargas e passageiros.

Com o objetivo de aplicar pesquisas e desenvolver conhecimentos para atender a crescente demanda do comércio da área de influência do Porto de Santos, a Codesp firmou em outubro o Contrato de Cessão de Uso Não Onerosa DP-DC/01.2013, com a Universidade de São Paulo – USP.

Nesse documento, que tem vigência por 25 anos, a Codesp cedeu berços para as atracções de navios oceanográficos, o armazém 8 e suas instalações para a USP implantar uma Base de Pesquisa e Extensão para as suas Atividades Aquaviárias de Ensino, Extensão e Logística no Porto de Santos.

Em contrapartida a USP tem compromissos de pesquisa e desenvolvimento para com a Codesp, contemplando banco de dados, cursos, instalações de marégrafos, ondógrafo, estação meteorológica, simulações do ambiente portuário, através de modelagens numéricas e físicas, e outras atividades de ensino e desenvolvimento científico.

SUSTENTABILIDADE

Na questão ambiental a Codesp segue uma estratégia de aperfeiçoamento contínuo e de transparência de suas ações, buscando a sustentabilidade em todas as suas atividades econômicas e de seus parceiros privados.

A seguir destacamos as principais ações realizadas pela área de Meio Ambiente.

Reforço e Ampliação de Cais

Todos os empreendimentos foram submetidos a processos de licenciamento ambiental junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sob responsabilidade da Superintendência de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SPM).

O gerenciamento ambiental dessa obra compreende o atendimento às condicionantes da Licença de Instalação (LI) emitida pelo Ibama, através do Programa Ambiental de Construção, composto por subprogramas. Cada subprograma contempla ações que são de responsabilidade do consórcio executor das obras (Consórcio SCC). A Codesp é responsável pela fiscalização do cumprimento dessas ações.

Para ampliar o conhecimento das verificações efetuadas em campo e ações de correção executadas no período, estão sendo emitidos relatórios semanais, mensais (controle interno aos envolvidos) e semestrais (Ibama). O subprograma de Educação Ambiental conta com a participação da Codesp no processo de integração de novos colaboradores e o de Comunicação Social é desenvolvido e executado pela Assessoria de Comunicação e Responsabilidade Social da Codesp.

Neste exercício a Codesp elaborou e protocolou no Ibama o primeiro Relatório Semestral. Destaca-se, também, a vistoria realizada pelo Ibama nos canteiros e frente de obras, em agosto. O segundo Relatório semestral consolidado foi protocolado em dezembro.

Reforço e recuperação do Cais da Ilha do Barnabé

O processo de licenciamento ambiental se dará de forma simplificada, com dispensa de Licença Prévia (LP) e emissão direta de uma LI. Sua abertura se dará com a protocolização do Estudo Ambiental Simplificado (EAS) no Ibama, que vem sendo desenvolvido no decorrer de 2012 e 2013. Não é possível concluir esse estudo até que se defina o processo construtivo da obra, o qual se encontra em aberto, devido à necessidade de realização de novas sondagens geotécnicas no local. Isso deve ocorrer em 2014, permitindo a finalização do projeto executivo e do EAS.

Reforço e recuperação dos cais entre os Armazéns 12A e 23

Para a viabilização da obra, a Codesp manteve encontros com equipes técnicas do órgão ambiental licenciador (Ibama), visando apresentar a metodologia construtiva, bem como os cuidados que objetivam a mitigação e minimização dos impactos ambientais. Esses debates viabilizaram o entendimento dos procedimentos operacionais e propiciaram o fornecimento da LI nº 896/12, de 23 de novembro de 2012.

Ao longo de 2013 foram efetuados outros encontros com o Ibama, para esclarecimentos acerca das condições estabelecidas na LI e no parecer técnico que subsidiou o fornecimento da autorização. Diversas condicionantes foram estabelecidas na LI, que deverão ser atendidas após a definição da empresa e/ou consórcio que executará a obra.

Alguns procedimentos devem ser adotados previamente, tais como a apresentação de diagnóstico da área de influência direta em relação à possível presença de patrimônio edificado legalmente protegido, ou em processo de reconhecimento, além da elaboração do diagnóstico das condições prévias das construções legalmente protegidas, verificando a possível presença de trincas e rachaduras existentes, com o monitoramento na fase de construção, principalmente, na fase de cravação.

Diante disso, como a Codesp já havia identificado a presença de três edificações legalmente protegidas - a Bacia e o Canal do Mercado (tombados pelo Condephaat), o Cemitério do Paquetá (tombado pelo Condepasa) e a Estação Elevatória da Sabesp (tombada pelo Condepasa) – providenciou a contratação da empresa Documento Antropologia e Arqueologia SS Ltda. O contrato objetiva o atendimento às condicionantes estabelecidas na LI; a confecção de um parecer técnico avaliando a interferência das obras nos bens tombados; a proposta de um plano de monitoramento e gestão para a minimização e possíveis impactos e execuções de todos os procedimentos necessários junto aos órgãos de proteção arqueológica, patrimonial e cultural (Iphan, Condephaat e Condepasa).

Após a realização de vistorias conjuntas entre a Codesp e a consultoria contratada, resultando no relatório técnico que indicou a necessidade de execução de um programa de monitoramento dos bens históricos, localizados no raio de influência das obras ao longo de sua execução, sendo protocolizado o relatório final do diagnóstico nos órgãos Federal, Estadual e Municipal de proteção ao patrimônio histórico.

Além dessa demanda, do ponto de vista ambiental, verificou-se que devido à metodologia a ser utilizada, os monitoramentos referentes à verificação da qualidade da água e dos sedimentos poderiam ser excluídos das condicionantes da LI, visto a existência de justificativa técnica. Dessa forma, foi protocolado no Ibama pedido para a dispensa de execução desses monitoramentos, que está sendo analisado pelo órgão ambiental.

Busca-se em 2014 o posicionamento do Ibama sobre o pedido de retirada dos programas de monitoramento da qualidade da água e dos sedimentos, bem como o desenvolvimento da execução das obras e o seu gerenciamento ambiental adequado.

Reforma do Píer da Alemoa

Foi elaborado relatório de atendimento às condicionantes pré-obra e enviado ao Ibama e iniciadas atividades de gerenciamento ambiental pela análise dos planos de segurança e pela fiscalização da implantação do canteiro de obras. As primeiras vistorias das obras foram realizadas no mês de dezembro.

Em 2014 pretende-se realizar o gerenciamento ambiental da obra e fiscalizar o atendimento às condicionantes emitidas pelo órgão ambiental.

Avenida Perimetral da Margem Direita

A Codesp solicitou em 2012 a renovação da LI nº 386/2006 para a Avenida Perimetral da Margem Direita. Neste ano a Codesp recebeu do Ibama parecer técnico solicitando complementações e adequações acerca de Programas Básicos Ambientais (PBAs) executados. A Companhia protocolou ofício no Instituto, atendendo ao solicitado no parecer técnico ou esclarecendo dúvidas. O objetivo é receber a renovação da Licença de Instalação para a Avenida Perimetral com condicionantes.

A título de compensação ambiental pela obra, a Codesp contratou a empresa Ramadam para realizar o plantio de 2.053 mudas em áreas do município de Santos, cujo trabalho encerrou-se no mês de novembro. A partir de dezembro foi iniciada a manutenção e substituição das mudas mortas. Outras 600 unidades serão destinadas a áreas portuárias, das quais 211 foram plantadas até dezembro.

Quanto ao trecho Alemoa-Saboó da Avenida Perimetral, a meta é encaminhar ao Ibama, no próximo ano, o projeto básico consolidado, que se encontra em execução, para obtenção do Termo de Referência para elaboração de estudo ambiental, bem como a contratação de empresa para elaboração da revisão do estudo ambiental, em função da construção dos viadutos nesse trecho.

A Codesp realizou várias tratativas com a BTP e o Ibama, além de reuniões com o Ministério Público Estadual, para viabilizar a transferência de parte de sua autorização ambiental para a construção da Perimetral da Margem Direita para a renovação da LI da BTP, especificamente com relação aos 960 m que estão sendo construídos por aquele terminal. Assim, em julho de 2013, a LI nº 719/2010, da BTP, foi retificada com a inclusão da construção do referido trecho na Avenida Augusto Barata.

No que se refere ao trecho da Avenida Perimetral que abrange a passagem subterrânea no cais do Valongo, conhecida como “Mergulhão”, foi realizada a contratação da empresa Documento Antropologia e Arqueologia SS Ltda., em maio, para a realização do resgate dos vestígios arqueológicos encontrados no local. Aditamento viabilizado em setembro possibilitou a realização de monitoramento arqueológico em áreas nas quais foram realizadas sondagens geológicas não previstas inicialmente. Essa contratação se refere ao licenciamento ambiental para as obras de engenharia. Os trabalhos de campo (resgate) e de laboratório (curadoria) foram realizados dentro do cronograma, com envio mensal de relatório de andamento das atividades. O início das atividades de educação patrimonial ocorreu em dezembro.

A Codesp encaminhou ao Ibama o projeto básico consolidado do Mergulhão, visando a obtenção de um Termo de Referência para definição do tipo de estudo ambiental a ser realizado.

No próximo ano será feito o acompanhamento e finalização das atividades de educação patrimonial e a entrega de relatório final aos órgãos de patrimônio, bem como a obtenção de parecer do Iphan favorável à emissão de LI para as obras. A Codesp solicitará ao órgão ambiental um Termo de Referência para contratação de empresa para a realização do estudo ambiental.

A Codesp já recebeu do Ibama o Termo de Referência com as diretrizes técnicas a serem seguidas para elaboração do Estudo Ambiental para licenciamento do trecho Canal 4-Ponta da Praia da Avenida Perimetral. O termo foi encaminhado à Consultoria,

Planejamento e Estudos Ambientais (CPEA), empresa contratada pela Libra, para realização do trabalho.

Área para implantação de estacionamento rotativo de caminhões

A Autoridade Portuária manifestou ao Ibama-SP o interesse em utilizar o antigo terreno da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) para implantação de pátio de estacionamento rotativo de caminhões. Estrategicamente, a área foi dividida em três zonas para acelerar os processos junto ao órgão ambiental. A Área 1, com aproximadamente 53.000 m², possui vegetação em estágio secundário de regeneração, em local provavelmente aterrado, contudo, é possível a existência de porções de áreas alagadiças. A Área 2, com cerca de 14.000 m², já é utilizada como estacionamento de caminhões. Já a Área 3, com 155.000 m², é composta, predominantemente, de manguezal.

Em um primeiro momento, pretende-se implantar o estacionamento de caminhões nas Áreas 1 e 2. Na consulta sobre a necessidade de licenciamento ambiental para este empreendimento, o Ibama solicitou relatório de levantamento preliminar de fauna e flora da Área 1. O relatório foi encaminhado em 08 de novembro.

Paralelamente ao relatório de levantamento, foi confeccionado o Termo de Referência para contratação de estudos para avaliação do meio biótico (levantamento de fauna e flora) e do meio físico (qualidade do solo e água subterrânea).

Aguarda-se para o próximo ano a definição do Ibama-SP sobre os estudos necessários para licenciamento ambiental ou autorização de supressão de vegetação. Pretende-se, ainda, contratar e realizar os estudos ambientais solicitados.

Avenida Perimetral da Margem Esquerda

No que se refere à Avenida Perimetral da Margem Esquerda, realizou-se a gestão do contrato da empresa DTA Engenharia, responsável pelo gerenciamento ambiental da obra, que finalizou em 25 de novembro.

O gerenciamento ambiental da obra, passará a contemplar, basicamente, a realização do previsto no Plano de Desmobilização do Canteiro de Obras e ficará a cargo de equipe da Gerência de Meio Ambiente da Codesp.

A área ambiental da Codesp analisou, sob o aspecto ambiental, o Termo de Cooperação assinado com as empresas Dow Química, Fassina e Santos Brasil para a construção do acesso provisório, ligando a Avenida Santos Dumont com a Rodovia Cônego Domênico Rangoni, em Guarujá. A obra será realizada pela empresa Santos Brasil em terrenos pertencentes à Fassina e Dow Química, objetivando desafogar o tráfego de caminhões na região.

Ampliação do Píer da Alemoa

No tocante ao licenciamento ambiental das obras para ampliação do píer da Alemoa, em 30 de outubro de 2012 foi protocolizado no Ibama/DF o Relatório de Caracterização do Empreendimento – Berços 5 e 6, realizado pela empresa Itsemap, contratada pela Associação Brasileira de Terminais Líquidos (ABTL). Na oportunidade,

também foi solicitado ao órgão ambiental orientações sobre o estudo ambiental a ser desenvolvido (Termo de Referência).

O mencionado Relatório contempla um descritivo da obra, a identificação dos impactos que serão gerados pela sua implantação e um plano para a caracterização dos sedimentos da área a ser futuramente dragada. Tal documento foi elaborado pela empresa Itsemap em conjunto com a área de meio ambiente da Codesp.

A Codesp reiterou o pedido de análise do estudo ao órgão ambiental, mas, até o momento, não obteve resposta.

Dragagem de aprofundamento do canal de navegação, de berços e seus acessos

Para a realização da obra de dragagem, o Ibama exigiu o desenvolvimento e a execução de um Plano Básico Ambiental, composto por 25 programas ambientais. Os programas ambientais foram desenvolvidos pela Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa) e pela empresa Documento Antropologia SS Ltda.

Todos os programas ambientais estabelecidos na LI da obra e suas retificações foram concluídos e as condicionantes cumpridas.

O Programa de Monitoramento e Modelagem de Parâmetros Hidrodinâmicos e o Programa de Educação Ambiental – Conscientização da População Afetada, foram concluídos. Já o Programa de Desmobilização da Antiga Área de Descarte foi implantado a partir de julho, após a definitiva suspensão do seu uso, de acordo com as orientações contidas em Parecer Técnico elaborado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

A implantação desse programa será de grande importância para o acompanhamento da recuperação ambiental da antiga área de descarte, utilizada durante anos para a deposição dos sedimentos dragados durante a manutenção da cota de projeto dos berços de atracação e seus acessos, bem como para o canal de navegação antes do aprofundamento para -15 metros.

Embora as 40 monitorias estabelecidas para a Exposição Porto Cidade, que compõem o Programa de Educação Ambiental – Conscientização da População Afetada, tenham sido concluídas, está sendo viabilizada a sua continuidade, tendo em vista o investimento efetuado e o sucesso apresentado.

Dragagem de aprofundamento dos berços de atracação e seus acessos

Durante o ano de 2012 foram efetuadas tratativas junto ao Ibama, no sentido de se estabelecer os procedimentos para a solicitação da LI visando o aprofundamento das bacias de evolução, berços e seus acessos, visto que a Codesp já possui Licença Prévia. O órgão ambiental encaminhou um Termo de Referência para o estudo a ser protocolado e orientou a efetuar os pedidos por bloco, tendo em vista a grande demanda de tempo da Codesp para efetuar uma solicitação para o todo, como também para que o órgão ambiental possa analisar e emitir o parecer e a licença. Os pedidos seriam efetuados usando critérios como prioridade para a dragagem e contiguidade da área.

Embora tenham sido mantidas tratativas com o órgão ambiental, a Lei nº 12.815/13, de 05 de junho de 2013, estabelece que a atividade de dragagem, bem como o seu monitoramento ambiental, é de responsabilidade da SEP. Cabe ressaltar que tanto a LP

como também a LI estão em nome da SEP. Esse fato resultou na interrupção das tratativas e necessidade de análise e posicionamento da SEP sobre quais seriam as orientações em relação às atividades de dragagem, seu monitoramento e licenciamento.

Assim, a Codesp ficou impossibilitada de obter a LI para a dragagem de Aprofundamento dos Berços e seus Acessos para os trechos de cais de Outeirinhos, Alemoa, do Armazém 12A ao 23, Ilha do Barnabé, Saboó, Valongo Novo, Tecon 3 e 4, TGG e Termag.

Visto que as discussões efetuadas até o momento demonstram o interesse da SEP em repassar o monitoramento ambiental e a obtenção dos licenciamentos para a Codesp, serão envidados esforços para a obtenção de um instrumento legal que viabilize a realização dessas atividades, cuja orientação do Ibama, é elaborar um Estudo Ambiental Simplificado, para a obtenção da Licença de Instalação em nome da SEP.

Dragagem de aprofundamento do canal de acesso à BTP e bacia de evolução, incluindo a área G

Uma série de tratativas foram realizadas com o Ibama, que culminou com a obtenção da LI. Neste ano, verificou-se a necessidade de incluir nessa LI a dragagem de aprofundamento em uma área denominada “área G”, que viabilizaria a implantação de uma bacia de evolução essencial para a manobra de embarcações tanto da BTP, como dos terminais lindeiros. Para tanto, o órgão ambiental estabeleceu a apresentação da caracterização dos sedimentos dessa área (o equivalente à 1.254.000 m³), a análise da estabilidade do talude na região e a avaliação sobre possíveis intervenções na hidrodinâmica local.

Após a elaboração do relatório, contendo as justificativas e pareceres técnicos, plano de dragagem (volume a ser dragado, descrição dos equipamentos, metodologia de dragagem e cronograma) e apresentação, bem como protocolização dos documentos no Ibama, a Codesp obteve a retificação da LI, possibilitando a inclusão da obra de dragagem da “área G” (bacia de evolução da BTP) em seu escopo, bem como a retificação dos volumes a serem dragados. A obtenção dessa retificação na LI, propiciou a otimização dos equipamentos que estavam sendo utilizados para o aprofundamento da área de acesso à BTP, evitando a sua mobilização, devido a busca de novas frentes de trabalho.

No próximo ano terão continuidade os monitoramentos ambientais estabelecidos na LI e protocolo do relatório final de monitoramento no Ibama, após o término definitivo da obra.

Dragagem de manutenção pós-aprofundamento do canal de navegação e dragagem de manutenção dos berços de atracação e seus acessos

Objetivando garantir as cotas de projeto alcançadas durante a dragagem de aprofundamento no Trecho IV do canal de navegação, a Codesp manteve tratativas com o Ibama para obter a licença ambiental da dragagem de manutenção daquela área.

Os trabalhos resultaram na emissão da LI, em 24 de janeiro, a qual faz referência à dragagem de um volume de 2.334.880 m³ no trecho do canal de acesso situado entre o Armazém 6 e a Alemoa, para preservação de uma profundidade de -15 metros.

O órgão ambiental manteve nessa LI as mesmas restrições estabelecidas anteriormente para a dragagem de aprofundamento do Trecho IV, tais como, o uso de mecanismo de overflow, controle de volume a ser descartado e obrigatoriedade de descarte em quadrícula de Uso Restrito (SUR), do Polígono de Disposição Oceânica (PDO). Essas medidas visavam atender ao princípio da precaução, devido ao histórico de contaminação da referida área.

Visto que as caracterizações dos sedimentos efetuadas posteriormente ao aprofundamento daquele trecho demonstram uma melhoria significativa da qualidade e que o material poderia ser descartado no Setor de Uso Controlado (SUC), após as devidas justificativas técnicas, o órgão ambiental retificou a LI, liberando o uso do overflow no Trecho IV. Esse fato demonstrou que a gestão e monitoramento adequados podem garantir o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras, desde que medidas sejam tomadas para minimização e mitigação dos impactos.

Nesse cenário, observa-se que, até o mês de agosto, as dragagens de manutenção do canal de navegação para a preservação da cota de -15 m e obtenção da homologação de profundidade pela Marinha do Brasil ficaram amparadas por licenças fragmentadas: LI nº 852/2011 (Trecho II e III), LI nº 861/2012 (Trecho I) e LI nº 910/2013 (Trecho IV).

Ao longo deste ano a Codesp, em conjunto com consultorias técnicas contratadas, promoveu a execução de programas ambientais decorrentes do processo de licenciamento, garantindo o atendimento das condicionantes preconizadas e, conseqüentemente, o andamento das obras.

Dragagem de manutenção dos berços de atracação e seus acessos

A dragagem de manutenção dos berços de atracação e seus acessos, desde 2005 até outubro de 2012, esteve amparada por licenciamento obtido junto à Cetesb, por meio da Licença de Operação nº 195/08. Com esse licenciamento a Codesp possuía autorização para descartar o sedimento dragado na antiga área de descarte (quadrícula 2km X 2km), cujo monitoramento abordava, além dessa área, oito pontos, para a verificação da qualidade da água, dos sedimentos, da biota, da pluma de dispersão dos sedimentos descartados e do costão rochoso.

Após a análise dos resultados dos monitoramentos, a Cetesb, por meio de parecer técnico, indeferiu o pedido de renovação da LO solicitada pela Codesp e determinou a suspensão de uso da área de descarte e implantação do Programa de Desmobilização da Antiga Área de Descarte.

A interrupção do uso da área de descarte já havia sido prevista anteriormente pelo órgão ambiental e pela Codesp, sendo estabelecido que, no âmbito da obtenção da LO para a Regularização do Porto Organizado de Santos, todo o material dragado seria descartado na nova área de descarte, o Polígono de Disposição Oceânica - PDO, cuja distância em relação à costa, hidrodinâmica local, dimensões da área e monitoramentos desenvolvidos garantiriam uma gestão unificada dos sedimentos descartados em área oceânica e propiciariam uma maior mitigação e minimização dos impactos.

No entanto, a permuta do descarte de sedimentos para o PDO necessitaria de um período de transição para os ajustes adequados nos contratos firmados entre a Codesp e as empresas que realizariam as atividades de dragagem de manutenção dos berços de

atracação e seus acessos. Assim, após tratativas com a Cetesb a Codesp obteve a Licença de Operação nº 2126/13, em 09/01/13, com validade de 06 meses, a qual possibilitou o uso da antiga área de descarte durante a transição para a nova área de descarte.

A partir de julho, com o vencimento da LO, ficou proibida a utilização da antiga área de descarte para a disposição dos sedimentos dragados nos berços de atracação e seus acessos. Dessa forma, a Codesp intensificou as tratativas para viabilizar a transferência de responsabilidade do licenciamento ambiental das obras de dragagem de manutenção das áreas de atracação para o Ibama. Esse processo culminou na expedição, pelo órgão ambiental federal, da LI nº 961, em 19 de agosto. A junção das diferentes obras de dragagem de manutenção sob uma única licença e a definição de um único órgão licenciador para essas atividades configuram-se em avanços que facilitam, consideravelmente, a gestão ambiental das obras.

Com a inviabilização da utilização da antiga área de descarte iniciou-se o Programa de Desmobilização daquela área, com o objetivo de monitorar a evolução da sua recuperação ambiental.

As dragagens para a manutenção da cota de projeto dos berços de atracação e seus acessos ocorreram de forma parcial, visto que apenas o contrato para as áreas de acesso aos berços estava vigente.

Uma das condicionantes estabelecidas pela LI foi a recharacterização dos sedimentos de todos os berços de atracação e seus acessos, tendo em vista que o órgão ambiental vem solicitando essa caracterização de forma periódica. Assim, foi elaborado um plano para a caracterização dos sedimentos que englobasse o Porto de Santos de forma integrada. Esse plano contempla o canal de navegação, bem como os berços de atracação e seus acessos e deve ocorrer bianualmente. Essa metodologia viabilizará a otimização de recursos e garantirá o monitoramento efetivo da qualidade de sedimentos, propiciando uma melhor gestão das atividades de dragagem e do uso do Polígono de Disposição Oceânico.

Derrocamento das pedras Teffé e Itapema

Embora o Consórcio CHL, responsável pela fiscalização da obra de derrocagem e dragagem dos fragmentos de materiais rochosos, tenha considerado que a obra estivesse concluída em dezembro de 2012, após a realização de sondagens no local, por meio de metodologias com maior precisão, verificou-se a presença de três pontos na pedra de Tefée que apresentavam cotas de profundidade que não atingiam -15m (DHN).

Dessa forma, foi necessária a execução de tratativas junto ao Ibama, com o objetivo de viabilizar a finalização efetiva da derrocagem. Ressalta-se que esta atividade foi de responsabilidade da SEP.

Embora a Codesp não tenha participado das tratativas junto ao Ibama, por se tratar de empreendimento localizado dentro da área do Porto Organizado, analisou o plano de trabalho com o auxílio de consultoria especializada, e estabeleceu uma série de condicionantes e procedimentos que deveriam ser efetuados pelo Consórcio CHL, acompanhando a sua execução.

Nos dias 28 de junho e 04 de julho, foi realizado o desmonte dos três pontos identificados. Por se tratar de um volume reduzido de rochas, a metodologia adotada para o desmonte desses três picos foi o derrocamento com o uso de explosivos de baixa potência.

Salientamos que não foi necessária a retirada do material derrocado, haja vista que o espalhamento do mesmo devido às detonações foi suficiente para eliminar os picos observados em profundidade que não atingiam a cota de -15m (DHN).

Retirada dos destroços do navio Ais Giorgis

No que tange ao gerenciamento ambiental dessa obra, a Codesp, em atendimento ao fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento Ambiental da Obra, aprovado pela Cetesb, acompanhou as atividades de içamento das peças do casco soçobrado do navio; os procedimentos de atendimento a incidentes de poluição por óleo, bem como o gerenciamento dos resíduos gerados no decorrer de todos os serviços de remoção.

Os resíduos de Classe I, gerados durante a obra, foram destinados entre 05 e 11 de março, sendo esta destinação de responsabilidade da empresa Alpina Briggs Defesa Ambiental, contratada pela Codesp para o atendimento às ocorrências de vazamento de óleo durante as operações de remoção das peças do casco do navio Ais Giorgis.

Após o encerramento das atividades de içamento, em 17 de janeiro, e da destinação de resíduos de Classe I, foi efetuada a desmontagem da bacia de contenção, construída para a recepção das peças içadas. Durante a desmontagem da bacia, os resíduos remanescentes foram segregados e acondicionados, conforme preconizado em legislação, para posterior caracterização e destinação.

A atividade de desmontagem da bacia de contenção que recebeu as peças içadas para corte e segregação dos resíduos provenientes das atividades de içamento das peças cortadas do casco do navio Ais Giorgis foi realizada no período entre fevereiro e março. A segregação dos resíduos foi efetuada com o objetivo de viabilizar a caracterização, bem como promover um melhor acondicionamento para uma posterior destinação. Os resíduos remanescentes da obra eram compostos por sedimentos e cracas provenientes da bacia de contenção e da raspagem manual das peças do navio, cordas, madeiras e material compactado composto de polietileno, madeira e os restos da manta PEAD utilizada na bacia de contenção.

A coleta para caracterização dos resíduos, que se encontravam dispostos na área coberta do galpão do Armazém 8, foi realizada pelo Laboratório Analytical Technology. Os resíduos foram classificados como de Classe II A – não inertes.

Em outubro foi realizada a destinação dos resíduos remanescentes. Aqueles provenientes de sedimentos e cracas, corda e o misto de polietileno, madeira e outros compactados e fragmentos da manta PEAD foram coletados e transportados pela empresa Koleta Ambiental e destinados à Essencis Soluções Ambientais, localizada em Caieiras/SP. Já as madeiras foram enviadas para a empresa Galvani Ambiental Recicladora, localizada em Guarulhos/SP. As empresas emitirão o Certificado de Destinação Final, comprovando a adequada destinação dos resíduos remanescentes dos serviços de remoção do navio Ais Giorgis.

A retirada dos restos da embarcação foi concluída neste ano e a Codesp está elaborando o relatório final que abordará os procedimentos para a destinação adequada dos resíduos de Classe IIA e os documentos comprobatórios.

Remoção dos dutos desativados no cais do Saboó

A Codesp contratou a empresa Roade Construção Civil e Locação de Equipamentos Ltda. para execução dos serviços de desativação permanente dos dutos localizados no cais do Saboó, bem como a completa recomposição da área de trabalho, através do contrato DP/35.2012, firmado em 07 de agosto.

Os trabalhos foram iniciados em abril, com a realização das sondagens investigativas e medição dos níveis de gases na antiga área de tancagem na Avenida Engenheiro Antonio Alves Freire. A retirada teve início em junho e dos 1.200 metros de tubulação, previstos no Termo de Referência para serem retirados, já foram executados cerca de 650 metros. A meta é finalizar os trabalhos em 2014 e receber os dutos limpos para venda como sucata metálica.

Remoção de trechos remanescentes de tubulação que interliga a Alemoa à Ilha do Barnabé

Encontra-se em elaboração o Termo de Referência para remoção de dutos desativados da Codesp, anteriormente utilizados no transporte de combustíveis líquidos no trecho de interligação entre a Alemoa e a Ilha do Barnabé, bem como das estruturas de sustentação da tubulação e das válvulas de controle existentes em área não contemplada durante a etapa de remoção dos trechos subaquáticos e da área de intervenção da empresa BTP.

Pretende-se, no próximo ano, iniciar o processo licitatório para contratação de empresa para executar os trabalhos.

Retirada de resíduos sólidos

A empresa Essencis Soluções Ambientais S/A, contratada pela Codesp para prestar serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos perigosos, neste exercício retirou 7.454 lâmpadas; 1.570 reatores; 24 baterias; 74,2 toneladas de telhas de amianto e 7,0 toneladas de vidros e azulejos quebrados.

Foi concretizada, também, a segregação de diversos resíduos contaminados, com o acondicionamento adequado em tambores, para os quais se aguarda a obtenção de CADRI para destinação.

Em função do término do contrato com a Essencis, em janeiro de 2014, foi elaborado um Termo de Referência para nova contratação, mais abrangente e dimensionada. Foram previstos os resíduos atualmente existentes, bem como aqueles com geração prevista para até 01 ano após a contratação, incluindo aqueles caracterizados como perigosos, não perigosos, líquidos e sólidos, bem como, serviços de amostragem e análise laboratorial de resíduos, visando classificar a periculosidade e determinar a quantidade de resíduos de declaração obrigatória pelo Registro de Emissão e Transferência de Poluentes – RETP.

Planilha de inventário de resíduos

Foi realizada a revisão da planilha de inventário de resíduos, de preenchimento obrigatório por todos os arrendatários. A revisão contemplou a inserção de diversos tipos e categorias de resíduos previstos pela Instrução Normativa nº 13/2012 do Ibama e a reformulação do sistema de inserção de dados, visando evitar resíduos descritos em unidades divergentes. Foi incluída, ainda, declaração conforme Resolução 306/2004 da Anvisa e será realizado treinamento para uso da planilha, a partir de 2014, para todos os arrendatários. No próximo ano pretende-se atualizar a planilha para atendimento ao RETP.

Autoclaves

Para dar maior sustentação técnica à elaboração do Termo de Referência para implantação das unidades de tratamento de resíduos de taifa, foram desenvolvidos trabalhos conjuntos pelas gerências que integram a Superintendência de Meio Ambiente e também com a Gerência de Projetos e Orçamentos.

Realizou-se visitas técnicas às unidades de autoclavagem da empresa Sterlix Ambiental, em Mogi Mirim, e a Unidade de Tratamento de Resíduos S.A. – UTR, em São Paulo. A Sterlix trata os resíduos provenientes de aeronaves do Aeroporto Internacional de Guarulhos e a UTR trata a maior parte dos resíduos hospitalares da cidade de São Paulo.

Essas visitas deram maior sustentação técnica para avaliar as fragilidades do estudo da Fral Consultoria e, assim, propor novas soluções para garantir melhor viabilidade do projeto. Também foi elaborado relatório estabelecendo diretrizes sanitárias básicas que devem constar no Termo de Referência para contratação do projeto executivo para implantação das unidades de esterilização. O referido relatório foi utilizado como parte da consulta sobre licenciamento ambiental junto ao Ibama.

Foi efetuada consulta ao Ibama sobre a necessidade de licenciamento ambiental para a implantação de uma central de esterilização de resíduos e se esta poderia ser licenciada no âmbito da regularização do Porto.

Após um levantamento de áreas potenciais para instalação de centrais para o armazenamento temporário dos resíduos gerados, foi constituído grupo de trabalho, visando à definição dos locais e dos materiais/serviços necessários para construção desses espaços.

O Termo de Referência relativo à engenharia do projeto executivo está sendo elaborado. A meta para o próximo ano é concluir o processo licitatório com vistas à elaboração do projeto executivo, objetivando a implantação das unidades de esterilização de resíduos de taifa.

Remediação ambiental da área do Galpão “A” e terreno anexo ao “Galpão C” na região da Alemoa

Contratada a empresa SERVIMAR Serviços Técnicos Ambientais Ltda., vencedora da Concorrência nº 12/2012, que executará serviço de extração de fase livre de DNAPL (Dense Non Aqueous Phase Liquid), na área localizada à Rua Augusto Scaraboto s/nº, no bairro da Alemoa, sendo subdivida em duas Partes: o Galpão “A” e o terreno anexo ao Galpão “C”, pelo prazo de 24 meses.

A empresa já realizou a 1ª Campanha de Monitoramento Analítico da Água Subterrânea e realizou Ensaio Piloto para Bombeamento, previstos no Termo de Referência, com o devido encaminhamento de Plano de Trabalho para a Remediação Ambiental, com base nesse ensaio piloto realizado.

Remediação ambiental na área do Posto de abastecimento desativado (SEVER) na região de Outeirinhos

Recebido relatório elaborado pela ECOTEST Tecnologia Ambiental Ltda. acerca de Investigação Detalhada e Plano de Intervenção, que demonstrou a necessidade de remediação ambiental da área por conta da contaminação por hidrocarbonetos.

Para tanto foi isolada a área e instalados os poços de monitoramento para a remediação que será promovida pela Petrobrás Distribuidora S.A.

Acompanhamento do projeto da COPPE – “Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos Brasileiros”

O “Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos Brasileiros” vem sendo executado por meio de uma parceria iniciada em agosto de 2011 entre a Secretaria de Portos – SEP e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo Programa de Planejamento Energético e o Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (PPE-IVIG/COPPE/UFRJ). Para esse trabalho a COPPE efetuou convênio com as universidades locais, sendo que para o desenvolvimento do trabalho no Porto de Santos a parceria foi estabelecida com a Universidade Federal de São Paulo – Unifesp.

O Programa compreende um conjunto de ações que visam promover a conformidade legal dos portos marítimos frente às exigências ambientais e das vigilâncias sanitária e agropecuária, relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, incorporando novas formas de gestão e administração dos serviços portuários que resultam em maior eficiência, com maior produtividade e a melhoria do meio ambiente.

Foi realizado, de janeiro a junho, e de novembro a dezembro, o levantamento de resíduos sólidos gerados pelos arrendatários, embarcações e CODESP, pela equipe da Unifesp, bem como dados sobre as redes de drenagem e sistemas de abastecimento de água e efluentes, além de dados da fauna sinantrópica.

Do primeiro semestre de levantamento, foi gerado pela COPPE/UFRJ o Manual de Boas Práticas para o Porto de Santos, e o Guia de Boas Práticas Portuárias para os portos brasileiros. Estes documentos foram analisados pela equipe das 3 gerências, tendo sido levantadas diversas divergências e incoerências. Em reuniões realizadas em Brasília e em Santos, novos objetivos foram traçados para correção destes documentos.

Foram disponibilizados vários dados e informações relacionados aos temas, sendo eles, documentos elaborados com base nos protocolos da Anvisa, informações sobre a empresa Water Port, mapa de drenagem do Porto de Santos, informações levantadas (abastecimento de água, rede de drenagem, coleta e tratamento de efluentes) no Estudo Ambiental para a obtenção de LO para a Regularização Ambiental do Porto, dados do

estudo da empresa FRAL sobre autoclaves ou ainda do diagnóstico da infestação de pombos realizado pela LSI, dentre outros.

Implantação do Regulamento Sanitário Internacional – RSI

Em 2013 mantivemos contato estreito com a Autoridade Sanitária a fim de viabilizar a implantação do RSI no Porto de Santos além de analisar criticamente os Programas de Gestão entregues pela Codesp e terminais arrendatários, ainda no final de 2012, relativos às seguintes áreas:

- Resíduos sólidos;
- Limpeza, desinfecção e desinfestação;
- Climatização;
- Água para consumo humano;
- Águas residuais e dejetos líquidos;
- Controle de fauna sinantrópica nociva

Foram realizadas diversas reuniões do Comitê Interinstitucional de Gestão e Acompanhamento da Implementação do RSI (2005) – CIGA, coordenado pela Anvisa, contando ainda com representantes da Codesp, Secretaria Estadual e Municipal da Saúde, Infraero, Mapa, Departamento de Polícia Federal e Receita Federal, visando aperfeiçoar continuamente nossos procedimentos e debater assuntos estratégicos ligados à saúde pública portuária.

Contudo, com a necessidade do Posto Portuário da Anvisa em funcionar 24 horas, essas reuniões tiveram de ser suspensas, por tempo indeterminado, a pedido da Autoridade Sanitária.

Elaboração e início de implantação do Plano de Mapeamento e Controle da Poluição Sonora

O Plano de Mapeamento e Controle da Poluição Sonora no Porto de Santos teve seu escopo elaborado, tendo sido realizadas campanhas de medição de ruído ambiental em pontos específicos da área do Porto Organizado de Santos, em especial aquelas afetadas pelas obras de realinhamento do cais de Outeirinhos e pelo reforço estrutural dos píeres da Alemoa, visando à comodidade acústica das comunidades circunvizinhas. Estas medições foram realizadas por empresa habilitada com a qual a Codesp mantém contrato.

Levantamento / monitoramento de Resíduos Sólidos

Foi realizado o levantamento dos resíduos sólidos existentes dentro das dependências da Codesp, gerados em Itatinga, Ilha do Barnabé e Margem Direita do Porto, sendo essencial para o balizamento de ações e construção de cenários.

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Iniciou-se a revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da Codesp, parte integrante do estudo de regularização do Porto. A meta é propor a alteração do PGRS, incluindo os dispositivos legais atualizados, bem como o documento de acordo com os projetos e propostas vigentes para 2014.

Projeto de instalação de estações hidrométricas em atendimento à Resolução Conjunta 3/2010 – PCH Itatinga

Em atendimento às prerrogativas da Resolução ANA/ANEEL nº 03/2010, a Codesp coordenou a elaboração do Projeto de Instalação de Estações Hidrométricas. Após sua conclusão, o referido projeto foi encaminhado à Agência Nacional de Águas (ANA), em setembro de 2012.

Em reposta, no mês de maio deste ano, a ANA enviou ofício à Codesp aprovando, sem ressalvas, o projeto proposto. Assim, um plano de trabalho está sendo desenvolvido para viabilizar a implantação da rede de estações hidrométricas em Itatinga.

A perspectiva é que em 2014 seja iniciado o certame licitatório para contratação de empresa para instalação e operação da rede de monitoramento das estações hidrométricas.

Novos arrendamentos

Durante os meses de março e abril, pesquisadores da Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), contratada pela SEP e Antaq, realizaram um levantamento de informações ambientais das áreas arrendadas no Porto de Santos, que têm seus contratos de arrendamento vencidos, ou com prazo de vencimento até 2018, visando à elaboração de um laudo/diagnóstico inicial para os próximos arrendamentos.

Esses laudos e o diagnóstico geral do Porto foram disponibilizados pela Antaq visando a audiência pública realizada 30 de agosto. Após esse evento, a área ambiental da Codesp encaminhou à Diretoria Executiva uma série de proposições para inclusão nas minutas de contratos de arrendamentos, que foram encaminhadas àquela agência reguladora.

Levantamento de dados sobre as árvores do Porto

Em julho foram iniciados os levantamentos sobre a existência de árvores no Porto Organizado, objetivando contabilizar os indivíduos arbóreos. Este projeto abrangeu toda a Margem Direita, com vistorias nos prédios da Codesp, Avenida Perimetral, Avenida dos Portuários, Saboó, Alemoa, Gates e Ilha do Barnabé.

Na Margem Esquerda, realizou-se inspeção na Avenida Perimetral e em locais próximos às instalações das arrendatárias.

As anotações registradas se referem a identificação da espécie, estado fitossanitário, se o indivíduo apresentava risco ou não. O trabalho teve duração de três meses, contabilizando-se a presença de 5.761 indivíduos arbóreos, incluindo árvores isoladas e fragmentos.

No próximo ano deverá ser providenciado Termo de Referência para contratação da empresa que realizará os serviços de manutenção de árvores isoladas e áreas verdes.

Revisão do Plano de Emergência Individual

Foram finalizadas as revisões no Plano de Emergência Individual (PEI) da Codesp, adequando-o à legislação vigente. Contudo, para protocolá-lo no órgão ambiental serão necessárias a elaboração de modelagem matemática de dispersão de óleo e a contratação para o atendimento a emergências ambientais.

Participação na elaboração do Plano de Área

O Plano de Área (PA) configura-se como um documento ou conjunto de documentos que contem as informações, medidas e ações referentes a uma área de concentração de portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos ou plataformas e suas respectivas instalações de apoio, que visam integrar os diversos Planos de Emergência Individual da área para o combate de incidentes de poluição por óleo. Em 06 de novembro de 2003 foi instituído o Decreto Federal nº 4.871, que regulamentou a figura do Plano de Área.

A fim de garantir a elaboração e implantação do PA, a Cetesb e o Ibama constituíram um Comitê de Área que, sob suas coordenações, desenvolvem as atividades para a elaboração desse documento. Esse grupo é formado por representantes de todas as instalações que possuem o Plano de Emergência Individual (PEI), que se encontram no Porto de Santos e região, além da Capitania dos Portos.

Ao longo de 2013 ocorreram reuniões mensais para a elaboração do Regimento Interno e do Plano de Área. A Codesp tem participado tanto das reuniões do Comitê de Área, como do grupo de trabalho que atua na elaboração do documento, sendo este composto pelo Regimento Interno do Comitê, Caracterização das áreas de concentração e Abrangência e definição de propostas referentes aos regramentos para o acionamento do Plano de Área.

Elaboração do Termo de Referência para Estudo de Segurança da Malha Ferroviária

A Codesp vem elaborando Termo de Referência para um estudo crítico sobre a malha ferroviária e criação de plano de segurança para as linhas férreas ao longo do Porto, contemplando levantamento topográfico das linhas férreas, identificação de pontos críticos, sinalização horizontal e vertical, e demais soluções para a eliminação dos riscos ao longo da malha ferroviária situada dentro do Porto.

Autorização para movimentação de cargas perigosas via sistema informatizado Porto sem Papel

A Codesp solicitou à SEP providências a fim de realizar alterações no sistema Porto Sem Papel no sentido de incluir procedimentos para autorização de movimentação de cargas perigosas. A expectativa é garantir que a Lista de Mercadorias Perigosas seja aprovada somente pelo sistema Porto Sem Papel e não mais através de documento impresso.

Varrição mecanizada

Em dezembro, entrou em operação equipamento para varrição mecanizada nas vias internas do Porto. O serviço intensificará a limpeza, atendendo à necessidade de ampliar o serviço já existente, garantindo, de forma preventiva, melhores condições de segurança aos usuários dessas vias.

A varrição mecanizada proporciona mais eficiência na remoção de grãos e farelos que se depositam no leito das pistas, procedentes dos caminhões que trafegam com esses produtos. Com a entrada em operação do novo equipamento, a Codesp escala parte da equipe de trabalhadores que realizavam este serviço para atuação nos trechos do porto de difícil acesso para a varredeira, e também para ações de eliminação de focos de mosquito da dengue.

Controle de animais domésticos

Ao longo deste ano continuaram as ações do Programa de Controle de Cães e Gatos do Porto de Santos, que através de ações sistemáticas de imunização, esterilização e doações visa à minimização do risco causado pela presença desses animais à saúde dos trabalhadores portuários e propicia melhores condições de vida a esses animais, removendo-os das áreas de operação portuária.

As ações resultaram em adoção de 34 animais, sendo 19 gatos e 15 cães. Além disso, quinze animais foram castrados e cinco animais receberam tratamento clínico cirúrgico intensivo em decorrência de acidentes ocorridos na área portuária.

Controle de vetores

A Codesp realizou diversos encontros com a Anvisa, Sucen e prefeituras de Santos e Guarujá, para controle da dengue. Destaca-se a parceria firmada com a Prefeitura Municipal de Santos, que resultou na instalação de 21 armadilhas de monitoramento do mosquito transmissor da dengue nas áreas da margem direita do Porto. Outro ponto importante foi a reativação dos Núcleos de Prevenção da Dengue (NPD) nos terminais portuários.

Neste ano, 35 terminais protocolaram na Codesp, o Plano de Intensificação de Combate à doença. Mensalmente, essas empresas enviam os relatórios das atividades de controle à Codesp.

Além desses trabalhos, a equipe técnica da área de Meio Ambiente da empresa realizou mais de 80 ações pontuais de combate à dengue nas áreas públicas e arrendadas.

Tal atividade tem como objetivo a eliminação de criadouros, aplicação de larvicidas e coleta de larvas para análise microscópica.

No que se refere ao controle de pombos, foi revisado o Termo de Referência para contratação de empresa especializada na aplicação de medidas físicas e químicas contra a infestação dessas aves nas áreas sob a jurisdição da Codesp, com vistas à abertura de processo licitatório.

Em relação ao controle de pragas urbanas, foram realizadas diversas inspeções de campo com o objetivo de averiguar as condições que favorecem a proliferação desses animais nas áreas portuárias. Como resultado desse trabalho, a equipe de saúde da área de Meio Ambiente solicitou serviços emergenciais em edifícios da Companhia, destacando a dedetização no edifício da área operacional (Edifício José Armando Pereira) e Central Elétrica, bem como descupinização no arquivo morto.

O Termo de Referência para a contratação de empresa especializada no controle de vetores e pragas urbanas, nas áreas sob jurisdição da Codesp, está em fase de elaboração.

Regularização ambiental do Porto de Santos

A Codesp vem reiterando ao Ibama a emissão da Licença de Operação para o Porto de Santos, a fim de obter a sua regularização ambiental, solicitada em 31 de agosto de 2011.

INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS

A área de Infraestrutura e Execução de Obras atuou em 2013 com empenho destacado na preparação dos projetos executivos para abertura de processos licitatórios sob o Regime Diferenciado de Contratação – RDC, para execução de obras de infraestrutura portuária em várias frentes.

Com os projetos executivos bem encaminhados e as licitações ocorrendo dentro do RDC, a Codesp está atuando no sentido de garantir maior celeridade para contratação e execução das metas previstas para os próximos anos.

A elaboração em andamento de diversos projetos de infraestrutura e o RDC, que permitem agilizar processos licitatórios a partir da inversão de fases, ou seja, abrindo inicialmente as propostas de preço e somente a seguir a de habilitação, trazem um ganho significativo de tempo para iniciar as obras.

Sistema Viário

Contemplando a margem direita do Porto de Santos, três importantes obras viárias devem ser licitadas em 2014, a partir da conclusão desses projetos. São elas a implantação do trecho da Avenida Perimetral da Margem Direita na região da Alemoa até o início da passagem subterrânea para tráfego rodoviário (Mergulhão); a construção dessa passagem; e o trecho da avenida no outro extremo do Porto, entre o Canal 4 e o bairro da Ponta da Praia.

O primeiro trecho, da Alemoa ao Mergulhão, tem extensão de, aproximadamente, 2,5 quilômetros e contará com dois viadutos, para garantir o tráfego contínuo em um local

que concentra a maior demanda de fluxo de entrada e saída na região portuária em Santos. A expectativa é que o projeto seja concluído até o final do primeiro semestre de 2014.

O projeto executivo do Mergulhão, que se estende por 1,6 quilômetro, desde o terminal Ecoporto até o armazém 8 do cais, dotado de 3 pistas em cada sentido e prevendo o remanejamento da ferrovia no local, eliminará o principal gargalo viário na área do Porto de Santos. A previsão é concluir o projeto até maio de 2014.

Com relação ao trecho entre o Canal 4 e a Ponta da Praia, o projeto executivo tem previsão de entrega no primeiro quadrimestre de 2014. Após, será deflagrado o processo licitatório das obras que têm previsão de execução de 24 meses, contemplando a remodelação da Avenida Governador Mário Covas e a instalação de um grande viaduto no trecho entre o Canal 5 e a Avenida Pedro Lessa, criando um novo acesso para os veículos que demandam aos terminais instalados nessa região.

Os três projetos, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2014, compõem o pacote de obras viárias para a margem direita do Porto de Santos, representando investimentos, inicialmente previstos, da ordem de R\$ 600 milhões em execução de obras, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Ainda em função da remodelação viária na margem direita, a empresa procedeu, em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta com os ministérios públicos estadual e federal, à recuperação do prédio tombado do Ministério da Agricultura no bairro do Paquetá, além da revitalização da área no entorno da Bacia do Mercado. Outra ação que contribuiu para o aumento da qualidade de vida da região foi o plantio de várias mudas de árvores em diversos bairros da cidade.

Na margem esquerda do Porto, foi concluída a primeira etapa de implantação da Avenida Perimetral da Margem Esquerda, com a entrega do conjunto de viadutos que eliminou o último gargalo viário na região, acabando com conflito rodoferroviário e permitindo fluxo sem interrupções nos dois modais, além de ordenar o acesso aos terminais. Será assinado contrato para desenvolvimento do projeto executivo da segunda fase, contemplando a continuidade do novo viário, estimando-se a construção de, aproximadamente, 33 mil metros quadrados de área, entre viadutos e pontes.

O novo viário se destaca, também, pela segregação do tráfego urbano do rodoviário de cargas e pela interligação da Avenida Santos Dumont à Rodovia Cônego Domênico Rangoni, estabelecendo, de forma definitiva, uma segunda opção à ligação pela Rua Idalino Pinez (Rua do Adubo). A expectativa é concluir o projeto até final de 2014 visando deflagrar processo licitatório para contratação sob RDC, ainda no primeiro semestre de 2015. As obras têm prazo estimado de 30 meses.

Ainda com relação às intervenções no sistema viário, foram assinados convênios entre a Codesp, o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Guarujá. Com o governo do estado a empresa firmou compromisso de investimento compartilhado para melhoria de acessos no final da Via Anchieta. Com a Prefeitura Municipal de Guarujá, a Codesp assinou Termo de Convênio que prevê a interveniência dos terminais da margem esquerda para construção de acesso provisório da Avenida Santos Dumont com a Rodovia Cônego Domênico Rangoni, na mesma faixa de terra prevista para a implantação da segunda etapa da Avenida Perimetral da Margem Esquerda. A obra será custeada na

forma de rateio entre os terminais instalados naquela região e a Codesp pagará pela utilização das áreas de terceiros destinadas ao acesso.

O acesso provisório propiciará ao Porto um ganho significativo, principalmente, para os terminais de Exportação do Guarujá; de Exportação de Açúcar do Guarujá; da Cutrale; da Dow Química e outros instalados na área de retroporto, desfogando o único acesso hoje existente (Rua do Adubo) e agilizando o fluxo de tráfego destinado a todos os terminais da margem esquerda, no Guarujá.

Com relação à Rua do Adubo, também fruto de convênio com aquele município, coube à Codesp, já ao longo de 2013, realizar inúmeras intervenções na via como recomposição asfáltica, desobstrução de galerias e limpeza para melhorar o tráfego que demanda ao Porto.

Infraestrutura de Cais

Principal obra portuária executada no país com recursos do Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento, o chamado cais da Copa tem previsão de entrega de 511 metros à operação até o final do primeiro trimestre de 2014. O trecho em execução compreende a extensão entre o canal 4 e as imediações do terminal T-Grão.

Com a conclusão, o T-Grão passará a operar seus navios a partir do novo cais para que o empreendimento prossiga até o Terminal de Passageiros - Concais, totalizando, então, 800 metros de cais.

O projeto, que permitirá o aprofundamento do cais para -15 metros contemplará a nova instalação com o que há de mais moderno em infraestrutura portuária, como sistemas de captação de águas e coleta para tratamento, novas defensas, cabeço duplo, rede elétrica em alta e média tensões, iluminação pública, entre outros recursos.

Destaca-se o ganho logístico que a ampliação da capacidade para atracação de navios de passageiros naquele trecho, em sequência, trará à margem direita do Porto, eliminando conflitos de tráfego provocados pelo deslocamento de passageiros de berços distantes do Terminal de Cruzeiros Marítimos.

A reforma e reforço dos píeres da Alemoa é outra obra deflagrada em 2013, que, a exemplo dos demais projetos envolvendo cais se destaca por permitir a ampliação das profundidades nos berços de atracação. No caso da Alemoa, a instalação estará apta ao estabelecimento de profundidade de -14 metros. A obra foi iniciada em outubro e tem previsão de conclusão em um prazo de 22 meses.

Na Ilha do Barnabé resta finalizar o trabalho de sondagens geológicas no mar para conclusão do projeto executivo de reforço e recuperação das estruturas de 300 metros de cais, permitindo o aprofundamento para -15 metros.

Quanto à obra de reforço dos cais entre os Armazéns 12A e 23, o processo licitatório para a definição da empresa e/ou consórcio que executará o empreendimento encontra-se em trâmite judicial.

Aprofundamento do Canal de Navegação

A Codesp obteve em 2013 a homologação do calado para navegação nos trechos 1, 2 e 3 do canal do Porto de Santos, numa extensão de cerca de 20 quilômetros, desde a barra até proximidades do armazém 6 do cais, de um total de aproximadamente 25 quilômetros.

Com o aprofundamento, torna-se segura a navegação de embarcações com até 13,20 metros de calado.

Com a nova profundidade, ampliada em 2 metros em relação à cota anterior, estima-se um ganho na capacidade de transporte marítimo de cargas. A obra de aprofundamento garante um aumento de capacidade de movimentação da ordem de 30% em função do maior aproveitamento da capacidade de transporte dos navios de maior porte.

A homologação do trecho 4, que se estende do armazém 6 até a Alemoa, completando toda a extensão do canal de navegação de Santos, deve ocorrer após realização de batimetria que será protocolada na Autoridade Marítima. Posteriormente, o Departamento de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil deverá analisar os dados até o final de janeiro para a efetiva homologação do último trecho.

O aprofundamento do trecho 4 durou mais tempo em virtude da maior concentração de resíduos, o que demandou a programação de plano de dragagem aprovado pela autoridade ambiental de forma a não impactar os locais de despejo.

A dragagem de aprofundamento/manutenção de acessos a berços para -15 metros foi intensificada em 2013. Foi concluído o aprofundamento para acesso a 1.100 metros de cais da Brasil Terminal Portuário (BTP) e a dragagem da chamada área G, em frente àquele terminal, mas nas proximidades da margem esquerda, utilizada para manobras de evolução de navios no local. Somente esta área demandou a retirada de cerca de 1 milhão de metros cúbicos. O contrato com o consórcio Draga Brasil foi encerrado em 21 de dezembro.

Dentro do chamado “pacote da dragagem”, foi concluída a retirada dos destroços do navio Ais Giorgis, bem como a conclusão da retirada dos fragmentos rochosos da detonação das pedras de Tefée e Itapema.

Ainda em 2013, a Codesp procedeu, com recursos próprios, à dragagem de manutenção e aprofundamento em berços e acessos dos 54 pontos de atracação.

A SEP anunciou que disponibilizará para consulta, em janeiro de 2014, o Termo de Referência para a licitação da dragagem de manutenção do canal de navegação, dos berços de atracação e de seus acessos. A consulta tem por objetivo colher subsídios e informações para o processo licitatório. Os projetos básico e executivo serão feitos pela empresa que vencer o certame licitatório. O serviço foi estimado pela SEP em R\$ 550 milhões e será executado em um prazo de 3 anos.

Reforma e ampliação da antiga Ponte de Inspeção Naval

A Codesp abriu certame licitatório, no dia 23 de julho, para contratar obras de reforma e ampliação das instalações da antiga Ponte de Inspeção Naval, na Ponta da Praia, na Avenida Saldanha da Gama, que abrigará o Centro de Controle do Sistema de Monitoramento de Tráfego de Embarcações (Vessel Traffic Management Information System - VTMISS). No mês de dezembro foi publicado o resultado do julgamento da licitação, considerando vencedora a licitante MR Construtora Ltda, com um valor de R\$ 879,6 mil.

Itatinga

Em continuação aos serviços de modernização do Complexo Hidrelétrico de Itatinga, que ocorre desde 2011, foi necessária a inclusão de aprimoramentos no projeto, para adequação de nova tecnologia ao sistema original, conjugada ainda à impossibilidade de paralisação de toda a Usina, a fim de possibilitar maior agilidade nos trabalhos, determinando assim que seu prazo fosse estendido até 2014.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

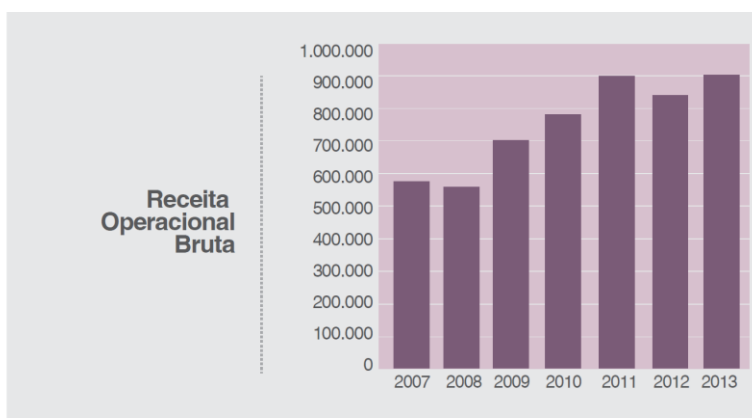
Desempenho econômico e financeiro

A Codesp vem apresentando nos últimos sete anos, sob o controle da SEP, resultados consistentes, em que pese a crise econômica que assolou o mercado internacional a partir de 2008. No exercício de 2013 a empresa obteve um lucro líquido de R\$ 142,3 milhões. O resultado é uma combinação do crescimento de 16,3% na receita operacional líquida, em comparação com o registrado em 2012 e da elevação de 33,8% nos dispêndios se comparado ao ano anterior. O desempenho do movimento físico do porto, que atingiu um crescimento de 9,1% sobre o ano passado, foi primordial para se atingir essa *performance*.

Desempenho Econômico

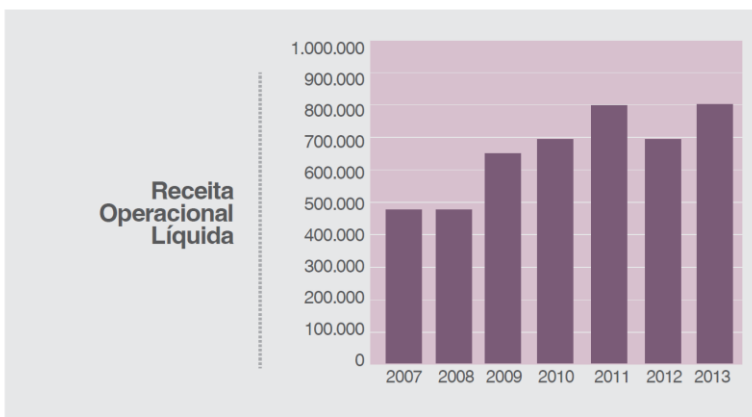
A análise dos demonstrativos econômicos indicados nas tabelas e gráficos a seguir mostram que a performance da “gestão por resultados”, que por diversas ocasiões foi enfatizada pelos órgãos de controle da administração pública, se destacando como uma das principais metas traçadas pela SEP, foi alcançada pela Codesp.

Receita Operacional Bruta	
Ano	R\$ MIL
2007	565.603
2008	566.021
2009	726.736
2010	801.281
2011	903.459
2012	796.650
2013	923.131
Δ% 2013/2007	63,2%
Δ% 2013/2012	15,9%



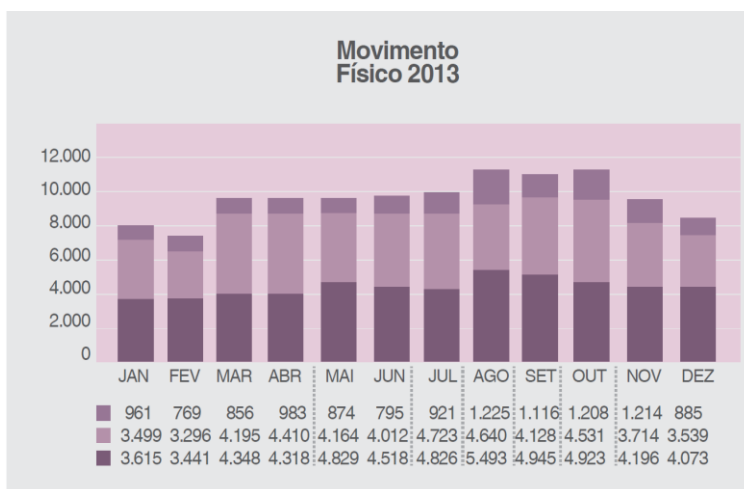
2010 - Reversão de Provisões e Cancelamento de Despesas R\$ 56.917 mil
2011 - Redução Juros e Multa (Lei 11941/09) - REFIS = R\$ 145.097 mil
2013 - Reversão de Provisões = R\$ 30.889 mil

Receita Operacional Líquida	
Ano	R\$ MIL
2007	503.110
2008	500.892
2009	653.213
2010	721.909
2011	823.709
2012	711.394
2013	827.632
Δ% 2013/2007	64,5%
Δ% 2013/2012	16,3%



2010 - Reversão de Provisões e Cancelamento de Despesas R\$ 56.917 mil
2011 - Redução Juros e Multa (Lei 11941/09) - REFIS = R\$ 145.097 mil
2013 - Reversão de Provisões = R\$ 30.889 mil

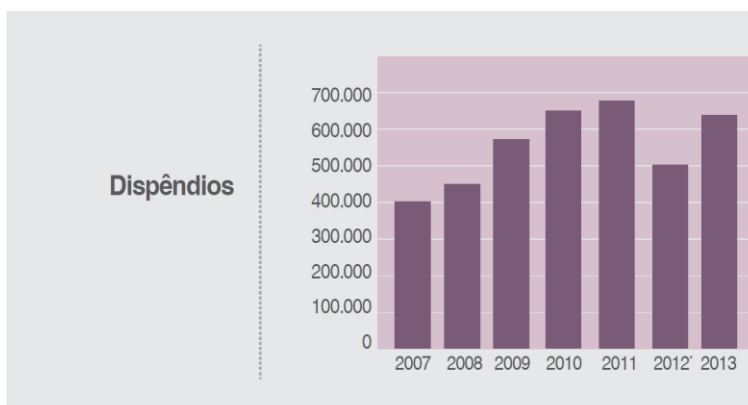
MOVIMENTO FÍSICO	
Ano	mil t
2007	80.776
2008	81.058
2009	83.194
2010	96.025
2011	97.170
2012	104.544
2013	114.078
Δ% 2013/2007	41,2%
Δ% 2013/2012	9,1%



A performance crescente da “Receita Operacional Bruta”, de 63,2%, ocorre em um período desfavorável para o mercado internacional, que vivencia situação de crise desde 2008, demonstrando o potencial do Porto de Santos e sua importância para a economia nacional.

A movimentação de cargas foi o fator preponderante para se atingir esta performance. No período analisado o crescimento foi de 41,2%, saindo de um patamar de 80,8 milhões de toneladas, em 2007, para um volume de 114,1 milhões de toneladas em 2013. Cabe ressaltar que esse desempenho ocorreu sem reajuste das tarifas portuárias, que desde maio de 2005 não sofrem alteração (crescimento do IGP-M no período = 59,14%). Cabe registrar, que após vários debates no Conselho de Autoridade Portuária – CAP de Santos, foi encaminhado à Antaq, ao final de 2012, o “Estudo para Reajuste das Tarifas”, o qual permanece aguardando manifestação.

DISPÊNDIOS	
Ano	R\$ MIL
2007	418.604
2008	467.484
2009	583.473
2010	677.413
2011	758.500
2012	512.073
2013	685.316
Δ% 2013/2007	63,7%
Δ% 2013/2012	33,8%



(*) Dispêndio = (R\$ 732.188)
IR/CSLL Diferido = R\$ 220.115
Dispêndio Ajustado = (R\$ 512.073)

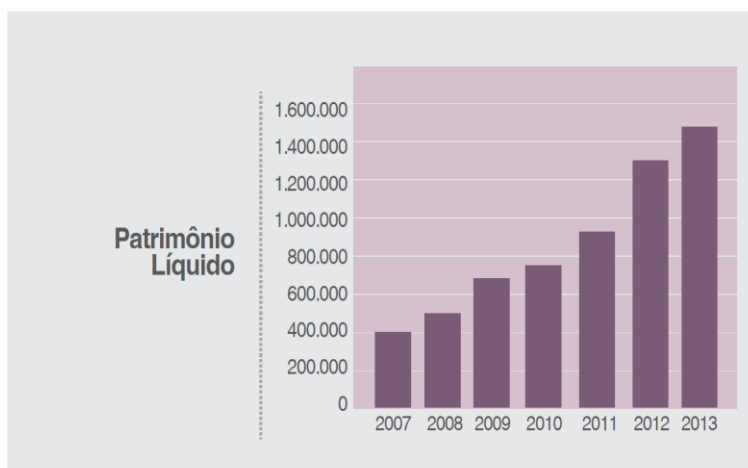
RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Ano	R\$ MIL
2007	84.506
2008	33.408
2009	69.740
2010	44.496
2011	65.209
2012	199.321
2013	142.316
Δ% 2013/2007	68,4%
Δ% 2013/2012	-28,6%



Resultado Econômico

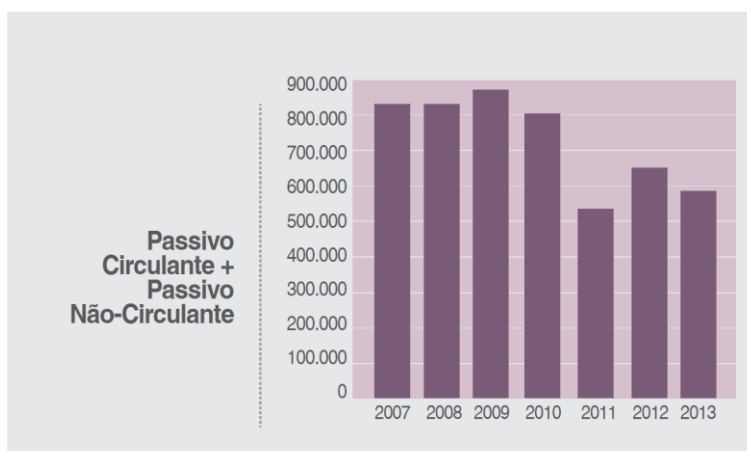
O Resultado Econômico da Codesp, acumulado nos últimos 6 (seis) anos é digno de registro, pois apresenta um crescimento de 68,4%, partindo de um lucro líquido de R\$ 84,5 milhões, em 2007, para R\$ 142,3 milhões, em 2013, já descontados R\$ 8,5 milhões de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos colaboradores. O resultado superavitário de 2013 propiciará a distribuição de R\$ 34,0 milhões a título de Dividendos e ou Juros S/Capital Próprio aos acionistas.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Ano	R\$ MIL
2007	432.414
2008	524.891
2009	704.211
2010	823.856
2011	969.278
2012	1.279.947
2013	1.500.734
Δ% 2013/2007	247,1%
Δ% 2013/2011	17,2%



O desempenho do Patrimônio Líquido da Codesp no período (247,1 %) reflete o esforço da atual gestão em buscar o saneamento de seus encargos, redução dos gastos correntes e redução do Passivo Acumulado, seja ele de caráter judicial (ações cíveis e trabalhistas) ou financeiro (empréstimos), como se pode verificar no quadro abaixo.

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	
Ano	R\$ MIL
2007	779.173
2008	785.723
2009	892.177
2010	836.029
2011	563.770
2012	706.459
2013	615.974
Δ% 2013/2007	-20,9%
Δ% 2013/2012	-12,8%



Não considera "Receita Diferida"

O Passivo Corrente (Circulante + Não-Circulante, exceto receitas diferidas) registrado em 2013 (R\$ 616,0 milhões) demonstra uma redução da ordem de 20,9 % em relação ao apontado em 2007 (R\$ 779,2 milhões), ou seja, uma redução nominal da ordem de R\$ 163,2 milhões. Ressalva-se que foi liquidada a parcela reconhecida na cobrança do Instituto de Seguridade Portus, no montante de R\$ 106 milhões, imposta pela Medida Provisória nº 515, de 29/12/2010, acarretando um reconhecimento de Dívida, que não afetou o Fluxo de Caixa da Codesp, pois o valor foi repassado, em sua totalidade, no exercício de 2013 pelo Tesouro Nacional, sendo considerado como "Crédito para Aumento de Capital".

Desempenho Financeiro

Pelos indicadores atingidos no período de 2008 a 2013, pode-se afirmar que na "Gestão" do Porto de Santos, coordenada pela SEP, a Companhia obteve seus melhores resultados financeiros.

Tais resultados são produto de uma gestão austera nos gastos, aliada a um planejamento mais rigoroso das inversões nos investimentos em infraestrutura; de mudança no modelo de licitação de áreas arrendadas; de um rígido controle das contas a receber e de ações judiciais; uma efetiva busca aos valores a receber, que estavam em segundo plano, e uma busca efetiva e eficiente de revisão do passivo da empresa.

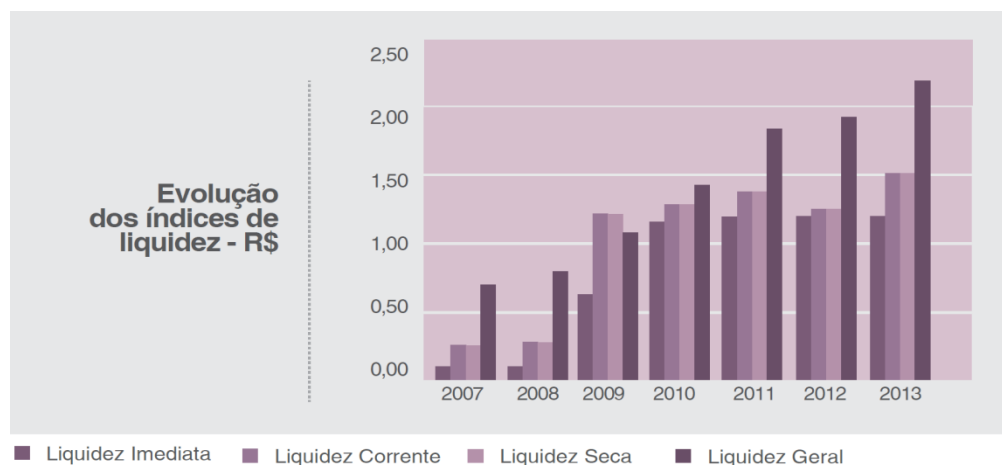
Tal afirmativa está embasada pela evolução dos índices de Liquidez e de Solvência, agregados aos indicadores Econômicos já apresentados.

Para melhor entendimento, são apresentados nos "Quadros" abaixo, onde estão definidas as siglas, as fórmulas de apuração dos índices e seus significados.

1- ÍNDICES DE LIQUIDEZ
Liquidez Imediata (LI) - Disponibilidade / Passivo Circulante
Expressa a fração de reais que a empresa dispõe de imediato para saldar cada R\$ 1,00 de suas dívidas. Tendência desejável = Ascendência
Líquido Corrente (LC) - Ativo Circulante / Passivo Circulante
Para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo a empresa dispõe do resultado da equação acima em reais para quitar. Tendência desejável = Ascendência
Liquidez Seca (LS) - (Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante
Mostra a capacidade de liquidação das obrigações sem lançar mão dos estoques. Tendência desejável = Ascendência
Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante+Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo - Receitas Diferidas)
Revela quanto a empresa possui em caixa e a realizar para quitar suas dívidas com terceiros. Tendência desejável = Ascendência

Observa-se que, durante o período, os indicadores de liquidez vêm apresentando um crescimento constante e, a partir de 2008, quando se deu início à mudança do modelo de licitação para arrendamento de áreas, os reflexos da nova gestão da empresa ganharam destaque e esses indicadores mais que dobraram seus desempenhos, conforme demonstra a tabela e o gráfico abaixo. Quando a nova gestão assumiu a empresa, não se dispunha de caixa para saldar os compromissos de curto, médio e longo prazos, ou seja, o endividamento era maior que a geração de caixa.

INDICADORES DE LIQUIDEZ - PERÍODO 2007 A 2013							
Índices	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Liquidez Imediata	0,06	0,08	0,61	1,16	1,21	1,29	1,27
Liquidez Corrente	0,23	0,25	1,22	1,29	1,39	1,43	1,52
Liquidez Seca	0,23	0,25	1,22	1,29	1,39	1,43	1,52
Liquidez Geral	0,68	0,79	1,08	1,44	1,86	1,98	2,19



Atualmente, conforme demonstrado na tabela anterior, todos os índices de liquidez espelham a excelente situação financeira na qual a Companhia se encontra, pois dispõe de reserva suficiente para liquidar todos os compromissos, restando saldo positivo em caixa, uma vez que todos os indicadores superam a unidade, ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida, a Codesp dispõe de R\$ 1,27 na Liquidez Imediata; de R\$ 1,52 na Liquidez Corrente e Seca e de R\$ 2,19 na Liquidez Geral.

Finalmente, destaca-se a definição sobre a não responsabilidade da Codesp pelo pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de áreas da União sob sua gestão. Por votação majoritária, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, no dia 25/08/2010, o direito da empresa à imunidade quanto ao recolhimento desse imposto, o que resultou em uma redução do Passivo Civil da ordem de R\$ 301,5 milhões.

Grau de Comprometimento da Receita Operacional com Dispendios com Pessoal

ANOS	INDICADORES DE PESSOAL			
	NE	RO	DPE	CR%
2007	1.382	565.603	121.088	21,4%
2008	1.410	566.021	129.550	22,9%
2009	1.412	726.736	153.853	21,2%
2010	1.422	801.281	175.872	21,9%
2011	1.372	903.469	185.573	20,5%
2012	1.469	796.650	183.460	23,0%
2013	1.522	923.131	253.698	27,5%

NE=Número de Empregados
RO=Receita Operacional
DPE=Dispendios com Pessoal
CR=Comprometimento da Receita com Pessoal

Entre as metas cumpridas pela Diretoria de Administração e Finanças, através de uma ação conjunta, cabe destacar:

a) Implantação do Regulamento Interno de Pessoal (RIP), que possibilita a todos os empregados, independente do nível hierárquico, atuar na gestão e contribuir no desempenho e resultados, tornando a Companhia mais competitiva e capaz de cumprir seus objetivos.

b) Instituição do Registro Eletrônico de Ponto (REP) para seus empregados, atendendo recomendação dos órgãos fiscalizadores (Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e Ministério Público do Trabalho).

c) Implantação do Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS), a partir de 01/08/2013, que beneficiou a todos os empregados, que obtiveram, em média, um aumento de 65%. A adesão ao plano de 99,3%, restando 11 empregados de um total de 1.522.

Síntese dos Principais Indicadores de Performance e Gestão

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE PERFORMANCE E GESTÃO PERÍODO APÓS CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE PORTOS - SEP (2007 A 2013)				
Descrição	2007	2013	Crescimento Nominal	Índice de Crescimento
RESULTADOS ECONÔMICOS - R\$ MIL				
Receita Operacional Líquida	503.110	827.632	324.522	64,5%
Receita Operacional	565.603	923.131	357.528	63,2%
Resultado Líquido de Balanço	84.506	142.316	57.810	68,4%
Patrimônio Líquido (PL)	432.414	1.500.734	1.068.320	247,1%
Taxa de Retorno do PL	13,37	9,69	-3,68	-27,5%
RESULTADOS FINANCEIROS - R\$ MIL				
Caixas e Bancos	20.371	257.820	237.449	1165,6%
Passivo Corrente + ELP	779.173	615.974	-163.199	-20,9%
INDICADORES DE LIQUIDEZ = R\$ disponíveis para R\$ de dívida				
Liquidez imediata (LI)	0,06	1,73	1,67	2783,3%
Liquidez Corrente (LC)	0,23	1,95	1,72	747,8%
Liquidez Seca (LS)	0,23	1,95	1,72	747,8%
Liquidez Geral (LG)	0,68	2,43	1,75	257,4%
RESULTADOS OPERACIONAIS				
Movimentação de Carga em ton/mil				
Total	80.775	114.078	33.303	41,2%
Exportação	53.843	79.481	25.638	47,6%
Importação	26.932	34.597	7.665	28,5%
Movimentação de Contêineres - mil				
Em unidades	1.655	2.177	522	31,5%
Em Teus	2.533	3.449	916	36,2%
Em Tonelagem	27.387	36.020	8.633	31,5%
Movimentação de Veículos - uni.				
Total	292.155	367.235	75.080	25,7%
Exportação	284.459	253.510	-30.949	-10,9%
Importação	7.696	113.725	106.029	1377,7%
CONSIGNAÇÃO DOS NAVIOS MOVIMENTADOS (Tons/Navios-Viagens)				
Nº Navios - Viagens	5.483	5.003	-480	-8,8%
Tons/Navios - Viagens	14.732	22.802	8.070	54,8%
TEUS/Navios - Viagens	864	1.489	625	72,3%
MOVIMENTO DE NAVIOS - uni.	5.741	5.251	-490	-8,5%
MOVIMENTO DE PASSAGEIROS - uni.	251.180	363.783	112.603	44,8%
INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS				
Qd. de Pessoal (nº de empregados)	1.382	1.522	140	10,1%
Despêndios com Pessoal (R\$ mil)¹	121.088	253.698	132.610	109,5%

Notas: (1) Variação do IPCA no período = 39, 67%

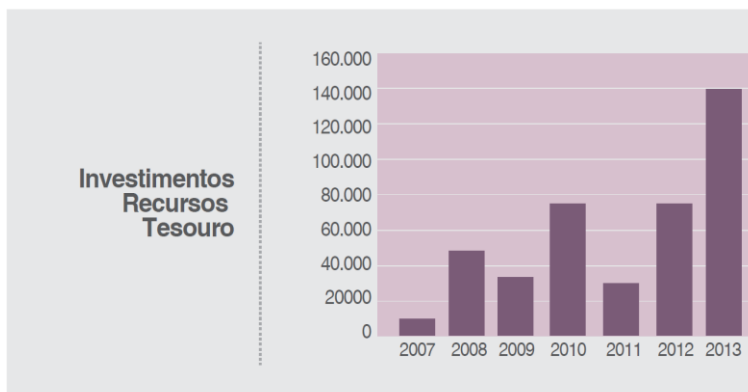
Investimentos

Porto de Santos e Terminal Pesqueiro de Laguna

Em R\$ mil

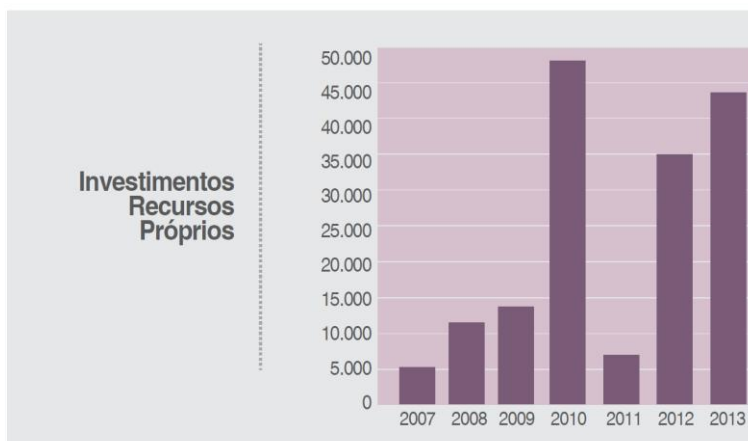
DESCRIÇÃO	LIMITE	EXECUTADO	VARIAÇÃO	
			ABSOLUTA	%
	A	B	C = B - A	D = C/A*100
Recursos do Tesouro	368.872	144.156	(224.716)	(60,9)
1C67 Implantação da Avenida Perimetral - Santos	15.045	1.431	(13.614)	(90,5)
1C66 Implantação da Av. Perimetral - Guarujá	27.697	27.036	(661)	(2,4)
3E66 Dragagem de Aprofundamento	14.997	-	(14.997)	(100,0)
12LR Adequação de Cais para Terminal de Passageiros	199.343	111.800	(87.543)	(43,9)
12LQ Reforço de Cais p/ Aprof. Berços Arm. 12 a 23	61.190	16	(61.174)	(100,0)
143Y Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos	3.500	955	(2.545)	-
14KM Implant. Sistema Portuário Monitoramento Cargas	4.000	-	(4.000)	-
122T Estudos e Proj. Infraestrutura de Acessos Terrestres	10.000	2.918	(7.082)	(70,8)
14RC Implant. Gerenc. de Resíduos e Efluentes	3.500	-	(3.500)	(100,0)
7U39 Implant. Área Apoio Logístico Portuário	2.600	-	(2.600)	(100,0)
14U5 Construção de Passagem Inferior do Valongo	10.960	-	(10.960)	(100,0)
12LS Construção de 1 Pier e Ponte de Acesso na Alemoa	4.000	-	(4.000)	(100,0)
14KJ Implant. Sist. Apoio Gestão Tráfego Navios	9.540	-	(9.540)	(100,0)
14KL Implant. Sist. Apoio Gerenc. Infraestrutura	2.500	-	(2.500)	(100,0)
Recursos Próprios	102.975	44.905	(58.070)	(56,4)
12NJ Reforço do Pier no Terminal da Alemoa	25.143	3.629	(21.514)	(85,6)
12NK Reforço e Ampliação dos Berços da Ilha do Barnabé	15.000	-	(15.000)	(100,0)
3E69 Remoção de Destroços do Canal de Acesso	1.988	1.384	(604)	(30,4)
3E66 Dragagem de Aprofundamento	32.655	30.829	(1.826)	(5,6)
143Y Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos	17.189	4.323	(12.866)	-
4102 Manut. Adeq. Bens Móveis, Veículos, Máq. e Equip.	6.000	912	(5.088)	(84,8)
4103 Manut. Adeq. Ativos Informática, Inform. e Teleproc.	5.000	3.828	(1.172)	(23,4)
TOTAL	471.847	189.061	(282.786)	(59,9)

Investimentos- Recurso Tesouro	
Ano	R\$ MIL
2007	15.394
2008	49.137
2009	40.898
2010	82.154
2011	28.307
2012	79.899
2013	144.156
Δ% 2013/2007	836,4%
Δ% 2013/2012	80,4%



Em 2013, destacam-se as obras de alinhamento do cais de Outeirinhos (PAC Copa), que recebeu recursos da ordem de R\$ 112,0 milhões, e a primeira fase da Avenida Perimetral Portuária em Guarujá (PAC), onde foram injetados R\$ 27,0 milhões.

Investimentos- Recursos Próprios	
Ano	RO
2007	5.128
2008	12.044
2009	14.300
2010	49.676
2011	7.227
2012	36.245
2013	44.905
Δ% 2013/2007	775,7%
Δ% 2013/2012	23,9%



Cabe destacar, também, a conclusão das obras da dragagem de aprofundamento dos acessos aos berços na região da Ilha do Barnabé e Alemoa, que envolveram um aporte de R\$ 30,8 milhões; a adequação das instalações gerais (ISPS-Code e adequação e melhoria na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica), com recursos de R\$ 4,3 milhões; Implantação do Sistema SAP (ERP), onde foram aplicados R\$ 2,6 milhões e o início das obras do reforço do Píer da Alemoa, que recebeu R\$ 3,6 milhões.

2.2.1. Ações

Ações – Orçamento de Investimento – OI

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.1C66.0035						Tipo: Projeto	
Título	Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Guarujá (SP)							
Iniciativa	00JK Adequação da Infraestrutura viária do Porto de Santos (SP)							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros					Código:0183		
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074	Tipo:	
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		() Não		Caso positivo: (x)PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
4.100.000,00	27.696.783,00	27.035.642,00	Trecho Pavimentado		%	47		46

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.1C67.0035						Tipo: Projeto	
Título	Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)							
Iniciativa	00JK Adequação da Infraestrutura viária do Porto de Santos (SP)							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros				Código:0183			
Programa	Transporte Marítimo				Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		() Não		Caso positivo: (x)PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
27.000.340,00	15.044.872,00	1.431.155,00	Trecho Pavimentado		%	14		1

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.122T.0035						Tipo: Projeto	
Título	Estudos e Projetos de Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos (SP)							
Iniciativa	00JK Adequação da Infraestrutura viária do Porto de Santos (SP)							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros				Código:0183			
Programa	Transporte Marítimo				Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		()Não		Caso positivo: (x)PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.800.000,00	10.000.000,00	2.918.242,00	Estudo Realizado		UNID	3		0

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.14U5.0035						Tipo: Projeto	
Título	Construção da Passagem Inferior do Valongo (Mergulhão)							
Iniciativa	00JK Adequação da Infraestrutura viária do Porto de Santos (SP)							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros				Código:0183			
Programa	Transporte Marítimo				Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		() Não		Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria			
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
10.960.000,00	10.960.000,00	-	Obra Executada		%	11		0

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.12LQ.0035						Tipo: Projeto	
Título	Reforço de Cais para Aprofundamento dos Berços entre os Armazéns 12 e 23, no Porto de Santos (SP)							
Iniciativa	00JS Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros				Código:0183			
Programa	Transporte Marítimo				Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		() Não		Caso positivo: (x)PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
55.000.000,00	61.190.000,00	15.896,00	Obra Executada		%	31		0

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.12LS.0035						Tipo: Projeto	
Título	Construção de Pier com 2 Berços de Atracação e do Porto de Acesso no Terminal da Alemoa, no Porto de Santos (SP)							
Iniciativa	00JS Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros				Código:0183			
Programa	Transporte Marítimo				Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		()Não		Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria			
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
4.000.000,00	4.000.000,00	-	Obra Executada		%	55		0

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.12NK.0035						Tipo: Projeto	
Título	Reforço dos Berços de Atracação da Ilha do Barnabê, no Porto de Santos (SP)							
Iniciativa	00JS Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros				Código:0183			
Programa	Transporte Marítimo				Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		()Não		Caso positivo: (x)PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
15.000.000,00	15.000.000,00	-	Obra Executada		%	28		0

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.12NK.0035						Tipo: Projeto	
Título	Reforço dos Berços de Atracação da Ilha do Barnabê, no Porto de Santos (SP)							
Iniciativa	00JS Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros				Código:0183			
Programa	Transporte Marítimo				Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		()Não		Caso positivo: (x)PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
15.000.000,00	15.000.000,00	-	Obra Executada		%	28		0

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.143Y.0035						Tipo: Projeto	
Título	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Santos (SP)							
Iniciativa	00KR Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros				Código:0183			
Programa	Transporte Marítimo				Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	() Sim	(x)Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
19.240.181,00	20.689.500,00	5.278.179,00	Obra Executada		%	39		10

Identificação da Ação									
Código	26.784.2074.14KL.0035						Tipo: Projeto		
Título	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária								
Iniciativa	00NK Estudos e Projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos.								
Objetivo	Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio de desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.					Código:0198			
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp								
Ação Prioritária	(x) Sim		()Não		Caso positivo: (x)PAC	() Brasil sem Miséria			
Execução Financeira e Física									
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta						
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta			Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.500.000,00	2.500.000,00	-	Implantação Realizada			%	80		0

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.14KM.0035						Tipo: Projeto	
Título	Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística							
Iniciativa	00NK Estudos e Projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos.							
Objetivo	Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio de desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.					Código:0198		
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074	Tipo:	
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		()Não		Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria			
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
4.500.000,00	4.000.000,00	-	Implantação Realizada		%	32		0

Identificação da Ação									
Código	26.784.2074.14KJ.0035 (14U6)						Tipo: Projeto		
Título	Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios (SP)								
Iniciativa	00NK Estudos e Projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos.								
Objetivo	Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio de desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.					Código:0198			
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp								
Ação Prioritária	(x) Sim		() Não		Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria				
Execução Financeira e Física									
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta						
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta			Unidade de	Previsto	Reprogramado	Realizado
9.540.000,00	9.540.000,00	-	Sistema Implantado			%	86		0

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.3E66.0035						Tipo: Projeto	
Título	Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso, na Baía de Evolução e junto ao Cais no Porto de Santos (SP)							
Iniciativa	00IL Adequação da navegabilidade no Porto de Santos (SP)							
Objetivo	Assegurar condições adequadas da profundidade aos portos marítimos brasileiros.				Código:0177			
Programa	Transporte Marítimo				Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	() Sim		(x) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
33.125.070,00	47.652.016,00	30.829.199,00	Dragagem Realizada		%	46		30

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.7U39.0035						Tipo: Projeto	
Título	Implantação da Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Santos (SP)							
Iniciativa	00OM Implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados							
Objetivo	Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.					Código:0208		
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074	Tipo:	
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		() Não		Caso positivo: (x) PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.600.000,00	2.600.000,00	-	Projeto Implantado		%	100		0

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.12LR.0035						Tipo: Projeto	
Título	Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP)							
Iniciativa	04DV Adequação de terminaal de passageiros no Porto de Santos (SP)							
Objetivo	Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.					Código:0188		
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074	Tipo:	
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		()Não		Caso positivo: (x)PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
175.100.000,00	199.343.240,00	111.799.994,00	Obra Executada		%	98		55

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.14RC.0035						Tipo: Projeto	
Título	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos							
Iniciativa	00PU Dispositivos de controle de saúde em Portos Organizados Marítimos.							
Objetivo	Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.					Código:0232		
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074	Tipo:	
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		() Não		Caso positivo: (x) PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.500.000,00	3.500.000,00	-	Implantação Realizada		%	33		0

Identificação da Ação								
Código	26.784.2074.3E69.0035						Tipo: Projeto	
Título	Remoção de Destroços no Canal de Acesso ao Porto de Santos (SP)							
Programa	Transporte Marítimo				Código: 2074	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	(x) Sim		() Não		Caso positivo: (x) PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
-	1.987.620,00	1.383.611,00	Execução do Serviço		%			

Identificação da Ação								
Código	26.122.0807.4102.0035					Tipo: Atividade		
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Infraestrutura de Empresas Estatais Federais				Código: 0807	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	() Sim		(x)Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
6.000.000,00	6.000.000,00	911.546,00			%			15

Identificação da Ação								
Código	26.126.0807.4103.0035						Tipo: Atividade	
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Infraestrutura de Empresas Estatais Federais				Código: 0807	Tipo:		
Unidade Orçamentária	68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp							
Ação Prioritária	() Sim		(x) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
5.000.000,00	5.000.000,00	3.828.418,00			%			77

Análise Situacional

A seguir estão detalhados os programas do PPA de responsabilidade da unidade jurisdicionada, a sua execução física e financeira, bem como a análise crítica de cada programa. As metas previstas são as constantes da Lei nº 12.798 de 04/04/2013, acrescida dos créditos e são os constantes no SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Orçamento de Investimento).

I - 26.784.2074.1C67.0035 – IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - no Município de Santos

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
14	15.044.872,00 - TO	1	1.431.155,00 – TO

Análise crítica:

Obras concluídas no trecho entre a Praça Barão do Rio Branco e o Canal 4 (3,0 km). Em elaboração o Projeto Executivo do trecho Alemoa-Saboó, (Contrato DP/51.2013 - Consórcio EBEI-SETEC). O projeto executivo do trecho Canal 4-Ponta da Praia, doado por arrendatários da região, deverá ser concluído em fevereiro/2014, com previsão do início da licitação das obras até março/2014.

II - 26.784.2074.1C66.0035 – IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - no Município de Guarujá

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
47	27.696.783,00 - TO	46	27.035.642,00 – TO

Análise crítica:

Concluída em outubro/2013 as obras da 1ª fase pela CONSTRAN S/A Construção e Comércio (Contrato nº DP/24.2011 de 30/03/2011). Em relação a 2ª fase das obras, foi concluída em dezembro/2013 a licitação para elaboração do Projeto Executivo, tendo como vencedor o Consórcio Enescil/ECR-Perimetral. Tal obra ligará a Avenida Perimetral da Margem Esquerda com a Rodovia Cônego Domênico Rangoni.

- III - 26.784.2074.3E66.0035 – DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUÇÃO E JUNTO AO CAIS DO PORTO DE SANTOS - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
46	47.652.016,00	30	30.829.199,00
	14.997.371,00 – TO		0,00
	32.654.645,00 – RP		30.829.199,00 – RP

Análise crítica:

Realizada a Dragagem de Implantação e Aprofundamento de acesso aos berços de novos terminais na área compreendida entre a Ilha do Barnabé e Alemoa, com a retirada de 2.423.340 m³ de material dragado.

- IV - 26.784.2074.3E69.0035 – REMOÇÃO DE DESTROÇOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
0	1.987.620,00 - RP	0	1.383.611,00 – RP

Análise crítica:

Concluída a retirada dos restos do navio.

- V - 26.784.2074.122T.0035 – ESTUDOS E PROJETOS DA INFRAESTRUTURA DE ACESSOS TERRESTRES DO PORTO DE SANTOS - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (estudo)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (estudo)	FINANCEIRA (R\$)
3	10.000.000,00 – TO	0	2.918.242,00 – TO

Análise crítica:

Através do contrato DP/25.2013, de 08-04-2013, com o Consórcio EBEI – LPC - SETEC, está sendo elaborado o Projeto Executivo das obras da Passagem Subterrânea na região do Valongo (Mergulhão), com previsão de conclusão em maio de 2014.

VI - 26.784.2074.12LR.0035 – ADEQUAÇÃO DO CAIS PARA TERMINAL DE PASSAGEIROS NO PORTO DE SANTOS (SP) – no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
98	199.343.240,00 – TO	55	111.799.994,00 – TO

Análise crítica:

Construção de cais para atracação de navios de cruzeiro para a Copa do Mundo de 2014, atendendo a demanda do turismo marítimo e movimentação de cargas, com melhoria na infraestrutura portuária, em execução pelo Consórcio SERVENG/CONSTREMAC/CONSTRAN (Contrato DP/30.2012 de 19/07/12), sendo concluídos 270m (trecho 2 e parte do 3) e previsão de conclusão de 511m (trecho 1,2 e parte do 3) até fev/2014.

VII - 26.784.2074.12LQ.0035 – REFORÇO DE CAIS PARA APROFUNDAMENTO DOS BERÇOS ENTRE OS ARMAZÉNS 12 AO 23 NO PORTO DE SANTOS - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
31	61.190.000,00 – TO	0	15.896,00 – TO

Análise crítica:

Reforço e restauração das estruturas dos cais, para permitir alteração da cota dos berços de -10 para -15m. Foi readequado o Termo de Referência da obra, por determinação do acórdão do TCU nº 2369/11 e aberta a Concorrência nº 02/2012, que se encontra desde abril/2012 “sub júdice”, motivada pela ação judicial interposta pelo licitante Consórcio Construtor Portuário, contra sua inabilitação.

- VIII - 26.784.2074.12LS.0035 – CONSTRUÇÃO DE 2 PIERES DE ATRACAÇÃO E PONTE DE ACESSO NO TERMINAL DA ALEMOA NO PORTO DE SANTOS - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
55	4.000.000,00 – TO	0	0,00

Análise crítica:

O projeto executivo, elaborado pela PLANAVE S.A, foi doado pela ABTL – Associação Brasileira de Terminais Líquidos, e encontra-se em análise pela CODESP, com previsão de conclusão até 28-02-2014. Tendo em vista a publicação da Lei 12.815 de 2013, esta ação está contemplada no “Pacote de Licitações”, sob responsabilidade da Secretaria de Portos – SEP/PR.

- IX - 26.784.2074.12NJ.0035 – REFORÇO DO PIER DE ACOSTAGEM NO TERMINAL DE ALEMOA NO PORTO DE SANTOS - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
48	25.143.000,00 – RP	7	3.629.097,00 – RP

Análise crítica:

Encontra-se em andamento as obras de recuperação e reforço parcial das estruturas de concreto do Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa, através do contrato DP/57.2013, de 05-08-2013, com o Consórcio ENGREST-DRATEC.

- X - 26.784.2074.12NK.0035 – REFORÇO E AMPLIAÇÃO NOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO DA ILHA DO BARNABÉ NO PORTO DE SANTOS - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
28	15.000.000,00 – RP	0	0,00

Análise crítica:

Projeto executivo doado, em fase de revisão, aguardando a execução de sondagens geológicas adicionais para aprimorar o projeto das fundações, comprometida pela demora

na emissão da LO pela CETESB, para iniciar a operação do cais construído pela AGEOPAPE e pela utilização de 85% do cais a ser interditado para as sondagens.

XI - 26.784.2074.143Y.0035 – ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS NO PORTO DE SANTOS - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
39	20.689.500,00	10	5.278.179,00
	3.500.000,00 – TO		955.306,00 – TO
	17.189.500,00 – RP		4.322.873,00 – RP

Análise crítica:

Engloba duas ações: (i) ISPS-CODE - Implantação do Sistema de Segurança Portuária, com a manutenção em andamento pela SPHERA SECURITY (Contrato DP/84.2013 de 11/12/13), mantendo válida a Declaração de Cumprimento (DC) estabelecida desde 15/12/2010 pela CONPORTOS, e (ii) **SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA, com 85%** da instalação concluída, com término previsto para fev/2014.

XII - 26.784.2074.14KM.0035 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
32	4.000.000,00 - TO	0	0,00

Análise crítica:

Ação destinada à aquisição de equipamentos para implantação de Portais para o PORTOLOG, que são parte integrante do sistema “Porto sem Papel”. Em fase de estudos pela SEP/PR em conjunto com a CODESP.

XIII - 26.784.2074.14RC.0035 – IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS NOS PORTOS MARÍTIMO - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)

33	3.500.000,00 – TO	0	0,00

Análise crítica:

Concluídos os trabalhos de campo em dezembro/2013 no Porto de Santos, entretanto a CODESP aguarda o recebimento dos resultados, tanto dos levantamentos de campo, bem como, do diagnóstico finalizado. Esta ação está sob a responsabilidade da SEP/PR, conforme Ofício nº 1728/2013/SEP/PR, de 24/10/2013.

XIV - 26.784.2074.7U39.0035 – IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE APOIO LOGÍSTICO PORTUÁRIO NO PORTO DE SANTOS - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
100	2.600.000,00 – TO	0	0,00

Análise crítica:

Em estudos pela SEP/PR, conforme Ofício nº 1728/2013/SEP/PR, de 24/10/2013.

XV - 26.784.2074.14U5.0035 – CONSTRUÇÃO DA PASSAGEM INFERIOR DO VALONGO (MERGULHÃO) - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
11	10.960.000,00 – TO	0	0,00

Análise crítica:

Ação sem realização tendo em vista que o Projeto Executivo está sendo desenvolvido através da “ação 26.784.2074.122T.0035 – Estudos e Projetos da Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos – no Estado de São Paulo”, com previsão de conclusão em maio de 2014.

XVI - 26.784.2074.14KJ.0035 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE APOIO DE GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
86	9.540.000,00 – TO	0	0,00

Análise crítica:

Tendo em vista a necessidade de ajustes no Termo de Referência, conforme questionamentos de licitantes e orientações recebidas pela CODESP dos órgãos de controle, foi ajustado e publicado o edital, com previsão de recebimento das propostas em 04-04-2014.

XVII - 26.784.2074.14KL.0035 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
80	2.500.000,00 – TO	0	0,00

Análise crítica:

Elaborado pela CODESP e aprovado pela SEP/PR o Termo de Referência para aquisição de servidores, para dar suporte aos projetos da SEP/PR, bem como, ao Sistema Solução ERP (SAP), com previsão do início da licitação até 28-02-2014.

XVIII - 26.122.0807.4102.0035 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
-	6.000.000,00 - RP	-	911.546,00 – RP

Análise crítica:

Realizado 15,2% do total previsto na aquisição de (i) mobiliário e utensílio de escritório (R\$ 557,6 mil), (ii) condicionador de ar (R\$ 256,8 mil) e (iii) máquinas e equipamentos diversos (R\$ 97,1 mil). Algumas aquisições não foram efetuadas devido às licitações não terem sido concluídas, entre elas a aquisição de cabeços de amarração (R\$ 957,6 mil) e o caminhão autobomba tanque (R\$ 1.140,6 mil).

XIX - 26.126.0807.4103.0035 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - no Estado de São Paulo

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)	FÍSICA (%)	FINANCEIRA (R\$)
-	5.000.000,00 - RP	-	3.828.418,00 – RP

Análise crítica:

Realizado 76,6 % do total previsto, sendo R\$ 2.569,3 mil na implantação da “Solução ERP”, R\$ 1.192,9 mil na aquisição de softwares e equipamentos e R\$ 66,2 mil na aquisição de equipamentos de telefonia, som e imagem.

2.3 Outros resultados da gestão

Indicadores de desempenho de gestão

Área	Indicador de Gestão	Perspectiva Unidade	Melhor	< 2013 >	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Ações
DP	3.1.a - Receita Operacional Líquida por Empregado	Clientes R\$ mil/pessoa	↑	Meta Realizado var (%) Δ(%)	449 56,13 -87,5 -87,5	449 93,87 67,2 -79,1	449 130,29 38,8 -71	449 173,36 33,1 -61,4	449 212,28 22,5 -52,7	449 244,11 15 -45,6	449 283,28 16 -36,9	449 327,66 15,7 -27	449 373,31 13,9 -16,9	449 416,55 11,6 -7,2	449 457,22 9,8 1,8	449 497,23 8,8 10,7	
DP	3.1.b - Despesas Correntes por Receita Operacional	Finanças %	↓	Meta Realizado var (%) Δ(%)	78 63,2 -19 -19	78 69,4 9,8 -11	78 72 3,7 -7,7	78 72,2 0,3 -7,4	78 72,5 0,4 -7,1	78 73 0,7 -6,4	78 73,2 0,3 -6,2	78 73,4 0,3 -5,9	78 74 0,8 -5,1	78 74,7 0,9 -4,2	78 77,9 4,3 -0,1	78 79,9 2,6 2,4	
DP	3.1.c - Despesas com pessoal e Encargos Sociais por Receita Operacional	Finanças %	↓	Meta Realizado var (%) Δ(%)	29 13 -55,2 -55,2	29 16 23,1 -44,8	29 16 0 -44,8	29 16 0 -44,8	29 16 0 -44,8	29 17 6,3 -41,4	29 17 0 -41,4	29 17 0 -41,4	29 17 0 -41,4	29 18 5,9 -37,9	29 18 0 -37,9	29 18 0 -37,9	
DP	3.1.d - Patrimônio Líquido	Finanças %	↑	Meta Realizado var (%) Δ(%)	5 2 -60 -60	5 3 50 -40	5 4 33,3 -20	5 5 25 0	5 5 0 0	5 6 20 20	5 7 16,7 40	5 7 0 40	5 8 14,3 60	5 9 12,5 80	5 10 11,1 100	5 9 -10 80	
DP	3.2.a - Tonelagem Movimentada por Empregado	Processos t/pessoa	↑	Meta Realizado var (%) Δ(%)	6.007 5.432 -9,6 -9,6	6.007 5.278 -2,8 -12,1	6.007 5.602 6,1 -6,7	6.007 5.846 4,4 -2,7	6.007 5.955 1,9 -0,9	6.007 5.843 -1,9 -2,7	6.007 5.979 2,3 -0,5	6.007 6.169 3,2 2,7	6.007 6.239 1,1 3,9	6.007 6.329 1,4 5,4	6.007 6.302 -0,4 4,9	6.007 6.254 -0,8 4,1	
DP	3.3.a - Índice de Segurança no Trabalho	Pessoas unidade	↓	Meta Realizado var (%) Δ(%)	3 1 -66,7 -66,7	3 1 -66,7 -66,7	3 1 0 -66,7	3 1 0 -66,7	3 1 0 -66,7	3 1 0 -66,7	3 1 0 -66,7	3 1 0 -66,7	3 2 100 -33,3	3 2 0 -33,3	3 2 0 -33,3	3 4 100 33,3	

↑ = Indica que quanto maior for o Realizado, melhor será o cumprimento da Meta.

↓ = Indica que quanto menor for o Realizado, melhor será o cumprimento da Meta.

var (%) = Indica quanto o Realizado do mês variou em relação ao mês anterior. var = (Realizado do mês / Realizado do mês anterior - 1) * 100.

Δ(%) = Indica a diferença percentual, no mês, do Realizado em relação a Meta. Δ = (Realizado do mês / Meta do mês - 1) * 100.

= Indica o cumprimento da Meta no mês. Obs.: No caso do PPLR, a sinalização vermelha representa Realizado fora da tabela de propostas, portanto não pontuando.



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

O modelo de governança da Codesp é constituído pela Assembleia Geral dos Acionistas, pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria Executiva e Auditoria Interna, existindo clara definição dos papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão.

O Conselho de Administração é um órgão colegiado com funções deliberativas, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas, competindo-lhe entre outros atos fiscalizar as ações dos administradores da empresa e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

A Diretoria Executiva é composta por 5 diretorias: Diretoria Presidência, Diretoria de Administração e Finanças, Diretoria de Infraestrutura e Execução de Obras, Diretoria de Desenvolvimento Comercial e Diretoria de Planejamento Estratégico e Controle, com funções estabelecidas no Estatuto Social, competindo-lhe dirigir a CODESP, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A Auditoria Interna atua como orientadora dos atos administrativos, em conformidade com regulamentos e legislações.

Melhorar continuamente a qualidade dos serviços e promover padrões elevados de eficiência, criando um ambiente adequado para as trocas comerciais brasileiras. Estas são premissas da Codesp no sentido de aprimorar o modelo a ser adotado pela Secretaria de Portos. O envolvimento das equipes multidisciplinares em um sistema de gestão integrada é fundamental para o sucesso desse modelo.

Alicerçando a manutenção de um ambiente corporativo ético, a CODESP disponibiliza um Código de Boas Práticas, Código de Ética, Regimentos do Conselho de Administração e da Auditoria Interna, Regulamento Interno de Pessoal e instrumento para avaliação do CONSAD e da Diretoria Executiva.

Além disso, dispõe de uma Ouvidoria e um Sistema de Informação ao Cidadão (SIC). Por meio destes canais o cidadão pode entrar em contato com a empresa para relatar fatos e solicitar informações. Os pedidos efetuados são tratados com absoluta transparência, registrados e analisados, de forma criteriosa e responsável, contribuindo para uma gestão responsável e eficiente.

Os indicadores de gestão são ferramentas primordiais na implementação da governança, principalmente, tendo em vista o novo modelo a ser implementado pela Secretaria de Portos. Eles norteiam as ações da empresa e são ferramentas capazes de mensurar a efetividade das suas ações, na busca pelos padrões de excelência em todas as dimensões da sua atividade, englobando os resultados, sua eficiência e a satisfação dos usuários do Porto.

Com a edição da Lei 12.815/13, Artigo 64, as Companhias Docas deverão firmar com a SEP compromissos de metas e desempenho empresarial que estabelecerão, nos termos do regulamento, objetivos, metas e resultados a serem atingidos, e prazos para sua consecução, bem como indicadores e critérios de avaliação de desempenho; retribuição adicional em virtude do seu cumprimento e critérios para a profissionalização da gestão das Companhias Docas.

Através de regulamentação serão definidas regras básicas que deverão nortear a elaboração do Compromisso de Metas e Desempenho Empresarial. Em se atingindo as Metas de Gestão **pactuadas haverá incentivos** de remuneração adicional.

A implementação de novas tecnologias tem sido um dos caminhos para que a empresa obtenha eficácia em sua gestão, através da adoção das melhores práticas do mercado, e do planejamento da adequação tecnológica. Como foco do exercício 2013/2014 destacam-se três áreas de atuação. A primeira abrange a implantação de uma sólida governança em tecnologia da informação, baseada na adoção dos arcabouços COBIT e ITIL. Através dessas ações foi possível desenvolver normas específicas para a área de tecnologia da informação, atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e criação de um Plano de Segurança da Informação. A segunda frente envolve a implantação do sistema ERP da SAP e a terceira os preparativos para licitação do Vessel Traffic Management and Information System (VTMIS), novo sistema que auxiliará no conhecimento e visualização do tráfego marítimo, em tempo real, integrando as atividades e operações portuárias necessárias para uma melhor administração do porto.

Com relação ao ERP da SAP, a Codesp, buscando mais uma vez inovar e tornar mais eficiente seus procedimentos administrativos, está implantando o Projeto Ágil, que consiste na implementação de um software de planejamento de recursos corporativos, que dará agilidade, confiabilidade, integração virtual entre os setores, velocidade e padronização dos trabalhos.

O sistema ERP da SAP é um software integrado de planejamento de recursos corporativos, de qualidade mundialmente reconhecida, o qual permite que a empresa seja administrada de acordo com sua própria estratégia e planejamento, com acesso às informações certas, em tempo real, oferecendo os mais avançados recursos para controle financeiro, gestão de recursos humanos, patrimonial, ambiental, entre outros. Ele reduz a complexidade da gestão, padroniza os procedimentos, dá velocidade às ações da empresa e integra virtualmente seus diversos setores.

O lançamento do projeto aconteceu com a realização de eventos de integração das equipes da Codesp e da Cast/ITS, empresa contratada para implementar o ERP, principalmente nas áreas de contabilidade, custos, patrimônio, tesouraria, contratos, recursos humanos, tecnologia da informação e suporte ao usuário.

Destaca-se, também, a finalização da implantação do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto, que conta com 61 relógios que atendem a todos os colaboradores da empresa em diversos locais de atividade, espalhados ao longo do Porto.

A Codesp, considerando a necessidade de implementar a atividade de logística integrada com os seus órgãos internos e externos, criou, através da Resolução DP nº 65/2013, a Superintendência de Logística Integrada e CTP/CENEP, que vem atuando desde junho nesse processo.

A Codesp implementou um sistema de metas de desempenho, que visa estabelecer resultados e metas de gestão com o uso de indicadores econômico-financeiros, técnico-operacionais e socioambientais. O sistema constitui-se em uma ferramenta aplicada à busca da melhoria da eficiência financeira e operacional da empresa.

3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16.	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração paga a administradores

3.3.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A política de remuneração dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é estabelecida pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST/MP, órgão ao qual esta companhia deve encaminhar seus pleitos para manifestação, sendo que, para o período de abril de 2013 a março de 2014, foi fixada a remuneração global.

Para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários foram fixados em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios. Estão vedados o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concebidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do acordo coletivo de trabalho, na respectiva data-base.

1) A base normativa da remuneração é dada pela Assembleia Geral dos Acionistas, que ocorre no mês de abril de cada ano, na qual é autorizado o valor máximo a ser despendido. Quanto à composição, esta obedece às diretrizes emanadas pelo citado órgão federal, e no ano de 2013 foi efetivada da seguinte forma:

3) Composição da remuneração

REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES	PROPORÇÃO DA REMUNERAÇÃO TOTAL (Diretor Presidente)	PROPORÇÃO DA REMUNERAÇÃO TOTAL (Diretor)
Honorários da Diretoria	74,67	73,98
Gratificação Natalina	6,22	6,16
Adicional de Férias	2,07	2,06
Abono Pecuniário de Férias	2,77	2,74
Assistência Médica/Odontológica	0,76	0,86
Auxílio Alimentação	1,29	1,45
Auxílio Moradia	0,24	0,27
Seguro de Vida	4,51	5,08
PLR	7,47	7,40
TOTAL	100%	100%

Obs: A composição da remuneração foi aprovada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e pela Assembleia Geral dos Acionistas.

4) No ano de 2013, não houve estabelecimento de indicadores de desempenho para determinar cada elemento da remuneração.

5) Idem à resposta do item 4.

6) O alinhamento da remuneração aos interesses da Codesp se dá através das determinações emanadas dos órgãos de controle.

7) A remuneração não é suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

8) Não houve pagamento de remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.



- 9) A remuneração da Diretoria estatutária e do Conselho de Administração, não é efetuada com base em ações.
- 10) Houve pagamento de Participação nos Lucros ou Resultados – PLR.

3.3.2. Demonstrativo da Remuneração Mensal dos Membros de Conselhos

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL															Valores em R\$ 1,00
Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Renato Ferreira Barco	21/06/12	-	2.692,16	2.692,16	2.692,16	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	34.325,07
João de Andrade Marques	08/10/01	-	2.692,16	2.692,16	2.692,16	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	34.325,07
Márcio L. Bernardes Calves	26/04/11	-	2.692,16	2.692,16	2.692,16	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	34.325,07
Antonio F. Armelin Gomes	26/04/11	-	2.692,16	2.692,16	2.692,16	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	34.325,07
Mário Lima Júnior	29/06/11	28/11/13	2.692,16	2.692,16	2.692,16	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	34.325,07
Eduardo Xavier	28/11/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.916,51	2.916,51
José Mauro Gomes	29/06/12	25/07/13	2.692,16	2.692,16	2.692,16	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	-	-	-	-	-	19.742,52
Jean Paulo Castro e Silva	26/07/13	-	-	-	-	-	-	-	388,87	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	14.971,42
Angelino Caputo e Oliveira	02/10/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.916,51	2.916,51	2.916,51	8.749,53
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		Remuneração												
(T/S)	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Martin Alexandre Aron (T)	12/12/05	-	2.692,16	2.692,16	2.692,16	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	34.325,07
Marcelo E. Ratton Ferreira(T)	29/06/07	-	2.692,16	2.692,16	2.692,16	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	34.325,07
Herbert Marcuse M. Leal (T)	15/12/08	-	2.692,16	2.692,16	2.692,16	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	34.325,07
Nilza Emy Yamasaki (T)	13/01/12	02/09/13	2.692,16	2.692,16	2.692,16	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	-	-	-	-	22.659,03
Valter Casimiro Silveira (T)	01/10/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.916,51	2.916,51	2.916,51	8.749,53
Fabiana Vieira Lima (T)	25/07/13	-	-	-	-	-	-	-	486,09	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	15.068,64
Priscila Grecov (T)	05/10/12	25/07/13	2.692,16	2.692,16	2.692,16	2.916,51	2.916,51	2.916,51	2.916,51	-	-	-	-	-	19.742,52

3.3.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros da Diretoria e de Conselhos

Diretoria Executiva - DIREXE

Síntese da Remuneração dos Administradores			Valores em R\$ 1,00
Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	4	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.308.706,36	1.542.766,45	1.621.009,18
a) <i>salário ou pró-labore</i>	1.308.706,36	1.542.766,45	1.621.009,18
b) <i>benefícios diretos e indiretos</i>			
c) <i>remuneração por participação em comitês</i>			
d) <i>outros</i>			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	216.800,36	269.216,08	-
e) <i>bônus</i>			
f) <i>participação nos resultados</i>	216.800,36	269.216,08	-
g) <i>remuneração por participação em reuniões</i>			
h) <i>comissões</i>			
i) <i>outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	1.525.506,72	1.811.982,53	1.621.009,18
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			
Fonte: Gerência de Controle de Pagamento de Pessoal			

Conselho de Administração – CONSAD

Síntese da Remuneração dos Administradores		Valores em R\$ 1,00	
Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	(*)	(**)	7 (***)
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	215.088,82	223.594,68	226.762,28
a) salário ou pró-labore	215.088,82	223.594,68	226.762,28
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	-	-	-
e) bônus			
f) participação nos resultados			
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	215.088,82	223.594,68	226.762,28
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			
Fonte: Gerência de Controle de Pagamento de Pessoal			
Observações:			
(*) 6 membros até setembro; duas substituições.			
(**) janeiro = 7 membros; fevereiro a junho + 6 membros; julho a novembro = 7 membros; dezembro = 6 membros.			
(***) ocorreram 4 substituições.			

Conselho Fiscal – CONFIS

Síntese da Remuneração dos Administradores			Valores em R\$ 1,00
Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	169.867,98	170.251,64	164.116,00
a) salário ou pró-labore	169.867,98	170.251,64	164.116,00
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-
e) bônus			
f) participação nos resultados			
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	169.867,98	170.251,64	164.116,00
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			
Fonte: Gerência de Controle de Pagamento de Pessoal			

3.3.4. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores			Valores em R\$ 1,00
Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
I – Bônus (a+b+c+d)	-	-	-
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
b) valor máximo previsto no plano de remuneração			
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
d) valor efetivamente reconhecido no resultado			
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	216.800,36	269.216,08	-
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
f) valor máximo previsto no plano de remuneração			
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	216.800,36	269.216,08	-
III – Total (I + II)	216.800,36	269.216,08	-
Fonte: Gerência de Controle de Pagamento de Pessoal			

3.4 Sistema de Correição

Esta Unidade Jurisdicionada está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República (CISSET/SG/PR), conforme determina o parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 7.688, de 2 de março de 2012, que em seu inciso XII do artigo 21 do ANEXO I, estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas, e da Vice-Presidência da República, por meio do acompanhamento, instauração e condução de procedimentos correcionais.

Após a criação da estrutura específica, a CISSET/SG/PR estabeleceu por meio da Portaria CISSET/SG/PR nº 13, de 21 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 24/12/2012, Seção 1, página 3/5, os procedimentos que seriam adotados para a condução dos trabalhos correcionais na PR e VPR, dos quais podemos destacar os seguintes: i) inspeções de correição; ii) acompanhamento na condução de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; iii) auxílio ao Gestor na tomada de decisão de procedimentos disciplinares; iv) a realização de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em infrações disciplinares de menor gravidade; v) Processo Administrativo de Fornecedores etc.

Importa salientar, contudo, que inobstante a criação do referido órgão de correição no âmbito da CISSET/SG/PR, em nada se altera a competência originária desta unidade gestora quanto à instauração de procedimentos apuratórios, tendo em vista o que dispõe o artigo 143 da Lei 8.112/90 ou legislação equivalente.

3.5 Cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Em face da criação recente da unidade de correição na Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, (estrutura em março/2012 e regulamentação de procedimentos em dezembro/2012 e agosto/2013), aliado à complexidade da estrutura da Presidência da República e a necessidade de definições sobre a Política de Uso, ainda em estudo, este órgão ainda não está cadastrado no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

BLOCO 1 : CONSELHEIRO AVALIA ATUAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ASSINALE OS ITENS DE 1 A 18 UTILIZANDO A SEGUINTE ESCALA DE AVALIAÇÃO

(1) Nunca (2) Raramente (3) As vezes (4) frequentemente (5) sempre

Itens de Avaliação	Avaliação dos Conselheiros									
	1	2	3	4	5	6	7	Soma	Média	%
1- O conselho segue uma agenda de atividades e uma pauta de itens logicamente organizados.	4	5	4	5	5	5	4	32	4,57	91,43
2- O tempo destinado às reuniões do Conselho é utilizado eficientemente.	3	4	4	4	4	5	5	29	4,14	82,86
3- Os membros do Conselho possuem qualificações, experiências e Habilidades adequadas ao exercício de suas funções.	5	5	4	5	4	4	4	31	4,43	88,57
4- Os membros do Conselho dedicam tempo suficiente para aprender sobre os negócios da empresa e para analisá-los criticamente.	5	4	3	4	5	4	3	28	4,00	80,00
5- As reuniões do Conselho são conduzidas de maneira a assegurar a comunicação aberta, a desempenho esperado da empresa.	5	4	5	5	5	4	4	32	4,57	91,43
6- O conselho comunica claramente a Diretoria Executiva suas expectativas em relação ao desempenho esperado da empresa.	5	5	2	5	4	5	3	29	4,14	82,86
7- O Conselho define as Políticas , a Estratégia Corporativa, o Plano de Investimentos, o Plano Diretor e o Orçamento Geral da empresa , e monitora a implementação desses documentos.			2	4	4	4	2	16	3,20	64,00
8- O Conselho revisa adequadamente as Políticas ,a Estratégia Corporativa, o Plano de Investimentos , o Plano Diretor e o Orçamento geral da empresa, em decorrência de mudanças conjunturais.	5		1	5	3	4	2	20	3,33	66,67
9- O conselho supervisiona o relacionamento entre a Diretoria Executiva e as demais partes interessadas (acionistas, clientes,funcionários,sociedade e outros.)	5	5	4	4	5	4	3	30	4,29	85,71
10- O Conselho avalia as práticas de governança corporativa e de responsabilidade socioambiental adotadas pela empresa e propõe as alterações necessárias.	5	4	3	3	4	4	2	25	3,57	71,43
11- As decisões do Conselho são fundamentadas em seu papel de valorizar o patrimônio da empresa, maximizar o retorno do investimento e proteger acionistas, funcionários, clientes e sociedade.	5	5	5	5	5	5	3	33	4,71	94,29

Itens de Avaliação	Avaliação dos Conselheiros									
	1	2	3	4	5	6	7	Soma	Média	%
12- O Conselho monitora adequadamente o desempenho da empresa em comparação com a concorrência.		4		3		4	2	13	3,25	65,00
13- O Conselho acompanha e avalia adequadamente a sucessão de membros da Diretoria Executiva.	5	5	5	4	4	5	3	31	4,43	88,57
14- O Conselho planeja adequadamente a sucessão de membros da Diretoria Executiva.		3	2	2	3	5	2	17	2,43	48,57
15- Os membros do Conselho declaram eventuais interesses particulares sobre temas em análise e, nestes casos, abtêm-se de votar.	5	4		5	5	5	2	26	4,33	86,67
16- O Conselho assegura que os resultados da empresa (balanços, demonstrativos, relatórios, etc.) sejam divulgados corretamente, em conformidade com a legislação e a boa prática	5	5	5	5	5	4	3	32	4,57	91,43
17- O Conselho manifesta-se de forma adequada sobre o Relatório da Administração e os demonstrativos apresentados pela Diretoria Executiva.	5	5	5	5	5	5	3	33	4,71	94,29
18- O Conselho monitora o cumprimento pela Diretoria Executiva de recomendações do Conselho Fiscal, do Comitê	5	5	4	5	5	5	4	33	4,71	94,29
										1468,05
Péssimo (1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(9)(10) Excelente	9	8	7	8	9	9	4	54	7,71	77,14
										1545,19
Observação : Quanto mais próximo do número 1 você se posicionar, pior a sua avaliação sobre o desempenho do Conselho. Utilize o espaço a seguir para comentar sua resposta e fazer sugestões para aprimoramento da atuação do Conselho.										

média final	81,33

BLOCO 2 – CONSELHEIRO AVALIA ATUAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

ASSINALE OS ÍTENS DE 1 A 11 UTILIZANDO A SEGUINTE ESCALA DE AVALIAÇÃO

(1) Nunca (2) Raramente (3) As vezes (4) frequentemente (5) sempre

Itens de Avaliação.	Avaliação dos Conselheiros									
	1	2	3	4	5	6	7	Soma	Média	%
1- Os conselheiros recebem da Diretoria Executiva, em tempo hábil, material adequado à análise dos itens que compõem a pauta de reuniões do conselho.	4	5	4	4	5	5	2	29	4,14	82,86
2- As informações recebidas da Diretoria Executiva antes e durante as reuniões do Conselho, possibilitam a tomada de decisões adequadas. O tempo destinados às reuniões do Conselho é utilizado eficientemente.	5	4	4	4	4	5	3	29	4,14	82,86
3- A Diretoria Executiva fornece regularmente ao Conselho de informações atualizadas sobre questões relevantes à empresa.	5	5	4	5	4	5	4	32	4,57	91,43
4 – A Diretoria Executiva reporta adequadamente os resultados da empresa (balanços, demonstrativos, relatórios, etc.) em conformidade com a legislação e a boa prática contábil.	5	4	5	5	5	4	4	32	4,57	91,43
5- A Diretoria Executiva submete ao Conselho documentos, registros e pareceres adequadamente preparados.	5	4	4	4	5	5	3	30	4,29	85,71
6- A Diretoria Executiva implementa a Estratégia Corporativa, o Plano de Investimento, o Plano Diretor e o Orçamento Geral da empresa.	5	4	3	4	4	5	4	29	4,14	82,86
7- A Diretoria Executiva implementa a estratégia Corporativa, o Plano de Investimentos, o Plano Diretor e o Orçamento Geral da empresa, de acordo com as decisões do Conselho de Administração.		4	2	4	4	5		19	3,80	76,00
8- A Diretoria Executiva propõe ao Conselho de Administração revisões na estratégia Corporativa, no Plano de investimentos, no Plano Diretor e no Orçamento Geral da empresa, em decorrência de mudanças conjunturais.	5		2	4	3	4		18	3,60	72,00
9- A Diretoria Executiva alcançou os objetivos e metas estabelecidos no Plano Diretor.	2	4		4	4	5		19	3,80	76,00
10- A Diretoria Executiva propõe ao Conselho a destinação do lucro do exercício e o pagamento de juros sobre capital e/ou dividendos, dentro do plano acordado.	5	4	5	5	5	5	4	33	4,71	94,29
11- A Diretoria Executiva cumpre as recomendações do Conselho Fiscal, das Auditorias Interna e Independentes de entidades fiscalizadoras, e do Comitê de Auditoria, se houve, nos prazos determinados.	4	5	4	5	5	5	4	32	4,57	91,43

926,86

12- Considerando a avaliação dos itens anteriores, como você, de forma geral, avalia o desempenho do Conselho de Administração? Para responder, assinale abaixo o número de 1 a 10 que melhor representa a sua opinião.

Péssimo (1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(9)(10) Excelente	7	8	8	8	8	9	4	52	7,43	74,29

1001,14

média final	83,43
META DO DEST	80,00

BLOCO 3 – CONSELHEIRO AVALIA SUA PRÓPRIA ATUAÇÃO NO CONSELHO

ASSINALE OS IRENS DE 1 A 12 UTILIZANDO A SEGUINTE ESCALA DE AVALIAÇÃO

(1) Nunca (2) Raramente (3) As vezes (4) frequentemente (5) sempre

Itens de Avaliação	Avaliação dos Conselheiros									
	1	2	3	4	5	6	7	Soma	Média	%
1- Eu frequento pelo menos 90% das reuniões do Conselho.	5	5	5	5	5	5	4	34	4,86	97,14
2- Eu me preparo para cada reunião do Conselho, analisando previamente os itens que compõem a pauta e os materiais disponibilizados para subsidiar às decisões.	5	4	5	5	5	5	4	33	4,71	94,29
3- Eu cumpro regularmente as exigências e obrigações de um conselheiro, demonstrando compreensão detalhada de minhas responsabilidades estatutárias.	5	5	4	5	5	5	4	33	4,71	94,29
4- Eu participo ativamente das discussões e deliberações do Conselho , utilizando construtivamente minhas habilidades e experiências.	5	5	5	5	5	5	4	34	4,86	97,14
5- Eu respeito a distinção e deliberações do Conselho, utilizando construtivamente minhas habilidades e experiências.	3	4	3	4	4	5	4	27	3,86	77,14
6- Eu mantenho relação cordial e respeitosa com os demais membros do Conselho.	5	5	5	5	5	5	4	34	4,86	97,14
7- Eu me mantenho atualizado sobre o ambiente social, negocial, político e regulatório no qual a empresa está inserida.	5	4	4	4	4	4	4	29	4,14	82,86
8- Eu me mantenho informado sobre as políticas , a Estratégia Corporativa, o Plano de Investimentos, o Plano Diretor , o Orçamento Geral e os negócios da empresa.	5	5	3	5	4	4	4	30	4,29	85,71
9- Eu contribuo para promover a rápida integração de novos membros do Conselho.	5	5	5	5	5	5		30	5,00	100,00
10- Nas reuniões do Conselho, eu encorajo a discussão livre e aberta sobre as questões chaves da empresa	5	4	5	5	5	5	3	32	4,57	91,43
11- Eu analiso, com criticidade, as demonstrações e relatórios da empresa, contribuindo com sugestões para elevar a qualidade das informações corporativas	5	4	5	5	4	4	3	30	4,29	85,71
12- Eu mantenho sigilo sobre as informações do Banco de Dados às quais tenho acesso em razão do exercício do meu papel como Conselheiro.	5	5	5	5	5	5	4	34	4,86	97,14

1100,00

13- Considerando a avaliação dos itens anteriores, como você, de forma geral, avalia o desempenho do Conselho de Administração? Para responder, assinale abaixo o número de 1 a 10 que melhor representa a sua opinião.

Péssimo (1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(9)(10) Excelente	9	8	9	9	9	9	5	58	8,29	82,86

1182,86

média final	90,99



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1. Programação

Programação de Despesas						
UO : CODESP			Código UO: 68208		UGO: 396006	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			246.296.263,00	1.442.073,00	512.174.057,00	
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			246.296.263,00	1.442.073,00	512.174.057,00	
Dotação final 2012(B)			206.757.142,00	1.126.871,00	477.139.500,00	
Variação (A/B-1)*100			19,12	27,97	7,34	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			406.108.591,00	-	18.452.731,00	-
CRÉDITOS	Suplementares		69.723.874,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos	32.104.695,00			
Créditos Cancelados			(36.090.129,00)			
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			471.847.031,00	-	18.452.731,00	-
Dotação final 2012(B)			377.139.130,00	-	10.089.107,00	-
Variação (A/B-1)*100			25,11	-	82,90	-

Análise Crítica

As dotações orçamentárias tiveram alterações devido aos ajustes na Lei nº 12.938/13, através de Decretos e Portarias.

4.1.2 Realização da Despesa

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela Unidade Jurisdicionada

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários								
Valores Executados Diretamente pela UJ								
Unidade Orçamentária: CODESP				Código UO: 68208			UGO: 396006	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Empregados							253.623.958,00	183.399.919,00
Inativos							15.100.124,00	14.797.994,00
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
Juros							1.374.613,00	1.134.885,00
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Parafiscais							159.764.863,00	(94.578.024,00)
Outros Dispendios Correntes							150.011.968,00	256.188.782,00
Serviços de Terceiros							128.023.078,00	148.806.687,00
Material/Utilidades e Serviços							27.293.226,00	44.270.334,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
Recursos Próprios							44.904.744,00	36.245.131,00
Recursos do Tesouro							144.156.235,00	79.899.216,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Amortização							2.152.731,00	2.367.174,00
Demais elementos do grupo								
7. Outras Despesas de Capital								
Dividendos							34.000.000,00	47.380.000,00
Observações :								
Os valores informados nas Despesas de Capital e Despesas Correntes, com os respectivos detalhamentos, são os executados no Programa de Dispêndio Global - PDG, tendo em vista que a CODESP, por ser uma empresa estatal, tem seu orçamento regulamentado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST/MP.								

Análise Crítica da Realização da Despesa

Programa de Dispendios Globais – PDG Porto de Santos e Terminal Pesqueiro de Laguna

O limite do PDG foi estabelecido pelo Decreto nº 7.867, de 18/12/2012, e alterado pelo Decreto nº 8.174, de 26/12/2013, o qual engloba o Porto de Santos e o Terminal Pesqueiro de Laguna (SC).

Nas variações entre o "Limite" e o "Realizado" destacam-se:

"Dispendios de Capital" – realização a menor de 54,1%, devido, principalmente, a não realização de Investimentos no nível previsto, em decorrência de licitações em andamento ou sub júdice, devendo ser executados a partir de 2014.

"Dispendios Correntes" – realização a menor de 3,3%, devido, principalmente, a redução em Serviços de Terceiros, pela menor realização em Dragagem de Manutenção, bem como apropriação de R\$ 10 milhões em provisões de Contingências Trabalhistas, R\$ 12 milhões em provisões de Contingências Cíveis e R\$ 5 milhões de PLR, maior que o previsto.

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	LIMITE	REALIZADO	VARIAÇÃO	
			ABSOLUTA	%
	A	B	C = B - A	D = C/A*100
Recursos	1.143.697	1.016.119	(127.578)	(11,2)
Receita Operacional Bruta	863.899	917.171	53.272	6,2
Tesouro Nacional	279.798	98.948	(180.850)	(64,6)
Dispendios	1.250.212	960.406	(289.806)	(23,2)
Dispendios de Capital	490.300	225.214	(265.086)	(54,1)
Amortizações	2.153	2.153	-	-
Dividendos / JCP	16.300	34.000	17.700	108,6
Investimentos	471.847	189.061	(282.786)	(59,9)
Recursos do Tesouro	425.581	144.156	(281.425)	(66,1)
Recursos Próprios	46.266	44.905	(1.361)	(2,9)
Dispendios Correntes	759.912	735.192	(24.720)	(3,3)
Pessoal	246.296	268.724	22.428	9,1
Materiais e Produtos	5.998	5.834	(164)	(2,7)
Serviços de Terceiros	189.578	128.023	(61.555)	(32,5)
Tributos	176.693	159.765	(16.928)	(9,6)
Demais Dispendios	141.347	172.846	31.499	22,3
Resultado	(106.515)	55.713	162.228	(152,3)

4.2 Transferências de recursos mediante convênios

Em 31/12/2007 a Codesp e a Secretaria dos Portos – SEP/PR firmaram o Convênio de Descentralização nº SEP/002/2007-DC, aditado em 12/2008, 12/2009, 12/2011, 12/2012 e 12/2013, tendo por finalidade a descentralização dos serviços na administração do Porto de Laguna – APL/SC.

Até 31/12/2013, a Codesp remeteu à Laguna o montante de R\$ 11.402 mil (R\$ 1.041 mil em 2008, R\$ 1.470 mil em 2009, R\$ 2.007 mil em 2010, R\$ 1.991 mil em 2011, R\$ 2.139 mil em 2012 e R\$ 2.754 mil em 2013), a título de adiantamento a ser ressarcido, o que não ocorreu até a presente data embora solicitado através de expedientes enviados à SEP/PR.



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Estrutura de pessoal da Unidade

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Lotação

Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1675	1504	90	36
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1675	1504	90	36
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1503	90	36
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	16	16	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	1691	1520	91	37
Fonte: Codesp - Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais				

Situações que reduzem a força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada

Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	62
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	4
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	58
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	1
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	5
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	68
Fonte: Codesp - Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais	

5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Estrutura de Cargos e Funções

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	68	66	11	12
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	68	66	11	12
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	51	49	5	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1		
1.2.4. Sem Vínculo	16	16	6	7
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	18	18	18	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	18	18	18	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	86	84	29	12

Fonte: Codesp - Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais

Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	278	304	198	534	124
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	278	304	198	534	124
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	5	11	48	17
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	5	3	39	16
2.3. Funções Gratificadas			8	9	1
3. Totais (1+2)	279	309	209	582	141

Fonte: Codesp - Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais

**Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a
Escolaridade**

Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12									
Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	115	93	720	507	0	2	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			115	93	720	507		2	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	4	74	0	4	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					3	57		4	
2.3. Funções Gratificadas					1	17			
3. Totais (1+2)	0	0	115	93	724	581	0	6	1
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									
Fonte: Codesp - Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais									

5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores											
Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	98.112.883,42	1.332.747,07	34.341.863,60	27.410.829,35	53.661,47	227.401,49			44.827.299,09	206.306.685,49
	2012	90.431.269,96		27.139.163,35	22.294.711,48	8.537,62	185.496,02			68.164.707,66	208.223.886,09
	2011	100.009.754,74		18.256.905,29	22.450.149,94	14.910,69	137.005,34			63.840.091,08	204.708.817,08
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	272.523,75	1.037.781,28	144.014,59	47.296,91		3.318,98				1.504.935,51
	2012	493.954,30	1.122.541,99	303.024,17	33.171,27		3.116,28				1.955.808,01
	2011	320.572,65	1.259.844,81	167.149,81	31.428,55		2.897,40				1.781.893,22
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	9.924.139,73	5.118.621,92	3.876.994,92	2.157.234,45		3.749,86			65.743,33	21.146.484,21
	2012	10.294.653,61	2.017.267,21	3.082.263,27	1.253.470,99		2.564,80			20.038,89	16.670.258,77
	2011	8.945.045,79	1.917.399,02	1.622.173,21	1.103.517,62		4.539,07			17.332,68	13.610.007,39
Fonte: Codesp - Gerência de Suporte ao Usuário											

5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	366	70
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras	366	70
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	366	70
Fonte: Codesp - Gerência de Relações Trabalhistas e Sinciais		
Obs.: Tendo em vista que os empregados da Codesp são regidos pela CLT, a concessão de aposentadoria cabe ao INSS. Desta forma, tínhamos em 31/12/2013, 366 empregados aposentados e trabalhando, sendo que, destes, 70 obtiveram esse benefício em 2013.		

Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12		
Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	0	0
Fonte: Codesp - Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais		
Obs.: Os empregados da Codesp, regidos pela CLT, possuem Previdência Privada Complementar (PORTUS).		

5.1.5. Cadastramento no Sisac

Atos sujeitos à comunicação do Tribunal por intermédio do SISAC

Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	86	157	86	157
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	86	157	86	157
Fonte: Codesp - Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais				

Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	32	65	32	65
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento	4	4	4	4
Totais	36	69	36	69
Fonte: Codesp - Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais				

Regularidade do cadastro dos atos no Sisac				
Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão		86		
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	0	86	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento		32		
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento		4		
Total	0	36	0	0
Fonte: Codesp - Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais				

Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)				
Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
Totais	0	0	0	0
Fonte: Codesp - Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais				

5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

- No ato da admissão, o empregado declara, por meio de formulário, se está acumulando ou não cargos públicos.
- Conforme citado no item acima, o controle se dá quando da admissão. Nesse documento o empregado se compromete a informar a Codesp caso haja mudança nessa situação.
- No ano de 2013, foram detectados 2 casos de acúmulo de função, assim, para que fossem admitidos, deveriam optar por um dos cargos

A efetivação da admissão somente ocorreu mediante apresentação de documento comprobatório de pedido de exoneração do outro órgão.

- Não detectamos a existência de empregados que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da Codesp.

5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

- Conforme exposto no item 5.1.6, a Codesp não efetua controle após a admissão do empregado, assim, não detectamos a existência de acúmulo em cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal.
- Prejudicada em razão da resposta acima.
- Prejudicada em razão da resposta acima.

5.1.8. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Os indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos, estão inseridos em um Sistema mais abrangente, denominado de “Indicadores de Gestão”.

O Sistema, possui conceito de métricas e indicadores, estes últimos são classificados em: Indicador de gestão, de desempenho financeiro ou operacional.

Seguem abaixo, as métricas e indicadores, os indicadores utilizados, na área de Recursos Humanos cujos objetivos são autoexplicativos.

INDICADOR
Gastos com horas extras (métrica)
Otimização de hora extra – SEP (desempenho financeiro)
Quantidade de funcionários admitidos após 2005 (métrica)
Quantidade de funcionários admitidos até 2004 (métrica)
Quantidade horas capacitação (métrica)
Quantidade horas capacitação por empregado (indicador de gestão)
Quantidade horas previstas trabalho (métrica)
Assiduidade – SEP (desempenho operacional)
Assiduidade – DP (indicador de gestão)
Quantidade horas trabalhadas (métrica)
Quantidade funcionários aposentados (métrica)
Índice de Aposentados (desempenho operacional)
Quantidade horas extras (métrica)
Horas extras por funcionário (desempenho operacional)
Quantidade total de funcionários (métrica)
Índice de Aposentados (desempenho operacional)
Tempo médio de casa de todos os funcionários (desempenho operacional)
Horas extras por funcionário (desempenho operacional)
Idade média de todos os funcionários (desempenho operacional)
Horas de capacitação por empregado (indicador de gestão)
Índice de terceirização (indicador de gestão)
Tonelagem movimentada por empregado – DP (indicador de gestão)
Quantidade total terceirizados (métrica)
Índice de terceirização (indicador de gestão)
Somatório idade dos funcionários (métrica)
Somatório – idade funcionários admitidos após 2005 (métrica)
Somatório – idade funcionários até 2004 (métrica)
Somatório do tempo de casa individual de todos os funcionários (métrica)
Somatório tempo de casa individual – funcionários admitidos após 2005 (métrica)
Somatório tempo de casa individual – funcionários admitidos até 2004 (métrica)
Total dos gastos com folha de pagamento (métrica)
Otimização de hora extra – SEP (desempenho financeiro)

Ressaltamos que está sendo desenvolvido novo Quadro de Indicadores, baseado em novo Mapa Estratégico.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Amarração de Navio	80	136	136	0	56
Desenhista	0	0	2	0	0
Serviços Auxiliares e de Apoio	4	4	4	0	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Obs. A partir de 8/7/2013, a Codesp através do Contrato DP nº 50.2013, sob a gestão da GCT/SPC/DC, contratou a empresa NOWA Construtora e Serviços Ltda (CNPJ 03.927.256/0001-37) para prestação de serviços de amarração – 80 pessoas. Até aquela data estava vigente o contrato DP nº 26/2007, que previa o fornecimento de 136 pessoas para a atividade.					

5.2.2. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Companhia Docas do Estado de São Paulo													
UG/Gestão:					CNPJ: 44.837.524/0001-07								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	DP/25.2009	43.345.743/0001-06	14/04/2009	13/04/2014	104	96					P
2009	L	O	DP/48.2009	43.345.743/0001-06	18/10/2009	17/10/2014	105	98					P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Codesp - Gerência de Compras e Serviços													

5.2.3. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: Companhia Docas do Estado de São Paulo													
UG/Gestão:					CNPJ: 44.837.524/0001-07								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	p	C	P	C	P	C	
2007	12	O	DP/26.2007	61.514.618/0001-64	2/7/2007	1/7/2013	136	136					E
2009	2	O	DP/05.2009	43.345.743/0001-06	26/2/2009	25/2/2014	21	17					P
2010	2	O	DP/53.2010	60.011.343/0001-83	5/11/2010	4/11/2014	79	79					P
2011	2	O	DP/17.2011	06.053838/0001-20	4/5/2011	3/5/2011	16	16					P
2011	5	O	DP/18.2011	43.345.743/0001-06	4/4/2011	3/4/2014			25	24			P
2011	6	O	DP/33.2011	02.313.959/0001-02	13/12/2011	12/12/2014			1	1			P
2013	12	O	DP/50.2013	03.927.256/0001-37	8/7/2013	7/7/2014	80	80					A
Observações: Área 12 - Serviços de Amarração de Navios													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Fonte: Codesp - Gerência de Compras e Serviços e Gerência de Tráfego e Atracação													

5.2.4. Análise Crítica dos itens 5.2.2 e 5.2.3

No que diz respeito a estes contratos, a Gerência de Compras e Serviços, informa que não houve interrupção ou dificuldades na gestão dos mesmos.

5.2.5. Composição do Quadro de Estagiários

Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00) *
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	123	118	114	111	1.258.426,08
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	123	118	114	111	1.258.426,08
2. Nível Médio	12	9	7	5	-
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	12	9	7	5	
3. Total (1+2)	135	127	121	116	1.258.426,08
Fonte: Codesp - Gerência de Relações Humanas e Treinamento					
Obs. * Despesa no exercício refere-se ao dispêndio total, considerando os níveis superior e médio.					



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada e Locados

- A frota é dividida e utilizada de acordo com o serviço que presta (por exemplo: Garagem, Guarda Portuária, Veículos de Representação) e sua natureza (locados ou próprios);
- Todos os setores da Cia. utilizam os serviços da frota de veículos, seja através de solicitações ou designação pré-definida, sendo fundamental para a execução dos trabalhos diários da CODESP na área do Porto Organizado como também fora dele;
- Diariamente a Cia. controla sua frota através da Garagem de veículos, na qual se executa a distribuição diária dos serviços, o atendimento às solicitações pontuais, controle de kilometragem (por documentação denominada Parte Diária) e é apoiada pelo Almoarifado que controla os abastecimentos através de planilhas e controle financeiro.

GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LOCADOS - DP53.2010 (VILA RICA PARK) - 63 Veículos													
DIRETORIA	USUÁRIO	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	PLACA	Km		2013		Km	2013		KM média anual por grupo	
					JANEIRO		DATA REF.	DEZEMBRO		DATA REF.			
DI	DF	TRANSPORTE DIRETORIAS (6 VEÍCULOS)	COROLLA 2.0	BAK 4477	7.180		31/01/13	15.022		28/04/13	18.371	23.284,67	
	DF		COROLLA 2.0	BAK 5577	0		24/06/13	10.529		31/12/13			
	DE		COROLLA 2.0	BAK 8855	3.470		26/01/13	15.510		31/12/13	12.040		
	DC		COROLLA 2.0	BAK 7722	2.570		31/01/13	17.600		31/12/13	15.030		
	DI		COROLLA 2.0	BAK 7900	11.801		31/01/13	49.880		22/10/13	48.608		
	DI		COROLLA 2.0	BAK 9700	0		22/10/13	10.529		31/12/13			
	DP		COROLLA 2.0	BDO 5155	37.004		31/01/13	54.517		31/12/13	17.513		
	DPG		COROLLA 2.0	BAK 5544	1.698		26/01/13	29.844		31/12/13	28.146		
	SIN		TORRE GRANDE - MARGEM ESQUERDA (1 VEÍCULO)	KOMBI 1.4	ATE 8749 (*)	81.275		31/01/13	100.653		21/08/13	33.276	21.952,75
			TORRE GRANDE - MARGEM ESQUERDA (1 VEÍCULO)	KOMBI 1.4	ATS 4887 (*)	49.346		21/08/13	63.244		31/12/13		
			REDE TELEFÔNICA (1 VEÍCULO)	KOMBI 1.4	ATF 7078	45.560		31/01/13	59.810		31/12/13	14.250	
			HIDRÁULICA- GIU (1 VEÍCULO)	KOMBI 1.4	ATF 7082 (*)	76.951		31/01/13	88.770		01/07/13	22.877	
			HIDRÁULICA- GIU (1 VEÍCULO)	KOMBI 1.4	AUT 9258 (*)	62.668		01/08/13	73.726		31/12/13		
			PREVENÇÃO CONTRA DENGUE	KOMBI 1.4	ATF 7083	44.358		31/01/13	61.766		29/12/13	17.408	
			TOPOGRAFIA (1 VEÍCULO)	KOMBI 1.4	ATF 7085	33.636		31/01/13	43.292		31/12/13	9.656	
			ALEMOA (1 VEÍCULO)	KOMBI 1.4	ATF 7081 (*)	101.823		31/01/13	113.628		12/06/13		
			ALEMOA (1 VEÍCULO)	KOMBI 1.4	ATS 4889 (*)	48.187		12/06/13	72.792		31/12/13	36.410	
			CONSERVAÇÃO / CONSTRUÇÃO CIVIL (1 VEÍCULO)	KOMBI 1.4	ATF 7086	38.785		31/01/13	54.978		31/12/13	16.193	
20.753,00													



GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LOCADOS - DP53.2010 (VILA RICA PARK) - 63 Veículos										
DIRETORIA	USUÁRIO	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	PLACA	2013		Km	DEZEMBRO	DATA REF.	2013
					JANEIRO	DATA REF.				DATA REF.
DF	GFS	POOL	GOL 1.6	BDO 0041	78.180	31/01/13	87.392	13/05/13	28.578,42	28.549
			GOL 1.6	BDW 0041	0	13/05/13	19.337	30/12/13		
			GOL 1.6	BDO 0058	81.078	31/01/13	90.995	06/05/13		
			GOL 1.6	BDW 0048	0	06/05/13	22.974	30/12/13		
			GOL 1.6	BDO 0039	75.280	31/01/13	80.558	29/04/13		
			GOL 1.6	BDW 0059	0	29/04/13	20.703	31/12/13		
			GOL 1.6	BDO 0049	79.079	31/01/13	89.226	10/05/13		
			GOL 1.6	BDW 0049	0	10/05/13	25.595	30/12/13		
			GOL 1.6	BDO 0031	85.547	31/01/13	97.130	09/05/13		
			GOL 1.6	BDW 0031	0	09/05/13	23.869	30/12/13		
			GOL 1.6	BDO 0037	79.217	31/01/13	87.405	25/04/13		
			GOL 1.6	BDW 0037	0	25/04/13	22.049	30/12/13		
			GOL 1.6	BDO 0053	80.496	31/01/13	91.694	09/05/13		
			GOL 1.6	BDW 0063	0	09/05/13	20.607	30/12/13		
			GOL 1.6	BDO 0036	82.026	31/01/13	94.571	10/05/13		
			GOL 1.6	BDW 0046	0	10/05/13	25.981	30/12/13		
			GOL 1.6	BDO 0054	78.694	31/01/13	89.022	29/04/13		
			GOL 1.6	BDW 0064	0	29/04/13	24.003	30/12/13		
			GOL 1.0	ATC 8479	55.309	31/01/13	63.911	01/07/13		
			GOL 1.0	AWZ 8505	0	01/07/13	21.621	31/12/13		
			GOL 1.0	ATC 9433	47.554	31/01/13	55.289	28/06/13		
			GOL 1.0	AWZ 8229	0	28/06/13	8.780	30/12/13		
			GOL 1.0	ATC 8478	38.629	31/01/13	46.166	28/06/13		
			GOL 1.0	AWZ 8508	0	28/06/13	8.758	30/12/13		
			GOL 1.0	ATC 8477	42.005	31/01/13	48.930	28/06/13		
			GOL 1.0	AWZ 2487	0	28/06/13	9.023	30/12/13		
			GOL 1.0	ATC 9436	78.240	31/01/13	91.556	26/06/13		
			GOL 1.0	AWZ 8236	0	26/06/13	16.886	31/12/13		
			GOL 1.0	ATC 8543	45.800	31/01/13	53.610	28/06/13		
			GOL 1.0	AWZ 8510	0	28/06/13	8.946	30/12/13		



GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LOCADOS - DP53.2010 (VILA RICA PARK) - 63 Veículos											
DIRETORIA	USUÁRIO	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	PLACA	2013		2013		Km	Km total anual	Km média anual por grupo
					JANEIRO	DATA REF.	DEZEMBRO	DATA REF.			
DF	GFS	POOL	GOL 1.0	ATC 8542	59.142	31/01/13	76.834	28/06/13		37.622	28.578,42
			GOL 1.0	AWZ 8512	0	28/06/13	19.930	29/12/13			
			GOL 1.0	ATC 8486	38.751	31/01/13	46.767	01/07/13		16.916	
			GOL 1.0	AWZ 8503	0	01/07/13	8.900	30/12/13			
			GOL 1.0	ATC 8481	43.199	31/01/13	53.757	26/06/13		22.818	
			GOL 1.0	AWZ 8511	0	26/06/13	12.260	30/12/13			
			GOL 1.0	ATD 1478	78.118	31/01/13	99.450	26/06/13		49.371	
			GOL 1.0	AWZ 9587	0	26/06/13	28.039	31/12/13			
			KOMBI 1.4	AVP 5293 (**)	18.475	23/03/13	35.124	29/12/13		16.649	
			GOL 1.0	ATC 8475	97.390	31/01/13	112.569	25/06/13		31.399	
DC	SCP	MARGEM ESQ	GOL 1.0	AWZ 2539	0	25/06/13	16.220	29/12/13		33.212	29.274
			GOL 1.0	ATC 8474	92.143	31/01/13	105.106	25/06/13			
			GOL 1.0	AWZ 2479	0	25/06/13	20.249	30/12/13			
			GOL 1.0	ATC 8476	88.498	31/01/13	106.873	25/06/13		41.580	
			GOL 1.0	AWZ 2480	0	25/06/13	23.205	30/12/13			
			STRADA 1.4	ATD 9067	37.190	31/01/13	54.052	30/12/13		16.862	
			GOL 1.0	AFR 2260	49.797	31/01/13	61.841	25/06/13		29.893	
			GOL 1.0	ATF 3762	0	25/06/13	17.849	31/12/13			
			KOMBI 1.4	ATT 1459 (*)	55.157	31/01/13	66.203	01/07/14		30.294	
			KOMBI 1.4	ATT 4718 (*)	49.211	04/08/13	58.459	31/12/13			
DE	GET	GATES	KOMBI 1.4	AVI 5884 (**)	11.576	23/03/13	39.210	30/12/13		27.634	9.561
			KOMBI 1.4	ATF 7084	25.818	31/01/13	35.379	31/12/13		9.561	

GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LOCADOS - DP53.2010 (VILA RICA PARK) - 63 Veículos										
DIRETORIA	USUÁRIO	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	PLACA	Km JANEIRO	2013 DATA REF.	Km DEZEMBRO	2013 DATA REF.	KM total anual	KM média anual por grupo
DP	SPM	CIPA	S10 2.4	AUZ 8654	24.209	29/01/13	51.644	31/12/13	27.435	27.435
			GOL 1.6	BDW 0065					-	
			GOL 1.6	BDW 0043					-	
			GOL 1.6	BDO 0035	29.611	31/01/13	32.488	28/04/13	12.813	
			GOL 1.6	BDW 0035	0	28/04/13	9.936	31/12/13		
			GOL 1.6	BDW 0067					-	
			GOL 1.6	BDW 0042					-	
			GOL 1.6	BDW 5800					-	
			S10 2.4	AWH 9258					-	
			S10 2.4	AWH 8983					-	
			S10 2.4	AWH 8924					-	
			S10 2.4	AWH 8981					-	
			S10 2.4	AWH 3899					-	
			S10 2.4	AWH 3898					-	
			S10 2.4	AWH 8982					-	
			S10 2.4	AWH 8978					-	
			S10 2.4	AWH 8984					-	
			S10 2.4	AWH 9261					-	
			S10 2.4	AWH 8986					-	
			S10 2.4	AWH 8985					-	
			S10 2.4	AWH 8980					-	
			S10 2.4	AWH 8987					-	
			S10 2.4	ATG 3751					-	
DP	Spp	GUARDA PORTUÁRIA								12.813
		GP - TRANSP. CÃES								

Obs 1 - Os veículos administrados pela Guarda Portuária possuem detalhes operacionais com a mesma.

Obs 2 (*) - Veículos utilizados na substituição são usados.

Obs 3 (**) - Veículos incluídos na frota em 23 de Março de 2013.

GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LOCADOS - DP 17.2011 (ROADE CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS) - 12 CAMINHÕES E MÁQUINAS						
DIRETORIA	USUÁRIO	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	PLACA	QTD. POR GRUPO	QTD. TOTAL
DI	GIF	CARPINTARIA	VW - 8-150 DELIVERY	ERV 0817	4	12
		PINTURA E REFRIGERAÇÃO		DPE 3348		
		CONSERVAÇÃO CIVIL	VW 13/180 - CONSTELATION	DBM 9221		
		MECÂNICA	VW 24-250 CONSTELATION 6/2	ERV 0816		
	GIU	MEIO AMBIENTE	VW - 8-150 DELIVERY	DPE 3045	5	
			VW 13/180 - CONSTELATION	DBM 9212		
			CAVE - W20	EVO 2444		
			CAVE - 580 M	EVO 2433		
		INCENDIO	VW - 8-150 DELIVERY	DAJ 9096		
	GID	ELÉTRICA ALTA TENSÃO	VW - 8-150 DELIVERY	DPE 3043	2	
		ELÉTRICA BAIXA TENSÃO		DPE 2289		
DP	SPP	GUARDA PORTUÁRIA	VW - 8-150 DELIVERY	DAJ 9102	1	

420

GESTÃO DE FROTA PRÓPRIA DE MOTOCICLETAS - GUARDA PORTUÁRIA							
DIRETORIA	USUÁRIO	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	PLACA	SEGURO OBRIGATÓRIO 2013	ANO DO VEÍCULO	IDADE MÉDIA
DP	SPP*	GUARDA PORTUÁRIA	YAMAHA L. XTZ250	EOZ-6929	R\$ 292,01	2010	3 anos
			YAMAHA L. XTZ250	EOZ-9056	R\$ 292,01		
			YAMAHA L. XTZ250	EOZ-7047	R\$ 292,01		
			YAMAHA L. XTZ250	EOZ-7048	R\$ 292,01		
			YAMAHA L. XTZ250	EOZ-9015	R\$ 292,01		
			YAMAHA L. XTZ250	EOZ-7053	R\$ 292,01		
			YAMAHA L. XTZ250	EOZ-5801	R\$ 292,01		
			YAMAHA L. XTZ250	EOZ-7032	R\$ 292,01		
			YAMAHA L. XTZ250	EOZ-5324	R\$ 292,01		
			YAMAHA L. XTZ250	EOZ-4301	R\$ 292,01		
*Os veículos administrados pela Guarda Portuária possuem detalhes operacionais com a mesma.							

420

GESTÃO DE FROTA PRÓPRIA (Caminhões e Carros)									
DIRETORIA	USUÁRIO	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	PLACA	SEGURO OBRIGATÓRIO 2013	ANO DO VEÍCULO	IDADE MÉDIA DA FROTA	COMBUSTÍVEL / LITROS - 2013	COMBUSTÍVEL/ CUSTO TOTAL - 2013
DF	GFS	GARAGEM	C. TRATOR - FORD	DEJ-6591	R\$ 110,38	1995	21 ANOS	513,009	R\$ 1.201,17
			CAMINHÃO - MERCEDES	CZL-9041	R\$ 110,38	1985		228,032	R\$ 556,17
			C. TRATOR - FORD	BZM-6172	R\$ 110,38	1995		204,338	R\$ 490,21
			C. TRATOR - FORD	DEJ-6592	R\$ 110,38	1996		1032,638	R\$ 2.508,86
			C. TRATOR - FORD	BZM-6173	R\$ 110,38	1995		564,628	R\$ 1.357,02
			GOL 1000 - Volkswagen	BTJ-2863	R\$ 105,65	1995		Sem consumo (Em processo judicial)	
			C. TRATOR - FORD	DEJ-6593	R\$ 110,38	1995		Sem consumo (em oficina)	
			MICROÔNIBUS - MERCEDES	BZM-5524	R\$ 247,42	1995		Sem consumo (Em processo de baixa)	
			C. TRATOR - FORD	BZM-6124	R\$ 110,38	1995		1043,156	R\$ 2.557,94
			CAMINHÃO - FORD	CZL-7384	R\$ 110,38	1987		SEM CONSUMO	
			C. TRATOR - FORD	CNW-3065	R\$ 110,38	1981		201,025	R\$ 485,74
			CAMINHÃO - FORD	CTZ-8918	R\$ 110,38	1986		341,631	R\$ 829,12
DP	SPP*	GUARDA PORTUÁRIA	C. TRATOR - FORD	BZM-4931	R\$ 110,38	1995		170,542	R\$ 413,15
			CAM.TANQUE - Volkswagen	BQK-3294	R\$ 110,38	1992		1480,172	R\$ 3.555,82
			C. TRATOR - FORD	BZM-5024	R\$ 110,38	1995		SEM CONSUMO	
			C. TRATOR - SCANIA	BTJ-4264	R\$ 110,38	1987		SEM CONSUMO	
			CAM.TANQUE - Volkswagen	BQK-3275	R\$ 110,38	1993		769,455	R\$ 1.809,41
			CAMINHÃO - FORD	CTZ-8909	R\$ 110,38	1982		SEM CONSUMO	
			C. TRATOR - FORD	DEJ-6594	R\$ 110,38	1994		622,821	R\$ 1.510,86
	SPP*	ISPS - CODE	C. TRATOR - FORD	DEJ-6594	R\$ 110,38	1994			
	*Os veículos administrados pela Guarda Portuária possuem detalhes operacionais com a mesma.								

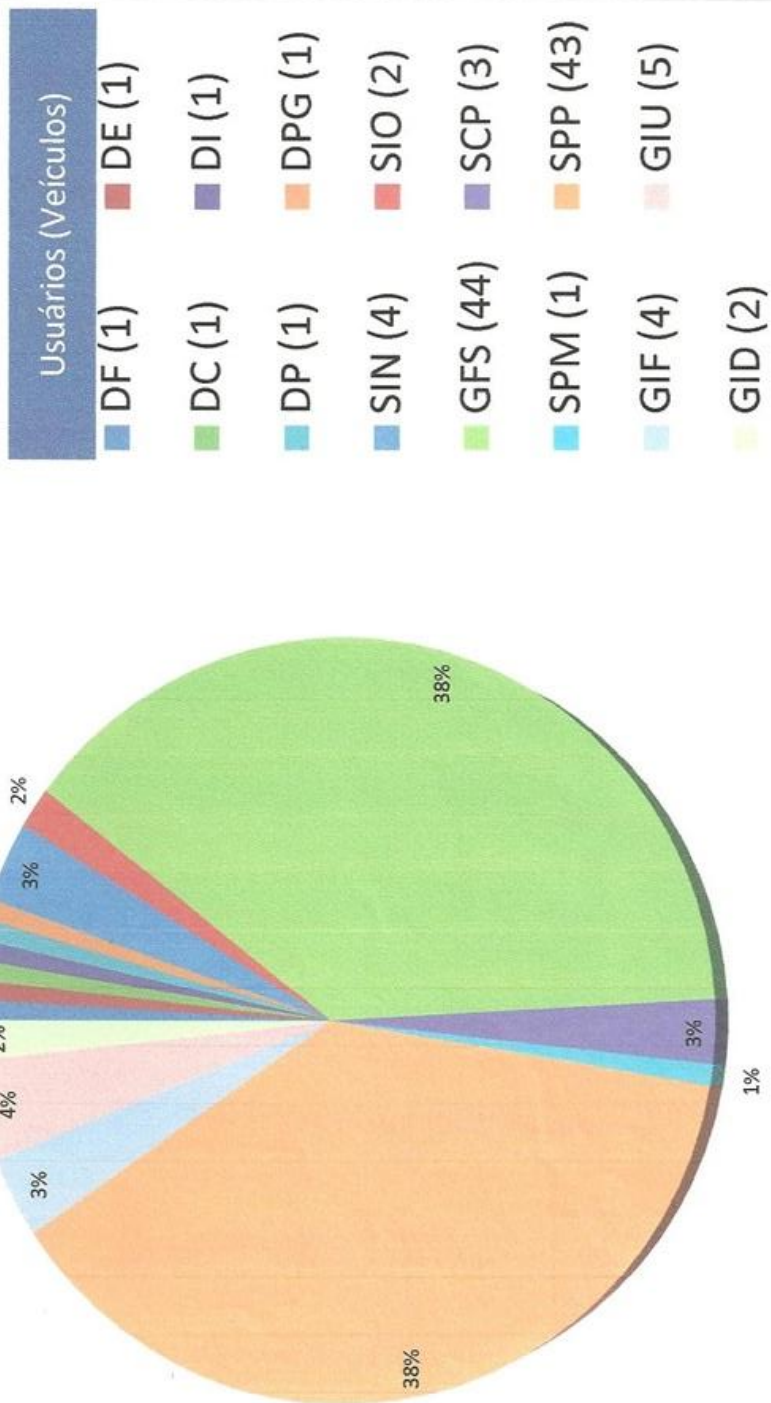
df

GESTÃO DE FROTA PRÓPRIA (Caminhões - Outras categorias e Reboques)						
DIRETORIA	USUÁRIO	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	PLACA / PREFIXO CODESP	COMBUSTÍVEL / LITROS - 2013	COMBUSTÍVEL / CUSTO - 2013
DF	GFS	GARAGEM	REBOQUE / CARRETA	CTZ - 8910	SEM CONSUMO	
			FORD - CARROCERIA	C-121	85,740	R\$ 209,12
			FORD - ZELOSO	C-131	129,483	R\$ 315,81
			FORD CARGO - ESCADA	C-301	782,589	R\$ 1.894,52
			FORD CARGO - CARROCERIA	C-302	1615,291	R\$ 3.857,57
			FORD CARGO - ESCADA	C-306	SEM CONSUMO	
			FORD CARGO - CARROCERIA	C-310	307,483	R\$ 749,95
			FORD CARGO - CARROCERIA	C-316	75,806	R\$ 184,89
DP	SPP*	GUARDA PORTUÁRIA	SEMI-REBOQUE	CBB - 4129	SEM CONSUMO	
			CAMINHÃO	DEJ-6512	SEM CONSUMO	
	SPP*	ISFS-CODE	FORD CARGO - CARROCERIA	C-304	SEM CONSUMO	

*Os veículos administrados pela Guarda Portuária possuem detalhes operacionais com a mesma.

df

Divisão Total da Frota - CODESP



[Assinatura]

6.2 Gestão do patrimônio imobiliário

6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 São Paulo	1048	1048
	Santos	762	762
	Guarujá	119	119
	Bertioga	167	167
	UF “n”	0	0
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		1048	1048
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1048	1048
Fonte: Gerência de Desmobilização e Patrimônio			

6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 00,96	31/12/2011	R\$ 350.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 02,04	31/12/2011	R\$ 460.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 00,82	31/12/2011	R\$ 250.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 01,47	31/12/2011	R\$ 340.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 00,16	31/12/2011	R\$ 70.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 00,82	31/12/2011	R\$ 250.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 02,35	31/12/2011	R\$ 660.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 08,66	31/12/2011	R\$ 28.450.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 60,00	31/12/2011	R\$ 2.840.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 186000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 90,00 // Cr\$ 16571,46	31/12/2011	-		
396006		3	3	Cr\$ 65,54	31/12/2011	-		
396006		3	3	Cr\$ 50,37	31/12/2011	-		
396006		3	3	Cr\$ 20,49	31/12/2011	R\$ 990.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 20,13	31/12/2011	-		
396006		3	3	Cr\$ 40,26	31/12/2011	-		
396006		3	3	Cr\$ 294,16//206,39	31/12/2011	-		
396006		3	3	Cr\$ 35,28	31/12/2011	R\$ 960.000,00		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 351,49	31/12/2011	R\$ 19.819.212,36		
396006		3	3	Cr\$ 16,56	31/12/2011	-		
396006		3	3	Cr\$ 76,85	31/12/2011	-		
396006		3	3	Cr\$ 440,00	31/12/2011	R\$ 300.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 38893,96	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 34358,16	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 33738,16	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 16669,12	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 39213,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 104972,12	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 60320,30	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 81551,42	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 95366,32	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 58237,12	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 26500,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 21551,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 16016,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 184597,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 57927,00	31/12/2011			

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 94011,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 54337,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 31000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 12029,30//10450,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 1980,14	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 553,22	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 602,24	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 1683,83	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 657,20	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 222,89	31/12/2011	R\$ 260.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 1016,47	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 850,30	31/12/2011	R\$ 461.396,99		
396006		3	3	Cr\$ 968,40	31/12/2011	R\$ 885.782,19		
396006		3	3	Cr\$ 1211,86	31/12/2011	R\$ 57.728,29		
396006		3	3	Cr\$ 1010,56	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 1161,51	31/12/2011	R\$ 343.312,86		
396006		3	3	Cr\$ 1014,90	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 6033300,47	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 1900,00	31/12/2011			

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 5154,41	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 8204,60	31/12/2011	R\$ 307.855,02		
396006		3	3	Cr\$ 11262,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 5149,27	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 7257,41	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 7765,13	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 6704,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 727,65	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 27891,67	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 9536,67	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 10714,67	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 13678,67	31/12/2011	R\$ 802,10		
396006		3	3	Cr\$ 6775,06	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 6978,55	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 6978,55	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 6885,06	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 6775,06	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 7080,21	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 6775,06	31/12/2011			

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 7080,21	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 9847,44	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 7187,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 5600,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 15670,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 7000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 12320,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 11500,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 15043,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 6171,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 7095,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 32000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 49000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 36000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 46000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 20500,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 21000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 30000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 33000,00	31/12/2011	R\$ 200.000,00		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 42748,5	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 46248,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 30595,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 29595,00	31/12/2011	R\$ 50.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 33669,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 36169,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 42124,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 33747,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 31169,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 25844,10	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 15508,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 56788,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 54288,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 34972,60	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 75929,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 45748,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 29798,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 31000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 34272,50	31/12/2011	R\$ 39.585,53		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 75990,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 38169,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 3363,10	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 30934,20	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 33726,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 24051,00	31/12/2011	R\$ 130.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 95339,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 26590,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 153488,30	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 26590,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 14993,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 2607,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 39669,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 40669,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 37169,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 45248,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 11465,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 37669,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 44748,50	31/12/2011			

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 72407,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 29090,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 180262,40	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 281562,30	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 100481,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 30595,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 35174,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 111098,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 44000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 65397,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 27125,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 28716,05	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 21956,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 196126,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 109342,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 61332,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 23086,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 32184,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 1650,00	31/12/2011			

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 40000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 40000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 75000,00	31/12/2011	R\$ 1.121.424,90		
396006		3	3	Cr\$ 35674,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 8904,90	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 40684,90	31/12/2011	R\$ 388.575,10		
396006		3	3	Cr\$ 34874,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 37476,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 25854,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 40692,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 420473,80	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 579,39	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 263052,71	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 176498,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 54726,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 20810,00	31/12/2011	R\$ 53.761,26		
396006		3	3	Cr\$ 18152,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 27932,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 49763,50	31/12/2011			

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 15086614,00	31/12/2011	R\$ 250.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 35000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 131500,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 137000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 51283,90	31/12/2011	R\$ 488.515,07		
396006		3	3	Cr\$ 66243,40	31/12/2011	R\$ 575.757,60		
396006		3	3	Cr\$ 47426,40	31/12/2011	R\$ 1.026.205,30		
396006		3	3	Cr\$ 38414,40	31/12/2011	R\$ 225.753,34		
396006		3	3	Cr\$ 151111,50	31/12/2011	R\$ 3.377.237,91		
396006		3	3	Cr\$ 34241,40	31/12/2011	R\$ 228.117,52		
396006		3	3	Cr\$ 44343,25	31/12/2011	R\$ 183.246,56		
396006		3	3	Cr\$ 52815,55	31/12/2011	R\$ 226.935,71		
396006		3	3	Cr\$ 44028,50	31/12/2011	R\$ 192.901,30		
396006		3	3	Cr\$ 38806,40	31/12/2011	R\$ 320.769,42		
396006		3	3	Cr\$ 33884,20	31/12/2011	R\$ 228.117,52		
396006		3	3	Cr\$ 43224,40	31/12/2011	R\$ 308.000,73		
396006		3	3	Cr\$ 137633,45	31/12/2011	R\$ 1.688.061,81		
396006		3	3	Cr\$ 48168,40	31/12/2011	R\$ 454.335,24		
396006		3	3	Cr\$ 53905,45	31/12/2011	R\$ 691.876,58		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 43581,00	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
396006		3	3	Cr\$ 33776,80	31/12/2011	R\$ 225.753,34		
396006		3	3	Cr\$ 58622,80	31/12/2011	R\$ 691.846,23		
396006		3	3	Cr\$ 62325,40	31/12/2011	R\$ 412.784,85		
396006		3	3	Cr\$ 36218,95	31/12/2011	R\$ 293.101,90		
396006		3	3	Cr\$ 108508,10	31/12/2011	R\$ 692.000,42		
396006		3	3	Cr\$ 33897,10	31/12/2011	R\$ 181.554,13		
396006		3	3	Cr\$ 43817,60	31/12/2011	R\$ 691.906,93		
396006		3	3	Cr\$ 28258,60	31/12/2011	R\$ 273.476,28		
396006		3	3	Cr\$ 40944,70	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
396006		3	3	Cr\$ 59538,10	31/12/2011	R\$ 419.867,73		
396006		3	3	Cr\$ 54138,10	31/12/2011	R\$ 411.105,33		
396006		3	3	Cr\$ 65558,60	31/12/2011	R\$ 448.240,03		
396006		3	3	Cr\$ 45650,60	31/12/2011	R\$ 283.560,07		
396006		3	3	Cr\$ 34640,60	31/12/2011	R\$ 283.560,07		
396006		3	3	Cr\$ 67004,60	31/12/2011	R\$ 845.194,41		
396006		3	3	Cr\$ 51351,10	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
396006		3	3	Cr\$ 56907,10	31/12/2011	R\$ 845.960,92		
396006		3	3	Cr\$ 53173,10	31/12/2011	R\$ 398.352,24		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 63451,60	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
396006		3	3	Cr\$ 273994,10	31/12/2011	R\$ 334.237,07		
396006		3	3	Cr\$ 38480,60	31/12/2011	R\$ 226.494,31		
396006		3	3	Cr\$ 54977,10	31/12/2011	R\$ 421.842,56		
396006		3	3	Cr\$ 59816,10	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
396006		3	3	Cr\$ 206909,15	31/12/2011	R\$ 1.246.592,03		
396006		3	3	Cr\$ 36204,50	31/12/2011	R\$ 319.100,23		
396006		3	3	Cr\$ 56266,10	31/12/2011	R\$ 538.154,50		
396006		3	3	Cr\$ 34610,60	31/12/2011	R\$ 276.941,18		
396006		3	3	Cr\$ 1846085,65	31/12/2011	R\$ 20.810.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 151539,10	31/12/2011	R\$ 994.014,37		
396006		3	3	Cr\$ 1118894,31	31/12/2011	R\$ 2.691.005,11		
396006		3	3	Cr\$ 67190,60	31/12/2011	R\$ 498.245,55		
396006		3	3	Cr\$ 53891,70	31/12/2011	R\$ 557.719,35		
396006		3	3	Cr\$ 54164,10	31/12/2011	R\$ 421.782,03		
396006		3	3	Cr\$ 84969,60	31/12/2011	R\$ 631.138,71		
396006		3	3	Cr\$ 104538,90	31/12/2011	R\$ 408.994,89		
396006		3	3	Cr\$ 40088,40	31/12/2011	R\$ 349.463,57		
396006		3	3	Cr\$ 27857,60	31/12/2011	R\$ 198.408,95		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 418194,60	31/12/2011	R\$ 2.453.351,41		
396006		3	3	Cr\$ 45464,60	31/12/2011	R\$ 451.488,52		
396006		3	3	Cr\$ 48075,60	31/12/2011	R\$ 131.434,81		
396006		3	3	Cr\$ 43767,50	31/12/2011	R\$ 270.052,68		
396006		3	3	Cr\$ 46992,50	31/12/2011	R\$ 370.088,18		
396006		3	3	Cr\$ 72532,20	31/12/2011	R\$ 406.311,78		
396006		3	3	Cr\$ 44685,80	31/12/2011	R\$ 270.052,68		
396006		3	3	Cr\$ 127086,30	31/12/2011	R\$ 1.677.650,56		
396006		3	3	Cr\$ 28881,80	31/12/2011	R\$ 176.118,04		
396006		3	3	Cr\$ 29866,20	31/12/2011	R\$ 175.457,61		
396006		3	3	Cr\$ 63467,60	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
396006		3	3	Cr\$ 52256,70	31/12/2011	R\$ 366.387,59		
396006		3	3	Cr\$ 61163,70	31/12/2011	R\$ 382.389,14		
396006		3	3	Cr\$ 64642,50	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
396006		3	3	Cr\$ 44201,60	31/12/2011	R\$ 283.560,07		
396006		3	3	Cr\$ 351870,00	31/12/2011	R\$ 2.748.865,47		
396006		3	3	Cr\$ 39982,40	31/12/2011	R\$ 105.588,09		
396006		3	3	Cr\$ 38802,35	31/12/2011	R\$ 104.140,08		
396006		3	3	Cr\$ 66392,60	31/12/2011	R\$ 235.775,55		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 42281,20	31/12/2011	R\$ 267.423,50		
396006		3	3	Cr\$ 43101,20	31/12/2011	R\$ 366.673,82		
396006		3	3	Cr\$ 60399,10	31/12/2011	R\$ 404.638,22		
396006		3	3	Cr\$ 48999,40	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
396006		3	3	Cr\$ 43074,60	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
396006		3	3	Cr\$ 97674,30	31/12/2011	R\$ 1.129.452,69		
396006		3	3	Cr\$ 63461,20	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
396006		3	3	Cr\$ 11651,90	31/12/2011	R\$ 561.499,35		
396006		3	3	Cr\$ 41161,20	31/12/2011	R\$ 504.080,65		
396006		3	3	Cr\$ 45699,20	31/12/2011	R\$ 421.212,64		
396006		3	3	Cr\$ 79490,80	31/12/2011	R\$ 668.871,05		
396006		3	3	Cr\$ 129500,10	31/12/2011	R\$ 1.691.918,14		
396006		3	3	Cr\$ 181652,30	31/12/2011	R\$ 2.313.875,27		
396006		3	3	Cr\$ 49074,30	31/12/2011	R\$ 370.480,23		
396006		3	3	Cr\$ 63422,60	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
396006		3	3	Cr\$ 96818,20	31/12/2011	R\$ 561.027,04		
396006		3	3	Cr\$ 68947,80	31/12/2011	R\$ 691.881,12		
396006		3	3	Cr\$ 16715,20	31/12/2011	R\$ 568.193,01		
396006		3	3	Cr\$ 43788,20	31/12/2011	R\$ 283.560,07		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 213404,30	31/12/2011	R\$ 2.499.782,55		
396006		3	3	Cr\$ 66184,60	31/12/2011	R\$ 408.681,44		
396006		3	3	Cr\$ 51091,90	31/12/2011	R\$ 303.809,70		
396006		3	3	Cr\$ 48576,60	31/12/2011	R\$ 320.526,10		
396006		3	3	Cr\$ 487011,60	31/12/2011	R\$ 2.883.965,76		
396006		3	3	Cr\$ 49815,20	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
396006		3	3	Cr\$ 56643,60	31/12/2011	R\$ 615.037,81		
396006		3	3	Cr\$ 91579,10	31/12/2011	R\$ 681.502,96		
396006		3	3	Cr\$ 53925,35	31/12/2011	R\$ 304.471,39		
396006		3	3	Cr\$ 216743,10	31/12/2011	R\$ 1.264.611,05		
396006		3	3	Cr\$ 332012,60	31/12/2011	R\$ 2.887.902,43		
396006		3	3	Cr\$ 64290,10	31/12/2011	R\$ 365.027,30		
396006		3	3	Cr\$ 99329,10	31/12/2011	R\$ 550.248,17		
396006		3	3	Cr\$ 68872,80	31/12/2011	R\$ 369.262,72		
396006		3	3	Cr\$ 90898,60	31/12/2011	R\$ 798.086,65		
396006		3	3	Cr\$ 61159,80	31/12/2011	R\$ 412.416,07		
396006		3	3	Cr\$ 160346,70	31/12/2011	R\$ 1.086.766,38		
396006		3	3	Cr\$ 51808,70	31/12/2011	R\$ 331.386,96		
396006		3	3	Cr\$ 47759,70	31/12/2011	R\$ 275.543,41		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 63948,70	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
396006		3	3	Cr\$ 64643,70	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
396006		3	3	Cr\$ 121497,70	31/12/2011	R\$ 984.879,87		
396006		3	3	Cr\$ 84872,20	31/12/2011	R\$ 516.207,93		
396006		3	3	Cr\$ 221763,30	31/12/2011	R\$ 1.020.162,75		
396006		3	3	Cr\$ 41845,80	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
396006		3	3	Cr\$ 107501,60	31/12/2011	R\$ 279.009,46		
396006		3	3	Cr\$ 68876,70	31/12/2011	R\$ 388.612,32		
396006		3	3	Cr\$ 121497,70	31/12/2011	R\$ 1.030.979,12		
396006		3	3	Cr\$ 55531,20	31/12/2011	R\$ 538.213,51		
396006		3	3	Cr\$ 71701,60	31/12/2011	R\$ 768.824,28		
396006		3	3	Cr\$ 92330,10	31/12/2011	R\$ 915.277,52		
396006		3	3	Cr\$ 131534,70	31/12/2011	R\$ 395.514,71		
396006		3	3	Cr\$ 181556,80	31/12/2011	R\$ 771.710,77		
396006		3	3	Cr\$ 536765,63	31/12/2011	R\$ 1.046.098,24		
396006		3	3	Cr\$ 59235,80	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
396006		3	3	Cr\$ 36881,00	31/12/2011	R\$ 270.052,68		
396006		3	3	Cr\$ 141534,70	31/12/2011	R\$ 401.708,15		
396006		3	3	Cr\$ 141534,70	31/12/2011	R\$ 413.780,47		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 33995,80	31/12/2011	R\$ 276.517,79		
396006		3	3	Cr\$ 33620,10	31/12/2011	R\$ 277.685,07		
396006		3	3	Cr\$ 616895,00	31/12/2011	R\$ 14.395.697,26		
396006		3	3	Cr\$ 66081,1// Cr\$ 58667,40	31/12/2011	R\$ 1.256.651,86		
396006		3	3	Cr\$ 4365103,51	31/12/2011	R\$ 386.702,17		
396006		3	3	Cr\$ 4176771,52	31/12/2011	R\$ 378.812,33		
396006		3	3	Cr\$ 4247149,47	31/12/2011	R\$ 386.355,44		
396006		3	3	Cr\$ 95966,00	31/12/2011	R\$ 692.460,91		
396006		3	3	Cr\$ 19304,00	31/12/2011	R\$ 386.639,63		
396006		3	3	Cr\$ 198296,90	31/12/2011	R\$ 545.488,94		
396006		3	3	Cr\$ 48743,40	31/12/2011	R\$ 283.560,07		
396006		3	3	Cr\$ 89370,50	31/12/2011	R\$ 388.612,32		
396006		3	3	Cr\$ 125402,40	31/12/2011	R\$ 693.937,75		
396006		3	3	Cr\$ 55680,05	31/12/2011	R\$ 281.225,60		
396006		3	3	Cr\$ 47000,00	31/12/2011	R\$ 348.861,04		
396006		3	3	Cr\$ 22794,00	31/12/2011	R\$ 183.845,98		
396006		3	3	Cr\$ 93190,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 214324,00	31/12/2011	R\$ 7.410.391,86		
396006		3	3	Cr\$ 4201561,09	31/12/2011			

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 136100,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 413520,80	31/12/2011	R\$ 4.960.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 5840,82	31/12/2011	R\$ 100.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 660929,20	31/12/2011	R\$ 19.021.276,81		
396006		3	3	Cr\$ 138956,84	31/12/2011	R\$ 5.714.059,71		
396006		3	3	Cr\$ 488290,39	31/12/2011	R\$ 8.055.721,13		
396006		3	3	Cr\$ 12931,76	31/12/2011	R\$ 45.312,51		
396006		3	3	Cr\$ 390295,22	31/12/2011	R\$ 15.489.973,78		
396006		3	3	Cr\$ 948469,90	31/12/2011	R\$ 7.819.343,90		
396006		3	3	Cr\$ 12426,90	31/12/2011	R\$ 271.042,38		
396006		3	3	Cr\$ 197235,94	31/12/2011	R\$ 2.287.180,21		
396006		3	3	Cr\$ 795630,32	31/12/2011	R\$ 9.118.005,66		
396006		3	3	Cr\$ 44678,30	31/12/2011	R\$ 80.807,31		
396006		3	3	Cr\$ 18810,66	31/12/2011	R\$ 45.312,51		
396006		3	3	Cr\$ 562367,98	31/12/2011	R\$ 1.040.208,18		
396006		3	3	Cr\$ 75867,86	31/12/2011	R\$ 570.515,24		
396006		3	3	Cr\$ 11146,26	31/12/2011	R\$ 297.537,98		
396006		3	3	Cr\$ 31926,50	31/12/2011	R\$ 75.520,85		
396006		3	3	Cr\$ 358249,90	31/12/2011	R\$ 76.597.582,01		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 29251,24	31/12/2011	R\$ 51.354,18		
396006		3	3	Cr\$ 78856,18	31/12/2011	R\$ 558.221,14		
396006		3	3	Cr\$ 219933,86	31/12/2011	R\$ 13.525.128,51		
396006		3	3	Cr\$ 42913,14	31/12/2011	R\$ 228.503,49		
396006		3	3	Cr\$ 18742,42	31/12/2011	R\$ 45.312,51		
396006		3	3	Cr\$ 36071,90	31/12/2011	R\$ 269.084,78		
396006		3	3	Cr\$ 28719,67	31/12/2011	R\$ 80.052,10		
396006		3	3	Cr\$ 17700,66	31/12/2011	R\$ 45.312,51		
396006		3	3	Cr\$ 244427,26	31/12/2011	R\$ 7.410.608,57		
396006		3	3	Cr\$ 1565200620,90	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 36868,90	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 39090,90	31/12/2011	R\$ 87.302,10		
396006		3	3	Cr\$ 79515,00	31/12/2011	R\$ 547.124,68		
396006		3	3	Cr\$ 24000,00	31/12/2011	R\$ 425.786,26		
396006		3	3	Cr\$ 75870,00	31/12/2011	R\$ 802.535,72		
396006		3	3	Cr\$ 3706041,64	31/12/2011	R\$ 20.334.814,12		
396006		3	3	Cr\$ 58140,80	31/12/2011	R\$ 283.404,08		
396006		3	3	Cr\$ 42926,00	31/12/2011	R\$ 318.653,68		
396006		3	3	Cr\$ 31200,00	31/12/2011	R\$ 324.261,47		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 3556,07	31/12/2011	R\$ 291.369,11		
396006		3	3	Cr\$ 55114,40	31/12/2011	R\$ 302.782,81		
396006		3	3	Cr\$ 40795,40	31/12/2011	R\$ 83.072,94		
396006		3	3	Cr\$ 44050,00	31/12/2011	R\$ 370.612,68		
396006		3	3	Cr\$ 53715,89	31/12/2011	R\$ 388.846,70		
396006		3	3	Cr\$ 36423,00	31/12/2011	R\$ 458.417,43		
396006		3	3	Cr\$ 75100,00	31/12/2011	R\$ 949.262,16		
396006		3	3	Cr\$ 88580,00	31/12/2011	R\$ 385.800,61		
396006		3	3	Cr\$ 50134,52	31/12/2011	R\$ 411.303,65		
396006		3	3	Cr\$ 18240,00	31/12/2011	R\$ 116.595,92		
396006		3	3	Cr\$ 37420,00	31/12/2011	R\$ 286.588,49		
396006		3	3	Cr\$ 42150,00	31/12/2011	R\$ 3.721.618,22		
396006		3	3	Cr\$ 55450,00	31/12/2011	R\$ 423.029,26		
396006		3	3	Cr\$ 73,50	31/12/2011	R\$ 491.794,63		
396006		3	3	Cr\$ 68072,00	31/12/2011	R\$ 306.192,60		
396006		3	3	Cr\$ 39400,00	31/12/2011	R\$ 479.987,06		
396006		3	3	Cr\$ 69072,00	31/12/2011	R\$ 299.361,38		
396006		3	3	Cr\$ 46888,00	31/12/2011	R\$ 203.140,94		
396006		3	3	Cr\$ 103047,00	31/12/2011	R\$ 253.511,52		

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 81316,00	31/12/2011	R\$ 423.329,14		
396006		3	3	Cr\$ 12005622,00	31/12/2011	R\$ 450.721,63		
396006		3	3	Cr\$ 6033627,70	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 143388,50	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 396136,38	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 104253,41	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 265253,43	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 154653,41	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 94253,41	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 38253,41	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 1736,72	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 116460,40	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 45460,40	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 892651,85	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 671246,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 35000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 43000,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 133243,56	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 137738,80	31/12/2011			

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
396006		3	3	Cr\$ 81142,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 255059,25	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 77570,45	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 3033890,80	31/12/2011	R\$ 21.743.022,70		
396006		3	3	Cr\$ 598863,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 62043,54	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 16,16	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 150,00	31/12/2011			
396006		3	3	Cr\$ 20,00	31/12/2011	R\$ 570.000,00		
396006		3	3	Cr\$ 10000,00	31/12/2011			

Fonte: Codesp - Gerência de Desmobilização e Patrimônio

6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	489,00.98	31/12/2011	737.000		
ocupado		3	513.430,60	31/12/2011	282.000		
ocupado		3	49.704,47	31/12/2011	137.000		
ocupado		3	32.142,83	31/12/2011	221.000		
ocupado		3	22.100,00	31/12/2011	606.000		
ocupado		3	425.704,01	31/12/2011	320.000		
ocupado		3	100,76.80	31/12/2011	429.000		
ocupado		3	90,02	31/12/2011	487.000		
ocupado		3	109,11.78	31/12/2011	573.000		
ocupado		3	1.118.894,31	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	558,89.04	31/12/2011	1.212.000		
ocupado		3	1.252,09.30	31/12/2011	204.000		
ocupado		3		31/12/2011	452.000		
ocupado		3	9,87.50	31/12/2011	70.000		
ocupado		3	8,83.72	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	137,48.17	31/12/2011	185.000		
ocupado		3	130,00	31/12/2011	364.000		
ocupado		3	98.675,00	31/12/2011	201.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	285,98.12	31/12/2011	415.000		
ocupado		3	15.200,00	31/12/2011	112.000		
ocupado		3		31/12/2011	99.000		
ocupado		3	8.468,43.49	31/12/2011	1.626.000		
ocupado		3	392,02.42	31/12/2011	97.000		
ocupado		3	263,54.55	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	200,34.72	31/12/2011	309.000		
ocupado		3		31/12/2011	4.000		
ocupado		3	130,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3		31/12/2011	114.000		
ocupado		3	40,00	31/12/2011	160.000		
ocupado		3	2.000,00.00	31/12/2011	107.000		
ocupado		3	6,18	31/12/2011	7.000		
ocupado		3	22.833,54	31/12/2011	7.000		
ocupado		3		31/12/2011	60.000		
ocupado		3	1.320,11.75	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	170.000		
ocupado		3	35.116,20	31/12/2011	86.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	5.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	31.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	7.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	89.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	67.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	4.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	3.075.000		
ocupado		3	1.414.910,90	31/12/2011	900.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	1.656,18.86	31/12/2011	45.000		
ocupado		3	8,02.30	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	8,02.30	31/12/2011	2.000		
ocupado		3	5,53.14	31/12/2011	46.000		
ocupado		3	3.585,43.30	31/12/2011	284.000		
ocupado		3	178,12.78	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	178,12.78	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	178,12.78	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	254,67.57	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	168,35.41	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	216,67.42	31/12/2011	SEM VALOR		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	216,74.51	31/12/2011	35.000		
ocupado		3	219,82.40	31/12/2011	34.000		
ocupado		3	171,74.21	31/12/2011	35.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	2.000		
ocupado		3	17.507,53	31/12/2011	12.000		
ocupado		3	21,10.44	31/12/2011	4.000		
ocupado		3	34,89.03	31/12/2011	4.000		
ocupado		3	270,02.43	31/12/2011	12.000		
ocupado		3	19,47.17	31/12/2011	3.000		
ocupado		3	142,69.87	31/12/2011	6.000		
ocupado		3	41,22.24	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	130,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	58,54.00	31/12/2011	16.000		
ocupado		3	27,88.72	31/12/2011	13.000		
ocupado		3	23,23.79	31/12/2011	4.000		
ocupado		3	6.710,10	31/12/2011	6.000		
ocupado		3	118,13.40	31/12/2011	17.000		
ocupado		3	442,75.45	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	10,25.12	31/12/2011	3.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	220,72.50	31/12/2011	11.000		
ocupado		3	47.775,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	5.827,85	31/12/2011	6.000		
ocupado		3	177.540,38	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	237.973,58	31/12/2011	385.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	10.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	1.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	32.000		
ocupado		3	301.483,41	31/12/2011	252.000		
ocupado		3	4.887.786,61	31/12/2011	1.568.000		
ocupado		3	3.212.737,52	31/12/2011	74.000		
ocupado		3	13.006.544,99	31/12/2011	1.108.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	17.000		
ocupado		3	4.887.786,61	31/12/2011	5.002.000		
ocupado		3	154.645.940	31/12/2011	278.000		
ocupado		3	37.131.141,22	31/12/2011	198.000		
ocupado		3	246.333,73	31/12/2011	91.000		
ocupado		3	246.333,73	31/12/2011	91.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	1.215.530,00	31/12/2011	303.000		
ocupado		3	30.452,36	31/12/2011	8.000		
ocupado		3	3.292.907,20	31/12/2011	2.893.000		
ocupado		3	3.292.907,20	31/12/2011	2.867.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	88.000		
ocupado		3	10.328,29	31/12/2011	5.000		
ocupado		3	50.000,00	31/12/2011	235.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	3.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	15.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	66.000		
ocupado		3	18.215.403	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	3.820.415,61	31/12/2011	1.568.000		
ocupado		3	4.957.634,62	31/12/2011	1.249.000		
ocupado		3	15.438,17	31/12/2011	2.000		
ocupado		3	66.702.516	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	12.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	35.000		
ocupado		3	846.455,76	31/12/2011	50.000		
ocupado		3	9,85.74	31/12/2011	195.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	1.775,48.99	31/12/2011	2.551.000		
ocupado		3		31/12/2011	7.000		
ocupado		3	398,37.53	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	24,42.08	31/12/2011	43.000		
ocupado		3	600,00	31/12/2011	620.000		
ocupado		3	1.732,06.20	31/12/2011	1.618.000		
ocupado		3	459,69.51	31/12/2011	4.093.000		
ocupado		3	96,90.03	31/12/2011	6.371.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	244.000		
ocupado		3	98.926,75	31/12/2011	92.000		
ocupado		3	795,69.76	31/12/2011	1.668.000		
ocupado		3	3.156,80.90	31/12/2011	780.000		
ocupado		3	2.639.442,14	31/12/2011	274.000		
ocupado		3	743,36.41	31/12/2011	5.278.000		
ocupado		3	800,40.50	31/12/2011	1.662.000		
ocupado		3	812,59.30	31/12/2011	2.874.000		
ocupado		3	1.118,05.68	31/12/2011	1.661.000		
ocupado		3	919,81.49	31/12/2011	1.256.000		
ocupado		3	1.935.476,75	31/12/2011	64.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	454.574,01	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	130,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	130,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	5,27.67	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	635.534,28	31/12/2011	147.000		
ocupado		3	3.098.097,80	31/12/2011	1.072.000		
ocupado		3	198,97	31/12/2011	200.000		
ocupado		3	245,28.38	31/12/2011	2.293.000		
ocupado		3	749,37	31/12/2011	1.666.000		
ocupado		3	749,37	31/12/2011	1.552.000		
ocupado		3	109.302,74	31/12/2011	1.320.000		
ocupado		3	743,36.42	31/12/2011	1.661.000		
ocupado		3	743,36.41	31/12/2011	1.661.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	99.000		
ocupado		3	1.179,02.41	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	18,04	31/12/2011	119.000		
ocupado		3	5,27.67	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	5,27.67	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	245,99	31/12/2011	6.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	220,72.64	31/12/2011	1.000		
ocupado		3	10,25.12	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	9.394,14	31/12/2011	17.000		
ocupado		3	200,29.89	31/12/2011	1.027.000		
ocupado		3	17,83.16	31/12/2011	3.000		
ocupado		3	14,03.91	31/12/2011	45.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	584.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	99.000		
ocupado		3		31/12/2011	1.000		
ocupado		3	245,31.82	31/12/2011	59.000		
ocupado		3	80,00.00	31/12/2011	17.000		
ocupado		3	362,06.72	31/12/2011	20.000		
ocupado		3	50,00.00	31/12/2011	1.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	137.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	119.000		
ocupado		3	52.000,00	31/12/2011	36.000		
ocupado		3	52.000,00	31/12/2011	35.000		
ocupado		3	63.691,14	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	126,02.08	31/12/2011	19.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	2.375,32.10	31/12/2011	17.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	1.256,36.72	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	118.838,24	31/12/2011	44.000		
ocupado		3	22.193,05	31/12/2011	50.000		
ocupado		3	253.972,72	31/12/2011	209.000		
ocupado		3	299.893,30	31/12/2011	184.000		
ocupado		3	15,52.29	31/12/2011	14.000		
ocupado		3	15,52.29	31/12/2011	18.000		
ocupado		3	720,00.00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	863,28.63	31/12/2011	19.000		
ocupado		3	98.343,00	31/12/2011	26.000		
ocupado		3	57.905,71	31/12/2011	31.000		
ocupado		3	1.000,00.00	31/12/2011	32.000		
ocupado		3	49,40.36	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	5.682,99	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	56.972,27	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	1.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	7.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	552.516,89	31/12/2011	60.000		
ocupado		3	98.343,00	31/12/2011	35.000		
ocupado		3	124.827,00	31/12/2011	24.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	2.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	4.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	16.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	4.000		
ocupado		3	10.025,65.50	31/12/2011	72.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	7.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	4.000		
ocupado		3	14.892,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	400,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	50,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	402.000		
ocupado		3	2.876.250,10	31/12/2011	385.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	31.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	4.966.000		
ocupado		3	2.639.496,49	31/12/2011	118.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	63.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	7.572.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	67.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	419.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	250.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	33.000		
ocupado		3	6.186.577,75	31/12/2011	4.879.000		
ocupado		3	15.927.072,14	31/12/2011	4.741.000		
ocupado		3	15.927.072,14	31/12/2011	4.024.000		
ocupado		3	192.027,57	31/12/2011	194.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	183.000		
ocupado		3	29.829,04	31/12/2011	72.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	7.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	32.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	53.000		
ocupado		3	11.828,78	31/12/2011	49.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	457.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	62.000		
ocupado		3	3.589.670,64	31/12/2011	36.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	138.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	93.000		
ocupado		3	29.087.387,00	31/12/2011	2.000		
ocupado		3	77,28	31/12/2011	43.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	5.000		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	SEM VALOR	31/12/2011	13.048.000		
ocupado		3	13.426,78	31/12/2011	5.000		
ocupado		3	11.092,54	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	693.349,95	31/12/2011	4.000		
ocupado		3	693.349,96	31/12/2011	18.000		
ocupado		3	374,19.49	31/12/2011	38.000		
ocupado		3	374,19.49	31/12/2011	304.000		
ocupado		3	131,29.37	31/12/2011	26.000		
ocupado		3	180,42.92	31/12/2011	10.000		
ocupado		3	15,00.00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	132.082,80	31/12/2011	3.000		
ocupado		3	50.560,35	31/12/2011	28.000		
ocupado		3	132.032,80	31/12/2011	7.000		
ocupado		3	192.163,21	31/12/2011	10.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	106,61.97	31/12/2011	1.536.000		
ocupado		3	34.700,00	31/12/2011	1.000		
ocupado		3	147,19.06	31/12/2011	5.000		
ocupado		3	1.923.713,00	31/12/2011	13.000		
ocupado		3	501.388,88	31/12/2011	2.000		
ocupado		3	140,68	31/12/2011	4.000		
ocupado		3	8.648,58	31/12/2011	2.000		
ocupado		3	9,40.61	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	9,40.61	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	501,30.54	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	98,17.20	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	8.698,28	31/12/2011	2.000		
ocupado		3	8.698,28	31/12/2011	2.000		
ocupado		3	188.853,64	31/12/2011	2.000		
ocupado		3	1.611.779,42	31/12/2011	6.000		
ocupado		3	61.788,77	31/12/2011	51.000		
ocupado		3	61.788,77	31/12/2011	13.000		
ocupado		3	1.667.562,80	31/12/2011	57.000		
ocupado		3	15,11	31/12/2011	SEM VALOR		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	265,80.96	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	1.500,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	1.800,00.00	31/12/2011	8.000		
ocupado		3	12.652,88	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	6.610,69	31/12/2011	1.000		
ocupado		3	22.267,60	31/12/2011	11.000		
ocupado		3	81,00	31/12/2011	60.000		
ocupado		3	6,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	6,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	12,00	31/12/2011	1.000		
ocupado		3	12,00	31/12/2011	25.000		
ocupado		3	745,57	31/12/2011	1.000		
ocupado		3	745,57	31/12/2011	1.000		
ocupado		3	1.314,91.21	31/12/2011	542.000		
ocupado		3	100,00	31/12/2011	69.000		
ocupado		3	21,01.28	31/12/2011	24.000		
ocupado		3	21,01.28	31/12/2011	40.000		
ocupado		3	21,01.28	31/12/2011	56.000		
ocupado		3	579,82.75	31/12/2011	85.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	15,00	31/12/2011	23.000		
ocupado		3	15,00	31/12/2011	37.000		
ocupado		3	36,00	31/12/2011	27.000		
ocupado		3	10,00	31/12/2011	6.000		
ocupado		3	20,00	31/12/2011	60.000		
ocupado		3	15,00	31/12/2011	130.000		
ocupado		3	15,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	21,72.50	31/12/2011	32.000		
ocupado		3	243,47.55	31/12/2011	190.000		
ocupado		3	100,00	31/12/2011	13.000		
ocupado		3	940,00	31/12/2011	6.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	22.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	19.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	31.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	22.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	23.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	25.000		
ocupado		3	5.764,09	31/12/2011	11.000		
ocupado		3	5.764,09	31/12/2011	11.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	10,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	10,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	10,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	8.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	11.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	6.000		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	7,50	31/12/2011	12.000		
ocupado		3	7,50	31/12/2011	14.000		
ocupado		3	5,00	31/12/2011	8.000		
ocupado		3	5,00	31/12/2011	8.000		
ocupado		3	12,00	31/12/2011	17.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	36.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	42,02.56	31/12/2011	69.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	22.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	22.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	22.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	22.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	22.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	21.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	22.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	17.000		
ocupado		3	21,01.29	31/12/2011	16.000		
ocupado		3	18,87	31/12/2011	24.000		
ocupado		3	18,00	31/12/2011	24.000		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	9,50	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	9,50	31/12/2011	10.000		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	9,50	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	9,50	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	10.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	9,50	31/12/2011	8.000		
ocupado		3	9,50	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	9,50	31/12/2011	7.000		
ocupado		3	15,00	31/12/2011	11.000		
ocupado		3	6,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	10.000		
ocupado		3	14,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	14,00	31/12/2011	9.000		
ocupado		3	9,50	31/12/2011	7.000		
ocupado		3	9,50	31/12/2011	10.000		
ocupado		3	9,50	31/12/2011	10.000		
ocupado		3	23,00	31/12/2011	17.000		
ocupado		3	9,50	31/12/2011	7.000		
ocupado		3	5,00	31/12/2011	5.000		
ocupado		3	9,50	31/12/2011	7.000		
ocupado		3	23,00	31/12/2011	12.000		
ocupado		3	10,00	31/12/2011	28.000		
ocupado		3	5,00	31/12/2011	12.000		
ocupado		3	57,00	31/12/2011	15.000		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	30,00	31/12/2011	10.000		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	9,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	17,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	17,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	22,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	7,50	31/12/2011	184.000		
ocupado		3	7,50	31/12/2011	#####		
ocupado		3	23,00	31/12/2011	#####		
ocupado		3	15,00	31/12/2011	35.000		
ocupado		3	36,00	31/12/2011	29.000		
ocupado		3	27,00	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	43,00	31/12/2011	37.000		
ocupado		3	57,00	31/12/2011	4.000		
ocupado		3	47,87.07	31/12/2011	24.000		
ocupado		3	47,87.10	31/12/2011	8.000		
ocupado		3	47,87.10	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	27,00	31/12/2011	SEM VALOR		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
ocupado		3	69,50	31/12/2011	SEM VALOR		
ocupado		3	83,70	31/12/2011	26.000		
ocupado		3	136,13	31/12/2011	20.000		
ocupado		3	136,13	31/12/2011	20.000		
ocupado		3	136,13	31/12/2011	18.000		
ocupado		3	94,50	31/12/2011	21.000		
ocupado		3	47.87,10	31/12/2011	10.000		
ocupado		3	23,00	31/12/2011	25.000		
ocupado		3	62,00	31/12/2011	37.000		
ocupado		3	2,00	31/12/2011	25.000		
ocupado		3	60,00	31/12/2011	25.000		
vazios		3	Cr\$ 00,96	31/12/2011	R\$ 350.000,00		
vazios		3	Cr\$ 02,04	31/12/2011	R\$ 460.000,00		
vazios		3	Cr\$ 00,82	31/12/2011	R\$ 250.000,00		
vazios		3	Cr\$ 01,47	31/12/2011	R\$ 340.000,00		
vazios		3	Cr\$ 00,16	31/12/2011	R\$ 70.000,00		
vazios		3	Cr\$ 00,82	31/12/2011	R\$ 250.000,00		
vazios		3	Cr\$ 02,35	31/12/2011	R\$ 660.000,00		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 08,66	31/12/2011	R\$ 28.450.000,00		
vazios		3	Cr\$ 60,00	31/12/2011	R\$ 2.840.000,00		
vazios		3	Cr\$ 186000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 90,00 // Cr\$ 16571,46	31/12/2011	-		
vazios		3	Cr\$ 65,54	31/12/2011	-		
vazios		3	Cr\$ 50,37	31/12/2011	-		
vazios		3	Cr\$ 20,49	31/12/2011	R\$ 990.000,00		
vazios		3	Cr\$ 20,13	31/12/2011	-		
vazios		3	Cr\$ 40,26	31/12/2011	-		
vazios		3	Cr\$ 294,16//206,39	31/12/2011	-		
vazios		3	Cr\$ 35,28	31/12/2011	R\$ 960.000,00		
vazios		3	Cr\$ 351,49	31/12/2011	R\$ 19.819.212,36		
vazios		3	Cr\$ 16,56	31/12/2011	-		
vazios		3	Cr\$ 76,85	31/12/2011	-		
vazios		3	Cr\$ 440,00	31/12/2011	R\$ 300.000,00		
vazios		3	Cr\$ 38893,96	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 34358,16	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 33738,16	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 16669,12	31/12/2011			

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 39213,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 104972,12	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 60320,30	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 81551,42	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 95366,32	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 58237,12	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 26500,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 21551,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 16016,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 184597,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 57927,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 94011,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 54337,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 31000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 12029,30//10450,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 1980,14	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 553,22	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 602,24	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 1683,83	31/12/2011			

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 657,20	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 222,89	31/12/2011	R\$ 260.000,00		
vazios		3	Cr\$ 1016,47	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 850,30	31/12/2011	R\$ 461.396,99		
vazios		3	Cr\$ 968,40	31/12/2011	R\$ 885.782,19		
vazios		3	Cr\$ 1211,86	31/12/2011	R\$ 57.728,29		
vazios		3	Cr\$ 1010,56	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 1161,51	31/12/2011	R\$ 343.312,86		
vazios		3	Cr\$ 1014,90	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 6033300,47	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 1900,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 5154,41	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 8204,60	31/12/2011	R\$ 307.855,02		
vazios		3	Cr\$ 11262,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 5149,27	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 7257,41	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 7765,13	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 6704,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 727,65	31/12/2011			

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 27891,67	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 9536,67	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 10714,67	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 13678,67	31/12/2011	R\$ 802,10		
vazios		3	Cr\$ 6775,06	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 6978,55	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 6978,55	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 6885,06	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 6775,06	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 7080,21	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 6775,06	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 7080,21	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 9847,44	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 7187,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 5600,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 15670,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 7000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 12320,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 11500,00	31/12/2011			

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 15043,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 6171,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 7095,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 32000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 49000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 36000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 46000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 20500,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 21000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 30000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 33000,00	31/12/2011	R\$ 200.000,00		
vazios		3	Cr\$ 42748,5	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 46248,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 30595,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 29595,00	31/12/2011	R\$ 50.000,00		
vazios		3	Cr\$ 33669,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 36169,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 42124,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 33747,50	31/12/2011			

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 31169,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 25844,10	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 15508,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 56788,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 54288,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 34972,60	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 75929,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 45748,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 29798,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 31000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 34272,50	31/12/2011	R\$ 39.585,53		
vazios		3	Cr\$ 75990,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 38169,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 3363,10	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 30934,20	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 33726,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 24051,00	31/12/2011	R\$ 130.000,00		
vazios		3	Cr\$ 95339,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 26590,50	31/12/2011			

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 153488,30	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 26590,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 14993,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 2607,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 39669,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 40669,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 37169,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 45248,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 11465,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 37669,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 44748,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 72407,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 29090,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 180262,40	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 281562,30	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 100481,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 30595,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 35174,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 111098,00	31/12/2011			

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 44000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 65397,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 27125,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 28716,05	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 21956,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 196126,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 109342,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 61332,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 23086,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 32184,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 1650,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 40000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 40000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 75000,00	31/12/2011	R\$ 1.121.424,90		
vazios		3	Cr\$ 35674,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 8904,90	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 40684,90	31/12/2011	R\$ 388.575,10		
vazios		3	Cr\$ 34874,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 37476,00	31/12/2011			

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 25854,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 40692,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 420473,80	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 579,39	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 263052,71	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 176498,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 54726,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 20810,00	31/12/2011	R\$ 53.761,26		
vazios		3	Cr\$ 18152,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 27932,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 49763,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 15086614,00	31/12/2011	R\$ 250.000,00		
vazios		3	Cr\$ 35000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 131500,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 137000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 51283,90	31/12/2011	R\$ 488.515,07		
vazios		3	Cr\$ 66243,40	31/12/2011	R\$ 575.757,60		
vazios		3	Cr\$ 47426,40	31/12/2011	R\$ 1.026.205,30		
vazios		3	Cr\$ 38414,40	31/12/2011	R\$ 225.753,34		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 151111,50	31/12/2011	R\$ 3.377.237,91		
vazios		3	Cr\$ 34241,40	31/12/2011	R\$ 228.117,52		
vazios		3	Cr\$ 44343,25	31/12/2011	R\$ 183.246,56		
vazios		3	Cr\$ 52815,55	31/12/2011	R\$ 226.935,71		
vazios		3	Cr\$ 44028,50	31/12/2011	R\$ 192.901,30		
vazios		3	Cr\$ 38806,40	31/12/2011	R\$ 320.769,42		
vazios		3	Cr\$ 33884,20	31/12/2011	R\$ 228.117,52		
vazios		3	Cr\$ 43224,40	31/12/2011	R\$ 308.000,73		
vazios		3	Cr\$ 137633,45	31/12/2011	R\$ 1.688.061,81		
vazios		3	Cr\$ 48168,40	31/12/2011	R\$ 454.335,24		
vazios		3	Cr\$ 53905,45	31/12/2011	R\$ 691.876,58		
vazios		3	Cr\$ 43581,00	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
vazios		3	Cr\$ 33776,80	31/12/2011	R\$ 225.753,34		
vazios		3	Cr\$ 58622,80	31/12/2011	R\$ 691.846,23		
vazios		3	Cr\$ 62325,40	31/12/2011	R\$ 412.784,85		
vazios		3	Cr\$ 36218,95	31/12/2011	R\$ 293.101,90		
vazios		3	Cr\$ 108508,10	31/12/2011	R\$ 692.000,42		
vazios		3	Cr\$ 33897,10	31/12/2011	R\$ 181.554,13		
vazios		3	Cr\$ 43817,60	31/12/2011	R\$ 691.906,93		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 28258,60	31/12/2011	R\$ 273.476,28		
vazios		3	Cr\$ 40944,70	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
vazios		3	Cr\$ 59538,10	31/12/2011	R\$ 419.867,73		
vazios		3	Cr\$ 54138,10	31/12/2011	R\$ 411.105,33		
vazios		3	Cr\$ 65558,60	31/12/2011	R\$ 448.240,03		
vazios		3	Cr\$ 45650,60	31/12/2011	R\$ 283.560,07		
vazios		3	Cr\$ 34640,60	31/12/2011	R\$ 283.560,07		
vazios		3	Cr\$ 67004,60	31/12/2011	R\$ 845.194,41		
vazios		3	Cr\$ 51351,10	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
vazios		3	Cr\$ 56907,10	31/12/2011	R\$ 845.960,92		
vazios		3	Cr\$ 53173,10	31/12/2011	R\$ 398.352,24		
vazios		3	Cr\$ 63451,60	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
vazios		3	Cr\$ 273994,10	31/12/2011	R\$ 334.237,07		
vazios		3	Cr\$ 38480,60	31/12/2011	R\$ 226.494,31		
vazios		3	Cr\$ 54977,10	31/12/2011	R\$ 421.842,56		
vazios		3	Cr\$ 59816,10	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
vazios		3	Cr\$ 206909,15	31/12/2011	R\$ 1.246.592,03		
vazios		3	Cr\$ 36204,50	31/12/2011	R\$ 319.100,23		
vazios		3	Cr\$ 56266,10	31/12/2011	R\$ 538.154,50		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 34610,60	31/12/2011	R\$ 276.941,18		
vazios		3	Cr\$ 1846085,65	31/12/2011	R\$ 20.810.000,00		
vazios		3	Cr\$ 151539,10	31/12/2011	R\$ 994.014,37		
vazios		3	Cr\$ 1118894,31	31/12/2011	R\$ 2.691.005,11		
vazios		3	Cr\$ 67190,60	31/12/2011	R\$ 498.245,55		
vazios		3	Cr\$ 53891,70	31/12/2011	R\$ 557.719,35		
vazios		3	Cr\$ 54164,10	31/12/2011	R\$ 421.782,03		
vazios		3	Cr\$ 84969,60	31/12/2011	R\$ 631.138,71		
vazios		3	Cr\$ 104538,90	31/12/2011	R\$ 408.994,89		
vazios		3	Cr\$ 40088,40	31/12/2011	R\$ 349.463,57		
vazios		3	Cr\$ 27857,60	31/12/2011	R\$ 198.408,95		
vazios		3	Cr\$ 418194,60	31/12/2011	R\$ 2.453.351,41		
vazios		3	Cr\$ 45464,60	31/12/2011	R\$ 451.488,52		
vazios		3	Cr\$ 48075,60	31/12/2011	R\$ 131.434,81		
vazios		3	Cr\$ 43767,50	31/12/2011	R\$ 270.052,68		
vazios		3	Cr\$ 46992,50	31/12/2011	R\$ 370.088,18		
vazios		3	Cr\$ 72532,20	31/12/2011	R\$ 406.311,78		
vazios		3	Cr\$ 44685,80	31/12/2011	R\$ 270.052,68		
vazios		3	Cr\$ 127086,30	31/12/2011	R\$ 1.677.650,56		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 28881,80	31/12/2011	R\$ 176.118,04		
vazios		3	Cr\$ 29866,20	31/12/2011	R\$ 175.457,61		
vazios		3	Cr\$ 63467,60	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
vazios		3	Cr\$ 52256,70	31/12/2011	R\$ 366.387,59		
vazios		3	Cr\$ 61163,70	31/12/2011	R\$ 382.389,14		
vazios		3	Cr\$ 64642,50	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
vazios		3	Cr\$ 44201,60	31/12/2011	R\$ 283.560,07		
vazios		3	Cr\$ 351870,00	31/12/2011	R\$ 2.748.865,47		
vazios		3	Cr\$ 39982,40	31/12/2011	R\$ 105.588,09		
vazios		3	Cr\$ 38802,35	31/12/2011	R\$ 104.140,08		
vazios		3	Cr\$ 66392,60	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
vazios		3	Cr\$ 42281,20	31/12/2011	R\$ 267.423,50		
vazios		3	Cr\$ 43101,20	31/12/2011	R\$ 366.673,82		
vazios		3	Cr\$ 60399,10	31/12/2011	R\$ 404.638,22		
vazios		3	Cr\$ 48999,40	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
vazios		3	Cr\$ 43074,60	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
vazios		3	Cr\$ 97674,30	31/12/2011	R\$ 1.129.452,69		
vazios		3	Cr\$ 63461,20	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
vazios		3	Cr\$ 11651,90	31/12/2011	R\$ 561.499,35		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 41161,20	31/12/2011	R\$ 504.080,65		
vazios		3	Cr\$ 45699,20	31/12/2011	R\$ 421.212,64		
vazios		3	Cr\$ 79490,80	31/12/2011	R\$ 668.871,05		
vazios		3	Cr\$ 129500,10	31/12/2011	R\$ 1.691.918,14		
vazios		3	Cr\$ 181652,30	31/12/2011	R\$ 2.313.875,27		
vazios		3	Cr\$ 49074,30	31/12/2011	R\$ 370.480,23		
vazios		3	Cr\$ 63422,60	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
vazios		3	Cr\$ 96818,20	31/12/2011	R\$ 561.027,04		
vazios		3	Cr\$ 68947,80	31/12/2011	R\$ 691.881,12		
vazios		3	Cr\$ 16715,20	31/12/2011	R\$ 568.193,01		
vazios		3	Cr\$ 43788,20	31/12/2011	R\$ 283.560,07		
vazios		3	Cr\$ 213404,30	31/12/2011	R\$ 2.499.782,55		
vazios		3	Cr\$ 66184,60	31/12/2011	R\$ 408.681,44		
vazios		3	Cr\$ 51091,90	31/12/2011	R\$ 303.809,70		
vazios		3	Cr\$ 48576,60	31/12/2011	R\$ 320.526,10		
vazios		3	Cr\$ 487011,60	31/12/2011	R\$ 2.883.965,76		
vazios		3	Cr\$ 49815,20	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
vazios		3	Cr\$ 56643,60	31/12/2011	R\$ 615.037,81		
vazios		3	Cr\$ 91579,10	31/12/2011	R\$ 681.502,96		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 53925,35	31/12/2011	R\$ 304.471,39		
vazios		3	Cr\$ 216743,10	31/12/2011	R\$ 1.264.611,05		
vazios		3	Cr\$ 332012,60	31/12/2011	R\$ 2.887.902,43		
vazios		3	Cr\$ 64290,10	31/12/2011	R\$ 365.027,30		
vazios		3	Cr\$ 99329,10	31/12/2011	R\$ 550.248,17		
vazios		3	Cr\$ 68872,80	31/12/2011	R\$ 369.262,72		
vazios		3	Cr\$ 90898,60	31/12/2011	R\$ 798.086,65		
vazios		3	Cr\$ 61159,80	31/12/2011	R\$ 412.416,07		
vazios		3	Cr\$ 160346,70	31/12/2011	R\$ 1.086.766,38		
vazios		3	Cr\$ 51808,70	31/12/2011	R\$ 331.386,96		
vazios		3	Cr\$ 47759,70	31/12/2011	R\$ 275.543,41		
vazios		3	Cr\$ 63948,70	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
vazios		3	Cr\$ 64643,70	31/12/2011	R\$ 235.775,55		
vazios		3	Cr\$ 121497,70	31/12/2011	R\$ 984.879,87		
vazios		3	Cr\$ 84872,20	31/12/2011	R\$ 516.207,93		
vazios		3	Cr\$ 221763,30	31/12/2011	R\$ 1.020.162,75		
vazios		3	Cr\$ 41845,80	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
vazios		3	Cr\$ 107501,60	31/12/2011	R\$ 279.009,46		
vazios		3	Cr\$ 68876,70	31/12/2011	R\$ 388.612,32		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 121497,70	31/12/2011	R\$ 1.030.979,12		
vazios		3	Cr\$ 55531,20	31/12/2011	R\$ 538.213,51		
vazios		3	Cr\$ 71701,60	31/12/2011	R\$ 768.824,28		
vazios		3	Cr\$ 92330,10	31/12/2011	R\$ 915.277,52		
vazios		3	Cr\$ 131534,70	31/12/2011	R\$ 395.514,71		
vazios		3	Cr\$ 181556,80	31/12/2011	R\$ 771.710,77		
vazios		3	Cr\$ 536765,63	31/12/2011	R\$ 1.046.098,24		
vazios		3	Cr\$ 59235,80	31/12/2011	R\$ 297.058,66		
vazios		3	Cr\$ 36881,00	31/12/2011	R\$ 270.052,68		
vazios		3	Cr\$ 141534,70	31/12/2011	R\$ 401.708,15		
vazios		3	Cr\$ 141534,70	31/12/2011	R\$ 413.780,47		
vazios		3	Cr\$ 33995,80	31/12/2011	R\$ 276.517,79		
vazios		3	Cr\$ 33620,10	31/12/2011	R\$ 277.685,07		
vazios		3	Cr\$ 616895,00	31/12/2011	R\$ 14.395.697,26		
vazios		3	Cr\$ 66081,1// Cr\$ 58667,40	31/12/2011	R\$ 1.256.651,86		
vazios		3	Cr\$ 4365103,51	31/12/2011	R\$ 386.702,17		
vazios		3	Cr\$ 4176771,52	31/12/2011	R\$ 378.812,33		
vazios		3	Cr\$ 4247149,47	31/12/2011	R\$ 386.355,44		
vazios		3	Cr\$ 95966,00	31/12/2011	R\$ 692.460,91		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 19304,00	31/12/2011	R\$ 386.639,63		
vazios		3	Cr\$ 198296,90	31/12/2011	R\$ 545.488,94		
vazios		3	Cr\$ 48743,40	31/12/2011	R\$ 283.560,07		
vazios		3	Cr\$ 89370,50	31/12/2011	R\$ 388.612,32		
vazios		3	Cr\$ 125402,40	31/12/2011	R\$ 693.937,75		
vazios		3	Cr\$ 55680,05	31/12/2011	R\$ 281.225,60		
vazios		3	Cr\$ 47000,00	31/12/2011	R\$ 348.861,04		
vazios		3	Cr\$ 22794,00	31/12/2011	R\$ 183.845,98		
vazios		3	Cr\$ 93190,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 214324,00	31/12/2011	R\$ 7.410.391,86		
vazios		3	Cr\$ 4201561,09	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 136100,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 413520,80	31/12/2011	R\$ 4.960.000,00		
vazios		3	Cr\$ 5840,82	31/12/2011	R\$ 100.000,00		
vazios		3	Cr\$ 660929,20	31/12/2011	R\$ 19.021.276,81		
vazios		3	Cr\$ 138956,84	31/12/2011	R\$ 5.714.059,71		
vazios		3	Cr\$ 488290,39	31/12/2011	R\$ 8.055.721,13		
vazios		3	Cr\$ 12931,76	31/12/2011	R\$ 45.312,51		
vazios		3	Cr\$ 390295,22	31/12/2011	R\$ 15.489.973,78		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 948469,90	31/12/2011	R\$ 7.819.343,90		
vazios		3	Cr\$ 12426,90	31/12/2011	R\$ 271.042,38		
vazios		3	Cr\$ 197235,94	31/12/2011	R\$ 2.287.180,21		
vazios		3	Cr\$ 795630,32	31/12/2011	R\$ 9.118.005,66		
vazios		3	Cr\$ 44678,30	31/12/2011	R\$ 80.807,31		
vazios		3	Cr\$ 18810,66	31/12/2011	R\$ 45.312,51		
vazios		3	Cr\$ 562367,98	31/12/2011	R\$ 1.040.208,18		
vazios		3	Cr\$ 75867,86	31/12/2011	R\$ 570.515,24		
vazios		3	Cr\$ 11146,26	31/12/2011	R\$ 297.537,98		
vazios		3	Cr\$ 31926,50	31/12/2011	R\$ 75.520,85		
vazios		3	Cr\$ 358249,90	31/12/2011	R\$ 76.597.582,01		
vazios		3	Cr\$ 29251,24	31/12/2011	R\$ 51.354,18		
vazios		3	Cr\$ 78856,18	31/12/2011	R\$ 558.221,14		
vazios		3	Cr\$ 219933,86	31/12/2011	R\$ 13.525.128,51		
vazios		3	Cr\$ 42913,14	31/12/2011	R\$ 228.503,49		
vazios		3	Cr\$ 18742,42	31/12/2011	R\$ 45.312,51		
vazios		3	Cr\$ 36071,90	31/12/2011	R\$ 269.084,78		
vazios		3	Cr\$ 28719,67	31/12/2011	R\$ 80.052,10		
vazios		3	Cr\$ 17700,66	31/12/2011	R\$ 45.312,51		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 244427,26	31/12/2011	R\$ 7.410.608,57		
vazios		3	Cr\$ 1565200620,90	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 36868,90	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 39090,90	31/12/2011	R\$ 87.302,10		
vazios		3	Cr\$ 79515,00	31/12/2011	R\$ 547.124,68		
vazios		3	Cr\$ 24000,00	31/12/2011	R\$ 425.786,26		
vazios		3	Cr\$ 75870,00	31/12/2011	R\$ 802.535,72		
vazios		3	Cr\$ 3706041,64	31/12/2011	R\$ 20.334.814,12		
vazios		3	Cr\$ 58140,80	31/12/2011	R\$ 283.404,08		
vazios		3	Cr\$ 42926,00	31/12/2011	R\$ 318.653,68		
vazios		3	Cr\$ 31200,00	31/12/2011	R\$ 324.261,47		
vazios		3	Cr\$ 3556,07	31/12/2011	R\$ 291.369,11		
vazios		3	Cr\$ 55114,40	31/12/2011	R\$ 302.782,81		
vazios		3	Cr\$ 40795,40	31/12/2011	R\$ 83.072,94		
vazios		3	Cr\$ 44050,00	31/12/2011	R\$ 370.612,68		
vazios		3	Cr\$ 53715,89	31/12/2011	R\$ 388.846,70		
vazios		3	Cr\$ 36423,00	31/12/2011	R\$ 458.417,43		
vazios		3	Cr\$ 75100,00	31/12/2011	R\$ 949.262,16		
vazios		3	Cr\$ 88580,00	31/12/2011	R\$ 385.800,61		

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 50134,52	31/12/2011	R\$ 411.303,65		
vazios		3	Cr\$ 18240,00	31/12/2011	R\$ 116.595,92		
vazios		3	Cr\$ 37420,00	31/12/2011	R\$ 286.588,49		
vazios		3	Cr\$ 42150,00	31/12/2011	R\$ 3.721.618,22		
vazios		3	Cr\$ 55450,00	31/12/2011	R\$ 423.029,26		
vazios		3	Cr\$ 73,50	31/12/2011	R\$ 491.794,63		
vazios		3	Cr\$ 68072,00	31/12/2011	R\$ 306.192,60		
vazios		3	Cr\$ 39400,00	31/12/2011	R\$ 479.987,06		
vazios		3	Cr\$ 69072,00	31/12/2011	R\$ 299.361,38		
vazios		3	Cr\$ 46888,00	31/12/2011	R\$ 203.140,94		
vazios		3	Cr\$ 103047,00	31/12/2011	R\$ 253.511,52		
vazios		3	Cr\$ 81316,00	31/12/2011	R\$ 423.329,14		
vazios		3	Cr\$ 12005622,00	31/12/2011	R\$ 450.721,63		
vazios		3	Cr\$ 6033627,70	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 143388,50	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 396136,38	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 104253,41	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 265253,43	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 154653,41	31/12/2011			

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 94253,41	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 38253,41	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 1736,72	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 116460,40	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 45460,40	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 892651,85	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 671246,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 35000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 43000,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 133243,56	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 137738,80	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 81142,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 255059,25	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 77570,45	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 3033890,80	31/12/2011	R\$ 21.743.022,70		
vazios		3	Cr\$ 598863,00	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 62043,54	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 16,16	31/12/2011			
vazios		3	Cr\$ 150,00	31/12/2011			



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
vazios		3	Cr\$ 20,00	31/12/2011	R\$ 570.000,00		
vazios		3	Cr\$ 10000,00	31/12/2011			
Total						-	-
Fonte: Codesp - Gerência de Desmobilização e Patrimônio							

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Deixamos de preencher o quadro correspondente em virtude de não termos bens imóveis locados de terceiros.



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.

4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(2)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(2)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(2)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).

8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
☐	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
☐	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
☐	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
☒	Entre 1 e 40%.
☐	Entre 41 e 60%.
☐	Acima de 60%.
☐	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Questão 5: No levantamento realizado para a implantação do ERP, podemos considerar “Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados” e “Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio. Questão 6: Nenhuma das alternativas. Questão 8: Nenhuma das alternativas.	



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X

11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
Considerações Gerais: Item 8: A exigência da logística reversa para os fornecedores de lâmpadas (que eles retirem gratuitamente as lâmpadas queimadas) será considerada nos próximos Contratos. Item 12: Não há um programa de coleta seletiva em funcionamento, contudo há a separação de parte do papel gerado na Companhia, para o qual se procede com o leilão para reciclagem. LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados

O programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS da Codesp contempla a segregação e destinação adequada dos resíduos gerados na Companhia, contudo, aguardamos aprovação do mesmo, no âmbito da Regularização Ambiental do Porto de Santos, junto ao IBAMA. Atualmente há a separação de parte do papel gerado na Companhia, para o qual se procede com o leilão para reciclagem.

8.3 Consumo de papel, energia elétrica e água

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programa de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (unidade)	11.170	10.000	5.840	130.255,00	83.200,00	48.786,00
Água(m3)	825.241	857.655	840.000	7.791.403	10.668.406,10	10.270.400,00
Energia Elétrica(Kw)	* 107.994.790	104.849.015	104.669.811	*32.306.661,37	16.618.302,84	5.053.718,11
			Total			
Fonte: Papel (Gerência de Compras e Serviços – GFS) - Água (Gerência de Utilidades e Serviços de Manutenção - GIU) - Energia Elétrica (Gerência de Energia e Distribuição - GID)						
Informações a seguir:						
*Considerando-se a energia consumida de Itatinga e de terceiros (concessionária).						



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Deliberações do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
1	042.037/2012-6	737/2013-2ª Câmara		Diversas	Ofício nº 0394/2013 SECEX-SP
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
“Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação adiante indicada para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração, Capatazia, Empresas Operadoras Portuárias e Administrativos em OGMO nos Portos e Retroportos Públicos e Privados de Itajaí, Laguna e Navegantes - SINTAC, ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; e determinar o arquivamento dos autos, após as devidas comunicações processuais.”.					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					Código SIORG
Não se aplica					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Não se aplica					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
Arquivado					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
Não se aplica					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
2	042.213/2012-6	0737/2013 Plenário	9.1	Notificação-Deliberação em Diferente de Contas	Ofício nº 0295/2013 SECOBHIDRO
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
“9.1. informar ao Ministério do Esporte que, não obstante o prazo contratual para o término da 2ª fase das obras de alinhamento do cais do Porto de Santos ter vigência até outubro de 2014, a Companhia Docas do Estado de São Paulo antecipou o início daqueles trabalhos, de maneira a viabilizar o término do empreendimento anteriormente à Copa do Mundo”.					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					
Diretoria de Infraestrutura e Execução de Obras					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Não se aplica					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
Não se aplica					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
Não se aplica					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TCU	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
3	010.222/2012-0	1078/2013 Plenário	9.2		
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
“9.2 – determinar à Companhia Docas do Estado de São Paulo, com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, que se abstenha, em futuras licitações, de incluir no comando das exigências habilitatórias expressão que possa levar à interpretação restritiva quanto à demonstração de execução de serviços atrelada a determinada tipologia de obra, como, por exemplo, a “obras portuárias”, em face do guardado no art. 3º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 8.666, de 1993, bem como no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, salvo se imprescindível à certeza da boa execução do objeto e desde que devidamente fundamentado no processo licitatório; 9.4 – Arquivar os presentes autos”					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					
Diretoria de Infraestrutura e Execução de Obras					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Acata a determinação e adota as providências necessárias					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
Análise será efetuada quando das próximas licitações					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
Nenhuma dificuldade quanto a implementação					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
4	002.616/2013-0	1.589/2013 Plenário	-		Ofício nº 233/2013 SEFID
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
“REPRESENTAÇÃO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONCORRÊNCIA 4/2012-PROAPS 105 CODESP, REALIZADA PARA ARRENDAMENTO DO TERMINAL MARÍTIMO DE GRANÉIS LÍQUIDOS E PRODUTOS QUÍMICOS NA ILHA DE BARNABÉ. CONCESSÃO DE CAUTELAR. DESISTÊNCIA DE LICITANTE. NÃO CONFIRMAÇÃO DAS IRREGULARIDADES. POSSIBILIDADE DE CONTINUAÇÃO DO CERTAME. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. APENSAMENTO AO TC 010.159/2012-6 “ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, e diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 237, parágrafo único, e o art. 250, inciso I, do Regimento Interno: 9.1. revogar a medida cautelar deferida pelo despacho de peça 40; 9.2. retornar os autos à Unidade Técnica, para continuidade do exame da representação no tocante à possível fraude na documentação de habilitação da empresa Cattalini Terminais Marítimos S/A.”					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					
Não se aplica					

SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO

Não se aplica

SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Não se aplica

ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR

Não se aplica

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
5	036.393/2012-6	2208/2013 1ª Câmara	1.8	Diversas	Ofício nº 0781/2013 SECEX-SP
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
“Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III; e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em mandar adotar as seguintes medidas, na forma sugerida nos pareceres emitidos nos autos. 1.8. Determinar: 1.8.1. à Codesp que os pontos eletrônicos de frequência sejam ativados até 10/5/2013. 1.8.2. à SECEX-SP que, decorrido o prazo previsto, ou seja, 10/5/2013, monitore o cumprimento da determinação acima e, decorridos 60 dias após o início da operacionalização do ponto eletrônico, avalie a eficácia das medidas adotadas pela Companhia quanto ao controle de frequência e redução de pagamento de horas extras. “					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					
Diretoria de Administração e Finanças					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Implantado o sistema de ponto eletrônico e está sendo avaliada periodicamente a eficácia das medidas adotadas, bem determinação para redução de horas extras.					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
Redução substancial da realização de horas extras.					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
Implantação complexa, por se tratar de um porto, porém, com resultados amplamente satisfatórios.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
6	002.616/2013-0	2240/2012 Plenário	-		
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
Agravo em representação. Supostas irregularidades na Concorrência 4/2012 da CODESP realizada para arrendamento do TERMINAL MARÍTIMO DE GRANÉIS LIQUIDOS E PRODUTOS QUÍMICOS NA ILHA DE BARNABÉ. Solicitação de habilitação nos autos pela empresa licitante DEICMAR PORT S.A. INDEFERIDA POR DESPACHO. DECISÃO AGRAVADA. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO “ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 289 do Regimento Interno do TCU, em conhecer deste agravo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos do despacho decisório de 01/07/2013, que negou o ingresso da agravante como interessada no processo, dando-lhe ciência desta deliberação.”					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					
Não se aplica					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Não se aplica					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
Não se aplica					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
Não se aplica					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
7	010.542/2012-4	2241/2013 – Plenário		Comunicação	Ofício nº 0320/2013 SEFIDTRANSPORTE
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em: 9.1. tornar insubsistente, por perda de objeto, o item 9.4.1 do <u>Acórdão nº 1.036/2010-Plenário</u>; 9.2. considerar cumprido o item 9.4.2 do <u>Acórdão nº 1.036/2010-Plenário</u>; 9.3. determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que informe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, o andamento do acordo atinente à dívida da Libra Terminais 35 com a Codesp; 9.4. dar ciência desta deliberação à Codesp, à Secretaria de Portos da Presidência da República, à Advocacia Geral da União e à Libra Terminais 35; 9.5. arquivar o processo					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					
Diretoria de Administração e Finanças					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Não se aplica no momento					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
Não se aplica no momento					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
Não se aplica no momento					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
8	023.056/2013-4	2698/2012 Plenário	9.3		
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
“ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator em: 9.1. conhecer da representação, com fundamento no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la improcedente; 9.2. indeferir os requerimentos de medida cautelar formulados; 9.3. alertar à Codesp que, caso a licitante vencedora seja beneficiária do regime tributário do Reporto, instituído pela Lei 11.033/2004, a planilha de preços do futuro contrato deverá ser desonerada dos tributos correspondentes ao referido benefício fiscal; 9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao representante e à Companhia Docas do Estado de São Paulo; 9.5. arquivar este processo.”					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					
Diretoria de Administração e Finanças					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Acata a determinação e adotará as providências					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
Aguardando a conclusão do procedimento licitatório.					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
Não se aplica no momento					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
9	031.307/2010-8	3122/2013 Plenário			
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
“VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Relatório de Auditoria, incluída no Fiscobras/2010, realizada na obra de derrocamento no Porto de Santos/SP, a cargo da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR). ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1 excluir da presente relação processual o Sr. José Cupertino de Oliveira Sampaio; 9.2 arquivar o presente processo”.					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					
Não se aplica					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Não se aplica					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
Não se aplica					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
Não se aplica					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
10	024.567/2013-2	3432/2013 Plenário	9.2	Notificação	Ofício nº 3105/2013 SECEX-SP
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
“ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora, com fundamento nos arts. 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em: 9.1. conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente; 9.2. dar ciência à Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp de que a ausência, no edital, de instruções e normas para interposição de recursos pelos licitantes, como identificado na concorrência pública 7/2013, afronta o inciso XV do art. 40 da Lei 8.666/1993; 9.3. dar ciência deste acórdão, assim como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e ao representante; 9.4. arquivar este processo”					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Alertada a área responsável					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
Não ocorrência de novos fatos dessa natureza					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
Nenhuma dificuldade na adoção das providências					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
11	036.393/2012-6	4202/2013 1ª Câmara	-	Diversas	Ofício nº 1457/2013 SECEX-SP
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
“Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar atendida a determinação constante do subitem 1.8.1 do Acórdão 2208/2013 - 1ª Câmara, mandando fazer a determinação abaixo; dar ciência desta deliberação à Codesp, com o envio de cópia deste acórdão e da instrução à peça 20; e arquivar o presente processo, conforme os pareceres emitidos nos autos.”					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Providências foram adotadas em atendimento ao Acórdão 2208/2013 – 1ª Câmara					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
Com as providências adotadas o assunto está encerrado					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
Nenhuma dificuldade na aplicação das providências.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
12	020.032/2007-9	5692/2013 1ª Câmara	9.4	Notificação- Deliberação em Processo de Contas	Ofício nº 2120/2013 SECEX-SP
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. considerar não atendida a determinação contida no subitem 1.5.1.1 do Acórdão nº 2785/2011-TCU-1ª Câmara; 9.2. -----; 9.3. -----; 9.4. dar ciência à Codesp a respeito da necessidade de serem aprimorados os procedimentos relacionados aos subitens 1.5.1.4 a 1.5.1.6 e 1.5.2 do Acórdão 2785/2011-TCU-1ª Câmara; 9.5. determinar à Secex/SP que dê continuidade ao presente monitoramento até o cumprimento integral da determinação objeto do subitem 1.5.1.1 do Acórdão nº 2.785/2011-1ª Câmara”					

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	Código SIORG
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO	
Quanto ao subitem 1.5.1.1, a CODESP vem procedendo o desconto junto ao PORTUS, perfazendo duas parcelas. Quanto aos subitens 1.5.1.4 a 1.5.1.6, a CODESP está envidando esforços no sentido de minimizar as falhas nos procedimentos. Quanto ao subitem 1.5.2, A CODESP já está adotando os índices recomendados pela Ciset	
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS	
Em parte as recomendações do TCU estão sendo adotadas, enquanto outros procedimentos estão sob análise dos setores competentes	
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR	
Parcialmente cumprido	

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TC	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
1	032.127/2012- 0	507/2013- 2ª Câmara		MONITORAMENTO	Ofício nº 0323/2013 SECEX-SP
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno; c/c o art. 40, inciso V, da Resolução TCU 191/2006, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO					Código SIORG
Não se aplica					
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Não se aplica					
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS					
Arquivado					
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR					
Não se aplica					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP					092748
ORDEM	PROCESSO TCU	ACÓRDÃO	ITEM	TIPO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
	046.466/2012-6	4993/2013 2ª Câmara	-	-	-
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO DETERMINAÇÃO E/OU					
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP					000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO					
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. José Roberto Correia Serra, dando-lhe quitação; e nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011 1.6. Determinações: 1.6.1. determinar à Companhia Docas do Estado de São Paulo que, em atendimento ao art. 5º da Resolução Antaq 1956, promova a adequação do contrato DP/16/2000 à Resolução 2240/2011 (que revogou a Resolução 55/2002), principalmente no que se refere às suas cláusulas essenciais; 1.6.2. dar ciência à Companhia Docas do Estado de São Paulo que a recorrência das impropriedades verificadas nas presentes contas, qualificadas como ressalvas, poderá dar ensejo à responsabilização dos dirigentes máximos; 1.6.3. encaminhar cópia das páginas 33/47 e 63/79 da peça 20 do presente processo à SefidTransp, com o objetivo de que seja avaliada se ainda é imperativa a anulação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento 11/91, em face da Resolução 1692/2010 da Antaq e à luz das novas diretrizes constantes na Medida Provisória 595/2012; 1.6.4. dar ciência da presente deliberação aos interessados.					
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO
Diretoria de Desenvolvimento Comercial
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA OU A JUSTIFICATIVA PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO
A CODESP, através do expediente DC-02.2014, de 17/02/2014, submeteu à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, a minuta do 7º Aditamento ao Contrato DP/16.2000, para apreciação e deliberação daquela Agência, em atendimento ao presente Acórdão.
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS
Aguardando manifestação da ANTAQ
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR
Não se aplica no momento

9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento

Nada a informar.

9.2 Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
1	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação I do Anexo III	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Instituir controles de forma a garantir o atendimento aos normativos do TCU quando da elaboração de seu Relatório de Gestão			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria-Executiva			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
Está sendo aprimorada a condução dos procedimentos que visam ao atendimento ao TCU, bem como, a constituição do processo de contas e relatório de gestão.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
A ser aferido no decorrer do exercício.			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Não se aplica no momento			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
2	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação I do Anexo III	Ofício nº 993/2013/ COAUD/CISET/SG- PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Adotar providências para minimizar o descompasso entre o planejamento e a execução de seu orçamento de investimentos;			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria-Executiva			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
A CODESP vem sempre em uma incansável busca de soluções no sentido da execução de forma satisfatória de seus investimentos.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Esse aprimoramento deve ser de forma contínua.			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
No decorrer do exercício devem ocorrer fatos positivos que demonstrem esse aprimoramento.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
3	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação 4 do Anexo III	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Atualizar o Regulamento Interno de Pessoal e o Regulamento da Guarda Portuária			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
O RIP – Regulamento Interno de Pessoal, foi elaborado em 02/2013, aprovado por DECISÃO DIREXE Nº 48 e foi homologado conforme Deliberação CONSAD Nº 13, de 02/04/2013, está implantado e vigendo. O REP – Registro Eletrônico de Ponto, foi implantado em 19/06/2013, está vigendo e funcionando regularmente.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
O Regulamento Interno de Pessoal está implantado.			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
O RIP está em processo de atualização e reestruturação em função da implantação do novo Plano de Empregos, Carreira e Salários em 01/08/2013.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
4	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Constatações 1,2 e 3 do Anexo I	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Desenvolver e publicar normas e procedimentos internos de acompanhamento e controle do planejamento e execução dos contratos			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Planejamento Estratégico e Controle			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
Essa constatação refere-se ao Contrato DP/32.2006 firmado em 03/10/2006 com a empresa MPE – Montagens e Projetos Especiais S.A., objetivando a prestação de serviços de operação, manutenção e conservação das instalações da Usina Hidrelétrica de Itatinga e linha de transmissão Itatinga-Santos. Após o prazo de sessenta meses, o referido contrato foi prorrogado por mais doze meses com base no § 4º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Consta do relatório ora analisado, que o procedimento licitatório para a nova contratação foi aberto com uma antecedência aproximada de nove meses e meio antes do prazo final do contrato então vigente. Entretanto, o certame não foi concluído antes do término do contrato acima indicado, originando novo aditamento de prazo, carente de justificativa e de autorização da autoridade superior àquela competente para celebrar o contrato, com período de vigência de 03/10/2011 a 02/10/2012. A equipe auditora dessa CISET ressaltou que o Eg. Tribunal de Contas da União – TCU considera irregular a ausência de autorização da autoridade superior; e que essa			

prorrogação se deu por falta de planejamento da Codesp, sendo imprópria, portanto, a dilação do prazo contratual com base no artigo 57 § 4º da Lei de Licitações, que se aplica apenas a casos excepcionais.

A alegada ausência de autorização da autoridade superior para a mencionada prorrogação contratual é improcedente, conforme pode ser verificado através da inclusa cópia da Decisão Direxe nº 260.2011, prolatada na 1500ª Reunião Ordinária, realizada no dia 01/09/2011, nos autos do **Processo nº 15757/04-87** e não no Processo nº 33651/11-75, indicado no primeiro parágrafo dessa constatação 2 (fls. 19 do relatório).

Incabível também a crítica à prorrogação do contrato com base no dispositivo legal acima citado. Conforme reconhecem os próprios técnicos da Ciset, a Codesp abriu processo licitatório “com uma antecedência aproximada de nove meses e meio antes do prazo final para o contrato vigente à época” (fls. 20 do relatório).

Sendo assim, a Codesp iniciou prematuramente o novo procedimento licitatório. Entretanto, não foi possível a conclusão do certame dentro do prazo estimado, tendo em vista a complexidade do objeto e a necessidade de readequações, bem como a interação com outros setores da Companhia.

Pelas razões acima expostas, a Codesp aguarda que a prorrogação do Contrato DP/32.2006 seja considerada regular, com base no artigo 57 § 4º da Lei nº 8.666/93.

SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS
Não se aplica
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR
Não se aplica

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
5	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Constações 1, 2, 3 e 5 do Anexo I	Ofício nº 993/2013/ COAUD/CISET/SG- PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Adotar providências no sentido de melhor planejar a execução e a finalização de seus contratos, promovendo tempestivamente as medidas necessárias à conclusão das licitações que visam à substituição desses contratos dentro dos prazos de vencimento, de modo a evitar prorrogações ou contratação emergencial decorrentes da ausência desse planejamento			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria-Executiva			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
Com relação ao Processo nº 20850/12-40, dispensa de licitação, a auditoria dessa Ciset aponta dois fatos contra o contrato firmado com o Escritório Gallotti e Advogados Associados, no valor global de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), para prestação de serviços técnicos profissionais de natureza jurídica, especializado em diversas áreas do direito, exigindo atuação nos tribunais superiores do distrito federal, no TCU, na SEP e na ANTAQ. Consta do relatório em comento, transcrição da justificativa da Superintendência Jurídica desta Codesp para a formalização do contrato acima indicado, que convém repetir:			

“O processo nº 27.125/08-52, veicula o procedimento licitatório, pela modalidade concorrência, do tipo técnica e preço, para contratação de serviços jurídicos, englobando a prestação de consultoria jurídica (Advocacia Preventiva) e patrocínio de processos judiciais em Instância Superior (Advocacia Contenciosa), e administrativos, ‘envolvendo questões conexas aos ramos do Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Portuário, Ambiental, Comercial, Empresarial, Previdenciário e Tributário, exigindo atuação nos Tribunais Superiores no Distrito Federal (STF e STJ), no Tribunal de Contas da União – TCU, na Secretaria Especial de Portos – SEP, na Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e nos demais ministérios e órgãos governamentais, nas ações em que a CODESP figurar como autora, ré, interveniente, denunciada, recorrente ou recorrida, sejam ações individuais, plúrimas ou coletivas, para defender os interesses da Administração Portuária (...)

O certame epigrafado, **por inúmeros contratempos, teve seu edital republicado no início de 2011, posto que foi alterada a modalidade, de Tomada de Preços para Concorrência (aumento do objeto), e foram feitas adaptações do termo de referência e no próprio edital, em decorrência de impugnações sofridas.** Assim, teve todos os prazos reiniciados, e após todo o processado, obteve com vencedor da disputa o **escritório Galloti e Advogados Associados, o qual já prestava serviços anteriormente. (grifo nosso)**

Ocorre, porém que referido certame sofre ação judicial com concessão de liminar impedindo a contratação, em trâmite pela 2ª Vara da Fazenda de Santos, através do processo nº 562.01.2010.035733-9.

Como é de vosso inteiro conhecimento existem situações fáticas que tornam impossível aguardar o final do processo Judicial que permitirá o deslinde do procedimento licitatório, sob pena de nesse lapso de tempo sérios prejuízos, uma vez que o acompanhamento processual e a elaboração de defesas, especialmente

perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal, não podem sofrer solução de continuidade diante da possibilidade dessa Companhia sucumbir nas ações em trâmite, vindo a sofrer graves prejuízos financeiros’.

Por essa razão, se faz necessário deflagar a **contratação emergencial, com base no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo prazo máximo admitido em lei (180 dias). (grifo nosso)**”(fls. 24/25)

Com base nessa transcrição, a equipe de auditoria ressaltou que ficou “evidenciado um lapso temporal de 3 anos, entre a instrução processual em 2008 e a republicação do edital em 2011, demonstrando a ocorrência de tempo hábil para o planejamento e execução de nova licitação para a contratação dos devidos serviços advocatícios, caso as referidas falhas fossem evitadas na elaboração da fase inicial da licitação” (fls. 25).

Conclui, assim, que a CODESP descumpriu determinações dos órgãos de controle interno e externo, no sentido de que “observe o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 2 da Lei 8.666/93, abstendo-se de celebrar contratos de prestação de serviços advocatícios, **sob o amparo dos permissivos legais que tratam da inexigibilidade e da dispensa de licitação, quando a situação não se enquadre nas exigências ali prescritas.**”

Concessa magna venia, a CODESP, em momento algum, desrespeitou as determinações dos órgãos de controle e muito menos infringiu qualquer mandamento constitucional ou mesmo dispositivo legal inferior.

A contratação em tela era necessária, sob pena da CODESP sofrer sérios prejuízos sem a assistência de um escritório de advocacia em Brasília, visto tratar-se de sociedade de economia mista federal sujeita à fiscalização de diversos órgãos sediados em Brasília, além de necessitar de acompanhamento de inúmeros processos judiciais que tramitam na Capital Federal nos Tribunais Superiores, envolvendo valores expressivos.

Importante ressaltar que a ação que impedia a contratação do Escritório Gallotti e Advogados Associados foi julgada improcedente, com a revogação da respectiva tutela antecipada, possibilitando a contratação do referido escritório, precedida de licitação.

Sendo assim, está comprovado que a opção da CODESP pela contratação emergencial, enquanto não se definia o certame, foi regular e a melhor solução para a preservação do interesse público.

Dessa forma, inquestionavelmente, estavam presentes os requisitos legais para a contratação emergencial, porque a contratação decorrente da mencionada licitação estava suspensa por determinação judicial, evento externo à CODESP, e o risco de dano ao patrimônio público era inconteste, conforme explicitado acima.

Improcedente, ainda, a alegação de “fragilidades na pesquisa de preço quando da formalização do processo para a Contratação de Serviços Advocatícios, no valor de R\$ 210.000,00”.

A conclusão da equipe de auditoria não pode prosperar, porque o valor da contratação está respaldado em cotação de preços compatível com o praticado por profissionais da área e com o valor orçado para a respectiva licitação, estabelecido com base na Tabela da Ordem dos Advogados do Brasil de Brasília, local da prestação de serviços.

Pela referida tabela, apurou-se uma média mensal de R\$ 107.630,00 (cento e sete mil, seiscentos e trinta reais), com base nos valores para acompanhamento processual perante os Tribunais da referida tabela, multiplicado pelo número de processos em andamento (superior a mil). Entretanto, esse valor foi reduzido para R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) mensais na elaboração dos elementos técnicos que embasaram o certame.

Para reforçar a pertinência do valor contratado, cumpre invocar o art. 22 da Lei nº 8.906/94, que disciplina o exercício da advocacia, que prevê:

“Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos

honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

§ 1º O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, não podendo ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.”

Ora, se o Poder Judiciário, **em respeito ao Princípio da Legalidade**, não pode fixar honorários inferiores à Tabela dos Conselhos Seccionais da OAB; da mesma forma, não podem os órgãos fiscalizadores desconsiderar essa fonte de pesquisa de preços, que serve de parâmetro para o Estado remunerar os advogados que patrocinam as causas dos mais necessitados em ações normalmente rotineiras.

E o mesmo não se pode dizer das questões de interesse da Codesp que, em razão de sua natureza, envolvem assuntos complexos, ligados a ramos do Direito altamente especializados e com valores elevadíssimos, que exigem certo grau de expertise que oneram a remuneração de profissionais especializados.

Dessa forma, não há como desconsiderar a pesquisa de preços realizada para a contratação em análise, visto que o preço contratado emergencialmente está em harmonia com o valor estimado para a licitação do mesmo objeto e inferior à Tabela da Ordem dos Advogados do Distrito Federal.

SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Esse assunto foi finalmente resolvido com a conclusão da Concorrência nº 01/2010, e, a conseqüente celebração do Contrato DP/01.2013.

ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR

Dificuldades na conclusão do procedimento licitatório.

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
6	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Constatação 5 do Anexo I	Ofício nº 993/2013/ COAUD/CISET/SG- PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Realizar pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, inclusive no caso de dispensa de licitação, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria-Executiva			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
Com relação ao Processo nº 20850/12-40, dispensa de licitação, a auditoria dessa Ciset aponta dois fatos contra o contrato firmado com o Escritório Gallotti e Advogados Associados, no valor global de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), para prestação de serviços técnicos profissionais de natureza jurídica, especializado em diversas áreas do direito, exigindo atuação nos tribunais superiores do distrito federal, no TCU, na SEP e na ANTAQ. Consta do relatório em comento, transcrição da justificativa da Superintendência Jurídica desta Codesp para a formalização do contrato acima indicado, que convém repetir:			

“O processo nº 27.125/08-52, veicula o procedimento licitatório, pela modalidade concorrência, do tipo técnica e preço, para contratação de serviços jurídicos, englobando a prestação de consultoria jurídica (Advocacia Preventiva) e patrocínio de processos judiciais em Instância Superior (Advocacia Contenciosa), e administrativos, ‘envolvendo questões conexas aos ramos do Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Portuário, Ambiental, Comercial, Empresarial, Previdenciário e Tributário, exigindo atuação nos Tribunais Superiores no Distrito Federal (STF e STJ), no Tribunal de Contas da União – TCU, na Secretaria Especial de Portos – SEP, na Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e nos demais ministérios e órgãos governamentais, nas ações em que a CODESP figurar como autora, ré, interveniente, denunciada, recorrente ou recorrida, sejam ações individuais, plúrimas ou coletivas, para defender os interesses da Administração Portuária (...)

O certame epigrafado, **por inúmeros contratempos, teve seu edital republicado no início de 2011, posto que foi alterada a modalidade, de Tomada de Preços para Concorrência (aumento do objeto), e foram feitas adaptações do termo de referência e no próprio edital, em decorrência de impugnações sofridas.** Assim, teve todos os prazos reiniciados, e após todo o processado, obteve com vencedor da disputa o **escritório Galloti e Advogados Associados, o qual já prestava serviços anteriormente. (grifo nosso)**

Ocorre, porém que referido certame sofre ação judicial com concessão de liminar impedindo a contratação, em trâmite pela 2ª Vara da Fazenda de Santos, através do processo nº 562.01.2010.035733-9.

Como é de vosso inteiro conhecimento existem situações fáticas que tornam impossível aguardar o final do processo Judicial que permitirá o deslinde do procedimento licitatório, sob pena de nesse lapso de tempo sérios prejuízos, uma vez que o acompanhamento processual e a elaboração de defesas, especialmente

perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal, não podem sofrer solução de continuidade diante da possibilidade dessa Companhia sucumbir nas ações em trâmite, vindo a sofrer graves prejuízos financeiros’.

Por essa razão, se faz necessário deflagar a **contratação emergencial, com base no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo prazo máximo admitido em lei (180 dias). (grifo nosso)”**

Com base nessa transcrição, a equipe de auditoria ressaltou que ficou “evidenciado um lapso temporal de 3 anos, entre a instrução processual em 2008 e a republicação do edital em 2011, demonstrando a ocorrência de tempo hábil para o planejamento e execução de nova licitação para a contratação dos devidos serviços advocatícios, caso as referidas falhas fossem evitadas na elaboração da fase inicial da licitação”.

Conclui, assim, que a CODESP descumpriu determinações dos órgãos de controle interno e externo, no sentido de que “observe o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 2 da Lei 8.666/93, abstendo-se de celebrar contratos de prestação de serviços advocatícios, **sob o amparo dos permissivos legais que tratam da inexigibilidade e da dispensa de licitação, quando a situação não se enquadre nas exigências ali prescritas.”**

Concessa magna venia, a CODESP, em momento algum, desrespeitou as determinações dos órgãos de controle e muito menos infringiu qualquer mandamento constitucional ou mesmo dispositivo legal inferior.

A contratação em tela era necessária, sob pena da CODESP sofrer sérios prejuízos sem a assistência de um escritório de advocacia em Brasília, visto tratar-se de sociedade de economia mista federal sujeita à fiscalização de diversos órgãos sediados em Brasília, além de necessitar de acompanhamento de inúmeros processos judiciais que tramitam na Capital Federal nos Tribunais Superiores, envolvendo valores expressivos.

Importante ressaltar que a ação que impedia a contratação do Escritório Gallotti e Advogados Associados foi julgada improcedente, com a revogação da respectiva tutela antecipada, possibilitando a contratação do referido escritório, precedida de licitação.

Sendo assim, está comprovado que a opção da CODESP pela contratação emergencial, enquanto não se definia o certame, foi regular e a melhor solução para a preservação do interesse público.

Dessa forma, inquestionavelmente, estavam presentes os requisitos legais para a contratação emergencial, porque a contratação decorrente da mencionada licitação estava suspensa por determinação judicial, evento externo à CODESP, e o risco de dano ao patrimônio público era inconteste, conforme explicitado acima.

Improcedente, ainda, a alegação de “fragilidades na pesquisa de preço quando da formalização do processo para a Contratação de Serviços Advocatícios, no valor de R\$ 210.000,00”.

A conclusão da equipe de auditoria não pode prosperar, porque o valor da contratação está respaldado em cotação de preços compatível com o praticado por profissionais da área e com o valor orçado para a respectiva licitação, estabelecido com base na Tabela da Ordem dos Advogados do Brasil de Brasília, local da prestação de serviços.

Pela referida tabela, apurou-se uma média mensal de R\$ 107.630,00 (cento e sete mil, seiscentos e trinta reais), com base nos valores para acompanhamento processual perante os Tribunais da referida tabela, multiplicado pelo número de processos em andamento (superior a mil). Entretanto, esse valor foi reduzido para R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) mensais na elaboração dos elementos técnicos que embasaram o certame.

Para reforçar a pertinência do valor contratado, cumpre invocar o art. 22 da Lei nº 8.906/94, que disciplina o exercício da advocacia, que prevê:

“Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos

honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

§ 1º O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, não podendo ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.”

Ora, se o Poder Judiciário, **em respeito ao Princípio da Legalidade**, não pode fixar honorários inferiores à Tabela dos Conselhos Seccionais da OAB; da mesma forma, não podem os órgãos fiscalizadores desconsiderar essa fonte de pesquisa de preços, que serve de parâmetro para o Estado remunerar os advogados que patrocinam as causas dos mais necessitados em ações normalmente rotineiras.

E o mesmo não se pode dizer das questões de interesse da Codesp que, em razão de sua natureza, envolvem assuntos complexos, ligados a ramos do Direito altamente especializados e com valores elevadíssimos, que exigem certo grau de expertise que oneram a remuneração de profissionais especializados.

Dessa forma, não há como desconsiderar a pesquisa de preços realizada para a contratação em análise, visto que o preço contratado emergencialmente está em harmonia com o valor estimado para a licitação do mesmo objeto e inferior à Tabela da Ordem dos Advogados do Distrito Federal.

Isso posto, a CODESP espera que a contratação em comento seja considerada regular, tendo em vista os argumentos apresentados acima.

SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS
Não se aplica
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR
Não se aplica

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
7	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Constatação 6 do Anexo I	Ofício nº 993/2013/ COAUD/CISET/SG- PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Adotar a modalidade de licitação pregão para a contratação de bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
Os técnicos da CISET entendem que a CODESP descumpriu a regra prevista no Decreto nº 5.450/2005, que obriga a utilização do Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns. Entretanto, a CODESP considera que tem seguido, em regra, o entendimento consagrado pela CISET e determinação do TCU quanto à adoção do Pregão. Tanto isso é verdadeiro, que o número de Pregões realizados é superior à soma de todos os certames realizados através das outras modalidades.			

Entretanto, podem ocorrer divergências quanto à caracterização da natureza dos serviços, notadamente em relação aos serviços de engenharia, cabendo lembrar, inclusive, que o art. 5º do Decreto nº 3.555/2000 vedava expressamente a utilização do pregão para contratação de obras e serviços de engenharia.

Com a edição do Decreto nº 5.450/2005 passou-se a admitir a utilização do Pregão para os serviços de engenharia. Contudo, resta analisar se a contratação de “Manutenção e conservação dos equipamentos e instalações da Usina Hidrelétrica de Itatinga e linha de transmissão Itatinga-Santos” (Processo nº 33651/11-75), citada no Relatório dessa Ciset, é de natureza comum.

Inegavelmente a contratação em tela envolve uma série de particularidades e especificidades de um sistema de energia elétrica, extremamente complexa e perigosa.

A área técnica da CODESP tem convicção de que essa contratação não é de natureza comum, porque se tratam de instalações com características técnicas especialíssimas, envolvendo equipamentos instalados a mais de um século e em locais de difícil acesso.

Com relação à “Implantação de Solução ERP – Enterprise Resource Planning (Sistema Integrado de Gestão Empresarial)”, a CODESP optou pela modalidade Concorrência ao invés do Pregão, em razão das especificidades da contratação.

O sistema ERP deve ser uma sólida coluna dorsal de uma empresa, permitindo que a companhia consiga crescer utilizando-se desta base, que tem como um dos principais pilares a integração de todos os dados e processos de sua organização em um único sistema, possibilitando a automação e armazenamento de todas as informações de seus negócios.

No caso da CODESP, a decisão de adquirir o ERP na modalidade “Concorrência Pública”, foi motivada para atender as especificidades dos processos da CODESP, principalmente

nas áreas de Folha de Pagamento, Contrato e Faturamento, Integrações com legados, bem como garantir a implementação de outras ferramentas de controle nesta estrutura, sem qualquer tipo de rejeição.

Também por se tratar de uma contratação de grande complexidade, com levantamento de processos e preparação de mudança cultural nas áreas corporativas da CODESP, entendeu-se que o objeto do certame não se tratava simplesmente de uma ferramenta, não sendo classificado como serviço comum de informática, no nosso entendimento.

Apesar de, em regra, seguir as orientações e determinações da Ciset e do Eg. TCU, a CODESP considera que a obrigatoriedade de adoção do Pregão, prevista no Decreto nº 5.450/2005 não se aplica a esta Companhia.

É sabido que o decreto regulamentar de uma lei não pode ultrapassar os limites estabelecidos no diploma legal que se pretende regulamentar.

Dessa forma, quando um decreto extravasa os limites da respectiva lei, essas inovações, no máximo, podem ser impostas à Administração Pública Direta, como uma ordem do Chefe do Poder Executivo aos seus subordinados.

Jamais, entretanto, poderá ser imposta à Administração Pública Indireta, dentre elas as sociedades de economia mista como a CODESP.

Nesse sentido, primorosa a lição do Prof. Marçal Justen Filho, que ensina:

“Em outras palavras, as inovações em face da Lei nº 10520, constantes de atos do Presidente da República, configurarão ilegalidade quando pretenderem criar direitos ou obrigações para particulares. Se e quando, no entanto, envolverem determinação para a Administração Pública estará configurada uma ordem dirigida aos subordinados. **Nesse caso, a determinação não vinculará nenhum dos outros Poderes e nem mesmo as entidades integrantes da Administração indireta, a qual não se subordina de modo**

hierárquico direto às determinações do Presidente da República.

Um exemplo facilita a compreensão. **O Dec. Fed. nº 5.504 determinou, no art. 1º, § 1º, que a Administração Pública federal deveria optar, de modo obrigatório, pela utilização do pregão para contratação de objeto comum. Ocorre que a Lei nº 10.520 previu, no art. 1º, que a adoção do pregão seria facultativa (ainda que preferencial). Impõe-se reconhecer que a previsão contida no Dec. Fed. nº 5.504 não apresenta natureza regulamentar, mas se trata de determinação do Chefe do Poder Executivo aos seus subordinados”.**¹

E ainda,

“Dito de outro modo, apenas uma lei poderia subordinar todo o aparato federal à obrigatoriedade da adoção do pregão como modalidade licitatória a ser adotada. Nunca um decreto poderia estabelecer essa disciplina”.²

Em julgado da 1ª Turma do Eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o Ministro Relator Joel Maria Lucena destacou a discricionariedade relativa à adoção do pregão:

“O pregão é a modalidade facultativa de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço” (TRF5, REOMS nº 89679, Processo nº 2004.83.00.006337-4, 1ª Turma, Rel. Joel Maria Lucena. Julg. 23.2.2000).

Resta claro, assim, que apenas a Administração Pública Direta está sujeita à obrigatoriedade da adoção do pregão.

¹ In “Pregão (Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico), Dialética, 5ª ed., p.25

² Ob. Cit., p.276

Em relação à Administração Indireta, no entanto, trata-se de decisão adstrita ao Poder Discrecionário da Administração, porque existe a opção por uma dentre as alternativas legais a sua disposição.

Nesse sentido, a Prof. Maria Sylvia Zanella Di Pietro leciona que “a atuação é discricionária quando a Administração, diante do caso concreto, tem a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de oportunidade e conveniência e escolher uma dentre duas ou mais soluções, todas válidas para o direito”³.

Por todo o exposto, as críticas apresentadas em razão da não utilização do pregão devem ser afastadas, com base nos fundamentos acima declinados, **notadamente porque, em regra, a Codesp tem privilegiado a adoção do Pregão Eletrônico, acatando o entendimento consagrado pela essa Ciset e pelo Eg. TCU.**

SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Não se aplica

ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR

A CODESP vem privilegiando o uso de Pregão Eletrônico.

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
8	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Constatação 2 do Anexo II	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Instituir procedimentos e rotinas formais que padronizem a comunicação entre as diversas áreas envolvidas no processo de realização de dragagem			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Infraestrutura e Serviços			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
A CODESP está envidando esforços no sentido de melhorar o entrosamento entre as áreas.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Em execução			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Regular dificuldade na implementação.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
9	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Constatação 4 do Anexo II	Ofício nº 993/2013/ COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Instituir procedimentos e rotinas formais para a verificação da manutenção das condições de habilitação das licitantes quando da assinatura dos contratos			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria-Executiva			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
É conveniente esclarecer que a CODESP tem obrigações e, portanto, é a maior interessada na legalidade dos procedimentos, tanto nos que envolvem licitações quanto qualquer outro, condição que nos permite afirmar que as orientações e recomendações dos órgãos fiscalizadores são e serão sempre muito bem vindas e que as possíveis constatações <u>não são regra mas exceções e que só ocorrem em razão da dinâmica de fazer funcionar o maior PORTO do BRASIL.</u> Assim sendo, as respostas apresentadas são totalmente fundamentadas e, convém esclarecer, refletem tão somente as condições daquele momento e, ou já foram corrigidas por ato próprio do gestor, ou serão corrigidas através de atos de gestão por determinação da DIRETORIA e desta SFA, conforme relatamos no corpo do texto.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Dada ciência à Gerência de Licitações e Contratos			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Nenhuma dificuldade na implementação.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
10	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Constatação 5 do Anexo II	Ofício nº 993/2013/ COAUD/CISET/SG- PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Instituir procedimentos e rotinas formais para exigir as cláusulas obrigatórias determinadas no art. 40 da Lei 8.666/93			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
A Gerência de Licitações e Contratos – GFL está sendo reestruturada, com a assunção de um novo Gerente, devendo, dessa forma, apresentar uma melhor capacitação, visando o cumprimento dos trâmites burocráticos determinados em lei.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Em execução			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Avaliação no decorrer do exercício.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
11	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação 4 do Anexo III	Ofício nº 993/2013/ COAUD/CISET/SG- PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Apresentar estudo referente à lotação ideal das principais áreas da CODESP, considerando o informado plano de reorganização estratégica elaborado por meio do contrato estabelecido com a empresa Deloitte Touche Tohmatsu			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
A reorganização estratégica, de gestão estratégica com vistas à adequação do atual quadro de pessoal, não depende exclusivamente de ação direta da CODESP, importa em governança e adaptação a Nova Lei dos Portos, nº 12.815/2013, promulgada em 05 de junho de 2013. A CODESP realizou concurso público e admitiu, dentro da vigência, todos os aprovados. Entretanto, considerando que vivemos tempos modernos e as pessoas não se prendem, mesmo tendo preenchido todas as vagas, e levando em conta <u>as atividades da CODESP,</u> o serviço de amarração, fundamental, ficou desguarnecido e aquém das nossas			

necessidades e, portanto, sopesando o menor risco, **por falta de melhor opção no momento**, tivemos que utilizar a quantidade de pessoas indicadas no Relatório.

Convém esclarecer, que a CODESP está imbuída em resolver o problema, através de solução interna com o remanejamento de pessoas ou a mudança de jornada com a inclusão de turnos.

O RIP – Regulamento Interno de Pessoal, foi elaborado em 02/2013, aprovado por DECISÃO DIREXE Nº 48 e foi homologado conforme Deliberação CONSAD Nº 13, de 02/04/2013, está implantado e vigendo.

O REP – Registro Eletrônico de Ponto, foi implantado em 19/06/2013, está vigendo e funcionando regularmente.

SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Em execução

ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR

Avaliação no decorrer do período.

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
12	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação 4 do Anexo III	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Regularizar a situação do remanescente de terceirizados informados por meio do Relatório de Gestão.			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
A secretaria de Portos contratou empresa de consultoria com a finalidade de implantação de novo modelo de gestão para a CODESP.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Em andamento.			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Avaliação no decorrer do exercício.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
13	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação 4 do Anexo III	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Implementar sistema que integre as diversas áreas responsáveis pela gestão de pessoas (admissão, férias, aposentadorias etc) e possibilite a extração de informações gerenciais.			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
A CODESP contratou empresa especializada para a implantação do sistema SAP, visando a integração de diversos setores da empresa, inclusive no que diz respeito a área de recursos humanos,			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Em implantação			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Análise no decorrer do exercício.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
14	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação 5 do Anexo III	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Formalizar e divulgar a Metodologia de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas da CODESP			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Planejamento Estratégica e Controle			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
Foi providenciada e divulgada a Metodologia de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, em dezembro/2013.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Divulgada à todas as áreas da empresa.			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Nenhuma dificuldade na adoção das providências.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
15	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação 6 do Anexo III	Ofício nº 993/2013/ COAUD/CISET/SG- PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Instituir procedimentos e rotinas formais para o controle dos Bens Imóveis da CODESP			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
Com o concurso público, a Gerência que trata do controle dos bens, também está se estruturando, capacitando-se, dessa forma, para um aperfeiçoamento no controle dos bens.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Em execução			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Avaliação no decorrer do exercício.			

9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
1	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Item III.3 do Relatório	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Envidar esforços para instituir indicadores que permitam avaliar o desempenho de sua gestão por meio da efetividade de seus principais processos;			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria Executiva			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
Todo o sistema vem sendo revisto desde sua implantação, sendo atualmente redefinido pelo Comitê instituído para esse fim, conforme já informado, dentro das competências do Sistema Integrado de Gestão. Porem, as indefinições geradas pela mudança do marco legal para as atividades portuárias ainda não permitem desenhar como seria a perspectiva da empresa para o futuro. Todo o sistema vem sendo desenhado no sentido de eficiência e, basicamente, aumentar a rentabilidade da CODESP. Como ainda não está definido o que serão as receitas a partir da			

implantação do desenho previsto na Lei 12.815/2013, talvez todas as etapas desse atual desenho tenham de serem revistas. Até mesmo as receitas, oriunda de operadores e arrendatários continua indefinida, mediante os modelos apresentados pelo Ministério Supervisor. Da mesma forma, a Secretaria Especial de Portos fez indicações que estabeleceria, com todas as Administradoras Portuárias (onde se encontra a CODESP) contratos de gestão para acompanhar mais diretamente a atuação e os resultados dessas empresas. Porém, até o presente momento, não foram definidas metas, ou mesmo, quais seriam os fatores que seriam utilizados para esse acompanhamento.

Como já falado anteriormente, o sistema foi desenvolvido para ser atrelado à gestão. Os citados como indicadores de desempenho operacional (participação no mercado, valor de cargas movimentadas, etc.) são indicadores sobre a qual a empresa e sua direção não têm como interferir, uma vez que são diretamente ligados ao desempenho da Balança Comercial Brasileira, sobre o qual a CODESP não tem como gerir ou influenciar.

Ainda dentro das alegações levantadas, cabe ainda o fato de que, para o estabelecimento de metas, a empresa ainda fica refém de intervenientes que não oferecem condições de se estabelecer um prévia de resultado. Coloca-se aqui o fato que, desde 2011 encontra-se para ser aprovado um novo sistema tarifário, com valores diferentes do atualmente em vigor, que para esse ato depende da posição de outros Ministérios, inclusive. Da mesma forma, acontece algo semelhante aos valores referentes a remuneração dos empregados para estabelecimento de metas quanto a despesas de pessoal e encargos.

O escritório de Gerenciamento de Processos já está em atividade, inclusive com local físico, e atualmente se integrando aos sistemas hoje existentes para o desenho de processos e definições de projetos, como necessário para a Gestão da CODESP.

A Portaria 214 da SEP estabelece quais indicadores devem ser disponibilizados. Ela ainda está em vigor e estabelece o que, em caráter oficial, são as informações necessárias e suficientes ao ministério supervisor.

A Secretaria de Portos contratou empresa de consultoria para elaboração de um novo modelo a ser aplicado à CODESP.

SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

O assunto continua sob estudos

**ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE
FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO
GESTOR**

A análise deverá se estender ao longo do exercício.

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
2	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Item III.5 do Relatório	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Institua Planejamento Estratégico que norteie as ações da CODESP, contemplando estratégias de atuação, implementação, procedimentos, indicadores e controles			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Planejamento Estratégico e Controle			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
A Secretaria de Portos contratou empresa de consultoria para elaboração de um novo modelo a ser aplicado à CODESP.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Em andamento.			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Não se aplica no momento.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
03	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Constatação 1 do Anexo I	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Desenvolver e publicar normas e procedimentos internos de forma a cumprir e fazer cumprir as regras e determinações definidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
Primeiramente é oportuno esclarecer que as atividades e as atribuições legais da CODESP na condução do Porto de Santos, o maior porto brasileiro e um dos maiores do mundo, que responde por mais de 1/3 das exportações do país, não podem ser desprezadas quando da análise pelo MD órgão fiscalizador. A CODESP na sua condição legal de Autoridade Portuária e representante do Governo Federal na sua faina, incessante e felizmente fecunda, haja vista os resultados, que poderiam ser mensurados até diariamente e certamente seriam positivos e maiores que os do dia anterior, têm que adotar os procedimentos, obviamente dentro do que a legislação prevê, porém, não pode olvidar de que para isso, também deve acompanhar outros aspectos legais, ou seja, aqueles insculpidos na Constituição da República, os princípios constitucionais,			

dentre eles o da **EFICIÊNCIA**.

Não obstante, apesar de toda a comprovada eficiência da Administração e não querendo com isso nos escusar das obrigações e nem tampouco menosprezar o trabalho dos técnicos da Ciset, bem como, considerando que algumas das observações e recomendações são, ainda, possíveis de serem discutidas com segurança, outras, entretanto, são já constatações, possíveis, somente, de serem justificadas e, principalmente, obter condições através de ações conjuntas de que não mais ocorram, por exemplo, a adoção de rotinas e normativas, através de Resoluções que permitam que no futuro esses fatos não voltem a acontecer.

Foi criada uma Comissão que vem efetuando estudos sobre o assunto, indicando sugestões à GFL, cuja titularidade foi modificada com a indicação de um novo Gerente que assumiu o cargo ao final do mês de abril próximo passado, condição que muito provavelmente provocará modificações e uma nova rotina de serviços para a Gerência.

SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

O assunto continua em desenvolvimento.

ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR

Avaliação no decorrer do exercício

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
04	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Constatação 4 do Anexo I	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Adotar, na celebração de contratos, critério de reajuste que retrate a variação efetiva do custo de produção, abstendo-se de utilizar o IGP-M em todos os contratos			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
A CODESP utiliza há muito tempo o IGP-M como critério para o reajustamento dos contratos, esse índice até então não havia sido objeto de reprovação e, portanto, aceito e nunca foi impugnado por qualquer licitante, mesmo que o objeto, como demonstra a CISET, seja de outro segmento econômico. Está em análise a utilização do IGPM para reajustes dos contratos, e para a modificação desse índice, foi submetidos à análise das áreas técnicas, para posterior envio à Diretoria Executiva para autorização, e consequente aprovação dos Egrégios Conselhos de Administração e Fiscal.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Em análise			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Não se aplica no momento			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
05	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Constatação 3 do Anexo II	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Instituir procedimentos e rotinas formais para a publicação de dispensas e inexigibilidades na imprensa oficial dentro dos prazos estabelecidos em Lei			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
A Gerência de Licitações e Contratos – GFL está sendo reestruturada, com a assunção de um novo Gerente, devendo, dessa forma, apresentar uma melhor capacitação, visando o cumprimento dos trâmites burocráticos determinados em lei.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Em execução			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Avaliação no decorrer do exercício			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
06	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação 5 do Anexo III	Ofício nº 993/2013/ COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Atualizar e implementar PDT, considerando: i) a definição de indicadores e metas que permitam o seu continuo aperfeiçoamento; ii) a vinculação das ações de TI aos indicadores e metas de negócio, bem como aos indicadores e metas de serviços ao cidadão; iii) a vinculação entre custos e atividades/projetos de TI; iv) sua publicação na internet para acesso livre, bem como sessão específica sobre a política de aquisição e substituição de equipamentos, em conformidade ao parágrafo 2º do art. 7º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, além da política de descarte de equipamentos, em observância ao disposto no Decreto nº 99.658 de 30 de outubro de 1990 e suas alterações posteriores			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Planejamento Estratégico e Controle			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
A CODESP vem se dedicando intensamente na governança da Tecnologia da Informação, tendo como foco principal a elaboração do PDTI, alinhado com as recomendações do TCU.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Atividade contínua de implantação e aperfeiçoamento, para atingimento da maturidade dos processos.			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Avaliação no decorrer dos correntes exercícios.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
07	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação 5 do Anexo III	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Homologar o Plano de Política de Segurança (PSI)			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Planejamento Estratégico e Controle			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
Em fase inicial dos estudos para a elaboração da Política de Segurança da Informação			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Não se aplica no momento			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Não se aplica no momento, por estar em estudos.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
08	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação 6 do Anexo III	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Instituir procedimentos e rotinas formais para o controle dos Bens Imóveis da CODESP			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
Com o concurso público, a Gerência que trata do controle dos bens, também está se estruturando, capacitando-se, dessa forma, para um aperfeiçoamento no controle dos bens.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Em execução			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Avaliação no decorrer do exercício.			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS – SEP			092748
RECOMENDAÇÃO DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	ITEM DO RA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
08	15/2013-COAUD-CISET-SG-PR	Informação 8 do Anexo III	Ofício nº 993/2013/COAUD/CISET/SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP			000959
DESCRIÇÃO DA DELIBERAÇÃO			
Adotar as providências pendentes para a implementação do Plano de Ação da CODESP.			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			
SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO			Código SIORG
Diretoria de Planejamento Estratégico e Controle			
SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA			
A CODESP contratou a Fundação DOM CABRAL para implantação do Programa de Capacitação de Dirigentes, e, a Secretaria de Portos – SEP, contratou empresa de consultoria, dentro do programa “Portos Eficientes”, voltados à gestão da CODESP.			
SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS			
Em andamento.			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR			
Não se aplica no momento			

9.3 Informações sobre a Auditoria Interna

a) ESTRUTURA E POSICIONAMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA NO ORGANOGRAMA DA UJ.

A Auditoria Interna está subordinada ao Conselho de Administração, e, conta com um Superintendente de Auditoria, uma Coordenadora e nove técnicos, totalizando onze profissionais:

- Cinco Administradores;
- Quatro Contadores, e;
- Um Analista de Comércio Exterior.

b) TRABALHOS MAIS RELEVANTES REALIZADOS NO EXERCÍCIO E PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES.

RELATÓRIO: AA-01.	AUD-DC/01.	PERÍODO: JANEIRO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PORTUÁRIA - SCP.		
ATIVIDADE: ARRENDAMENTO DE ÁREA.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NA TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA UNION ARMAZÉM E OPERAÇÕES PORTUÁRIAS.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: O RESPECTIVO PLEITO TEVE O AVAL POSITIVO PELA DIRETORIA EXECUTIVA ATRAVÉS DE SUA DECISÃO Nº 40.2013 VISTO QUE O ENTENDIMENTO DO JURÍDICO DA CODESP NÃO VISLUMBRA QUE A TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE PREJUDIQUE A EXECUÇÃO DO CONTRATO, AFASTANDO ASSIM A HIPÓTESE PREVISTA NO INCISO XI DO ARTIGO 78 DA LEI Nº 8.666/93, QUE SERIA MOTIVO DE RECISÃO UNILATERAL DO MESMO. TAMBÉM FOI VERIFICADO QUE A AUTORIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE É ACEITÁVEL POR PARTE DA ANTAQ.		

RELATÓRIO: AA-02.	AUD-DP/42.	PERÍODO: FEVEREIRO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PORTUÁRIA - SCP.		
ATIVIDADE: ARRENDAMENTO DE ÁREA.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: ANÁLISE DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DP/09.2000 CELEBRADO COM A COPAPE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S/A.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: EM RAZÃO NO QUE DIZ RESPEITO À TOMADA DE DECISÕES COM BASE EM DADOS QUE NÃO FORAM ADEQUADAMENTE APRESENTADOS, SUGERIMOS QUE A ANTAQ SEJA COMUNICADA SOBRE A NECESSIDADE DE SE PROCEDER NOVOS ESTUDOS, FICANDO TEMPORARIAMENTE SUSPensa À SOLICITAÇÃO ÀQUELA AGÊNCIA QUANTO A RENOVAÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO CELEBRADO COM A COPAPE.		

RELATÓRIO: AA-03.	AUD-DP/43.	PERÍODO: MARÇO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PORTUÁRIA - SCP.		
ATIVIDADE: ARRENDAMENTO DE ÁREA.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DP/10.2001 AGEOTERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S/A.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: EM RAZÃO NO QUE DIZ RESPEITO À TOMADA DE DECISÕES COM BASE EM DADOS QUE NÃO FORAM ADEQUADAMENTE APRESENTADOS, SUGERIMOS QUE A ANTAQ SEJA COMUNICADA SOBRE A NECESSIDADE DE SE PROCEDER NOVOS ESTUDOS, FICANDO TEMPORARIAMENTE SUSPensa À SOLICITAÇÃO ÀQUELA AGÊNCIA QUANTO A RENOVAÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO CELEBRADO COM A COPAPE.		

RELATÓRIO: AA-04.	AUD-DP/52.	PERÍODO: ABRIL.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PORTUÁRIA - SCP.		
ATIVIDADE: ARRENDAMENTO DE ÁREA.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NO CONTRATO DP/24.2011 CELEBRADO COM A BTP.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: O PRAZO PARA INÍCIO DAS OPERAÇÕES EXPIROU EM 01/02/2012 E DO TÉRMINO DAS OBRAS DO TERMINAL EM 02/12/2012, CONFORME O 3º ADITAMENTO AO CONTRATO, PORTANTO COM ATRASO DE 01 ANO E 05 MESES E DE 07 MESES NO CASO DO TERMINAL. QUANTO A CONCLUSÃO DO EMPREENDIMENTO, A OBRA REFERENTE A FASE 2 – CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE LÍQUIDOS, AINDA NÃO FOI EXECUTADA EM DECORRÊNCIA QUE SERÁ IMPLANTADA NA ÁREA QUE ESTAVA ARRENDADA À NORFOLK, CONT. DP/25.2001, E DEPENDER DA CELEBRAÇÃO DO 6º ADITAMENTO AO CONT. DP/24.2001, CUJA PROPOSTA AINDA ESTÁ EM FASE DE AJUSTE PELAS ÁREAS COMPETENTES, EM DECORRÊNCIA DE INTERFERÊNCIAS OCORRIDAS ENTRE OS PROJETOS PARA AS OBRAS DA BTP E DO CAIS PÚBLICO E VISANDO ALCANÇAR O CUMPRIMENTO DA INTEGRALIDADE DA RESOL. Nº 1.427/2009 DA ANTAQ, AGREGANDO A ÁREA DO CONT. DP/25.2001 E DE OUTRAS ÁREAS A REMEDIAR E DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, PASSANDO O ARRENDAMENTO DE 342.020M² PARA 529.180,61M² PREVISTA PARA 31/03/2016 CUJO CRONOGRAMA CARECE DE AJUSTES E APROVAÇÃO DA CODESP.		

RELATÓRIO: AA-05.	AUD-DP/61.	PERÍODO: MAIO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PORTUÁRIA - SCP.		
ATIVIDADE: ARRENDAMENTO DE ÁREA.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NOS DÉBITOS PENDENTES DE PAGAMENTO NO PERÍODO DE 06/06 A 08/10/2013 PELA ARRENDATÁRIA PORTOFER.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: A ARRENDATÁRIA VEM PROCEDENDO EM NÃO CONFORMIDADE AO QUE TANGE O PAGAMENTO DE SUAS FATURAS, ATRASANDO-OS E EFETUANDO-OS PELO VALOR ORIGINAL E NELES NÃO INCIDINDO OS ENCARGOS FINANCEIROS FRUTO DO ATRASO DESSES PAGAMENTOS, SENDO QUE OS BOLETOS DESSAS OPERAÇÕES ESTÃO VENCIDOS E SÃO REALIZADOS DIRETAMENTE NO SISTEMA GERENCIADOR FINANCEIRO DO BANCO ITAÚ, ATRAVÉS DE TED PARA O BANCO DO BRASIL, MUITO EMBORA A CODESP, ATRAVÉS DAS SUAS DIRETORIAS: FINANCEIRA - DF, E DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS – DI TEREM ORIENTADO AQUELA ARRENDATÁRIA A NÃO PROCEDER DESSA MANEIRA QUANDO DO PAGAMENTO DAS FATURAS, HAJA VISTA ESSE NÃO SER O PROCEDIMENTO CORRETO, COMO TAMBÉM, DIFICULTA A IDENTIFICAÇÃO DOS RESPECTIVOS PAGAMENTOS JUNTO A CODESP.		

RELATÓRIO: AA-06.	AUD-DP/58.	PERÍODO: JUNHO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PORTUÁRIA - SCP.		
ATIVIDADE: ARRENDAMENTO DE ÁREA.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME SOBRE A CONTESTAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS/FATURAS APRESENTADAS PELA EMPRESA TERMINAL QUIMICA DE ARATU S/A - TEQUIMAR.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: O REQUERIMENTO FEITO PELA EMPRESA TERMINAL QUIMICO DE ARATU – TEQUIMAR DATADO DE 03/04/2013 ONDE CONTESTOU A EFETIVAÇÃO DE COBRANÇA APÓS A EXTINÇÃO DO CONTRATO PRES/83.97 EM 16/12/2012. ATÉ O FECHAMENTO DESTA TRABALHO CONTINUAVA SEM RESPOSTA FACE À DEPENDENCIA DA CELEBRAÇÃO DE UM TERMO DE COMPROMISSO PROPOSTO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO-AMBIENTE – SPM, E EM ELABORAÇÃO PELA SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA – SPJ, COM O PROPÓSITO DE PRECAVER A CODESP DA RESPONSABILIDADE SOBRE QUALQUER PASSIVO AMBIENTAL DAQUELA ÁREA. PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DO QUE FOI REQUERIDO POR AQUELA ARRENDATÁRIA A GERÊNCIA DE FATURAMENTO AGUARDA A APRESENTAÇÃO DO RECIBO DE DEVOLUÇÃO DA ÁREA, ATESTANDO O RECEBIMENTO EM DEFINITIVO DA MESMA, COMO TAMBÉM A DATA DE SUA DEVOLUÇÃO, ONDE TAL FORMALIZAÇÃO ESTÁ ATRELADA A CELEBRAÇÃO DO RESPECTIVO TERMO CITADO.		

RELATÓRIO: AA-09.	AUD-DP/72.	PERÍODO: SETEMBRO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PORTUÁRIA - SCP.		
ATIVIDADE: ARRENDAMENTO DE ÁREA.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NO CONTRATO DE ARRENDAMENTO Nº 11/92 CELEBRADO COM A GRANEL QUIMICA LTDA.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: A ARRENDATÁRIA TEVE SEU CONTRATO SOB Nº 11/92 PRORROGADO POR MAIS 10 ANOS ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DO SEU TERCEIRO ADITIVO E SEU ENCERRAMENTO EM 30/06/2012, ONDE A DIRETORIA EXECUTIVA EMITIU SUA DECISÃO Nº 176/2012 A FIM DE APROVAR O QUINTO ADITAMENTO QUE PREVE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ARRENDAMENTO POR TRINTA E SEIS MESES DE FORMA A POSSIBILITAR, COM ESSA DILATAÇÃO, UM NOVO CERTAME LICITATÓRIO COM VISTAS AO ARRENDAMENTO DAQUELA ÁREA. CONTUDO O RESPECTIVO ADITAMENTO NÃO FOI APROVADO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ, CONFORME DISPOSTO NA SUA RESOL. Nº 2756, NA QUAL INDEFERE TAL PRORROGAÇÃO E DETERMINA A CODESP QUE SUBMETA INSTRUMENTO DE OCUPAÇÃO TRANSITÓRIA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO DAQUELA AGÊNCIA SOB Nº 2240 E QUE O INSTRUMENTO CONTRATUAL SEJA ENCERRADO E AQUELA ÁREA SEJA SUBMETIDA A NOVO CERTAME LICITATÓRIO.		

RELATÓRIO: AC-01.	AUD-DP/10.	PERÍODO: FEVEREIRO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA - SFF.		
ATIVIDADE: ANÁLISE DO BALANÇO E PARECER DAS CONTAS.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CODESP REF. AO EXERCÍCIO DE 2012.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: MEDIANTE AO INFORMADO E DE ACORDO COM OS TESTES DE AUDITORIA EFETUADOS NAS CONTAS ANALISADAS NO PRESENTE RELATÓRIO ENTENDEMOS QUE AS MESMAS ESTÃO EM CONFORMIDADE COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E AS LEGISLAÇÕES SOCIETÁRIA E FISCAL EM VIGOR NO EXERCÍCIO DE 2012.		

RELATÓRIO: AC-02.	AUD-DP/39.	PERÍODO: JANEIRO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA - SFF.		
ATIVIDADE: AUDITORIA DE GESTÃO.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NOS CONTROLES INTERNOS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS EXERCIDOS POR PARTE DOS FUNCIONÁRIOS DA CODESP E LOTADOS NA CTP/CENEP.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: A FUNDAÇÃO CENEP NÃO POSSUI UM SISTEMA DE CONTROLE INTERNO CONFIÁVEL, COMO TAMBÉM NÃO PRÁTICA OS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS E CONTÁBEIS QUANDO DA REALIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES FINANCEIRAS E TRATAMENTO DOS DOCUMENTOS. A FALTA DE UM SISTEMA DE CONTROLE INTERNO PODE PERMITIR A ADULTERAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS IMPOSSIBILITANDO A PERCEPÇÃO DOS RISCOS OS QUAIS À ENTIDADE ESTÁ EXPOSTA. REALIZA AINDA OPERAÇÃO COMO CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS ALÉM DE ACORDOS E CONVÊNIOS SEM O DEVIDO RESPALDO JURÍDICO E CONTÁBIL, INCORRENDO EM SÉRIOS RISCOS DE INTERVENÇÃO E COMPROMETIMENTO LEGAL, SENDO ESTE EXTENSIVO A CODESP UMA VEZ QUE ELE POSSUI FUNCIONÁRIOS DESTA COMPANHIA EM SEU QUADRO DE COLABORADORES.		

RELATÓRIO: AC-03.	AUD-DP/26.	PERÍODO: JUNHO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA - SFF.		
ATIVIDADE: CONTAS A PAGAR.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO SETOR DE CONTAS A PAGAR.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: QUE SEJA EFETUADA A REGULARIZAÇÃO DA LOTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO SETOR DE CONTAS A PAGAR DEFININDO A MESMA JUNTO A GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E NÃO COMO ATUALMENTE ESTÁ JUNTO A GERÊNCIA DE TESOURARIA. CENTRALIZAÇÃO NO SETOR DE CONTAS A PAGAR DE PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA, ANÁLISE, REGISTRO E BAIXA DE DOCUMENTOS FISCAIS RELATIVOS AOS INVESTIMENTOS. QUE AS OPERAÇÕES NA CONTA SIAFI SEJAM REALIZADAS TÃO SOMENTE POR FUNCIONÁRIOS DA GERÊNCIA DE TESOURARIA DESIGNADOS PARA ESTE FIM. CASO SEJA MANTIDA A PRERROGATIVA DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES EM AUTORIZAR O PAGAMENTO DE FORNECEDORES, VINCULADOS À ORDENS DE FORNECIMENTO, ESTA PRERROGATIVA SEJA REGULARIZADA; CONSIDERANDO O QUE DETERMINA O ACORDO COLETIVO VIGENTE E O PRECEDENTE NORMATIVO DO TST Nº 103 SUGERIMOS SEGUIR A POLÍTICA PARA O PAGAMENTO DE QUEBRA DE CAIXA; QUE SEJA ELABORADA PELA GERÊNCIA DE NORMATIZAÇÕES UM MANUAL ONDE DESCREVA, MINUCIOSAMENTE, OS PROCEDIMENTOS DO SETOR DE CONTAS A PAGAR, VISANDO A PADRONIZAÇÃO DOS PROCESSOS E MITIGAÇÃO DE POSSÍVEIS RISCOS NA SUA EXECUÇÃO.		

RELATÓRIO: AC-04.	AUD-DP/27.	PERÍODO: MAIO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA - SFF.		
ATIVIDADE: OBRIGAÇÕES PARAFISCAIS.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NO RECOLHIMENTO DOS IMPOSTOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO (INSS E FGTS) DEMONSTRADO NA SEFIP.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: QUE EM TODOS OS CASOS DE ELABORAÇÃO DE EXTRA-FOLHA ESTES CONTENHAM AS JUSTIFICATIVAS/MODIFICAÇÕES PARA SUA EMISSÃO EVITANDO AO MÁXIMO A SUA CONFEÇÃO POR ERRO/ESQUECIMENTO/ATRASSO DOS FUNCIONÁRIOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO, EXCETO PARA OS CASOS DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL E/OU DISSÍDIO COLETIVO, E QUE SEJA TAMBÉM MELHORADO O SISTEMA DE ARQUIVAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO CÁLCULO DO INSS.		

RELATÓRIO: AC-06.	AUD-DP/59.	PERÍODO: NOVEMBRO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA - SFF.		
ATIVIDADE: GESTÃO DA RECEITA.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: ESTUDO DE COMPATIBILIDADE DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELA CODESP PARA CÁLCULOS DE ENCARGOS FINANCEIROS SOBRE AS INADIMPLÊNCIAS COMPARANDO-OS COM OS PRATICADOS PELO MERCADO.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: APÓS ANÁLISE FOI APRESENTADA A SEGUINTE PROPOSTA: NO CASO DE ATRASO DE PAGAMENTO DA FATURA EM ATÉ 30 TRINTA DIAS, A MESMA SERÁ ACRESCIDA DE MULTA DE 2% (DOIS POR CENTO), MAIS JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS PRO RATA DIE, SOBRE O VALOR DO PRINCIPAL; APÓS 30 (TRINTA) DIAS DE ATRASO, INCIDIRÁ ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA PELO IGP-M/FGV, ACRESCIDO DE MULTA DE 2% (DOIS POR CENTO), MAIS JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS PRO RATA DIE, SOBRE O VALOR DO PRINCIPAL ATUALIZADO		

RELATÓRIO: AE-01.	AUD-DP/80.	PERÍODO: DEZEMBRO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - SFA.		
ATIVIDADE: AUDITORIA ESPECIAL.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DA CODESP QUE ATENDEM A SUA DIRETORIA EXECUTIVA.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: TAIS VEÍCULOS PERNOITAM DIARIAMENTE NA RESIDÊNCIA DOS MOTORISTAS, SENDO ESTES TERCEIRIZADOS, COM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS POR ELES CONSTATOU-SE A NÃO CONFORMIDADE DO PAGAMENTO À EMPRESA CONTRATADA DOS VALES-TRANSPORTE DESTES MOTORISTAS. O DOCUMENTO DENOMINADO PARTE DIÁRIA, DESSES VEÍCULOS, QUE TEM COMO FINALIDADE CONTROLAR SUA UTILIZAÇÃO, VEM SENDO PREENCHIDO DE FORMA INCOMPLETA, COMPROMETENDO ASSIM O GERENCIAMENTO E CONTROLE DOS MESMOS.		

RELATÓRIO: AF-02.	AUD-DP/48.	PERÍODO: AGOSTO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE FINANCEIRA - SFF.		
ATIVIDADE: BENS PATRIMONIAIS.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NO CONTROLE DOS BENS ADQUIRIDOS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2011 A SETEMBRO DE 2012.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: DOS 939 ITENS EXAMINADOS, TIVEMOS COMO RESULTADO: • 59 NÃO SE LOCALIZAVAM NO ESPAÇO FÍSICO INFORMADO PELA GFD; • 53 ESTÃO SENDO DEPRECIADOS SEM NUNCA TEREM SIDO UTILIZADOS; • 08 EM MANUTENÇÃO; • 02 FORAM BAIXADOS; • 36 NÃO POSSUÍAM TOMBAMENTO.		

RELATÓRIO: AM-01.	AUD-DP/53.	PERÍODO: AGOSTO.
ÁREA AUDITADA: DIRETORIA-EXECUTIVA.		
ATIVIDADE: AVALIAÇÃO DE METAS.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS PROGRAMADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: DO TOTAL DE 31 METAS, 16 FORAM REALIZADAS, 11 SE ENCONTRAM EM ANDAMENTO E 04 NÃO FORAM REALIZADAS, SENDO QUE OS FATORES APONTADOS NAS METAS EM ANDAMENTO REMETEM PARA DEPENDÊNCIAS COMO: PROCESSOS LICITATÓRIOS EM CURSO, MANIFESTAÇÕES DE ÓRGÃOS AMBIENTAIS E APROVAÇÃO PELA SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS. QUANTO AS METAS NÃO CUMPRIDAS ESTAS TIVERAM COMO CAUSA A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO, FALTA DE CONCLUSÃO DE ANÁLISE DE ESTUDO AMBIENTAL, DEPENDÊNCIA DE CONCLUSÃO DE OBRA E NÃO RENOVAÇÃO DO CONTRATO.		

RELATÓRIO: CM-03.	AUD-DP/28	PERÍODO: JUNHO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - SFA.		
ATIVIDADE: CONTRATO DE MÃO-DE-OBRA E/OU SERVIÇOS.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NO CONT. DP/49.2012 CELEBRADO COM A INAPLAN PLANEJ. E CONST. LTDA.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: O OBJETO DESTES CONTRATO FOI A RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO REMANESCENTE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REVITALIZAÇÃO DO SEU ENTORNO, EM CUMPRIMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC), FIRMADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 03/11/2009. PARA SUA EXECUÇÃO A CODESP ESTIMOU EM R\$ 1.232.566,20 E PRAZO DE CONCLUSÃO DE 06 MESES, PRORROGÁVEIS. A INAPLAN SAGROU-SE VENCEDORA COM O PREÇO DE R\$ 1.001.733,00 APROXIMADAMENTE 18,73% ABAIXO DO ESTIMADO PELA CODESP.		

RELATÓRIO: CM-04.	AUD-DP/44	PERÍODO: AGOSTO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - SFA.		
ATIVIDADE: CONTRATO DE MÃO-DE-OBRA E/OU SERVIÇOS.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NOS SERVIÇOS DOS CAMINHÕES DA FROTA DA CODESP QUE ATENDEM AS ÁREAS DE MANUTENÇÃO.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: A CODESP MANTEM DENTRO DE SEU ATIVO FIXO, 23 CAMINHÕES, QUE ATENDEM AOS DIVERSOS SETORES QUE PRESTAM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, ONDE AS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS JUNTO A ESTES VEÍCULOS SE OFICIALIZAM ATRAVÉS DE ORDENS DE FORNECIMENTO, SENDO QUE A MAIOR PARTE DELAS NÃO POSSUEM A IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO QUE ESTÁ SENDO ATENDIDO POR ELA. OS PROCESSOS QUE DÃO ORIGEM AS OF'S FORAM POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DENOMINADOS SPFAX, CONTUDO NÃO HÁ INDÍCIOS DE RETORNO DAS PROPOSTAS PELO REFERIDO APARELHO. VERIFICOU-SE A INEXISTÊNCIA DE ROTATIVIDADE NAS CONSULTAS E CONSEQUENTEMENTE NAS CONTRATAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO. PARA OS SERVIÇOS DE FUNILARIA DESSES VEÍCULOS DAS TRÊS EMPRESAS QUE COTARAM DUAS COMUMENTE APRESENTAM VALORES ACIMA DO LIMITE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO, OU SEJA, R\$ 16.000,00, QUE POR SI SÓ JÁ AS DESCLASSIFICAM, SAGRANDO-SE VENCEDORA A RESTANTE, QUE NO ENTENDER DESTA AUDITORIA NÃO ESTÁ HAVENDO COMPETIÇÃO. ESSA SITUAÇÃO É REPETITIVA E ENSEJA POR PARTE DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES BUSCAR UMA MAIOR COMPETITIVIDADE, PORÊM NÃO É O QUE VEM OCORRENDO, POIS EM TODOS OS CERTAMES OCORRIDOS APARECEM AS MESMAS EMPRESAS, SENDO ELAS: BORGES MECÂNICA E FUNILARIA, LATA VELHA FUNILARIA, E APRESENTAM SUAS PROPOSTAS SEM ASSINATURA, CARIMBO, DATA, E PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA.		

RELATÓRIO: CR-01.	AUD-DP/46.	PERÍODO: ABRIL.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA - SFF.		
ATIVIDADE: CONTAS A RECEBER.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NOS PARCELAMENTOS CONCEDIDOS À T-GRÃO TERMINAL DE GRANÉIS S/A.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: APÓS EXAME E AVALIAÇÕES FOI CONCLUÍDO QUE CERTOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS PELA COMPANHIA NO PROCESSO DE PARCELAMENTO, NÃO SE COADUNAM COM AS PRÁTICAS DE BOA GOVERNANÇA COORPORATIVA, VISTO QUE: • NÃO HÁ UM MANUAL OU NORMA INTERNA QUE DISCIPLINE OS PROCEDIMENTOS A SEREM APLICADOS, QUE DEFINA AS ÁREAS ENVOLVIDAS E ATRIBUA A ELAS AS DEVIDAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES, COLABORANDO NA MELHORIA E EFICIÊNCIA DO CONTROLE INTERNO DA COMPANHIA; • NÃO HÁ TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO UMA VEZ QUE OS PROCEDIMENTOS SÃO CONHECIDOS SOMENTE POR AQUELES QUE SE ENCONTRAM ENVOLVIDOS NA SUA EXECUÇÃO; • A COMPANHIA NÃO EXIGE QUE A SOLICITANTE DO PARCELAMENTO DECLARE OS MOTIVOS DO SEU PEDIDO, PARA QUE POSSAM SER ANALISADOS, DEFERIDOS OU NÃO; • HÁ OMISSÃO DO ESTATUTO DA CODESP QUANTO A DELEGAÇÃO DE ALÇADA PARA AUTORIZAR O PARCELAMENTO DE CRÉDITOS DA COMPANHIA, ASSIM COMO TAMBÉM, NÃO HÁ RESOLUÇÃO INTERNA SOBRE O ASSUNTO.		

RELATÓRIO: MA-01.	AUD-DP/18	PERÍODO: SETEMBRO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO-AMBIENTE – SPM.		
ATIVIDADE: MEIO AMBIENTE.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NO CONT. DP/02.2010 CELEBRADO COM A UNISANTOS REFERENTE A PREPARAÇÃO DE UMA AGENDA AMBIENTAL PORTUÁRIA PARA ADEQUAR O SETOR PORTUÁRIO AOS PARÂMETROS AMBIENTAIS VIGENTES NO PAÍS, PELO PRAZO DE 05 MESES.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: FICOU EVIDENCIADO QUANTO AOS DISPÊNDIOS REALIZADOS JUNTO A PATROCINADA QUE A CODESP JÁ DESEMBOLSOU A IMPORTÂNCIA DE R\$ 110.400,00 EQUIVALENTE A 80% DO VALOR GLOBAL RESTANDO R\$ 27.500,00 A SER PAGO MEDIANTE EDIÇÃO E ENTREGA DA REFERIDA AGENDA A CODESP. ENTENDEMOS ASSIM QUE OS PAGAMENTOS FORAM REALIZADOS SEM A OBSERVÂNCIA DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SEGUINDO APENAS OS PRAZOS CUJAS DATAS FORAM MAL DIMENSIONADAS E CONSEQUENTEMENTE NÃO CUMPRIDAS. ASSIM VISANDO MELHORAR O CONTROLE INTERNO FOI RECOMENDADO À DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS – DI, TOMAR AS MEDIDAS URGENTES E NECESSÁRIAS PARA A EDIÇÃO E ENTREGA DA AGENDA AMBIENTAL PORTUÁRIA PELA UNISANTOS À CODESP E PROCEDER CONSULTA À ÁREA JURÍDICA DA CODESP QUANTO AO PAGAMENTO DA ÚLTIMA PARCELA CUJA A LIBERAÇÃO SERÁ MEDIANTE A ENTREGA DE EXEMPLARES DA DITA AGENDA.		

RELATÓRIO: MA-02.	AUD-DP/51	PERÍODO: JULHO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO-AMBIENTE – SPM.		
ATIVIDADE: MEIO AMBIENTE.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NO TRAMITE DA CONCORRÊNCIA Nº 09/2012.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: DO EXAME REALIZADO FOI POSSÍVEL OBSERVAR QUE AINDA TIVESSE SIDO CONCLUÍDA NÃO TERIA SIDO ANTES DO VENCIMENTO DO CONTRATO EMERGENCIAL QUE ESTAVA EM ANDAMENTO À ÉPOCA, ENSEJANDO A NECESSIDADE DE NOVA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, UMA VEZ QUE OS PROGRAMAS DE MONITORAMENTO NÃO PODEM SOFRER SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE E NO PONTO DE VISTA DESTA AUDITORIA A INOBSERVÂNCIA DOS PRAZOS MOSTROU FALTA DE PLANEJAMENTO DAS ÁREAS ENVOLVIDAS. COM A REVOGAÇÃO DESTES CERTAMES INICIOU-SE OUTRO E NO DECORRER DOS TRABALHOS CONSTATOU-SE QUE ESTE SE ENCONTRA SUSPENSO PARA AJUSTE DAS PLANILHAS DE PREÇO NO QUE DIZ RESPEITO AOS ENCARGOS SOBRE MÃO-DE-OBRA..		

RELATÓRIO: MO-01.	AUD-DP/22	PERÍODO: MAIO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA – SPJ.		
ATIVIDADE: MÃO-DE-OBRA CONTRATADA E/OU REQUISITADA.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NAS CONTRATAÇÕES DE MÃO-DE-OBRA AUTONOMA E PESSOA JURÍDICA PARA SERVIÇOS DE PERÍCIA NA ÁREA CÍVEL E TRABALHISTA.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: AS CONTRATAÇÕES FORAM INDIVIDUALIZADAS POR PROCESSO JUDICIAL E ENVOLVERAM PRINCIPALMENTE PROFISSIONAIS DA ÁREA CONTÁBIL E EM MENOR ESCALA ENGº DE SEGURANÇA DO TRABALHO E MÉDICO DO TRABALHO, TOTALIZANDO 108 E DUAS NF'S EMITIDAS POR PESSOA JURÍDICA E 63 RPA'S EMITIDAS POR PESSOA FÍSICA. CONSIDERANDO O CENÁRIO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA COMO SENDO UM SERVIÇO ESPORÁDICO PARA CADA PROCESSO TRABALHISTA, COM VALORES DE ATÉ R\$ 16.000,00 O QUE CARACTERIZARIA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR OU POR ESCOLHA DE FORNECEDOR. ENTRETANTO COMO EXISTEM DIVERSOS PROCESSOS TRABALHISTAS ATUALMENTE CONTRA A CODESP, OS SERVIÇOS DE PERÍCIA COMEÇARAM A SE TORNAR CONSTANTE E COMO DETERMINA O ACÓRDÃO DO TCU Nº 589/2010 QUE NÃO SE DEVE CONTRATAR SERVIÇOS POR DISPENSA QUANDO O TOTAL DA DESPESA ANUAL ULTRAPASSAR O LIMITE DE R\$ 16.000,00, BEM COMO PLANEJAR ADEQUAMENTE AS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE MODO A EVITAR A PRÁTICA DE FRACIONAMENTO DE DESPESA, OBSERVANDO OS LIMITES PARA APLICAÇÃO DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO NO ARTIGO 23 DA LEI Nº 8.666/93. DA MESMA FORMA NÃO HÁ COMO CARACTERIZAR QUE ESTES TIPOS DE SERVIÇOS SEJAM EMERGENCIAIS, UMA VEZ QUE O JURÍDICO TEM CONHECIMENTO DE TODOS OS PROCESSOS EM ANDAMENTO E POR ESSE MOTIVO PODERIA TER REALIZADO PLANEJAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA AVALIANDO QUAL MELHOR OPÇÃO PARA A COMPANHIA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO.		

RELATÓRIO: RH-02.	AUD-DP/17	PERÍODO: SETEMBRO.
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - SFA		
ATIVIDADE: REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A APROVAÇÃO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: AS HORAS EXTRAS POSSUIRAM UM AUMENTO SIGNIFICATIVO. AS ÁREAS VERIFICADAS ULTRAPASSARAM OS LIMITES FIXADOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO PELA RESOL. DP/97.2005. NÃO HÁ PADRONIZAÇÃO NA COFECÇÃO DAS PARTES DIÁRIAS. A EXECUÇÃO DO EXTRAORDINÁRIO NO INTERVALO DO ALMOÇO VEM SENDO UTILIZADA DE FORMA ROTINEIRA ABSTENDO-SE DO CARÁTER EXEPCIONAL. DIANTE DISSO RECOMENDAMOS: • QUE SEJA RESPEITADO INTERVALO DE 11 HORAS ENTRE AS JORNADAS; PADRONIZAÇÃO DAS PARTES DIÁRIAS; VERIFICAR JUNTO AS ÁREAS QUE REALIZAM O EXTRAORDINÁRIO NO ALMOÇO COM HABITUALIDADE A POSSIBILIDADE DE UM OU MAIS FUNCIONÁRIOS TEREM SEU PERÍODO DE ALMOÇO ALTERADO, UMA VEZ QUE A NECESSDIDADE DESTE SE FAZ, FUGINDO ASSIM DO CARÁTER DE EXCEPCIONALIDADE.		

RELATÓRIO: RH-03.	AUD-DP/69	PERÍODO: .
ÁREA AUDITADA: SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - SFA		
ATIVIDADE: REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS.		
RECURSO EMPREGADO: 01 TÉCNICO.		
EXAME: EXAME NA QUESTÃO JURÍDICA TRABALHISTA RELATIVA AO DIVISOR DE HORAS PARA PAGAMENTO DE ADICIONAIS E VERBAS A FUNCIONÁRIOS DA CODESP.		
CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA: A CODESP UTILIZAVA UM DIVISOR DIFERENTE DAS JORNADAS MENSAIS DE TRABALHO, FATO ESTE QUE GEROU UM MONTANTE DE 249 AÇÕES TRABALHISTAS ATÉ 08/10/2013. QUANDO DA MODIFICAÇÃO DO REGIME DE HORAS NESTA EMPRESA, FATO ESSE EFETUADO PELA PORTARIA CODESP Nº 10 DATADA DE 27/02/1981 ONDE ALTEROU DE 44H PARA 40H ORDINÁRIAS/SEMANAIS, DEVERIA TAMBÉM, TER SIDO ALTERADO O DIVISOR DE 220 PARA 200, FATO QUE A ÉPOCA NÃO OCORREU, VINDO A SER SANADO A PARTIR DE 01/06/2013.		

c) **RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES FEITAS E A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES IMPLEMENTADAS PELA ALTA GERÊNCIA.**

Para garantir o resultado dos trabalhos de auditoria, a respectiva Superintendência vem aprimorando constantemente sua comunicação com os gestores, estabelecendo prazos e monitorando as respostas aos relatórios através de um controle eletrônico interno exercido pelos seus técnicos. As implementações quando não providenciadas durante os trabalhos de auditoria, os quais procuram ser executados através das melhores práticas profissionais, ao debater amplamente os achados com seus responsáveis, são verificadas em trabalhos futuros, o conhecido “follow-up”, para certificar-se de que as deficiências da área foram realmente sanadas. Devido as características e grandiosidade da empresa, torna-se difícil, em alguns casos, criar pontos de acordo com rapidez, sendo necessário a realização de vários trabalhos com o mesmo tema para conseguir as implementações das recomendações propostas.

d) **DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES GERENCIAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELA AUDITORIA INTERNA.**

A implementação é verificada quando da realização de novos trabalhos de auditoria.

e) **INFORMAÇÃO DA EXISTÊNCIA OU NÃO DE SISTEMÁTICA E DE SISTEMA PARA MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DECORRENTES DOS TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA**

Existe um sistema de monitoramento dos relatórios de auditoria, executado por técnicos da Auditoria Interna designados para tal, que acompanham desde o encaminhamento às áreas auditadas até as providências finais que possam permitir o seu arquivamento

f) **COMO SE DÁ A CERTIFICAÇÃO DE QUE A ALTA GERÊNCIA TOMOU CONHECIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES FEITAS PELA AUDITORIA INTERNA E A ACEITAÇÃO DOS RISCOS PELA NÃO IMPLEMENTAÇÃO DE TAIS RECOMENDAÇÕES**

Os relatórios de auditoria são encaminhados ao Diretor-Presidente para conhecimento e providências, que os encaminham às áreas auditadas (Diretorias e conseqüentemente, à seus setores afins) ou discute-os diretamente com os demais membros da Diretoria-Executiva.

Esses Relatórios são posteriormente, submetidos aos Conselhos de Administração e Fiscal.

g) **DESCRIÇÃO DA SISTEMÁTICA DE COMUNICAÇÃO À ALTA GERÊNCIA, AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AO COMITÊ DE AUDITORIA**

**SOBRE RISCOS CONSIDERADOS ELEVADOS, MAS ASSUMIDOS PELA
ALTA GERÊNCIA AO DECIDIR NÃO IMPLEMENTAR AS
RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA**

Os relatórios de auditoria são preliminarmente discutidos com a área auditada, minimizando, com isso, a possibilidade de contestação dos pontos de auditoria levantados, e, posteriormente, submetidos ao Conselho de Administração.

Os fatos contestados pela área auditada são retornados à Auditoria Interna, que, em última análise, encaminha aos Conselhos de Administração e Fiscal para tomada de decisão, culminando com o encaminhamento à Alta Administração.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR				
Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	4	4
	Entregaram a DBR	-	4	4
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	91	37	1520
	Entregaram a DBR	91	37	1517
	Não cumpriram a obrigação	-	-	(1) 3
Fonte: Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais				
(1) - 3 empregados licenciados.				
Obs.: A Codesp, em cumprimento ao contido na letra "F", do Anexo IV do Relatório de Auditoria de Gestão nº 12/2012, da Secretaria de Controle Interno - Ciset, editou a Resolução DP nº 101.2012, na qual estabeleceu obrigatoriedade de entrega da DBR a todos os empregados. Assim, nas quantidades indicadas no quadro acima, estão incluídos os integrantes de funções comissionadas e os empregados que não as exercem.				

9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

A Codesp, em cumprimento ao contido na letra “f”, do Anexo IV do Relatório de Auditoria de Gestão nº 12.2012, da Secretaria de Controle Interno – Ciset, da Presidência da República, editou a Resolução DP nº 101.2012, de 27/11/2012, na qual estabeleceu a obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Rendas a todos os empregados.

Assim, nas quantidades indicadas no quadro 9.4.1, estão incluídos os integrantes de funções comissionadas e os empregados que não as exercem.

Esclarecemos que, à exceção de 3 (três) empregados que se encontram licenciados, os demais efetivaram a entrega do mencionado documento. Quando do retorno, serão convocados para providenciar o cumprimento da determinação.

Informamos que cabe à Gerência de Relações Trabalhistas – GFR, a recepção e o controle (através de planilha) desses documentos.

O empregado pode optar em Autorizar o Tribunal de Contas da União a acessar a base de dados da Receita Federal ou efetuar a entrega da Declaração, conforme previsto na Instrução Normativa do TCU, em ambos os casos, o documento é em papel.

A Codesp não realiza qualquer tipo de análise das DBR, com intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

As DBR's ficam sob guarda da GFR, em pastas individuais, acessíveis somente a pessoal autorizado pelo Gerente da GFR.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Deixamos de preencher o quadro correspondente, em virtude de não ter havido ocorrência no período.



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Ouvidoria "SANTOS- PORTO DA CIDADANIA" é um canal de comunicação criado para facilitar o contato direto entre os interessados e a Codesp. Tem o objetivo de assegurar, de modo permanente e eficaz, a preservação dos princípios da legalidade e moralidade de eficiências dos Atos dos agentes da administração. Por meio dela acionistas, empregados, prestadores de serviços, fornecedores e comunidades tem a oportunidade de expressar opiniões, fazer reclamações, denúncias e sugerir melhorias relacionadas a todas as atividades da Codesp.

Cabe à Ouvidoria atender, dentro das suas atribuições, as sugestões, críticas e reclamações de mau atendimento no tocante às decisões, omissões, atos e recomendações por parte dos empregados da Codesp ou por pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades dentro do Porto de Santos. Nas reclamações encontramos as oportunidades oferecidas para buscar excelência nos serviços prestados.

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas

São disponibilizados os seguintes canais de acesso do cidadão à CODESP, através da Ouvidoria:

- Por e-mail:
 - ouvidor@portodesantos.com.br
 - ouvidoria@portodesantos.com.br
- Por telefone:
 - (013) 3202.6565 ramal 2967
 - (013) 3202.6557
- Pelo sítio:
 - Acessando o <http://www.portodesantos.com.br/ouvidoria>
- Pessoalmente:
 - No endereço: Rua Rodrigo Silva, 17, Macuco, Santos/SP.
 - No Protocolo Geral da CODESP:
 - No endereço: Av. Rodrigues Alves, s/nº, Macuco, Santos/SP.
- Por correspondência:
 - No endereço: Rua Rodrigo Silva, 17, Macuco, Santos/SP, CEP 11015-040.

Com relação ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, o acesso pode ser realizado da seguinte forma:

Pela internet

- Através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, nos sítios:
 - www.acessoainformacao.gov.br
 - www.acessoainformacao.gov.br/sistema

- Pessoalmente:
 - No Balcão SIC, no endereço sito à Rua Rodrigo Silva, 17, Macuco, Santos/SP

Apresentação

A Ouvidoria “Santos - Porto da Cidadania” apresenta o seu relatório de atividades do ano de 2013, período janeiro a dezembro.

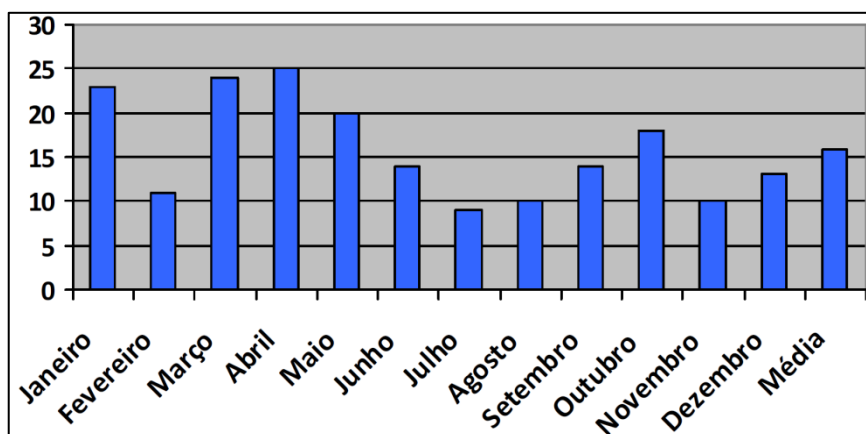
Dados Estatísticos

Quantidade de Manifestações

DEMONSTRATIVO: QUANTITATIVO MENSAL DE MANIFESTAÇÕES

Mês	Manifestações
Janeiro	23
Fevereiro	11
Março	24
Abril	25
Maio	20
Junho	14
Julho	9
Agosto	10
Setembro	14
Outubro	18
Novembro	10
Dezembro	13
Média	15,9
TOTAL	191

DEMONSTRATIVO: EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES

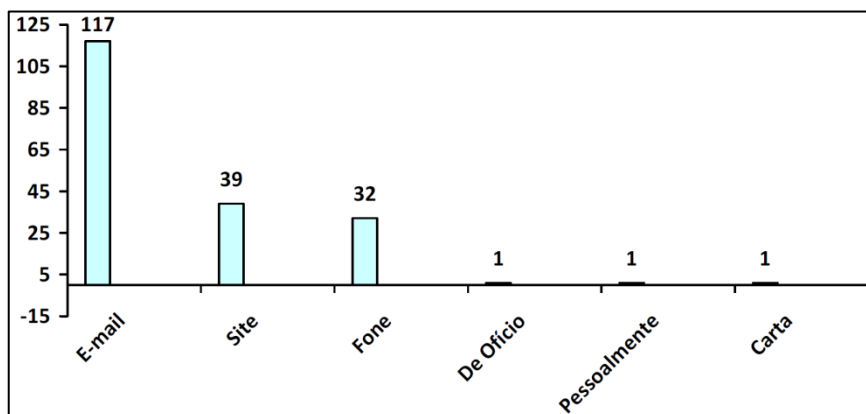


Modo de entrada do atendimento

No período foram registradas 191 manifestações, recebidas pela Ouvidoria das seguintes formas: 117 por e-mail, 39 através do site, 32 por telefone, 01 pessoalmente, 01 por carta e 01 de ofício, conforme observado a seguir:

DEMONSTRATIVO: QUANTITATIVO MENSAL DE MANIFESTAÇÕES

Mês	E-mail	De Ofício	Site	Fone	Pessoal	Carta	Expediente
Janeiro	12	01	05	05	-	-	-
Fevereiro	05	-	04	02	-	-	-
Março	20	-	02	02	-	-	-
Abril	20	-	04	01	-	-	-
Maió	17	-	01	02	-	-	-
Junho	10	-	01	03	-	-	-
Julho	05	-	02	02	-	-	-
Agosto	04	-	05	01	-	-	-
Setembro	11	-	02	01	-	-	-
Outubro	11	-	02	05	-	-	-
Novembro	01	-	05	03	01	-	-
Dezembro	01	-	06	05	-	01	-
TOTAL	117	01	39	32	01	01	00



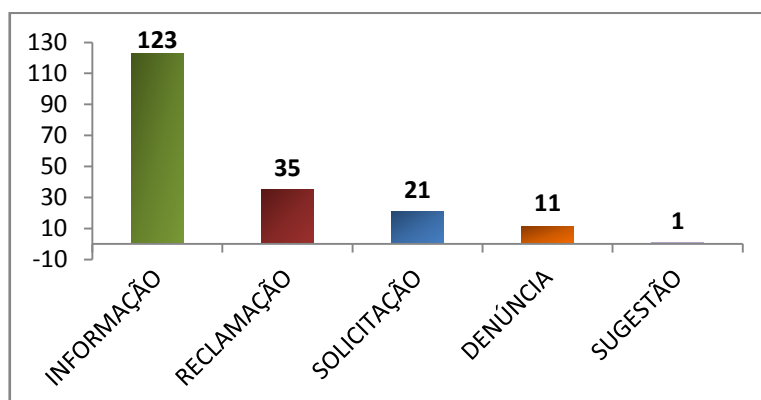
Dos meios de comunicação utilizados para o envio das demandas pelos usuários, por meio de correio eletrônico representam 61,3%, através do site 20,4%, por telefone, 16,8% e de Ofício, Pessoalmente ou via Carta, 0,5% cada.

Natureza da Demanda

Os dados dos atendimentos das manifestações recebidas na Ouvidoria, após avaliação, foram caracterizados nas seguintes demandas: 123 pedidos de informações, 35 reclamações, 21 solicitações, 11 denúncias e 01 sugestão, conforme discriminado abaixo:

DEMONSTRATIVO: TIPO DE DEMANDA

INFORMAÇÃO	RECLAMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO
123	35	21	11	01



Ranking das Manifestações

Das manifestações recebidas na Ouvidoria destacamos as seguintes informações:

- Visita ao Porto;
- Transporte de carga;
- Bagagens;
- Reclamações sobre poeira e mau cheiro decorrentes da atividade portuária na Ponta da Praia;
- Sobre ex-funcionários;
- Quanto à admissão no quadro de funcionários da CODESP.

Cursos, Palestras, Seminários e Workshops

Baseado em um programa de educação continuada, sempre que há possibilidade os integrantes desta Ouvidoria participam de palestras, seminários e cursos de aperfeiçoamento, capacitação e certificação para Ouvidores ou Técnicos em Ouvidoria, para bem desempenhar as suas respectivas atividades; dentre os quais elencamos:

- Reunião ABO – São Paulo;
- Reunião – DEINFRA – FIESP;
- Workshop: “Sistema Integrado de Gestão”;
- Reunião Comissão de Estudos de Gestão de Segurança Cadeia Logística;
- Workshop: “Cumprir e fazer cumprir a legislação e normativos infralegais”;
- Reunião Prefeitura Municipal de Guarujá – fluxo viário;
- Reunião Prefeitura Municipal de Santos – Corredor de Exportação;
- Seminário Executivo 2013 - Ouvidorias Públicas e SIC;
- Curso: Excel 2010 Avançado – Compuway Formação Profissional;
- Curso: Rotinas Administrativas – CODESP;

- Curso: Gestão de Documentos – CODESP;
- Curso: ERP/SAP – SMS (Solicitação de Materiais e Serviços) – CODESP;
- Seminário: “Transparência em Empresas Estatais – Lei de Acesso à Informação, Cidadania e Competitividade” – Universidade Petrobras – Rio de Janeiro;
- Fórum de “Ouvidorias Portuárias” – SEP – Brasília.

Divulgação Pública do Relatório

Como forma de promover a transparência pública das atividades da Ouvidoria “Santos - Porto da Cidadania” disponibilizamos os Relatórios Anuais no Site da Ouvidoria (www.portodesantos.com.br/ouvidoria), no link Prestação de Contas.

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da Unidade

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

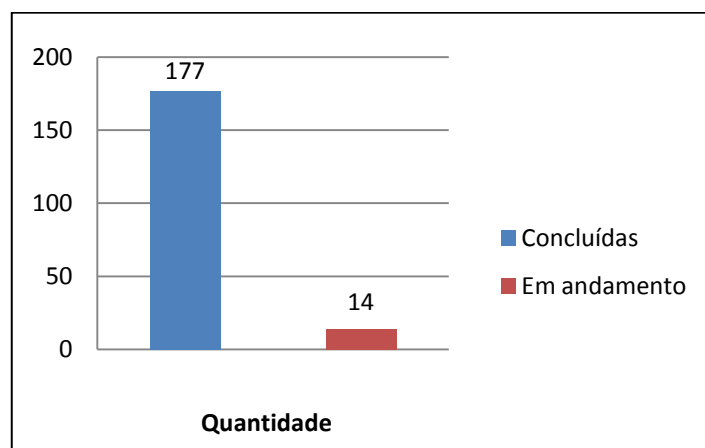
Status dos Atendimentos

As demandas recebidas estão classificadas em Concluídas e Em andamento.

Até 31.12.2013, das 191 demandas recebidas na Ouvidoria, 177 foram Concluídas e 14 terminaram o ano Em andamento.

DEMONSTRATIVO: STATUS DOS ATENDIMENTOS

CONCLUÍDAS	EM ANDAMENTO
177	14



A marca expressiva de 92,7% de atendimento às manifestações dos clientes/usuários do porto em 2013, é o indicador fiel de que a Ouvidoria da Codesp e o SIC estão cumprindo com a sua finalidade.

Entretanto, estamos criando mecanismo mais eficaz para medir a satisfação dos usuários do porto, além de demonstrar os resultados em pesquisas de opinião, de forma a bem atender aos itens 10.2 e 10.3.



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei 6.404/76



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(em reais)

ATIVO	Nota	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2013	2012
Circulante		385.193.719,77	494.508.609,40	Circulante		253.760.694,97	345.030.272,35
Caixa e bancos		12.800.613,31	9.740.816,42	Salários e encargos sociais	16	59.106.861,03	43.939.423,00
Aplicações financeiras	5	245.057.677,22	236.902.598,87	Fornecedores e prestadores de serviços		23.462.346,67	15.585.249,33
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	64.519.188,78	197.763.418,62	Impostos e contribuições a recolher	17	19.891.269,91	19.422.147,34
Contas a receber de clientes, liquidas	7	39.117.568,58	38.010.102,87	Empréstimos e financiamentos	18	2.241.574,21	2.402.360,85
Estoques		582.613,38	472.132,63	Plano de pensão	20	47.609.524,85	125.416.404,09
Créditos tributários	8	16.005.613,85	9.310.918,57	Juros sobre capital próprio a pagar	22.3	34.000.073,87	47.380.071,66
Despesas antecipadas	9	1.428.228,87	1.653.782,73	Adicional de tarifa portuária		59.590.744,79	59.575.887,91
Outros créditos		5.682.215,78	654.838,69	Outras obrigações		7.858.299,64	31.308.728,17
Não Circulante		2.172.130.003,77	1.953.865.758,70	Não Circulante		802.828.644,39	823.396.766,06
Realizável a Longo Prazo		963.327.605,19	903.657.741,38	Empréstimos e financiamentos	18	4.363.103,36	6.952.047,36
Contas a receber de clientes, liquidas	7	657.050.276,85	594.886.539,21	Plano de pensão	20	39.312.041,96	45.725.096,75
Valores a receber da União	10	5.556.210,90	12.561.134,39	Provisão para riscos trabalhistas e civis	19	307.149.031,91	299.372.206,70
Depósitos judiciais	12	78.730.267,85	71.332.916,48	Receita diferida	21	440.616.325,80	461.957.308,48
Bens destinados à alienação	11	3.054.711,73	4.662.036,57	Outras obrigações		11.388.141,36	9.380.106,77
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.1	218.166.504,44	220.115.114,73	Patrimônio Líquido		1.500.734.384,18	1.279.947.329,69
Outros créditos		769.633,42	-	Capital social	22.1	1.126.307.385,45	922.608.127,46
Investimentos		4.980,63	4.980,63	Reservas de lucros	22.2	261.961.017,87	198.544.688,72
Imobilizado	13	1.206.367.710,27	1.047.658.560,97	Reserva para aumento de capital	22.4	112.465.980,86	158.794.513,51
Intangível	14	2.429.707,68	2.644.475,72	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO ...		2.557.323.723,54	2.448.374.368,10
TOTAL DO ATIVO		2.557.323.723,54	2.448.374.368,10	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO ...		2.557.323.723,54	2.448.374.368,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Handwritten signatures and initials.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(em reais)

	Nota	2013	2012
Receita líquida de vendas e dos serviços	23	758.765.140,41	671.453.089,11
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	24	(326.308.753,87)	(308.271.631,79)
Lucro bruto.....		432.456.386,54	363.181.457,32
Outras receitas (despesas) operacionais		(231.479.343,93)	(345.388.894,45)
Despesas administrativas e gerais	25	(143.592.022,05)	(137.224.098,88)
Outras receitas operacionais	27	34.499.878,01	8.233.726,48
Outras despesas operacionais	28	(122.387.199,89)	(216.398.522,05)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		200.977.042,61	17.792.562,87
Resultado financeiro		13.328.432,78	12.049.487,05
Receitas financeiras	26	34.367.143,57	31.706.693,55
Despesas financeiras	26	(21.038.710,79)	(19.657.206,50)
Lucro operacional.....		214.305.475,39	29.842.049,92
Imposto de renda e Contribuição Social.....		(63.489.701,76)	181.323.402,46
Corrente	30.2	(61.541.091,47)	(38.791.712,27)
Diferido.....	30.1	(1.948.610,29)	220.115.114,73
Lucro antes da participação dos empregados		150.815.773,63	211.165.452,38
Participação dos empregados no lucro.....	29	(8.500.000,00)	(11.845.000,00)
Lucro líquido do exercício.....		142.315.773,63	199.320.452,38
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,55	0,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Handwritten signatures and initials, including "Serp" and "Gh".

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em reais)

	CAPITAL SOCIAL	CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
SALDOS EM 31/12/2011	783.994.706,25	95.141.569,34	10.140.699,44	80.001.467,19	-	969.278.442,22
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(66.078,42)	(66.078,42)
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	95.111.872,26	(95.111.872,26)	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários	29.697,08	-	-	-	29.697,08	29.697,08
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital	-	11.274.816,43	-	-	-	11.274.816,43
Créditos da União para aumento de capital	-	147.490.000,00	-	-	-	147.490.000,00
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros	43.471.851,87	-	-	(43.471.851,87)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	199.320.452,38	199.320.452,38
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	9.968.022,62	-	(9.968.022,62)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	141.908.351,34	(141.908.351,34)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(47.380.000,00)	(47.380.000,00)
SALDOS EM 31/12/2012	922.608.127,46	158.794.513,51	20.106.722,06	178.437.966,66	-	1.279.947.329,69
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	5.300,00	5.300,00
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	158.746.191,29	(158.746.191,29)	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários	48.322,22	-	-	-	-	48.322,22
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital	-	13.469.959,64	-	-	-	13.469.959,64
Créditos da União para aumento de capital	-	98.947.699,00	-	-	-	98.947.699,00
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros	44.904.744,48	-	-	(44.904.744,48)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	142.315.773,63	142.315.773,63
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	7.115.788,68	-	(7.115.788,68)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	101.205.284,95	(101.205.284,95)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(34.000.000,00)	(34.000.000,00)
SALDOS EM 31/12/2013	1.126.307.385,45	112.465.980,86	27.222.510,74	234.738.507,13	-	1.500.734.384,18

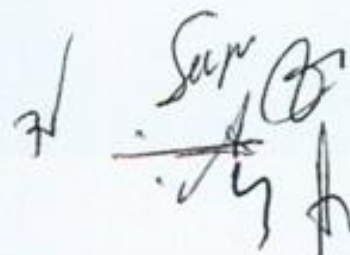
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
em reais

	2013	2012
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	704.071.480,89	606.849.917,06
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(153.127.872,10)	(197.475.268,04)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(204.494.224,54)	(164.613.923,10)
Valores pagos de encargos sociais	(56.546.511,38)	(45.344.219,11)
Valores pagos de contingências	(42.134.780,28)	(51.589.521,71)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(76.578.705,31)	(66.012.838,60)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(62.674.048,18)	(33.464.083,97)
Valores pagos de juros	(349.470,20)	(1.917.270,81)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	34.123.918,41	(19.987.069,93)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	142.289.787,31	26.445.721,79
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(179.525.304,11)	(112.178.354,04)
Aquisição de intangível	(667.251,38)	(255.271,33)
Alienação de imobilizado	662.739,88	963.944,50
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos ..	(179.529.815,61)	(111.469.680,87)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos financiamentos	(2.152.731,36)	(2.367.174,08)
Recursos de acionistas	98.996.021,19	112.668.653,50
Juros e dividendos sobre capital próprio pagos	(48.388.386,29)	(15.499.987,51)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	48.454.903,54	94.801.491,91
Aumento (redução) nas disponibilidades	<u>11.214.875,24</u>	<u>9.777.532,83</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes	246.643.415,29	236.865.882,46
Saldo final de caixa e equivalentes	257.858.290,53	246.643.415,29
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	<u>11.214.875,24</u>	<u>9.777.532,83</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em reais)

	2013	2012
Receitas	793.365.132,13	713.849.496,89
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	427.586.812,09	400.875.245,81
Arrendamentos operacionais e aluguéis	430.162.882,83	358.474.257,17
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(62.472.888,04)	(45.154.491,21)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(1.911.674,75)	(345.514,88)
Insumos adquiridos de terceiros	(149.980.713,68)	(229.964.441,72)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(132.346.630,92)	(176.096.277,12)
Outros custos	(17.634.082,76)	(53.868.164,60)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	643.384.418,45	483.885.055,17
Depreciação e amortização.....	(30.138.003,89)	(30.966.215,66)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	613.246.414,56	452.918.839,51
Valor adicionado recebido em transferência	34.368.279,09	37.031.585,70
Receitas financeiras	34.367.143,57	31.706.693,55
Outras.....	1.135,52	5.324.892,15
Valor adicionado a distribuir	647.614.693,65	489.950.425,21
Distribuição do valor adicionado	647.614.693,65	489.950.425,21
<u>Pessoal</u>	276.621.302,38	333.617.153,50
Remuneração direta.....	183.611.496,34	131.396.020,39
Benefícios.....	27.045.203,67	47.942.386,12
Benefícios pós-emprego.....	22.990.946,50	21.660.303,28
Participação no lucro.....	8.500.000,00	11.845.000,00
FGTS.....	14.204.968,88	10.457.285,13
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas.....	18.495.489,00	108.303.553,36
Honorários da diretoria	1.773.197,99	2.012.605,22
<u>Tributos</u>	198.389.724,29	(70.451.930,48)
Federais.....	179.513.695,70	131.370.973,60
Ativo fiscal diferido - IR/CSLL.....	1.948.610,29	(220.115.114,73)
Estaduais.....	4.886.947,37	5.103.670,94
Municipais.....	12.040.470,93	13.188.539,71
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>	30.287.893,35	27.464.749,81
Despesas financeiras	21.038.710,79	19.657.206,50
Aluguéis.....	9.249.182,56	7.807.543,31
<u>Remuneração de capitais próprios</u>	142.315.773,63	199.320.452,38
Juros sobre capital próprio propostos.....	34.000.000,00	47.380.000,00
Lucros retidos.....	108.315.773,63	151.940.452,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em reais)

	2013			2012		
1 – Base de cálculo						
Receita líquida (RL)			758.765.140,41			671.453.089,11
Resultado operacional (RO)			214.305.475,39			29.842.049,92
Folha de pagamento bruta (FPB)			183.611.496,34			131.396.020,39
2 – Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	13.669.904,25	7,45%	1,80%	11.774.692,22	8,96%	1,75%
Encargos sociais compulsórios	62.090.486,76	33,82%	8,18%	44.851.193,67	34,13%	6,68%
Previdência privada	14.635.288,34	7,97%	1,93%	13.223.014,55	10,06%	1,97%
Saúde	11.156.299,79	6,08%	1,47%	10.528.331,04	8,01%	1,57%
Segurança e medicina no trabalho	204.731,07	0,11%	0,03%	213.054,42	0,16%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional	524.046,13	0,29%	0,07%	360.828,69	0,27%	0,05%
Creches ou auxílio – creche	74.339,00	0,04%	0,01%	59.627,00	0,05%	0,01%
Participação nos lucros/resultados	8.500.000,00	4,63%	1,12%	11.845.000,00	9,01%	1,76%
Transporte	1.621.740,95	0,88%	0,21%	1.914.948,76	1,46%	0,29%
Bolsa/estágio	7.064.759,17	3,85%	0,93%	1.155.767,70	0,88%	0,17%
Outros	2.186.940,00	1,19%	0,29%	2.200.760,21	1,67%	0,33%
Total – Indicadores sociais internos	121.728.535,46	66,30%	16,04%	98.127.218,26	74,68%	14,61%
3 – Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	781.642,00	0,36%	0,10%	600.000,00	2,01%	0,09%
Esporte	100.000,00	0,05%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Outros	450.000,00	0,21%	0,06%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	1.331.642,00	0,62%	0,18%	600.000,00	2,01%	0,09%
Tributos (excluídos encargos sociais)	157.981.209,53	73,72%	20,82%	125.842.043,95	421,69%	18,74%
Total – Indicadores sociais externos	159.312.851,53	74,34%	21,00%	126.442.043,95	423,70%	18,83%
4 – Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa..	853.870,72	0,40%	0,11%	842.735,26	2,82%	0,13%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente	853.870,72	-	-	842.735,26	2,82%	0,13%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas (x) cumpre 51% a 75% (x) não possui metas () cumpre 51% a 75%			() não possui metas () cumpre 51% a 75%		
.....	() cumpre de 0 a 50% () cumpre 76% a 100%			() cumpre de 0 a 50% () cumpre 76% a 100%		
5 – Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1520			1.466		
Nº de admissões durante o período	91			165		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1001			931		
Nº de estagiários(as)	127			113		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	899			854		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	201			193		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,72%			11,76%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	286			290		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,45%			1,96%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	13			10		
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração		2013			Metas 2014	
.....		29,20			ND	
Número total de acidentes de trabalho		4			0	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	(x) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apolara	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 191	No Procon -	Na Justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na Justiça -
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 95,80%	No Procon -	Na Justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir	em 2013: 647.614.693,65			em 2012: 489.950.425,21		
Distribuição do valor adicionado	30,63% governo; 5,25% acionistas; 4,68% terceiros; 16,73% retido	42,71% empregados(as);		(14,37% governo; 9,67% acionistas; 5,60% terceiros; 31,01% retido	68,09% empregados(as);	

H

Sur
Ala

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Conforme disposto no Decreto nº. 6.336, de 28-12-2007, a CODESP administra, sob Convênio, o Terminal Pesqueiro de Laguna (SC).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Sociedade não possuía ativos financeiros, sob essa classificação, registrados nas demonstrações contábeis.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esse ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data de encerramento do exercício. Os respectivos tributos também são apurados e contabilizados por competência.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Despesas antecipadas: Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizado 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota nº 13.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis, conforme nota explicativa nº 18.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos Operacionais: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe

também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Todos os contratos possuem cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”. As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 19.

Imposto de Renda e contribuição social – correntes e diferidos

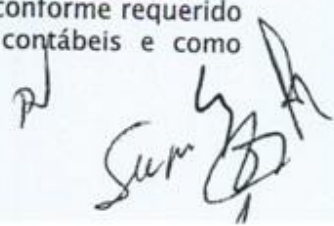
Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240.000,00. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 30.1

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras. Para atender às disposições societárias, as despesas com os juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como despesas financeiras, sendo revertidas para lucros acumulados por ser, em essência, distribuição de resultado.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.



A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo Instituto PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A política de aplicação de recursos da Companhia considera que todas as aplicações financeiras são de curto prazo e não são consideradas como atividades de investimento, designando essas aplicações como ativos mantidos para negociação.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Rentabilidade</u>
Fundo de renda fixa – BB	174.771.048,72	125.976.328,12	90,56% do CDI
Fundo de Renda fixa – CEF	60.186.315,08	100.174.472,33	90,24% do CDI
NTN-B	9.990.991,12	10.648.833,57	IPCA + 6% a.a
NTN-P	109.322,30	102.964,85	TR + 6% a.a
Total	<u>245.057.677,22</u>	<u>236.902.598,87</u>	

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa 22.4 complementa a informação em relação aos valores recebidos.

Os valores encaminhados estão aplicados no mercado financeiro e são utilizados estritamente, para pagamento das obras e/ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento, e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa em razão da vinculação com gastos específicos.

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Valores a receber de serviços prestados	1.018.292.698,82	893.823.154,43
Valores a receber de serviços prestados a faturar	-	12.757.786,54
(-) Perdas estimadas c/créditos liquidação duvidosa	(322.124.853,39)	(273.684.298,89)
Total	696.167.845,43	632.896.642,08
Curto prazo	39.117.568,58	38.010.102,87
Longo prazo	657.050.276,85	594.886.539,21

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 92% do valor do contas a receber, sendo que a constituição da provisão para perdas estimadas com esse arrendatário são suficientes para cobrir eventual decisão desfavorável na demanda judicial em curso. A decisão em primeiro grau foi integralmente favorável a esta Companhia, estando atualmente em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo negativo de IRPJ	11.981.968,22	6.623.709,88
Saldo negativo de CSLL	3.781.399,47	2.349.948,98
Outros créditos tributários	242.246,16	337.259,71
Total	16.005.613,85	9.310.918,57

9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os valores registrados correspondem a :

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Seguro de bens patrimoniais	-	743.834,65
Férias a apropriar	1.428.228,87	909.948,08
Total	1.428.228,87	1.653.782,73

10. VALORES A RECEBER DA UNIÃO

Os recursos repassados pelo Porto de Santos para custeio dos Portos administrados sob convênio estão registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo e estão registrados pelo valor líquido da constituição de provisão para perdas estimadas com o seu recebimento.

11. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Os bens destinados à alienação no valor de R\$ 3.054.711,73 (R\$ 4.662.036,57 em 2012), relativos a bens baixados do ativo imobilizado, estão classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, e cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem basicamente a processos trabalhistas.

13. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	2013	2012	TAXAS DE DEPRECIAÇÃO (%)
Mobiliário em geral	3.486.191,63	2.363.877,18	10,0
Veículos	362.143,53	386.441,28	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	10.078.137,88	10.109.118,38	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.405.605,51	1.547.829,97	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	230.565,97	286.789,43	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	12.075.382,96	14.612.305,68	20,0
Edifícios	36.833.477,60	38.117.289,26	2,0
Instalações	166.012.103,65	167.316.001,89	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	136.495.837,94	143.535.760,44	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	25.707.186,61	26.721.400,41	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	42.594.470,35	20.038.778,69	-
Outras construções	429.042.818,83	399.967.088,58	1,43 a 6,67
Terrenos	4.424.347,68	4.424.566,29	-
Obras em andamento	278.843.262,38	154.652.279,48	-
Bens móveis industriais	12.184.553,38	13.671.414,33	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	46.591.624,37	49.907.619,68	3,33 a 10,0
Total	1.206.367.710,27	1.047.658.560,97	

14. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 2.429.707,68 (R\$ 2.644.475,72 em 2012) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos.

15. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-13 a 01-05-14.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	2013	2012
Riscos operacionais	412.297.103,36	412.297.103,36
Automóveis	11.600.000,00	11.600.000,00
Responsabilidade civil	30.500.000,00	30.500.000,00

16. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS

	2013	2012
Salários a pagar	9.635.531,33	7.024.180,99
Provisão de férias	32.561.817,02	18.795.889,81
Encargos sociais	7.128.288,27	5.116.308,44
Participação no resultado	8.677.860,00	11.985.889,91
Outros	1.103.364,41	1.017.153,85
Total	59.106.861,03	43.939.423,00

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2013	2012
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	73.500,18	67.099,97
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	3.947.098,64	5.342.912,95
Retenção para seguridade social - INSS	855.817,74	1.923.602,62
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	8.154.675,34	5.313.683,79
Programa de integração social - PIS	987.161,91	856.098,43
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	4.546.744,87	3.943.241,15
Imposto sobre serviços - ISS	1.052.144,88	1.704.550,09
Outros	274.126,35	270.958,34
Total - Curto prazo	19.891.269,91	19.422.147,34

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual	2013	2012	Garantias
<i>Moeda estrangeira</i>	lene			
Financiamento imobilizado	Var. Cambial+3,25%	6.604.677,57	9.354.408,21	Aval Gov. Brasileiro
Curto prazo		2.241.574,21	2.402.360,85	
Longo prazo		4.363.103,36	6.952.047,36	

Contrato de Financiamento com a Japan International Cooperation Agency - JICA - LOAN, através de seu representante financeiro The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com amortização e juros em parcelas semestrais e vencimento da última parcela em 20/09/2016.

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

NATUREZA	2013	2012
Provisão cível (i)	122.742.613,68	131.099.002,60
Provisão trabalhista (ii)	184.406.418,23	168.273.204,10
Total	<u>307.149.031,91</u>	<u>299.372.206,70</u>
Longo prazo	307.149.031,91	299.372.206,70

(i) Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso e ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

(ii) Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Em 31/12/2013, o montante estimado para processos judiciais representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas era de R\$ 254.258.892,11 (R\$ 278.584.833,71 em 2012). Para processos cíveis R\$ 22.014.388,20 (R\$ 20.351.939,59 em 2012) respectivamente, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa.

O Superior Tribunal Federal – STF, de acordo com a decisão do Pleno (Recurso Extraordinário 253.472) confirmou o entendimento de vários julgamentos efetuados anteriormente através da 1ª e 2ª Turmas daquele Tribunal referente à imunidade prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União que estão sob o uso e guarda da CODESP. Os processos judiciais referentes a execuções fiscais de IPTU em andamento foram classificadas por nossos advogados como de perda remota.

20. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 1.800.377.183,08 (R\$ 1.604.516.438,38 em 2012).

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade.

A empresa no exercício de 2013 pagou R\$ 86.000.000,00 (R\$ 20.000.000,00 em 2012) referente a parte incontroversa da contribuição patronal de responsabilidade da empresa, em conformidade com o contrato nº 42/10 assinado com aquele Instituto.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2013, foram no montante de R\$ 14.748.378,81 (R\$ 13.286.714,28 em 2012).



21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06.

No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 25.154.398,62 (R\$ 26.888.849,40 em 2012), conforme composição abaixo:

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro	461.967.308,48	486.273.857,13
Receita diferida no exercício	3.803.415,94	2.582.300,75
Apropriação à receita no exercício	(25.154.398,62)	(26.888.849,40)
Saldo em 31 de dezembro	440.616.325,80	461.967.308,48

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2013, é representado por 128.657.782.807 ações ordinárias e 128.657.782.802 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 21/06/2013 com homologação na AGE de 02/10/2013.

22.2 Reservas de Lucros

Será proposto à Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 17/04/2014, o aumento do capital social no montante de R\$ 44.904.744,48, referente a capitalização dos lucros retidos nos exercícios de 2011 e 2012 e objeto da execução do orçamento de capital no exercício de 2013.

Reserva Legal:

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício social antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, apresenta saldo de R\$ 27.222.510,74 (R\$ 20.106.722,06 em 2012);

Reserva de Retenção de Lucros:

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está prevista a retenção de lucros, no montante de R\$ 101.199.984,95 fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse valor acrescido ao saldo remanescente da retenção de lucros efetuada em exercícios anteriores totaliza a importância de R\$ 234.738.507,13, que se destina a atender, parcialmente, o programa de investimentos estabelecido no orçamento de capital plurianual dos exercícios de 2014 a 2017, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17/04/2014.

22.3 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados aos dividendos obrigatórios.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

A proposta da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 34.000.000,00 está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na assembléia geral ordinária a ser realizada em 17/04/2014, calculada sobre o lucro base ajustado, demonstrada a seguir:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	142.315.773,63	199.320.452,38
Reserva legal (5%)	(7.115.788,68)	(9.966.022,62)
Ajustes ao lucro líquido	5.300,00	(66.078,42)
Lucro base para cálculo do dividendo	135.205.284,95	189.288.351,34
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	33.801.321,24	47.322.097,84
Juros sobre capital próprio propostos	34.000.000,00	47.380.000,00

22.4 Reserva para aumento de capital

A União destina recursos a programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da Taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro	158.794.513,51	95.141.569,34
Aumento de capital no exercício	(158.746.191,29)	(95.111.872,26)
Créditos da UNIÃO no exercício	98.947.699,00	147.490.000,00
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	13.469.959,64	11.274.816,43
Saldo em 31 de dezembro	112.465.980,86	158.794.513,51

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2013	2012
Receitas tarifárias		
Utilização da infraestrutura portuária	310.223.095,02	288.432.554,55
Utilização da infraestrutura terrestre	74.293.938,34	64.933.069,75
Serviços gerais		
- Fornecimento de energia	26.262.403,24	27.631.249,55
- Outras receitas	13.320.942,57	12.025.411,62
Receita de operadora portuária		5.213.026,01
Receitas patrimoniais		
- Arrendamentos de áreas e aluguéis	430.162.882,83	358.474.257,17
Impostos incidentes sobre vendas		
- Imposto sobre serviços - ISS	(11.817.414,99)	(10.358.498,50)
- Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(4.724.977,84)	(4.970.556,88)
- Programa de integração social - PIS	(14.083.994,87)	(12.473.540,52)
- Contribuição para financ. seguridade social - COFINS	(64.871.733,89)	(57.453.883,64)
Total	758.765.140,41	671.453.089,11

24. CUSTOS OPERACIONAIS

	2013	2012
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	145.814.105,68	105.055.681,57
Encargos sociais	43.400.560,86	30.340.524,53
Serviços de terceiros	79.476.329,81	98.764.324,84
Depreciação	28.575.475,53	28.992.387,25
Aluguéis	3.029.545,51	2.233.405,78
Utilidades, serviços e materiais	26.012.736,48	42.885.307,82
Total	<u>326.308.753,87</u>	<u>308.271.631,79</u>

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2013	2012
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	87.833.540,83	72.595.838,37
Encargos sociais	17.750.732,06	13.448.838,05
Serviços de Terceiros	11.177.658,45	15.764.871,60
Aluguéis	6.219.637,05	5.574.137,53
Utilidades e serviços, materiais	6.278.680,25	6.504.953,99
Outras despesas	14.331.773,41	23.335.459,34
Total	<u>143.592.022,05</u>	<u>137.224.098,88</u>

26. RESULTADO FINANCEIRO

	2013	2012
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	6.639.714,18	4.815.671,12
Rendimentos de aplicações financeiras	26.904.573,23	25.455.408,20
Outras	1.092.856,16	1.435.614,23
Subtotal	<u>34.367.143,57</u>	<u>31.706.693,55</u>
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(17.940.284,45)	(3.890.674,87)
Juros pagos ou incorridos	(3.098.426,34)	(15.766.531,63)
	<u>(21.038.710,79)</u>	<u>(19.657.206,50)</u>
Resultado Financeiro, líquido	<u>13.328.432,78</u>	<u>12.049.487,05</u>

27. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2013	2012
Reversão de provisões cíveis e trabalhistas	31.778.889,42	-
Venda de ativo imobilizado	124.244,07	268.900,00
Subvenção Econômica – Porto de Laguna	-	5.322.496,14
Diversas	2.596.744,52	2.642.330,34
Total	<u>34.499.878,01</u>	<u>8.233.726,48</u>

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2013	2012
Plano de pensão – insuficiência atuarial	7.197.252,98	28.168.725,12
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	48.993.291,24	118.451.816,86
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	62.472.888,04	45.154.491,21
Outras	3.723.767,63	24.623.488,86
	122.387.199,89	216.398.522,05

29. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera o lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

30.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, a compensar e foram calculados à alíquota de 34%. Esses créditos foram registrados, integralmente, no exercício de 2012 em razão de que valores significativos de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL foram utilizados para quitar os parcelamentos fiscais concedidos através da Lei 11941/09, propiciando dessa forma que os valores remanescentes em conjunto com as diferenças temporárias tivessem recuperabilidade com base nas projeções dos resultados tributáveis futuros da Companhia, conforme disposto no CPC 32. Tributos sobre o Lucro.

Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

Os valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e a origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

	2013	2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	113.727.312,39	93.052.661,62
Provisão para perdas com investimentos	8.521,20	8.521,20
Provisão par riscos trabalhistas e cíveis	104.430.670,85	101.786.550,28
Prejuízos fiscais – IR	-	13.425.678,82
Base negativa CSLL	-	3.903.658,26
Impostos diferidos	218.166.504,44	220.115.114,73

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão realizados como abaixo:

2014	46.264.801,67
2015	12.738.180,73
2016	107.771.756,04
2017	31.518.846,90
2018 em diante	19.872.919,10

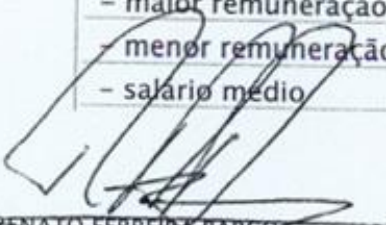
30.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda	205.805.475,39	29.842.049,91
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(69.973.861,66)	(10.146.296,97)
(Adições) e exclusões permanentes		
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	11.560.000,00	15.324.168,33
Incentivos fiscais	1.331.642,00	600.000,00
Outras exclusões permanentes	24.386,08	4.052.114,64
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(5.165.226,25)	(12.388.419,55)
Encargos de depreciação – IPC/BTNF	(138.752,11)	(165.283,99)
Outras adições permanentes	(1.127.889,82)	(610.438,38)
Imposto de renda diferido	-	184.657.558,38
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(63.489.701,76)	181.323.402,46
Tributos sobre o lucro contabilizados:		
Imposto de renda corrente	(44.106.413,33)	(28.273.068,73)
Contribuição social corrente	(17.434.678,14)	(10.518.643,54)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.948.610,29)	220.115.114,73
Total	(63.489.701,76)	181.323.402,46
Taxa efetiva	30,85%	11,17%

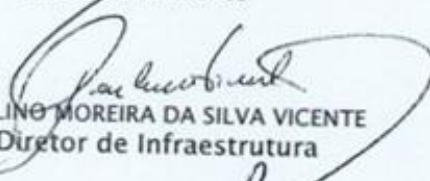
31. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2013) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

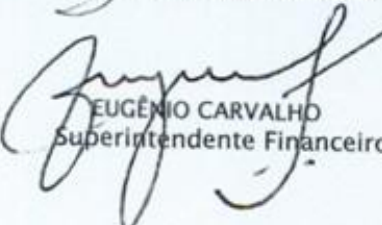
ADMINISTRADORES	em reais
- maior remuneração	29.776,60
EMPREGADOS	
- maior remuneração	31.704,68
- menor remuneração	1.085,52
- salário médio	9.627,96

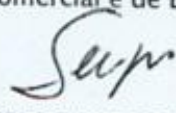

RENATO FERREIRA BARCO
 Diretor-Presidente


ALENCAR S. DA COSTA
 Diretor de Administração e Finanças


PAULINO MOREIRA DA SILVA VICENTE
 Diretor de Infraestrutura


CARLOS HELMUT KORBTTKE
 Diretor Comercial e de Desenvolvimento


EUGÊNIO CARVALHO
 Superintendente Financeiro


MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO
 Gerente de Contabilidade
 CRC 1SP135973/O-6

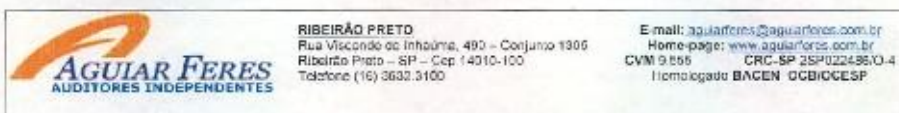
11.2 Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação

ACIONISTAS	AÇÕES	VALOR (R\$)	PARTIC(%)
UNIÃO FEDERAL	257.235.099.083	1.081.064.549,17	99,968736%
OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS	76.054.932	319.652,16	0,029559%
PESSOAS FÍSICAS	4.411.594	18.439,64	0,001705%
T O T A L	257.315.565.609	1.081.402.641	100,000000%

11.2.1. Composição Acionária do Capital Social como Investida

Composição Acionária do Capital Social				
UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2013				
Denominação completa				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Tesouro Nacional	49,98%	49,98%	49,98%
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	49,98%	49,98%	49,98%
Free Float	Pessoas Físicas	0,00%	0,00%	0,00%
	Pessoas Jurídicas	0,02%	0,02%	0,02%
	Capital Estrangeiro			
	% free float	0,02%	0,02%	0,02%
Subtotal Ordinárias (%)		50,00%	50,00%	50,00%
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Tesouro Nacional	49,99%	48,99%	48,99%
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	49,99%	48,99%	48,99%
Free Float	Pessoas Físicas	0,00%	0,00%	0,00%
	Pessoas Jurídicas	0,01%	0,01%	0,01%
	Capital Estrangeiro			
	% free float	0,01%	0,01%	0,01%
Subtotal Preferenciais (%)		50,00%	49,00%	49,00%
Total		100%	100%	100%
Obs.	Free Float - As ações da empresa não são negociadas em mercado organizado.			
Fonte: Gerência de Contabilidade				

11.3 Parecer da Auditoria Independente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores Diretores e Conselheiros da
CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo
Santos (SP)

Examinamos as demonstrações contábeis da **CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do Valor Adicionado e do Fluxo de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Base para Opinião com Ressalva

1. Conforme Nota Explicativa nº 20, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de KR\$ 1.800.377 (KR\$ 1.604.516 em 2012).

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2013, foram no montante de KR\$ 14.748 (KR\$ 13.286 em 2012).

Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo Instituto PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras. Dessa forma, a empresa também está deixando de observar os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em função de os registros contábeis não atenderem ao disposto no CPC 33 – Benefícios a empregados.

2. Em virtude da troca de sistema, no final do exercício encerrado em 31/12/2013, não foi possível obter informações suficientes para analisar os processos de compras, havendo limitação de escopo. Por esse motivo, deixamos de opinar sobre esse tema.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos financeiros advindos do parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parágrafo de Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que conforme Nota Explicativa 13, a CODESP possui registrado no seu Ativo Imobilizado Valores em Edifícios e Instalações que estão construídos em terrenos de terceiros, da UNIÃO. Esses bens poderiam estar registrados em "Benfeitorias em imóveis de terceiros".

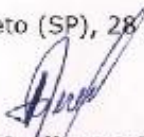
Caso haja retomada dos imóveis pela UNIÃO, esses bens da CODESP poderão ser incorporados na retomada, sem reembolso para a empresa.



Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato de que as Demonstrações Contábeis da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2012, foram auditadas por nossa empresa de auditoria independente, cujo relatório emitido em 20/02/2013 continha a ressalva relativa ao tema PORTUS, implicando no não cumprimento do CPC 33 – Benefícios a empregados.

Ribeirão Preto (SP), 28 de fevereiro de 2014.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4 CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC-1-SP 067138/O-0



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

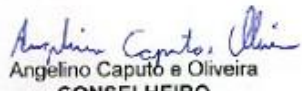
Pareceres do Conselho de Administração e Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

"O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, tendo examinado o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, aprova o referido documento, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas.

Santos, 12 de março de 2014.

 Eduardo Xavier PRÉSIDENTE DO CONSELHO	 Renato Ferrelira Barco CONSELHEIRO
 Antonio Francisco Armelin Gomes CONSELHEIRO	 Jean Paulo Castro e Silva CONSELHEIRO
 Marcio Luiz Bernardes Calves CONSELHEIRO	 Angelino Caputo e Oliveira CONSELHEIRO
 João de Anstade Marques CONSELHEIRO	



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, após analisar, decide aprovar os documentos e procedimentos descritos a seguir, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

1. As **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício encerrado em 31-12-2013.
2. Destinação do resultado do exercício de 2013, no montante de **R\$ 142.315.773,63** (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos) conforme abaixo:

✓ distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de **R\$ 34.000.000,00** (trinta e quatro milhões de reais);

✓ constituição de reservas no total de **R\$ 108.321.073,63** (cento e oito milhões, trezentos e vinte e um mil, setenta e três reais e sessenta e três centavos), proveniente de **R\$ 108.315.773,63** (cento e oito milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos) do saldo remanescente do resultado do exercício após juros de capital próprio propostos acrescido de R\$ 5.300,00 relativo a ajustes de exercícios anteriores

✚ **Reserva Legal** a importância **R\$ 7.115.788,68** (sete milhões, cento e quinze mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos); e

✚ **Reserva de Retenção de Lucros** a importância de **R\$ 101.205.284,95** (cento e um milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) com a finalidade de atender, parcialmente,





às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 304.684.274,00** (trezentos e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais), conforme orçamento de capital da Companhia para o período de 2014 a 2017.

Destinação do resultado de 2013:

Lucro líquido do exercício	142.315.773,63
(-) Reserva Legal	(7.115.788,68)
Ajustes de exercícios anteriores	5.300,00
(-) Juros sobre capital próprio propostos	(34.000.000,00)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(101.205.284,95)
Lucros Acumulados	-

3. Proposta de aumento do Capital Social da Empresa, de **R\$ 1.081.402.640,97** (um bilhão, oitenta e um milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e sete centavos) para **R\$ 1.126.307.385,45** (um bilhão, cento e vinte e seis milhões, trezentos e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) sem alteração do número de ações, mediante capitalização do montante de **R\$ 44.904.744,48** (quarenta e quatro milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referente ao valor executado em investimentos no ano calendário de 2013, com recursos das retenções de lucros de exercícios anteriores.
4. Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2014 a 2017, com valor estimado de **R\$ 304.684.274,00** (trezentos e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais).
5. Proposta de manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o valor de **R\$ 133.538.522,18** (cento e trinta e três milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e dezoito centavos) relativo ao saldo remanescente da retenção de lucros do exercício de 2012, para atender e





suplementar, parcialmente, as necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme do orçamento de capital da Companhia para os exercícios de 2014 a 2017.

Santos, 12 de março de 2014.



Eduardo Xavier
PRESIDENTE DO CONSELHO



Renato Ferreira Barco
CONSELHEIRO



Antonio Francisco Armelin Gomes
CONSELHEIRO



Jean Paulo Castro e Silva
CONSELHEIRO



Marcio Luiz Bernardes Calves
CONSELHEIRO



Angelino Caputo e Oliveira
CONSELHEIRO



João de Andrade Marques
CONSELHEIRO



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, à vista do Parecer dos Auditores Independentes - AGUIAR FERES - de 28.02.2014, cujo ponto ressalvado e/ou enfatizado no âmbito de cada um dos referidos documentos também está relatado na Nota Explicativa nº 20. Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas.

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições:

1. Destinação do resultado do exercício de 2013, no montante de **R\$ 142.315.773,63** (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos) conforme abaixo:

✓ distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de **R\$ 34.000.000,00** (trinta e quatro milhões de reais);

✓ constituição de reservas no total de **R\$ 108.321.073,63** (cento e oito milhões, trezentos e vinte e um mil, setenta e três reais e sessenta e três centavos), proveniente de **R\$ 108.315.773,63** (cento e oito milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos) do saldo remanescente do resultado do exercício após juros de capital próprio propostos acrescido de R\$ 5.300,00 relativo a ajustes de exercícios anteriores:

✚ **Reserva Legal** a importância **R\$ 7.115.788,68** (sete milhões, cento e quinze mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos); e

Folha




Reserva de Retenção de Lucros a importância de **R\$ 101.205.284,95** (cento e um milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) com a finalidade de atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 304.684.274,00** (trezentos e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais), conforme orçamento de capital da Companhia para o período de 2014 a 2017.

Destinação do resultado de 2013:

Lucro líquido do exercício	142.315.773,63
(-) Reserva Legal	(7.115.788,68)
Ajustes de exercícios anteriores	5.300,00
(-) Juros sobre capital próprio propostos	(34.000.000,00)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(101.205.284,95)
Lucros Acumulados	-

- Proposta de aumento do Capital Social da Empresa, de **R\$ 1.081.402.640,97** (um bilhão, oitenta e um milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e sete centavos) para **R\$ 1.126.307.385,45** (um bilhão, cento e vinte e seis milhões, trezentos e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) sem alteração do número de ações, mediante capitalização do montante de **R\$ 44.904.744,48** (quarenta e quatro milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referente ao valor executado em investimentos no ano calendário de 2013, com recursos das retenções de lucros de exercícios anteriores.
- Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2014 a 2017, com valor estimado de **R\$ 304.684.274,00** (trezentos e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais).

J *Felipe*
PA *PA* *PA*



suplementar, parcialmente, as necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme do orçamento de capital da Companhia para os exercícios de 2014 a 2017.

Santos, 12 de março de 2014.



Eduardo Xavier
PRESIDENTE DO CONSELHO



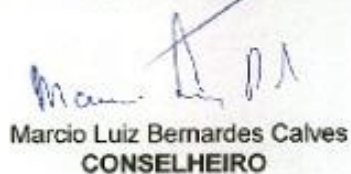
Renato Ferreira Barco
CONSELHEIRO



Antonio Francisco Armelin Gomes
CONSELHEIRO



Jean Paulo Castro e Silva
CONSELHEIRO



Marcio Luiz Bernardes Calves
CONSELHEIRO



Angelino Caputo e Oliveira
CONSELHEIRO



João de Andrade Marques
CONSELHEIRO

Nota Técnica da Auditoria Interna



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

1

NOTA TÉCNICA DA AUDITORIA INTERNA, SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2013

1. Com base na amostragem compreendida no Relatório AC-01.2014, examinamos o **Balanco Patrimonial** (consolidado), levantado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo naquela data, que abrangem as operações da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, no Porto de Santos (SP) e do Porto de Laguna (SC) conveniado, sob administração desta Autoridade Portuária.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas de Auditoria e compreenderam:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil; e
- b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas.

3. **PORTUS** – Instituto de Seguridade Social, não foi analisada por motivo de continuar em intervenção cuja prorrogação de prazo se dará até 31/03/2014, conforme disposta na Portaria nº 34, de 28/01/2014, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Missão da Auditoria: Agregar valor à empresa auxiliando a Administração a atingir os objetivos, através do fortalecimento dos processos de controle interno, gerenciamento de riscos e governança.

Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP – Av. Rodrigues Alves s/nº - Santos/SP, CEP 11015-000
Tel.: (0xx13) 3202-6565
<http://www.portodesantos.com.br>



Atada



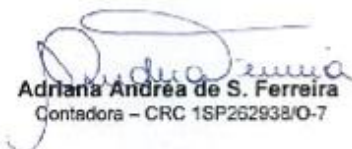
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

2

**NOTA TÉCNICA DA AUDITORIA INTERNA, SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2013**

4. De acordo com os testes efetuados, exceto quantos aos efeitos de eventuais ajustes que poderão advir do referenciado no "item 3" desta Nota Técnica, as Demonstrações Financeiras, mencionadas no "item 1" desta, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, econômica e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP**, em 31 de dezembro de 2013, estando de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e às legislações societária e fiscal em vigor no Brasil, no exercício examinado.

Superintendência de Auditoria, em 12/02/2014.


Adriana Andréa de S. Ferreira
Contadora – CRC 1SP262938/O-7


Adriana Barbosa de Carvalho
Contadora - CRC 1PE021714-O-6 T SP

Missão da Auditoria: Agregar valor à empresa auxiliando a Administração a atingir os objetivos, através do fortalecimento dos processos de controle interno, gerenciamento de riscos e governança.

Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP – Av. Rodrigues Alves s/nº - Santos/SP, CEP 11015-900
Tel.: (0xx13) 3202-6665
<http://www.portdocasantos.com.br>



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

13 DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

As ações de publicidade da Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp, são viabilizadas através dos seguintes contratos:

Demonstrativo Analítico das Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda			
Ano: 2013			
Publicidade Institucional			
Prestador dos serviços: Oficina de Ideias Publicidade Ltda. Contrato DP/40.2008, de 22/12/2008			
Dotação Orçamentária	Valor do Contrato	Vigência do Contrato	Gastos Efetuados
R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	21/12/2012 a 20/12/2013	R\$ 336.068,02
Publicidade Legal			
Prestador dos serviços: Empresa Brasil de Comunicação S/A (EBC) Contrato DP/46.A/2011, de 21/12/2011 (Veiculação em jornais privados)			
Dotação Orçamentária	Valor do Contrato	Vigência do Contrato	Gastos Efetuados
R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	30/12/2012 a 29/12/2013	R\$ 1.280.768,53
Prestador dos serviços: Imprensa Nacional Contrato DP/53.2011, de 30/12/2011 (Veiculação no Diário Oficial da União)			
Dotação Orçamentária	Valor do Contrato	Vigência do Contrato	Gastos Efetuados
R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	30/12/2012 a 29/12/2013	R\$ 99.947,67
Prestador dos serviços: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (IMESP) Contrato DP/57.2011, de 30/12/2011 (Veiculação no Diário Oficial do Estado de S. Paulo)			
Dotação Orçamentária	Valor do Contrato	Vigência do Contrato	Gastos Efetuados
R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	30/12/2012 a 29/12/2013	R\$ 131.912,82

Patrocínios concedidos pela Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp – no ano de 2013.

Patrocínios concedidos pela Companhia Docas do Estado de São Paulo

Firmados e executados durante o ano de 2013

Eventos nos segmentos de Comércio Exterior e Logística	Beneficiário	Valor
12ª Logisvale Internacional	Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos	R\$ 38.700,00
8º Fórum Brasil COMEXLOG	TV do Povo Ltda.	R\$ 35.000,00
Santos Export 2013	A Tribuna de Santos Jornal e Editora Ltda.	R\$ 65.000,00
Expo Scala 2013	GR1000 Comunicação e Eventos Ltda.	R\$ 25.000,00
VIII Seminário SEP de Logística EXPOLOG	Prática Eventos Ltda.	R\$ 25.000,00
Sul Trade Summit 2013	Trade Summit Eventos Ltda ME	R\$ 26.100,00
SUBTOTAL		R\$ 214.800,00

Projetos Culturais, Sociais e Esportivos	Beneficiário	Valor
APAE Santos	Viajando no Universo Infantil	R\$ 8.000,00
Conferência Regional do Meio Ambiente da Baixada Santista	Instituto Concidadania	R\$ 5.000,00
SUBTOTAL		R\$ 13.000,00

TOTAL	R\$ 227.800,00

Firmados em 2013 com execução durante todo o ano de 2014

Projetos Culturais, Sociais e Esportivos	Beneficiário	Valor
OPOS 2014	Theotokos Produções Artísticas e Eventos	R\$ 281.642,00
Plano Anual Associação Amigos do Projeto Guri	Associação Amigos do Projeto Guri	R\$ 300.000,00
Oficinas Querô 2014	Instituto Querô	R\$ 100.000,00
Tarrafa Literária 2014	Realejo Livros e Edições	R\$ 100.000,00
Judô ao Alcance de Todos	Liga de Judô do Litoral	R\$ 100.000,00
Olhares – da tela à fotografia	Estúdio 58 Editora	R\$ 367.500,00
TOTAL		R\$ 1.249.142,00



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

14 INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Bank of Tokio – Mitsubishi UFJ Ltda.				BIC	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Programa de Expansão do Porto de Santos				BZ-P8	
Informações sobre os contratos de consultoria da modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Loan Agreement BZ-P8					
Objetivo da consultoria: O objetivo do Programa envolvia obras, fornecimento de equipamentos e serviços de consultoria para as obras de Ampliação do Terminal para Contêineres e Terminal para Fertilizantes, implantação do Terminal de Grãos e Instalações elétricas primárias. Desse contrato foi executada a revisão dos documentos existentes na CODESP, resultado no desenvolvimento dos elementos que compõem os documentos de licitação considerando-se também a execução dos Projetos Básicos dos terminais referidos, bem como os demais serviços complementares necessários para a licitação das obras. Com a edição da Lei de Portos (8.630/93), o Governo Brasileiro, decidiu suspender a execução dessas obras, transferindo os terminais à iniciativa privada via arrendamento, resgatando o pagamento do empréstimo correspondente aos serviços de consultoria efetivados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
05/09/1991	27/12/2002	¥ 28.889.000.000,00	2.414.092,26	2.414.092,26	41.200.850,88
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Revisão dos documentos existentes na CODESP, consultoria na preparação dos elementos que compõem os documentos de licitação, execução dos Projetos Básicos dos terminais referidos acima, bem como os demais serviços complementares necessários para a licitação de obras				1998	¥ 1.650.149.250,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Consórcio Pacific Consultants International (Japão) e Maubertec Engenharia e Projetos Ltda. (Brasil)					CPF: -
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esse financiamento está sendo amortizado em parcelas semestrais (março e setembro) com término previsto para 2016. O saldo devedor em 31/12/2013 é de R\$ 6.604.677,57.					

Análise Crítica

O Programa de Expansão do Porto de Santos, foi fruto de Financiamento do Governo Japonês para várias obras, previamente aprovadas pelo Ministério dos Transportes, sendo publicada no Diário Oficial da União de 29.08.91 a proposta do Sr. Presidente da República para a contratação do empréstimo.

O contrato de Empréstimo foi então assinado em 5 de setembro de 1991, entre a CODESP e o “The Overseas Economic Cooperation Fund – OECF” – Loan Agreement BZ-P8.

O objetivo revisado do Programa envolvia obras, fornecimento de equipamentos e serviços para:

- a) Melhorias e Ampliação do Terminal de Contêineres – TECON 2;
- b) Melhorias e Ampliação do Terminal de Fertilizantes – TEFER;
- c) Implantação de Terminal para Granéis – TGRAN;
- d) Instalações Elétricas Primárias – SELEP;
- e) Serviços de Consultoria.

Do contrato foi executada a revisão dos documentos existentes na Codesp, a consultoria na preparação dos elementos que compõem os documentos de licitação, considerando-se também a execução dos Projetos Básicos dos terminais referidos, bem como dos demais serviços complementares necessários para a licitação das obras.

Foi assinado, em 27/07/98, o Contrato PRES 035/98, tendo como objetivo a execução de obras civis para a implantação do Terminal de Granéis Sólidos Vegetais – TGRAN, mas cujos serviços não foram iniciados.

O Governo Federal, com a Lei dos Portos – Lei nº 8.630, decidiu que as Companhias Docas se retirassem das operações portuárias, transferindo-as à iniciativa privada, desenvolvendo, para tanto, programa de arrendamento de áreas e instalações para serem exploradas por terceiros.

Isso encerrou, na visão do Governo Brasileiro, o Programa de Expansão com recursos do Empréstimo BZ-P8, informando-se, dessa maneira, em 1999, o Governo do Japão, pelo OECF, desse posicionamento, com anuência da SEAIN Secretaria de Assuntos Internacionais do MPOG.



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

15 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

PORTUS

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do Instituto de Seguridade Social – PORTUS, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria Privada Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social.

No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 meses indexados A variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial.

Após análise dos relatórios elaborados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada pela CODESP para examinar os cálculos apresentados pelo PORTUS, foi firmado com o referido Instituto, em 29/12/2010, reconhecimento parcial de dívida, através do Contrato nº 42/10 – Termo de Ajuste e Forma de Pagamento de Contribuição Patronal no montante de R\$ 106,0 milhões, referente à amortização de parte incontroversa de valor a ser reavaliado, de responsabilidade desta patrocinadora, no Plano de Benefícios PORTUS 1 – PBP1 de modalidade de benefício definido, atualmente fechado para novas adesões. O aporte financeiro para pagamento deste valor foi aprovado pelo Poder Executivo Federal, através da Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010, convertida na Lei nº 12.410, de 26/05/2011, como crédito extraordinário para a participação da União no capital da CODESP.

Em Dezembro/2012 foi enviado pela SEP o valor de R\$ 20,0 milhões e no período de Fevereiro à Julho/2013 o saldo de R\$ 86,0 milhões, os quais foram repassados ao Portus, conforme previsto na citada Lei. Em 31/12/2013 o déficit total do PBP1, segundo informações fornecidas pelo Instituto de Seguridade Social – PORTUS, é de R\$ 3.387.824.081,82, sendo R\$ 1.800.377.183,08 atribuídos à Codesp. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade, nomeando como interventor o Sr. José da Silva Crespo Filho, o qual foi substituído através da Portaria nº 699, de 30/11/2012 pela Sra. Maria Batista da Silva.

VALORES RECOLHIDOS PELA CODESP AO PORTUS EM 2013

PORTUS – Instituto de Seguridade Social
CNPJ 029.994.266/0001-89

	SANTOS	LAGUNA	TOTAL
SALÁRIO PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS ATIVOS	78.461.972,08	184.440,44	78.646.412,52
CONTRIBUIÇÕES PAGAS PELOS EMPREGADOS ATIVOS	7.402.954,54	10.676,21	7.413.630,75
CONTRIBUIÇÕES PAGAS PELA PATROCINADORA	7.338.806,81	11.105,62	7.349.912,43
OUTROS RECURSOS REPASSADOS PELA PATROCINADORA			
CONTRIBUIÇÃO DA PARIDADE COM OS ASSISTIDOS	7.393.920,73	4.545,65	7.398.466,38
PARCELAMENTO DE DÍVIDA EM ATRASO	86.000.000,00	-	86.000.000,00
PARCELAMENTO DA RTSA	11.746.734,44	23.939,23	11.770.673,67
PARCELAMENTO DE DÍVIDA DOS ASSISTIDOS	-	-	-
TOTAL	119.882.416,52	50.266,71	119.932.683,23



**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

16 GRUPO DE TRABALHO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO



COORDENADOR

Francisco Vilardo Neto

MEMBROS

Agostinho de Souza Filho

Célia Regina de Souza

Cláudio Antonio Teixeira Bastos

Daniel dos Santos Silva Costa

Fábio Lucas do Couto

Gilmar Garcia Simão

Isnardo Ramalho Villarroel

José Manoel Gatto dos Santos

Letícia Masutani Forni

Nilton Lopes

Sérgio Saraiva Coelho

COLABORADORES

Igor Serrão Ribeiro

Priscila Peres Araripe